

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS - ESTUDOS DA LINGUAGEM

**USOS DE INDEFINIDOS DO PORTUGUÊS
UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA**

SÔNIA LICHTENBERG

Dissertação apresentada para obtenção
do título de MESTRE EM TEORIAS DO
TEXTO E DO DISCURSO.

Orientador: Professor Dr. Valdir do Nascimento Flores

Porto Alegre, agosto de 2001

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	IV
RESUMO	V
RESUME	VI
INTRODUÇÃO	1
1 O TRATAMENTO DOS INDEFINIDOS EM GRAMÁTICAS TRADICIONAIS	6
1.1 O Artigo Indefinido	8
1.1.1 O Emprego do Artigo Indefinido	10
1.2 O Pronome Indefinido	13
1.2.1 O Emprego do Pronome Indefinido	17
1.3 O Numeral Indefinido.....	23
1.4 Considerações	24
1.4.1 O Tratamento do Artigo.....	24
1.4.2 O Tratamento do Pronome.....	26
1.4.3 O Tratamento do Numeral	28
2 O TRATAMENTO DOS INDEFINIDOS EM GRAMÁTICAS MODERNAS	31
2.1 <i>A Moderna Gramática Brasileira</i> , de Celso Pedro Luft.....	32
2.1.1 As Classes de Palavras.....	33
2.1.2 O Numeral.....	34
2.1.3 O Pronome	34
2.2 <i>A Moderna Gramática Portuguesa</i> , de Evanildo Bechara.....	36
2.2.1 As Classes de Palavras	37
2.2.2 O Artigo Indefinido	38
2.2.3 O Pronome Indefinido	40
2.3 Considerações	45
3 O TRATAMENTO DOS INDEFINIDOS EM GRAMÁTICAS DESCRITIVAS	50
3.1 Uma Descrição de Cunho Estruturalista.....	51
3.1.1 O Artigo	52
3.1.2 O Pronome	53
3.2 Uma Descrição Baseada em Princípios da Lógica Formal.....	57
3.2.1 Os Nominais e Operações de Determinação.....	57
3.2.2 A Estrutura Interna do Sintagma Nominal.....	65
3.3 Uma Abordagem a partir de Pressupostos Gerativistas	68
3.3.1 Princípios do Estudo da Gramática	71

III

3.3.2 Pronomes – Uma Nova Classificação	73
3.4 Uma Descrição de Usos do Português Atual	76
3.4.1 O Artigo Indefinido	77
3.4.2 O Pronome Indefinido	83
3.5 Considerações	99
4 A TEORIA DE BENVENISTE	111
4.1 Justificativa para o Percurso Adotado	111
4.2 As Palavras	113
4.3 A Frase	119
4.4 As Palavras e a Frase – A Referência à Enunciação	122
4.4.1 A <i>Não-Pessoa</i> – Indicador de Subjetividade e Indicador Referencial	125
4.5 O Diálogo	131
4.5.1 A Intersubjetividade	132
4.5.2 A Interpretância da Língua	134
4.5.3 Co-Referência	137
5 PARA UM ESTUDO DOS INDEFINIDOS BASEADO NA ENUNCIÇÃO	142
5.1 Princípios Norteadores das Análises	142
5.1.1 Os Indefinidos – Significação na Língua	142
5.1.2 Os Indefinidos no Enunciado – Inter-Relações com Outras Palavras	144
5.1.3 Os Sentidos dos Indefinidos e a Enunciação	146
5.1.4 Os Indefinidos – Categoria de <i>Não-Pessoa</i>	147
5.1.5 Os Indefinidos – Sentido no Enunciado	148
5.2 <i>Corpus</i>	150
5.2.1 Considerações sobre Análises e Constituição do <i>Corpus</i>	151
6 ANÁLISES	154
6.1 Alguém	154
6.2 Algo	164
6.3 Tudo	173
6.4 Nada	179
6.5 Ninguém	185
6.6 Algum	188
6.7 Nenhum	192
6.8 Todo	196
6.9 Muito	203
6.10 Pouco	207
6.11 Vários	210
6.12 Qualquer	212
6.13 Tanto	214
6.14 Cada	217
6.15 Certo	219
6.16 Diversos	221
6.17 Uns	223
CONSIDERAÇÕES FINAIS	226
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	237

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação dos Pronomes Indefinidos em Rocha Lima.....	15
Quadro 2 – Classificação dos Pronomes Indefinidos em Cegalla.....	15
Quadro 3 – Classificação dos Pronomes Indefinidos em Cunha e Cintra – Aspectos Morfológicos e Sintáticos	16
Quadro 4 – Classificação dos Pronomes Indefinidos em Cunha e Cintra – Aspectos Semânticos	16
Quadro 5 – Classificação dos Pronomes Indefinidos em Said Ali.....	17
Quadro 6 – <i>Corpus</i> Inicial: Listagem Geral dos <i>Indefinidos</i>	110
Quadro 7 – Palavras cujas ocorrências são analisadas	110
Quadro 8 – <i>Ninguém</i> – Definição e Indefinição.....	226
Quadro 9 – Usos de <i>Nada</i> e Referência.....	228
Quadro 10 – Sentidos de <i>Todo</i>	229
Quadro 11 – <i>Tanto</i> : Sentidos.....	230
Quadro 12 – <i>Certo</i> : Sentidos.....	230
Quadro 13 – Nuclear/Periférico e Indefinição	232
Quadro 14 – <i>Algo</i> – Sentido e Restrição	232
Quadro 15 – Substitutos Abreviativos.....	233
Quadro 16 – Categoria Espaço-Tempo.....	234

RESUMO

Este é um estudo sobre usos de *indefinidos* em português, na perspectiva da enunciação. Apresenta uma leitura de gramáticas, verificando qual o tratamento dado a estas palavras. Com base em pressupostos estabelecidos por Émile Benveniste, teórico da enunciação, propõe uma metodologia para análise de enunciados. Realiza uma descrição de ocorrências de *indefinidos* em enunciados, utilizando, como *corpus* para análises, textos de revistas e jornais. A partir de análises que se orientam pela verificação de relações sintático-semânticas promovidas pelo locutor para atribuição de referência à atitude sua e à situação, conclui que as palavras estudadas, considerando-se língua em uso, não podem ser classificadas sempre como *indefinidos*, tal como fazem estudos clássicos da língua, e que, a cada situação enunciativa, apresentam um sentido, referência única à idéia singular expressa pelo locutor.

RESUME

Ce travail est une étude sur les différents usages des *indéfinis* en Portugais, dans la perspective de l'énonciation. Il fait le point de nos recherches dans différentes grammaires, dans lesquelles nous avons observé le traitement accordé à ces mots. Ayant pour base les principes établis par Emile Benveniste, théoricien de l'énonciation, cette étude propose une méthodologie pour l'analyse des énoncés. Elle réalise une description de l'occurrence d'*indéfinis* dans les énoncés, le *corpus* de cette analyse étant constitué par des textes de journaux et revues. À partir d'analyses qui s'orientent vers la recherche de relations syntatico-sémantiques réalisées par le locuteur pour l'attribution d'une référence à son attitude et à la situation, elle conclut que l'on ne peut toujours considérer les mots étudiés, dans le contexte de la langue usuelle, comme *indéfinis*, tel qu'il arrive maintes fois dans des études classiques de la langue, et que, dans chaque situation énonciative, ces mots possèdent un sens, référence unique à l'idée singulière exprimée par le locuteur.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um estudo sobre palavras que as gramáticas costumam classificar como *indefinidos*. Decorre de uma necessidade nossa pois, em atividade pedagógica, muitas vezes vivenciamos situações nas quais os conceitos e classificações apresentados pelas gramáticas, relativos aos *indefinidos*, não se mostravam adequados ou suficientes quando confrontados com exemplos relacionados ao uso da língua.

Em nossa opinião, a gramática deve ser estudada na escola porque viabiliza o acesso a um conjunto de informações sobre a língua, de forma organizada, procurando dar conta de uma multiplicidade de aspectos. Muitos a julgam completa, cremos que a completude é impossível, entretanto ainda é uma maneira de oportunizar a todos, sem distinção, já que sua preocupação é com o uso padrão, e por padrão entende o uso culto, a produção de uma escrita que a sociedade considera ser *de qualidade*. Apesar desta posição, cremos que a gramática estuda exclusivamente a *língua* e desconsidera *usos*, pois promove apenas um, daí a necessidade de estudos que façam o que ela, por natureza, não faz. Este é o nosso desafio.

Para o cumprimento da tarefa que nos impomos, elegemos a teoria de Émile Benveniste. Esta escolha se dá porque este referencial teórico permite a descrição da *língua em uso* sem desconhecer a *língua*, relacionando estes dois âmbitos de tal forma que, cremos, a dissociação ser impossível. Implícito neste pressuposto, outro aspecto também para nós representa relevância: a existência de *aparelho formal* que articula não só *sujeitos e contexto* – *eu-tu-aqui-agora* –, como também aponta como decorrente da *instância de discurso* toda manifestação linguística, considerando *referência*.

Além do que já contempla, esta teoria ainda nos permite fazer uma leitura pelo mesmo viés das gramáticas, excluindo-se, vez por outra, as que se relacionam a teorias lingüísticas, porque podemos nos deter no estudo da *palavra* e no estudo da *frase*. Embora *palavra* e *frase* em Benveniste sejam conceituadas diferentemente, pois decorrem da *enunciação*, a possibilidade deste referencial teórico – e só disto pois, quanto à aplicação, tal não é possível – a partir do entendimento do que seja *palavra* e, depois, *frase*, viabiliza realçar ainda mais o que representa estudar a *língua*, e é o que, em parte, as gramáticas fazem, e o que requer o estudo da *língua em uso*.

Apesar desta aproximação quanto à forma de apresentação da teoria, nenhuma outra há, muito menos uma proposta de classificação, o que não julgamos compatível com o estudo que realizamos que, relevando *sujeito* e *contexto*, toma cada enunciação como única e cada enunciado, o produto da enunciação, também como único e não repetível, não havendo, portanto, previsão, sob forma de critérios de classificação, de possibilidade de *atualização*.

Com base nestes pressupostos teóricos, nossa hipótese é que as palavras pertencentes à classe dos *indefinidos* adquirem sentidos no processo enunciativo, decorrentes da atitude do *sujeito* e do *contexto*.

Como conseqüência disto – trata-se, pois, de hipótese secundária – , as palavras tidas como *indefinidos* podem, já que supomos que tal classificação corresponde ao significado que estes termos lexicais têm na *língua*, romper, no *uso da língua*, os limites que as inscrevem como tal.

A partir destas hipóteses, traçamos para o nosso trabalho um objetivo: descrever usos de palavras pertinentes à classe dos *indefinidos*, buscando apreender sentidos promovidos pelos locutores, observáveis no enunciado, decorrentes de relações sintático-semânticas que nele se estabelecem.

Promover sentido implica atribuir referência, portanto outro objetivo se impõe, e tal não pode ser considerado secundário ou específico, mas inserido no anterior, devido às inter-relações que a teoria manifesta. Assim, quando da descrição dos usos destas palavras, nossa atenção estará voltada para *referência* e procuraremos verificar no

enunciado a atribuição de referência a uma determinada situação que pressupõe *pessoa, tempo e espaço*. É deste modo que pretendemos dar resposta à segunda hipótese formulada que, ao admitir na *língua* a noção de *indefinição*, busca no *uso da língua*, que cria *referência*, a *atualização* desta noção.

Um trabalho como este diz muito de quem o elabora. E é por isto que o iniciamos, fazendo um rastreamento do que as gramáticas dizem sobre os *indefinidos*. Mesmo que nos aleguem que tudo isto já é por demais sabido por todos e que nós, inclusive, que por tantos anos nos ocupamos de estudar e ensinar o que as gramáticas apresentam, deveríamos dispensá-lo, discordaremos. É inadmissível que façamos deslocamentos com base em meras suposições, ainda que visem ao acréscimo, e não à negação. Além do mais, se nosso objetivo é avançar, precisamos de informações sustentáveis porque supomos que a gramática dá conta da *língua*, mas não do *uso*. A leitura que fazemos das diversas gramáticas se faz, pois, necessária, quer seja considerado do ponto de vista ético, quer teórico.

Nosso estudo sobre os *indefinidos* se inicia pela leitura das gramáticas tradicionais, e destas escolhemos algumas que gozam de prestígio entre os que se ocupam de estudar ou ensinar a língua portuguesa. Optamos por começar pela leitura destas gramáticas porque, apesar das críticas que vêm sofrendo, ainda representam o *sensu comum* em relação aos fatos da língua e, também, porque muitos outros trabalhos, mesmo com o intuito de questioná-las, partem de seus pressupostos com vistas à reformulação ou a abordagens diferenciadas.

Dando prosseguimento ao estudo do já existente sobre os *indefinidos*, realizamos a leitura de gramáticas modernas. Usamos este termo adotado por Celso Pedro Luft, um dos autores constantes no nosso trabalho, para diferenciar os estudos clássicos dos que procuram, nas teorias lingüísticas, alguns aportes para atualização, embora conservem a maioria das características apresentadas pelas abordagens tradicionais. Consideramos estes autores como pertencentes a uma fase de *transição* entre os estudos do português que têm por base a teoria gramatical e os que se fazem a partir de teorias lingüísticas.

Encerrando a leitura das gramáticas, nos dedicamos àquelas que, por questionarem o até então realizado ou por se filiarem a uma proposta não condizente

com o que quer a tradição, apresentam trabalhos que nos dão alguma perspectiva para a realização deste. Ainda que nem todos possam ser considerados como gramáticas, aspectos relevantes os reúnem: fazem um estudo amplo dos fatos da língua com base em uma teoria lingüística e se propõem à descrição. O fato de utilizarem a lingüística como pressuposto teórico é o principal motivo pelo qual constam aqui, pois, independentemente da teoria adotada, ensejam a possibilidade de que seja feito algo semelhante.

Decorre desta classificação – gramáticas *tradicionais, modernas, descritivas* – a organização dos três capítulos iniciais. Neles apresentamos o que cada autor diz sobre *palavras que expressam indefinição* e, após cada um deles, tecemos algumas considerações sobre o que foi lido. Adotamos este procedimento porque permite que, paulatinamente, organizemos as informações colhidas, verifiquemos se promovemos acréscimos à nossa proposta de estudo e, também, percebamos inter-relações entre as diversas abordagens, uma tentativa de reconstituição do que temos em língua portuguesa, sobre o tema por nós selecionado.

Também das gramáticas nos valem para a seleção das palavras que são objeto de análises. Assim, outra vez se evidencia o quanto é importante para nós este exame cuidadoso da teoria gramatical. Sendo nosso desejo contrapor *língua e uso da língua*, considerando a noção de indefinição por estes estudos apresentada, escolhemos palavras entre as que as gramáticas listam como *indefinidos*. Estas palavras constituem o que chamamos de *corpus inicial*.

Como descrição requer um *corpus*, optamos por um que também diz respeito ao que lemos. Para não nos afastarmos do que apresentam as gramáticas tradicionais e, também, as modernas, que priorizam o uso culto com base no escrito, o *corpus* escolhido é composto por textos jornalísticos que, obedecendo às normas da escrita, por terem circulação ampla, têm como critérios acessibilidade e uniformidade no uso da língua. Não só estas gramáticas inspiram esta seleção, mas também a de Perini (1996) e a de Moura Neves (2000), esta última também baseada em usos, por utilizarem textos escritos para descrever o português contemporâneo.

A partir da teoria de Benveniste, estabelecemos uma metodologia para a realização das análises. Nosso objetivo, ao estudar os *indefinidos*, é a enunciação, e o enunciado, que é seu produto, permite percebê-la já que a palavra se atualiza no uso da língua, mantendo inter-relações com as demais palavras que compõem o enunciado: *indefinido*, então, é palavra *no* enunciado. Estudaremos, pois, o enunciado a partir de relações sintático-semânticas que nele se estabelecem a fim de verificarmos o sentido atribuído aos *indefinidos* pelos sujeitos.

Metodologicamente, a partir da teoria, estabelecemos princípios que norteiam as análises através dos quais pretendemos atingir o objetivo formulado para este trabalho. Tais princípios, resumidamente, são os seguintes:

- a) os *indefinidos* expressam conceitos da língua que se atualizam na língua em uso;
- b) o sentido dos *indefinidos* se dá por meio de inter-relações que mantêm com outras palavras, no enunciado, expressão da idéia que *refere*;
- c) os *indefinidos* são palavras submetidas à enunciação;
- d) os *indefinidos* pertencem à categoria de *não-pessoa* e, portanto, podem ser empregados como substitutos abreviativos ou como promotores de sentidos vários;
- e) os sujeitos atribuem sentidos aos *indefinidos*, criando referência única, relativa a *eu-tu-aqui-agora*.

Pela forma como se organiza este trabalho, do ponto de partida – as gramáticas, tão presentes em tudo a que nos dedicamos – e o ponto a que pretendemos chegar, fica pautada uma necessidade. E ela não se firma no questionamento por si só ou na negação, mas na crença no já-feito e no seguir adiante. Dela decorrem as leituras, por ela se justifica a escolha da teoria. Por meio dela alguém se diz, diz o que já fez, as insatisfações que encontrou e os problemas que não soube resolver. Eis uma tentativa, não de superação dos outros ou do que realizaram, mas de superar-se.

1 O TRATAMENTO DOS INDEFINIDOS EM GRAMÁTICAS TRADICIONAIS

Das gramáticas tradicionais examinadas, três delas são claramente normativas. É o que dizem seus autores – Rocha Lima, Cegalla e Said Ali¹ – ao apresentarem, nas partes pré-textuais – prefácio ou introdução –, o objetivo de seu trabalho e fontes de consulta:

a) apresentam-se as regras do *bem* escrever e do *bem* falar;

b) buscam-se exemplos comprobatórios em bons escritores.

Além destes, outro fator comum a todas é que o texto subdivide-se em três partes – fonologia, morfologia e sintaxe – dispostas sempre nesta ordem.

A partir disto, mesmo que não esteja explícito, verifica-se que o interesse se volta exclusivamente para o padrão culto da língua e que este padrão corresponde ao *literário*. O objetivo é que o leitor não só escreva conforme as normas citadas, mas também as empregue nas situações de fala. Neste sentido, Cegalla compara a gramática normativa a compêndios de boas maneiras que “preceituam as normas de polidez que todo cidadão deve acatar” (1970, p. 17). A gramática tradicional, portanto, ignora a existência de uma expressão que difira do padrão culto escrito, ao citar exemplos, como também propõe que os falantes do português modelem a expressão oral por este padrão. O objetivo, assim, é a uniformização do uso da língua.

¹ As gramáticas aludidas, cujos autores são Rocha Lima, Cegalla e Said Ali, têm como título, respectivamente, *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*.

Cunha e Cintra, autores da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*², ao exporem o trabalho que pretendem realizar, parecem, num primeiro momento, se distanciar das demais gramáticas no que diz respeito ao que visam. Seu objetivo é apresentar uma descrição do português atual, abarcando Portugal, Brasil e países da África em que se fala esta língua. Estes autores têm o intuito de, com base em fatos atuais da língua, estabelecerem as tendências relativas ao uso, apenas uma *orientação* de uma expressão oral e, sobretudo, escrita (1985, p. XIII).

Apesar de afirmarem que sua gramática é descritiva, o que os afastaria das que prescrevem normas, Cunha e Cintra também se voltam para os *bons escritores*, assim como os demais autores e, deste modo, para o padrão escrito literário, ainda que apresentem uma ressalva: consideram também o coloquial, que, pelo visto, consta nas obras destes *bons escritores*.

Se da leitura das gramáticas normativas depreendíamos que sua meta é a uniformização da língua, desta podemos depreender que visa à unificação do português, além da sua uniformização pois

“Trata-se de uma tentativa de descrição do *português atual* na sua *forma culta*, isto é, da língua como a têm utilizado os *escritores portugueses, brasileiros e africanos* do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos *autores* de nossos dias. Não descuro, porém, dos fatos da linguagem coloquial, especialmente ao analisarmos os empregos e os valores afetivos das formas idiomáticas” (1985, p. XIV) (Grifo nosso).

² Foi objeto de leitura, também, a *Gramática da Língua Portuguesa*, de Celso Cunha, editada pelo MEC-FENAME, em 1972. Devido à proximidade existente entre os textos destas obras, optamos por uma delas, que ora é examinada.

1.1 O ARTIGO INDEFINIDO

Nas gramáticas lidas, o conceito³ de artigo é apresentado mediante diversidade de critérios:

a) em Rocha Lima, são morfológicos e sintáticos: a precedência em relação ao substantivo, o fato de ser *marca* de substantivo, o de indicar substantivação, o de assinalar categorias de gênero e número;

b) em Cegalla, além do critério morfológico e do sintático, há o semântico: a relação estabelecida com o substantivo, a anteposição, a noção de determinação, a indicação de gênero e número; além disto, em nota de rodapé, consta que os artigos são palavras vazias de sentido, quando tomadas isoladamente;

c) em Said Ali, destaca-se o critério sintático – a anteposição ao substantivo –, entretanto o morfológico consta ao serem arroladas as palavras que pertencem a esta classe;

d) em Cunha e Cintra, repete-se o mesmo procedimento adotado por Said Ali, todavia o conceito prossegue sendo exposto, já se distinguindo os tipos de artigos a partir da finalidade com que são empregados, e daí o critério é semântico.

Ao serem conceituados artigos, chama a atenção o fato de Said Ali não enumerar como artigos *uns* e *umas*.

“Damos o nome de ARTIGO quer à palavra *o* (com as variações *a*, *os*, *as*), quer ao vocábulo *um* (com o feminino *uma*),

³ Os autores das gramáticas empregam, em relação às classes de palavras, os termos *definição* ou *conceito*. A diferença entre ambos é problemática, entretanto optamos pelo segundo com base em André Lalande, que, no *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*, apresenta o seguinte, ao distinguir conceitos *a priori* ou *puros* de conceitos *a posteriori* ou *empíricos*:

“Os conceitos *a posteriori* ou *empíricos*, quer dizer, as noções gerais que definem as classes de objetos dadas ou construídas, e convindo de maneira idêntica e total a cada um dos indivíduos que formam essas classes, podendo-se ou não separá-las deles” (1996, p. 181).

Acrescenta ainda que:

“(…) toda classe definida de objetos corresponde a um conceito, pois não se pode definir uma tal classe sem indicar um conjunto de características que pertencem aos objetos dessa classe, e somente eles, que permitem distingui-los de todos os outros” (1996, p. 182).

que de ordinário antepomos aos substantivos comuns” (1966, p. 49).

Nestas gramáticas, os artigos indefinidos são conceituados com base em critérios semânticos e em oposição a artigos definidos: a noção atribuída pelo artigo definido ao substantivo contrasta com a expressa pelo indefinido.

Rocha Lima diz que o artigo definido indica “que se trata de um ser claramente determinado⁴ entre outros da mesma espécie que o ouvinte ou o leitor já sabem quem é, pelas circunstâncias que cercam a enunciação da frase” enquanto que o indefinido “se emprega para mencionar um ser qualquer entre outros da mesma espécie – que não individualizo, nem o ouvinte ou leitor saberão precisar quem seja” (1999, p. 93).

Cegalla também baseia a conceituação na diferença entre definidos e indefinidos: os primeiros determinam o substantivo de modo preciso, particular; a partir dos indefinidos, a determinação é vaga, imprecisa, geral. Para esclarecer mais a idéia expressa, o autor cita exemplos e explica-os: *Viajei com o médico (um médico referido, conhecido, determinado); Viajei com um médico (um médico não referido, desconhecido, indeterminado)*.

Said Ali também conceitua os artigos definido e indefinido do mesmo modo que os autores já citados – o definido “se aplica ao ser determinado que temos representado no espírito” ou “se usa com referência à espécie inteira”, e o indefinido é “usado para mencionar um ser qualquer entre muitos” (1965, p. 49), porém, em relação à palavra *um*, diz que, se significar uma só unidade, pertence à classe dos numerais. Exemplifica com *Preciso de uma pena, e não de duas* (para exemplificar artigo indefinido, cita a frase *Preciso de uma pena para escrever a carta*).

O conceito apresentado por Cunha e Cintra é semelhante ao de Rocha Lima: o artigo definido indica “que se trata de um ser já conhecido do leitor ou ouvinte, seja por ter sido mencionado antes, seja por ser objeto de um conhecimento de experiência”, e o

⁴ Em nota de rodapé, Rocha Lima remete o leitor à *Gramática Castellana*, de Amado Allonso, a fim de que sejam obtidos esclarecimentos quanto às idéias de *determinação* e de *indeterminação* atribuídas generalizadamente aos artigos. Por ora, não tecemos comentários sobre isto, já que estamos abordando o que é tratado pelas gramáticas. O assunto será retomado na seção *Considerações*.

indefinido “que se trata de um simples representante de uma dada espécie ao qual não se fez menção anterior” (1985, p. 199).

Se em Cunha e Cintra não é feita alusão à noção de determinação ao ser conceituado o artigo, é porque esta noção merece destaque na seção cujo título é *Valores do Artigo*. Para explicar a determinação, os autores utilizam-se de frases, as quais são: *Foi chegando um caboclinho magro, com uma taquara na mão. Foi chegando o caboclinho magro, com a taquara na mão. Foi chegando este caboclinho magro, com esta taquara na mão.*

Tais exemplos são utilizados para que se conclua que a determinação do substantivo vai se tornando mais precisa porque:

a) no primeiro exemplo, indica-se a espécie dos substantivos que são apresentados ao ouvinte;

b) no segundo, restringe-se a extensão do significado do substantivo, com *individualizá-los, defini-los*;

c) no terceiro (onde constam pronomes demonstrativos), o sentido dos substantivos está ainda mais limitado, os substantivos situam-se no *tempo e no espaço*.

1.1.1 *O Emprego do Artigo Indefinido*

Além de apresentar conceitos relativos a artigos, todas as gramáticas lidas tratam também de seu emprego⁵. Em três delas, a de Rocha Lima, a de Cegalla e a de Said Ali, a seção relativa a emprego consta no capítulo *Sintaxe* (em Said Ali, o título dado ao capítulo é *Sintaxe e Estilística*); em Cunha e Cintra, cuja gramática não apresenta a clássica divisão – fonologia, morfologia e sintaxe –, tal assunto é tratado no próprio

⁵ As gramáticas também mencionam casos em que há omissão do artigo. Estes não são por nós apresentados porque este estudo não está previsto neste trabalho.

Sobre a omissão do artigo indefinido, Cunha e Cintra esclarecem que não há propriamente omissão pois o artigo era de emprego restrito na fase primitiva das línguas românicas e, com o passar do tempo, começou a ser usado com mais frequência. Alguns gramáticos vêem este uso como influência do francês, mas Cunha e Cintra o atribuem a uma tendência dos idiomas neolatinos (1985, p. 234).

capítulo *Artigo*. Um fato que é preciso destacar é que o emprego do artigo indefinido não merece a mesma consideração que o do definido: em Said Ali e em Rocha Lima, não é citado nenhum caso, somente do definido os autores se ocupam em todo capítulo; nas demais é quantitativamente inferior.

Cegalla, sobre o emprego do artigo indefinido, diz que:

a) transmite ao substantivo grande força expressiva (*Estou com uma fome... Recomeçou a falar com uma calma que não sabia bem de onde vinha*);

b) antepõe-se aos numerais para exprimir aproximação (*Eu devia ter, por esse tempo, uns dezesseis anos; Fiquei esperando uma boa meia hora*).

Cunha e Cintra, que também dedicam uma seção ao emprego do artigo indefinido, antes de citarem tais situações, acrescentam, ao que já haviam dito sobre estas palavras, o seguinte: o artigo indefinido singular ainda conserva resquício do sentido de unidade – o numeral latino – e comumente apresenta “o ser ou o objeto expresso pelo substantivo de maneira imprecisa, indeterminada ou desconhecida” (1996, p. 230), decorrendo deste valor certos empregos particulares. Ao tratarem do emprego deste artigo, distinguem substantivo comum e substantivo próprio.

Empregado com substantivo comum,

a) o artigo indefinido serve principalmente para a apresentação de um ser ou objeto ainda não conhecido do ouvinte ou leitor; uma vez apresentado, o locutor ou escritor deverá usar o artigo definido (*Pouco depois, atraído também pelo espetáculo, foi chegando um caboclinho magro, com uma taquara na mão. Pupilas acesas vinham espiar entre as árvores, como que também atraídas pela melodia da taquara do caboclinho*);

b) por sua força generalizadora, o artigo indefinido pode atribuir a um substantivo no singular a representação de toda a espécie (*Uma mulher não gosta de profissão nenhuma. Uma mulher só gosta sinceramente de duas coisas: casar e ter filhos*);

c) o artigo indefinido, na aposição, é empregado com o substantivo comum, que é repetido; desta forma, precisa-se a classe ou a espécie de um substantivo já determinado por artigo definido (*Ele sentia o cheiro doce do impermeável dela: um cheiro doce de fruta madura; A chuva continuava, uma chuva mansa e igual, quase lenta, sem interesse em tombar*);

d) a anteposição do plural *uns, umas* a cardinais indica a aproximação numérica (*O sítio em que nos instalamos ficava a uns oito quilômetros de Barbacena... Teria, quando muito, uns doze anos*);

e) *uma*, antes de forma fracionária *meia*, indica aproximação numérica (*Decorreu uma boa meia hora*);

f) o artigo indefinido plural é usado para designar um só par, antes de nomes de partes do corpo ou objetos que se considerem aos pares (*Trazia uns sapatos rasos, uns olhos verdes*).

Em nota de rodapé, os autores citam os exemplos *Ela é uma candura!...* e *Tens umas idéias!...*, afirmando que:

a) o artigo indefinido aparece com acentuado valor intensivo em certas frases da linguagem coloquial, caracterizadas por uma entoação particular;

b) a suspensão da voz faz subentender um adjetivo de qualidade ou defeito de caráter excepcional: *Ela é de uma candura admirável (ou comovente), Tens umas idéias estapafúrdias (ou ótimas)*.

c) a força intensiva do indefinido permite que se complete a estrutura consecutiva com o aparecimento de uma oração iniciada por *que*: *Ela é de uma candura que comove*, entendida como *Ela é de uma candura tal, que comove*.

Empregado com substantivo próprio, antes de nome de pessoa, o artigo indefinido:

a) acentua a semelhança ou a conformidade de alguém com um vulto ou personagem célebre, e o nome próprio passa a ser comum (*Papai era um Quixote*);

b) indica o indivíduo ser símbolo de uma espécie (*A fortuna, toda nossa, é que não temos um Kant*);

c) designa um indivíduo pertencente a uma determinada família (*José Bonifácio era um Andrada*);

d) evoca aspectos geralmente imprevistos de uma pessoa (*Apesar disso tudo, um Joaquim risonho, a satisfação em pessoa*);

e) designa obras de um artista, geralmente quadros de um pintor (*Também disse, é verdade, como era necessário aprender a distinguir o fado de uma sinfonia, um Picasso de um calendário*).

O artigo indefinido pode, assim como o definido, acompanhar nomes geográficos, se qualificados: *Numa Europa mecanizada, a Espanha surge-nos intemporal*.

1.2 O PRONOME INDEFINIDO

Os conceitos apresentados pelas gramáticas normativas para pronome em geral são muito semelhantes. Rocha Lima, Cegalla e Said Ali tratam pronome como palavra relacionada às pessoas do discurso: pronome *denota* o ser ou o *representa*, ou a ele se *refere*.

Ainda em relação ao pronome em geral, Rocha Lima diz os pronomes serem “vazios de conteúdo semântico, têm significado essencialmente ocasional, determinado pelo conjunto da situação” e exemplifica com *eu*, *meu* e *este* (a situação da pessoa que fala, a situação daquilo que pertence à pessoa que fala, a situação de proximidade em relação à pessoa que fala, respectivamente) (1999, p. 110).

Diversamente, Cunha e Cintra apresentam os pronomes a partir da sintaxe: desempenham funções equivalentes às exercidas pelos elementos nocionais; a partir desta exposição inicial, é acrescentado que os pronomes representam o substantivo ou o

acompanham, determinando-lhe a extensão do significado. Nesta explicitação, mesclado a aspecto sintático do pronome, é considerado aspecto semântico.

Deste conceito proposto por Cunha e Cintra, é extraída uma classificação para os pronomes: os *pronomes substantivos*, os que representam os substantivos, e os *pronomes adjetivos*, os que acompanham, os que modificam o substantivo. Tal classificação também está presente nas gramáticas de Cegalla e Said Ali, mas este último, além da terminologia já citada, que associa o pronome a substantivo ou a adjetivo, apresenta outros nomes para estas subclasses: *pronomes absolutos e pronomes adjuntos*.

Em relação aos pronomes indefinidos, todas as gramáticas estão em consonância: são os que se referem à 3ª pessoa do discurso, expressando sentido vago, impreciso, indeterminado.

Conceituados os pronomes indefinidos, os autores passam a listá-los, e a listagem apresentada serve, também, para classificações.

Rocha Lima classifica-os a partir de critérios sintático, morfológico e semântico:

a) sintaticamente, constituem dois agrupamentos: os que se empregam isoladamente, desacompanhados de substantivo, e os que vêm ao lado de um substantivo, com o qual concordam em gênero e número;

b) morfológicamente, formam dois grupos: os variáveis e os invariáveis, tendo o autor o cuidado de registrar todas as possibilidades de flexão em gênero e número para que o leitor perceba esta distinção estabelecida entre os pronomes;

c) semanticamente, os *que se empregam isoladamente* formam três conjuntos: os que se referem a pessoas, os que se referem a coisas, os que se referem a lugares.

		Invariáveis	Variáveis
Empregados isoladamente	Referentes a pessoas	quem alguém ninguém outrem	
	Referentes a coisas	que algo nada tudo	
	Referentes a lugares	onde algures alhures nehures	
Empregados com substantivos		cada que	todo, toda, todos, todas algum, alguma, alguns, algumas vários, várias nenhum, nenhuma, nenhuns, nenhuma(s) certo, certa, certas, certas outro, outra, outros, outras muito, muita, muitos, muitas pouco, pouca, poucos, poucas quanto, quanta, quantos, quantas qual, quais um, uma, uns, umas qualquer, quaisquer

Quadro 1 – Classificação dos Pronomes Indefinidos em Rocha Lima

Cegalla, ao enumerar estes pronomes, restringe-se a um único aspecto – a relação com os substantivos —, daí três grupos: os pronomes substantivos, os adjetivos, e os que são ora adjetivos, ora substantivos. A invariabilidade e a variabilidade, contudo, estão implícitas na própria forma de apresentar a listagem.

Sempre substantivos	algo, alguém, fulano, sicrano, beltrano, nada, ninguém, outrem, quem, tudo
Sempre adjetivos	cada, certo(s), certa(s)
Ora adjetivos, ora substantivos	algum, alguns, alguma(s), bastante(s), demais, mais, menos, muito(s), muita(s), nenhum, nenhuns, nenhuma(s), outro(s), outra(s), pouco(s), pouca(s), qualquer, quaisquer, que, quanto(s), quanta(s), tal, tais, tanto(s), tanta(s), todo(s), toda(s), um, uns, uma(s), vários, várias

Quadro 2 – Classificação dos Pronomes Indefinidos em Cegalla

Cunha e Cintra apresentam os pronomes indefinidos distribuídos em três grupos:

a) sob o aspecto morfológico, apontam os variáveis e os invariáveis;

b) sob o aspecto sintático, classificam-nos em substantivos e adjetivos, destacando que alguns podem desempenhar ora uma função, ora outra;

c) sob o aspecto semântico, consideram *oposições*: o caráter afirmativo da série/o caráter negativo da série, totalidade inclusiva/totalidade exclusiva, presença de idéia de pessoa/ausência dessa idéia, valor particularizante/total ausência de particularização.

	Variáveis	Invariáveis
Pronomes substantivos	algun, alguns, alguma, algumas nenhum, nenhuns, nenhuma, nenhuma todo, todos, toda, todas outro, outros, outra, outras muito, muitos, muita, muitas pouco, poucos, pouca, poucas vário, vários, vária, várias tanto, tantos, tanta, tantas quanto, quantos, quanta, quantas	alguém ninguém tudo outrem nada algo
Pronomes adjetivos	algun, alguns, alguma, algumas nenhum, nenhuns, nenhuma, nenhuma todo, todos, toda, todas outro, outros, outra, outras muito, muitos, muita, muitas pouco, poucos, pouca, poucas vário, vários, vária, várias tanto, tantos, tanta, tantas quanto, quantos, quanta, quantas certo, certos, certa, certas qualquer, quaisquer	cada

Quadro 3 – Classificação dos Pronomes Indefinidos em Cunha e Cintra – Aspectos Morfológicos e Sintáticos

Caráter da série	Afirmativo	algun, alguém, algo
	Negativo	nenhum, ninguém, nada
Caráter de totalidade	Inclusiva	todo, tudo
	Exclusiva	nada, nenhum
Idéia de pessoa	Presente	alguém, ninguém
	Ausente	algo, nada
Valor particularizante	Presente	certo
	Ausente	qualquer

Quadro 4 – Classificação dos Pronomes Indefinidos em Cunha e Cintra – Aspectos Semânticos

Said Ali, assim como Cegalla, também classifica os pronomes indefinidos, considerando-os substantivos ou adjetivos; chama-os, entretanto, de *absolutos* e de *adjuntos*, afirmando que, entre os primeiros, há os que podem ser denominados de *indefinidos distributivos* porque repetidos em frases diferentes, com sentido distributivo.

Absolutos	(Não distributivos)	alguém, ninguém, outrem, algo, tudo, nada
	Distributivos	quem...quem, qual...qual, este...este, um...outro
Adjuntos	algum, um, certo, vários, todo, outro, nenhum, qualquer, cada (invariável)	

Quadro 5 – Classificação dos Pronomes Indefinidos em Said Ali

Nas seções em que tratam de pronomes indefinidos, tanto Rocha Lima como Cegalla apresentam locuções pronominais indefinidas⁶; em outras seções, também constam como indefinidos os pronomes interrogativos. Além disto, Rocha Lima também considera indefinidos os relativos que não apresentam antecedente expreso.

1.2.1 O Emprego do Pronome Indefinido

Nas gramáticas de Rocha Lima, Cegalla e Said Ali, conceitos e classificações referentes a pronomes indefinidos constam na parte que compreende morfologia; no capítulo dedicado à sintaxe, estudam-se os empregos destes pronomes. Said Ali intitula-o *Sintaxe e Estilística*. Cunha e Cintra, porque não apresentam divisões correspondentes às partes da gramática – fonologia, morfologia e sintaxe – incluem este estudo entre outros já realizados sobre o assunto, sob o título *Valores de Alguns Indefinidos*.

A apresentação do estudo do emprego dos pronomes na seção relativa à sintaxe deve-se à inserção destes em uma frase, o que não ocorre necessariamente quando são conceituados e classificados. Esta é a única razão que encontramos para justificar a presença deste assunto no referido capítulo, já que não é apenas de ordem sintática a

⁶ Mencionamos tais informações por questão de fidelidade à leitura; não apresentamos detalhes sobre o assunto já que não é de interesse para o nosso trabalho, pois, com a finalidade de aprofundarmos a análise, realizamos um recorte no conjunto de palavras que expressam indefinição. Este recorte será apresentado em seção posterior.

explicação apresentada para os empregos, também interfere o sentido, quando não somente ele, verificando-se, além destas, situações em que se formulam normas que dizem respeito a aspectos morfológicos. Repetem-se, pois, os mesmos procedimentos já apontados anteriormente: não é adotado um critério único, no caso o sintático, como requer a seção, mas coexistem outros, dependendo do que se quer regular.

Para o emprego de *algum*⁷, é determinado que:

a) anteposto ao substantivo tem sentido afirmativo; se posposto, apresenta sentido negativo (RL, Ceg., SA, CC)⁸: *Algum amigo os traiu, Amigo algum os traiu (=nenhum amigo)* (Ceg., 408);

b) no feminino, aparece em construções com acentuado valor afetivo (CC): *O lavrador ainda levantou a cabeça para fazer alguma das dele, Alguma ele andou fazendo* (CC, 351).

Quanto ao emprego de *nenhum*, é dito que:

a) *nenhum* apresenta sentido negativo (RL): *Coisa nenhuma, Nenhuma coisa* (RL, 335);

b) este pronome, posposto ao substantivo, torna a negação mais expressiva (Ceg., SA): *Seu Ivo, não moro em parte nenhuma* (Ceg., 409), *Nenhuma coisa ou coisa nenhuma* (SA, 195);

c) *nenhum*, reforçado por negativa, pode equivaler ao indefinido *um* (CC): *Eu, Marília, não fui nenhum vaqueiro. Fui honrado pastor da tua aldeia* (CC, 352);

d) *nenhum* difere de *nem um* porque tem sentido menos preciso, não individualiza, generaliza a negativa, enquanto *nem um* define por unidade (RL, Ceg.): *Não tenho nenhum amigo. De tantos que tive nem um só me ficou* (RL, 336);

⁷ Os empregos de locuções pronominais ou expressões nas quais constam indefinidos foram suprimidos, não só em se tratando de *algum*, mas também quanto a outros pronomes.

⁸ Ao tratarmos dos empregos, compatibilizamos os textos apresentados nas gramáticas e reunimos citações comuns. Para que a visualização do que nos interessa, ou seja, do que é prescrito, não seja prejudicada por uma listagem de nomes de autores e também porque estes se repetem, passamos a apresentar abreviações tais como RL, Ceg., SA, CC, que correspondem, respectivamente, a Rocha Lima, Cegalla, Said Ali, Cunha e Cintra.

Em relação a *todo*, é afirmado que:

a) *todo*, com sentido de *cada, qualquer*, é distinto de *todo o*, que significa *inteiro* (RL, Ceg.): *Lia todo livro que encontrasse, Li todo o livro* (Ceg., 409);

b) os escritores modernos empregam o artigo, mesmo que *todo* seja sinônimo de *qualquer*⁹ (SA): *Todo o homem neste mundo deseja melhorar de lugar* (SA, 197);

c) *todo*, apesar de ter valor de *qualquer*, é seguido de artigo, requerido pelo adjetivo substantivado (SA): *Todo o pobre receberá esmola, Todo o preguiçoso gosta de levantar-se tarde* (SA, 197);

d) no plural, o artigo é empregado: *todos os, todas as* (RL, SA): *Todos os eleitores se abstiveram de votar* (mas em *Os homens são todos assim*, o artigo é usado com o substantivo, e em *Todas estas rosas murcharam*, o determinante exclui o artigo) (SA, 196);

e) *todo*, posposto ao substantivo, significa a totalidade (RL, SA, CC): *O Brasil todo (ou todo o Brasil) goza de clima ameno* (SA, 195); *Toda a obra é vã, e vã a obra toda* (CC, 356);

f) não se emprega *todos os dois, todos os três, todos os oito*, mas *os dois* ou *ambos, os três, os oito* (RL): *Mande os oito aqui* (RL, 338);

g) *todos*, anteposto a um cardinal, requer a supressão do artigo com o substantivo subentendido; porém, com substantivo expresso, o artigo não é omitido¹⁰ (SA): *Eu tinha três filhos. Todos três morreram; Todos os quatro meninos são estudiosos* (SA, 196);

h) em adjetivo composto, *todo* não varia (RL): *Senhores todo-poderosos, Vontade todo-poderosa* (RL, 338);

⁹ O emprego observado por Said Ali contraria o que dizem Rocha Lima e Cegalla na alínea anterior, ao distinguirem os sentidos de *todo* e *todo o*. Segundo Said Ali, esta distinção é encontrada no português antigo; os escritores modernos “dos seiscentistas para cá, revelam a tendência de manter o artigo” (1965, p. 197).

¹⁰ O que Said Ali propõe, difere do que é apresentado por Rocha Lima na alínea anterior. Comparem-se os exemplos: em *Mande os oito aqui*, o substantivo está subentendido, mas consta artigo; em *Todos três morreram*, o substantivo está subentendido (*filhos*), mas o artigo não foi empregado.

i) *todo* é advérbio, com sentido de *completamente*, mas flexiona-se em gênero e número (Ceg.): *Ele estava todo feliz, A roupa estava toda molhada, As alunas iam todas alegres* (Ceg., 409);

j) *todo*, anteposto a um elemento nominal – aposto ou predicativo - tem sentido de *inteiramente, em todas as suas partes, muito*¹¹ (CC): *Silva estendeu o guia de trânsito a Vasconcelos, levantando-se da secretária com um sorriso todo amável; Paisagem desconhecida, Manuel da Bouça era todo olhos para a várzea que atravessavam; Eras toda graça e incompreensão* (CC, 357);

l) *toda*, quando antecede um pronome pessoal, indica totalidade das partes (CC): *Todo ele evidenciava um cansaço íntimo; A casa, toda ela, gelava* (CC, 356).

Sobre o emprego de *tudo*, as gramáticas afirmam que:

a) *tudo* expressa totalidade (RL, SA): *Aquele homem sabe tudo, Tudo se fez para lhe agradar* (SA, 196);

b) *tudo* se refere normalmente a coisas, mas pode aplicar-se também a pessoas (CC): *Não se fala noutra coisa, e está tudo furioso. Fidélia chegou, Tristão e a madrinha chegaram, tudo chegou* (CC, 357);

c) *tudo* requer verbo no singular, devido a seu sentido sintético (RL): *Leituras, conversas, passeios, tudo o aborrece* (338).

A respeito de *nada*, é dito que:

a) *nada* significa *coisa nenhuma* (RL, CC): *E vós nada dizeis?* (RL, 338);

b) *nada* equivale a *alguma coisa* em frases interrogativas (CC): *De tempos em tempos aparecia, perguntava se eu não queria nada. O capitão não come nada? Eu agradeço, minha senhora* (CC, 354);

¹¹ Apesar de o que é proposto por Cunha e Cintra ser muito semelhante ao que é citado por Cegalla na alínea anterior, registramos ambos. A regra apresentada por Cegalla não dá conta do exemplo *Paisagem desconhecida, Manuel de Bouça era todo olhos para a várzea que atravessavam*.

c) *nada* requer verbo no singular, devido a seu sentido sintético (RL): *Leituras, conversas, passeios, nada o distrai* (RL, 338);

d) junto a adjetivo ou verbo intransitivo, *nada* pode ter força adverbial (CC): *O cavalo não correu nada; Não foi nada caro, tive um grande desconto* (CC, 354).

Em relação a *algo*, Rocha Lima apresenta as seguintes indicações:

a) significa *alguma coisa*: *Vossas Mercês em que se ocupam: jogam ou fazem algo?* (336);

b) é advérbio na acepção de *algum tanto, um pouco*: *Perdeu o estribo, e fez um revés algo desairoso* (336).

Quanto aos indefinidos *alguém, ninguém, outrem*, somente Rocha Lima prescreve empregos:

a) são invariáveis, de referência a pessoas, mas, quando seguidos de adjetivos, estes podem ter flexão feminina: *Não faças a outrem o que não queres que te façam a ti, Alguém andava tão bem saudosa, Não havia ali ninguém que destas coisas estivesse isenta, Outrem bem mais prendada* (337);

b) “*homem* tem a acepção indeterminada e vaga de *on* no francês, e da partícula apassivadora *se* em nossa língua, onde ainda tem sucedâneo de *um homem, uma pessoa* ou simplesmente *um*” (Rocha Lima cita Rui Barbosa, *Réplica*, 485): *Tediosa e impolida é falar homem de si mesmo* (337).¹²

Para o emprego de *certo*, as gramáticas dizem que:

¹² Sobre o emprego de *homem* como pronome indefinido, Paul Teyssier, em *História da Língua Portuguesa*, afirma que a obra de Gil Vicente é importante para compreender transformações sofridas pelo português nos séculos XIV e XVI. Suas peças apresentam algumas formas como *arcaísmos* característicos de certos tipos de personagens (camponeses e mulheres do povo). “É o caso de *homem* no sentido de *on* francês, o partitivo, os possessivos femininos átonos do tipo *ta, sa*, as formas verbais arcaicas tais como *sejo*, as desinências *-des* das segundas pessoas do plural, etc.” (1997, p. 83).

a) *certo* é anteposto ao substantivo¹³, podendo vir precedido de *um* (Ceg., SA)¹⁴: *Chegamos ao sítio de um certo Eufrásio* (Ceg., 409), *Trabalham certas horas*, *Certos amigos não compareceram* (SA, 195);

b) *certo* é anteposto ao substantivo, particularizando o ser expresso pelo substantivo, distinguindo-o dos outros da espécie, mas sem identificá-lo. Dispensa, em geral, o artigo indefinido, mas a presença deste torna a expressão menos vaga e dá-lhe um matiz afetivo (CC): *Sílvio não pede um amor qualquer, adventício ou anônimo; pede um certo amor, nomeado e predestinado* (CC, 353).

Sobre o emprego de *qualquer*, é dito que:

a) *qualquer* pode apresentar sentido depreciativo (Ceg., CC). Cunha e Cintra afirmam que este sentido ocorre particularmente quando é precedido de artigo indefinido, e torna-se mais forte se o indefinido vem posposto a um nome de pessoa: *A intenção dele é mostrar que não é criado de qualquer* (Ceg., 409); *Ele não era um qualquer; Já não era uma Judite qualquer, era a Judite do Antunes* (CC, 356);

b) *qualquer* (ou *quaisquer*) refere-se a indivíduo ou indivíduos tomados indistintamente de entre outros da mesma espécie, precedendo o substantivo, mas, se este se usar com algum dos indefinidos *um*, *uns*, *outro*, *outros*, pode também vir posposto (SA): *Qualquer casa serve, Um dia qualquer iremos lá* (SA, 194).

Sobre o emprego de *cada*, é afirmado que:

a) é pronome adjetivo¹⁵ (ou pronome adjunto invariável) que designa os seres ou grupos de seres considerados um por um (CC,SA): *Cada homem no seu posto* (SA, 194);

¹³ Não citamos *certo* posposto ao substantivo porque, segundo as gramáticas, é adjetivo.

¹⁴ Para Saíd Ali, *um certo* expressa valor enfático.

¹⁵ Apesar de o padrão culto exigir a presença de substantivo, Cunha e Cintra observam que tal não acontece na linguagem informal, apresentando, como exemplo, a frase: *Estas águas fortes custam dez mil cruzeiros cada* (1985, p. 352).

b) é empregado junto a um numeral cardinal ou numeral coletivo (CC,SA): *De cada dúzia de ovos que vendia, a metade era lucro* (CC, 352); *Uma garrafa de vinho para cada cinco homens* (SA, 194).

Em relação ao pronome *tal*, Cegalla afirma que pode ter sentido depreciativo, apresentando como exemplo a frase: *Os Evangelhos e a Bíblia, positivamente, satisfazem muito mais do que todos os livros desse tal de Dr. Freud somados aos dos seus discípulos* (409).

1.3 O NUMERAL INDEFINIDO

Diversamente dos outros autores que incluem os indefinidos em duas classes apenas – na dos artigos e na dos pronomes –, Said Ali distribui as mesmas palavras em três classes. Além de estarem presentes entre os artigos e entre os pronomes, também constam entre os numerais.

Entre os numerais, palavras que exprimem números, distinguem-se os quantitativos definidos, que designam um número certo e determinado, e os quantitativos indefinidos, que designam quantidade variável e indeterminada.

São, segundo Said Ali, numerais (quantitativos) indefinidos¹⁶: *muito* (*Há muito dinheiro nesta gaveta*) e o comparativo *mais* (*Tens muitos livros; tens mais livros do que eu*); *pouco* (*Poucos dias lhe restam*) e o comparativo *menos* (*Maria compra menos jóias do que Laura*); *todo*; *algum*; *tanto* (*Ele possui tantas bengalas*); *quanto*; *vários* (*Durante o temporal várias embarcações soçobraram*); *uns* (*Comi umas frutas que me fizeram mal*); *diversos*.

Os quantitativos indefinidos variam em gênero e número, exceto *mais* e *menos*, que são invariáveis, e *vários*, *uns* e *diversos*, que só apresentam plural.

¹⁶ Acompanhando procedimentos anteriores, deixamos de mencionar locuções apresentadas pelo autor.

1.4 CONSIDERAÇÕES

A leitura das gramáticas tradicionais permite que percebamos uma certa homogeneidade entre elas, e isto, de certo modo, já se anuncia quando os autores explicitam objetivos e obras nas quais baseiam consulta. O exame das seções que tratam das palavras que são objeto de nosso estudo, possibilita ainda mais: há uma relativa uniformidade no tratamento das questões, e a postura adotada pelos autores merece alguns comentários porque nem sempre nos parece a mais adequada.

1.4.1 *O Tratamento do Artigo*

No conceito de artigo apresentado pelas gramáticas tradicionais, coexistem diversos critérios. Este fato não representa problema pois nada impede que o assunto seja apresentado sob vários âmbitos, porém a quantidade de afirmações, cada uma sob um ponto de vista, reflete superficialidade no tratamento do tema. Certas afirmações, porque não discutidas, são inócuas, a não ser que o leitor já tenha realizado algumas incursões pelos estudos da língua e domine certas noções. É o caso, por exemplo, da noção de *determinação* em artigos *são palavras que antepomos aos substantivos para determiná-los*. Esta ausência de aprofundamento não causa prejuízo apenas para a compreensão do que é exposto porque, à medida que se avançam estudos, também não há possibilidade de estabelecimento de relações entre as afirmações iniciais, as que introduzem o conceito, e as demais, que tratam de especificidades.

Ao ser conceituado artigo indefinido, o critério é apenas um, o semântico, porém o que se nota em algumas gramáticas é a imprecisão no uso de certos termos. Cegalla, por exemplo, ao propor conceito para artigo diz ser “a palavra que antepomos aos substantivos para determiná-los” (1970, p. 125) e, nas linhas seguintes, apresenta os artigos indefinidos como palavras que “determinam o substantivo de modo vago, impreciso, geral”. Apresentando exemplo e procurando relacioná-lo ao conceito apresentado, utiliza a palavra *indeterminado*: *Viajei com um médico (um médico não referido, desconhecido, indeterminado)*. Não podemos desconhecer que *determinar* é palavra-chave no conceito apresentado para artigos e que a mesma palavra empregada para conceituar os indefinidos é responsável pela relação estabelecida entre a classe dos

artigos e a subclasse dos indefinidos, entretanto o emprego de *indeterminado* junto à exemplificação, certamente é inadequado, motivando possíveis confusões.

O procedimento de Rocha Lima não é muito distante do citado. Ao tratar de *determinação*, sugere a leitura da *Gramática Castellana*, de Amado Alonso, na qual constam informações sobre a idéia de *determinação* e de *indeterminação*, atribuída generalizadamente a artigos. Se o autor dá tal destaque a esta obra a ponto de remeter o leitor à consulta, o que não é tão comum em gramáticas, julgamos pertinente consultá-la. Lemos que:

“Nossas gramáticas clássicas não falavam de outros artigos que *el, la, lo, e* não lhes atribuíam o valor determinante senão como exceção. Uma famosa gramática francesa, a de Port-Royal (...) foi a primera que estabeleceu o par de artigos, *el* e *un*, e tratou de estabelecer seu valor próprio como determinante e indeterminante, respectivamente” (1943, p. 221) (Tradução nossa).

Apesar do cuidado com que Rocha Lima apresenta esta questão, a remissão à *Gramática Castellana* não distingue os artigos como *determinante e indeterminante*, mas aponta todos os artigos como determinantes, independentemente de sua natureza¹⁷.

Quanto ao *emprego* dos artigos indefinidos, parece que as gramáticas tradicionais nada ou muito pouco têm a considerar, pois esta seção está ausente em Rocha Lima e Said Ali, e Cegalla cita dois casos apenas, apesar de o artigo definido ser exaustivamente tratado no que diz respeito a este aspecto. Somente Cunha e Cintra dedicam ao artigo indefinido um espaço em sua gramática para apresentar *certos empregos particulares*. Estes autores estudam os empregos do artigo indefinido sob a ótica da semântica, e para explicá-los, ultrapassam o limite da frase, fazem alusão à

¹⁷ Na *Gramática de Port-Royal*, é dito que:

“Dissemos que em geral o uso de artigos era para determinar a significação dos nomes comuns; é difícil, porém, assinalar com precisão em que consiste essa determinação, porque isso não é uniforme em todas as línguas que possuem artigo”.

No caso do francês, é observado que, sem artigo, os nomes comuns “têm significação bem confusa ou têm uma determinada pelo sujeito da oração”; com o artigo *le*, significam “a espécie em toda sua extensão ou um ou vários singulares determinados pelas circunstâncias de quem falo e do discurso”; com os artigos *un* no singular, *des* ou *de*, significam “um ou vários indivíduos vagos” (1992, p. 53-4).

situação de ocorrência da frase-exemplo, deslocando o conceito de artigo indefinido apresentado pelas gramáticas.

1.4.2 *O Tratamento do Pronome*

Se, quanto aos artigos, destacamos procedimentos semelhantes no tratamento do assunto, no estudo dos pronomes, feito pelas gramáticas tradicionais, percebemos que esta característica se mantém, dizendo respeito praticamente aos mesmos aspectos: a pouca profundidade no trato das noções e a ausência de estabelecimento de relações entre elas, a mistura de critérios, a imprecisão terminológica; entretanto, se observarmos o que é apresentado sobre o emprego destas palavras, identificaremos alguns procedimentos que merecem uma apreciação positiva.

Para conceituar pronome, os autores, exceto Cunha e Cintra, partem da mesma proposição: os pronomes são palavras que se relacionam às pessoas do discurso; *denotam* o ser ou o *representam*, ou a ele se *referem*. Neste conceito existem certamente várias noções implicadas – a de *pessoas do discurso*, a de *denotação*, a de *representação*, a de *referência* –, porém nenhuma delas é motivo de uma discussão maior, de modo a esclarecê-las ou, ainda, relacioná-las. Só o que é dito, a título de esclarecimento, é que pessoas do discurso devem ser entendidas como *a que fala*, *a com quem se fala*, *a pessoa ou coisa de quem se fala*. Como o estudo dos pronomes tem continuidade pois são organizados em subclasses, supõe-se que, ao serem tratados os tipos de pronomes, informações mais detalhadas serão acrescentadas. O que se vê, todavia, é uma retomada do que já havia sido exposto, sem nenhum compromisso com o entendimento que o leitor possa vir a ter ou com a teoria que está sendo expressa, já que pronomes indefinidos são apresentados como os que se referem à 3ª pessoa do discurso, atribuindo-lhe sentido *vago*, *impreciso*, *indeterminado*.

A classificação dos pronomes indefinidos também é problemática. Em alguns, é feita a partir de vários critérios, mas todos destacam, quando não estabelecem como único, o sintático, do qual decorre a classificação dos pronomes em adjetivos e substantivos. Como o que os autores entendem por pronome e por pronome indefinido não foi suficientemente esclarecido e porque a terminologia adotada permite confusão, já que *substantivo* e *adjetivo* dão nome a classes gramaticais, assim como *pronome*, o

leitor não percebe que se tratam de dois níveis de análise e, também, diferentes pois um é semântico, outro é sintático. É o que Said Ali procura evitar, usando, além destes, os termos *pronome absoluto* e *pronome adjunto*.¹⁸

Dificuldades também são sentidas quando do estudo dos empregos dos pronomes¹⁹. Em alguns casos, preocupados com o *escrever bem* e com a expressão oral *correta*, os autores estabelecem regras sobre flexão, concordância, sobre a possibilidade de ser usada determinada palavra junto ao pronome, etc. São essencialmente *prescritivos* e, em decorrência disto, ocorrem divergências entre eles. Em certas situações, há maneiras discrepantes de encarar um mesmo fato porque, na tentativa de perpetuar um *uso ideal*, ignoram modificações havidas na língua. Assim, supõe-se que, ao buscarem exemplos em escritos literários, ou se deparam com usos que não convergem para o desejado, pois não obedecem à *norma*, e os desconhecem, ou não

¹⁸ Mattoso Câmara Jr., em *Estrutura da Língua Portuguesa*, ao classificar os vocábulos formais, esclarece esta questão. Estabelece três critérios de classificação – o semântico, o formal ou mórfico, e o funcional – e apresenta *nomes*, *verbos* e *pronomes* como decorrentes da aplicação do critério morfossemântico. Sob o critério funcional, subdivide nomes e pronomes em *substantivo (termo determinado)*, *adjetivo (termo determinante de outro nome)* e *advérbio (termo determinante de um verbo)* (2000, p. 77-9)

¹⁹ A propósito do emprego dos pronomes, cabem algumas observações sobre a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha e Cintra, que, no dizer de seus autores, distingue-se das demais por ser *descritiva*.

Observando principalmente os exemplos citados para o emprego dos pronomes indefinidos, podemos afirmar que esta gramática não se distingue das normativas pois suas afirmações apóiam-se em exemplos literários. Uma frase retirada de uma obra de Fernando Sabino é seguida de outra, cujo autor é Eça de Queirós. O fato de um escritor ser brasileiro e o outro, português não garante o diferencial pretendido: o caráter de *universalidade* e de *diversidade da língua portuguesa* ou a consideração das diferenças no uso entre as modalidades nacionais e regionais do idioma. Os gramáticos assumidamente normativos também citam, como exemplos, frases de autores brasileiros e portugueses, reforçando apenas a regra citada por meio do prestígio que goza determinado autor. Além disto, os exemplos que tratam de *valores afetivos* têm como fonte, na maioria das vezes, os *bons escritores* e não *atos da linguagem coloquial*, como afirmam seus autores.

É bem verdade que não só em relação a pronomes, mas também em relação a artigos, verificamos que as possibilidades de emprego são quantitativamente superiores às citadas pelas gramáticas normativas, porém a impressão que temos é de que esta obra é apenas menos rígida que as demais, já que inclui exemplos que outros não incluem, ou mais atualizada por ter consultado autores contemporâneos, sem que o texto tenha sido submetido à regra preexistente, como supomos que seja o procedimento dos normativistas.

Se o que foi dito não é, ainda, o suficiente, porque detalhes que não garantem classificação, voltemos nossa atenção para a metodologia adotada. Cunha e Cintra citam inúmeras obras, mas não temos a garantia da realização de um levantamento exaustivo de ocorrências. Pela proximidade com os textos das demais gramáticas, preferimos afirmar que a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* é apenas mais *atual* em relação à inclusão de *atos da língua* relativos ao que as gramáticas consideram *bom português*.

Sobre o que aqui foi abordado a fim de justificar a inclusão desta gramática entre as tradicionais, apesar de seus autores dizê-la diferente, recomendamos a leitura do livro de Rosa Virgínia de Mattos e Silva, *Tradição Gramatical e Gramática Tradicional*, constante na seção *Referências Bibliográficas*.

realizam uma pesquisa suficiente, capaz de apontar outras possibilidades além da encontrada.

Apesar das dificuldades, também na seção destinada à abordagem de *empregos*, nos deparamos com regras e exemplos que se distinguem dos citados. Nestes exemplos é observado que o sentido expresso pelos pronomes decorre de vários fatores, entre outros, da posição que ocupam na frase, da presença de outras palavras na frase, do valor afetivo ou depreciativo que lhes é atribuído, do valor expressivo que assumem, em geral, segundo os autores, na linguagem coloquial. Os autores das gramáticas consideram uma relação morfossemântica ou sintático-semântica para a formulação das regras do *bom uso* ou simplesmente atribuem um valor à palavra, pois estão restritos ao exame de frases. Não abandonam sua posição de *censores* do uso da língua, e as frases citadas servem, como quer a tradição, apenas para a exemplificação da exposição feita, contudo, pelas possibilidades de sentido que expressam, distantes do conceito de pronome indefinido apresentado, nos levam a pensar que, fora dos parâmetros do *como se deve dizer*, prenunciam o *como se diz*.

1.4.3 O Tratamento do Numeral

Said Ali se distingue dos demais autores das gramáticas tradicionais ao propor a inclusão de palavras tidas como artigos (*uns, umas*) ou como pronomes (*muito* e o comparativo *mais, pouco* e o comparativo *menos, todo, algum, tanto, quanto, vários, diversos*), na classe dos numerais, tomando como critério a noção de quantidade que, no caso, é *variável e indeterminada*, em oposição à de *número certo* expresso pelos numerais propriamente ditos.

Tal como procede em relação aos pronomes indefinidos, além do conceito de quantitativo indefinido, apresenta exemplos, mas não discorre sobre o assunto. Afirmar apenas, no final da seção, que os quantitativos indefinidos podem ser confundidos com os pronomes indefinidos, agindo do mesmo modo ao encerrar a seção relativa a pronomes indefinidos.

Na tentativa de verificar se o autor procede pelo menos com certa clareza, sem que haja prejuízo do pouco que é dito, já que a discussão do assunto não é feita, compatibilizamos os textos referentes a pronomes e numerais e encontramos a frase *Visitei alguns colégios*, que exemplifica o emprego de *alguns* como pronome. Como *alguns* também é listado entre os numerais indefinidos e como podemos atribuir-lhe, na frase dada, o sentido de *quantidade que não é numericamente fixada*, julgamos que esta proposta de classificação apresentada por Said Ali, embora interessante porque considera aspecto pertinente não salientado pelos demais autores, mais uma vez confirma o que verificamos nas gramáticas tradicionais: ausência de esclarecimento sobre o que é afirmado.

A partir de todas estas constatações, verificamos que a leitura destas gramáticas não enseja apoio teórico ou metodológico para o presente trabalho. Neste sentido, não se trata de negar a postura teórica por elas assumida, mas o fato de que o que é realizado ficar aquém de nossas expectativas.²⁰

Paradoxalmente, reconhecemos que as gramáticas tradicionais são responsáveis pelo desencadeamento de muitos estudos sobre a língua. Apresentam as normas do padrão culto escrito ao qual, queiramos ou não, temos de nos submeter pois *escrever bem* é um valor em nossa sociedade, é fator de prestígio. Além disso é por isso, os

²⁰ Livia Suassuna que, em o *Ensino de Língua Portuguesa*, faz um estudo sobre as gramáticas desde a Antiguidade até os nossos dias, detectando que as noções de *certo e errado* perpassam as diferentes épocas, corrobora críticas por nós apresentadas. A importância de suas constatações decorre de que, pela natureza de seu trabalho, realiza um estudo amplo de bibliografia sobre o assunto, sendo que muitas delas convergem para o que verificamos ao nos determos na especificidade, ou seja, apenas nos capítulos que abordam as palavras que expressam indefinição.

Dos *problemas* citados pela autora, transcrevemos alguns que merecem destaque pois, embora nem todos atinentes à matéria da qual nos ocupamos, permitem algumas ilações:

- a) ensino de terminologias, de metalinguagem, e não da língua propriamente dita;
- b) definições precárias, circulares, pouco explícitas;
- c) visão preconceituosa e purista da língua, expressa ora na censura a certos usos, ora na exclusão de determinadas construções;
- d) análise pela análise, ou seja, não se discutem regras de construção, dando-se prioridade a certas informações acerca da língua;
- e) abordagem da língua sem referência a seus usos ou às situações concretas em que ela é produzida;
- f) exemplificações falhas, classificações errôneas, incompletude;
- g) consideração da frase como limite máximo de análise (1995, p. 37-8).

conceitos que formulam são de conhecimento dos que têm certo grau de escolarização, pois as informações por elas veiculadas são objeto de ensino.²¹ Sua importância também decorre de que muitos outros estudos sobre a língua consideram os por elas realizados, ainda que, na maioria das vezes, o intuito seja a crítica e a superação.

Assim sendo, optamos por adotar comportamento verificado em outros estudos. Daremos prosseguimento à nossa leitura, buscando conhecer trabalhos que, no rastro das gramáticas normativas, procuram solucionar as dificuldades nelas encontradas e, a partir da consideração de seus conceitos, classificações e exemplos, visam ao preenchimento de lacunas, quer pelo acréscimo, quer pela reformulação.

²¹ Conforme Gnerre, em *Linguagem, Escrita e Poder*, a educação possibilita o acesso às normas gramaticais, e isto pode ser ingenuamente considerado como um processo de democratização do conhecimento, isto é, o nivelamento de todos, independentemente de classe social, porém não se pode ignorar que a gramática, porta-voz do padrão culto, legitima valores de uma classe social, a que adquiriu prestígio. Historicamente, uma variedade se constitui na que pode ser representada pela escrita pois seus usuários são os que econômica e politicamente têm poder, e tal não pode ser visto apenas como uma variedade que se impõe em relação a outras porque a língua carrega consigo também conteúdos referenciais: “uma variedade lingüística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais” (1998, p. 6).

2 O TRATAMENTO DOS INDEFINIDOS EM GRAMÁTICAS MODERNAS

As obras apresentadas nesta seção, embora mantenham características das gramáticas prescritivas porque não se voltam propriamente para o uso da língua, mantendo ainda preocupação com regras advindas do uso padrão, se distinguem destas pois buscam em pressupostos da lingüística o apoio necessário para a introdução de reformulações.

O termo usado para a sua classificação – *modernas* – é sugerido por Celso Pedro Luft, autor de uma das gramáticas examinadas, que, ao justificar o título dado para o seu livro e também em capítulo introdutório, distingue *gramática tradicional* de *gramática moderna*. Consideramos *tradicionais* as gramáticas confessadamente normativas, assim como as descritivas que se propõem a explicar fatos da língua, mas prescrevem empregos; são tidas como *modernas* as que se valem de teorias lingüísticas, ainda que não de modo exclusivo.²²

Com base neste entendimento, nesta seção buscamos verificar como ocorre a *transição* entre a teoria gramatical propriamente dita e a teoria gramatical *atualizada*, os fatos da língua explicados por meio de estudos da lingüística, e a escolha da *Moderna Gramática Brasileira*, de Celso Pedro Luft, e da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, se deve principalmente ao fato de ambos, ao longo de sua vida profissional, modificarem posicionamentos, os anteriores de tendência normativa, sendo

²² Maria Helena de Moura Neves, em seu trabalho *A Questão da Ordem na Gramática Tradicional*, utiliza critério semelhante: distingue as obras tradicionais dos “modernos estudos baseados nos avanços da lingüística” (1990, p. 190) e dá tratamento diferenciado à *Moderna Gramática Brasileira*, de Celso Pedro Luft, por não se enquadrar entre os estudos de cunho tradicional.

possível, desta forma, constatar questionamentos, alterações e acréscimos que apresentam, movidos por uma reflexão decorrente da experiência, cujo alcance será comentado em subseção, no final do capítulo.

2.1 A MODERNA GRAMÁTICA BRASILEIRA, DE CELSO PEDRO LUFT

Na apresentação da *Moderna Gramática Brasileira*, Celso Pedro Luft diz que seus estudos sobre a língua foram sofrendo influências da lingüística e cita Trubetzkoy, Hjelmslev, Bloomfield, Hochett, Nida, Fries, Pike e Chomsky, além de Saussure e Mattoso, já presentes em suas publicações anteriores. Propõe-se, então, a realizar um trabalho cuja orientação se derive desta ciência e da Teoria da Comunicação, mas, como seus estudos se destinam principalmente a professores e alunos, mantém, quanto à terminologia empregada, as diretrizes da *Nomenclatura Gramatical Brasileira*, e acrescenta alguns outros termos, oriundos das novas contribuições. Também se afirma um eclético, pois não pretende filiar-se a uma teoria específica, mas reunir o que cada uma pode trazer para o enriquecimento de sua gramática.

Alegando que o homem comunica-se por meio de frases, Luft, apesar de manter a tripartição adotada pela maioria das gramáticas, ordena-a diferentemente: inicia pela sintaxe e, após, seguem morfologia e fonologia, e, no futuro, sua pretensão é anexar capítulos referentes à semântica e à ortografia.

Outro dado constante no *Prefácio*, que julgamos importante ser salientado, é que o título deste livro caracteriza a gramática como *brasileira* porque, segundo seu autor, “na observação dos fatos idiomáticos me baseei no modelo (norma) brasileiro da língua portuguesa (cf., por ex., a colocação dos pronomes)” (1979, p. XIV).

O ecletismo admitido por Luft se faz presente na *Introdução* de sua gramática. A linguagem está associada à noção de inatismo, faculdade de dupla função – pensar e comunicar –, sendo que a última se expressa verbalmente ou não verbalmente, compreendendo emissor, receptor, código e resposta. Código, na comunicação verbal, é entendido como língua, e mensagem, como fala. As línguas naturais (em oposição às artificiais) podem ser consideradas sob dois aspectos: o esquema, que é abstrato e

invariante, e a norma, que é particular, variável, dizendo respeito ao uso, que é, ao mesmo tempo, coletivo e individual.

A partir destas noções, Luft estabelece distinção entre gramática natural e gramática artificial:

“Gramática natural – sistema de regras segundo as quais os falantes constroem as frases. É um saber intuitivo, o próprio saber lingüístico ou competência idiomática de cada falante.

“A gramática artificial é, primeiramente, a descrição desse saber lingüístico e, secundariamente, uma obra – livro, manual – em que se registra essa descrição” (1979, p. 5).

Decorrente desta diferenciação, tem-se a definição de gramática:

“O que capacita o falante a construir ou interpretar quaisquer frases da língua é a gramática, sistema limitado de regras que gera frases ilimitadas – em número e extensão –, todas as frases bem formadas da língua, nem mais nem menos, ligando sentido e som, e aliando às frases geradas uma descrição estrutural” (1979, p. 7).

A gramática de que ora nos ocupamos – o livro de Celso Pedro Luft – é *moderna* porque, segundo seu autor, “fruto dos progressos da ciência lingüística”, e *transformacional* (em oposição à *estrutural*) porque “toda Gramática disciplina, ou livro, deve ser um esforço no sentido de explicitar esse sistema gerador de frases exteriorizado pelo falante” (1979, p. 7).

2.1.1 *As Classes de Palavras*

Luft propõe uma nova classificação para as palavras, afirmando que as dez classes listadas pela *Nomenclatura Gramatical Brasileira* revelam uma mistura de critérios semântico e sintático. Com base em oposições hierarquizadas, redistribui as classes de palavras, e *não-racional* e *racional*, o primeiro par distintivo, diferencia interjeições de todas as outras palavras.

As palavras *racionais* compreendem as *formais* e as *funcionais*. Entre as primeiras constam verbos e substantivos – as *centrais* –, e adjetivos e advérbios – as

marginais. Nome/pronome é oposição de caráter semântico; a cada um, por sua vez, atribuem-se subdivisões com base em critério sintático: substantivo, adjetivo e advérbio.

A partir da noção de *determinantes*, artigos e numerais não constituem por si sós uma classe, pertencem à dos *pronomes*: os artigos figuram entre os demonstrativos; os numerais, entre os pronomes (termo da NGB).

2.1.2 O Numeral

Embora seja apresentada uma proposta de reclassificação, estudam-se, como nas demais gramáticas, as palavras na seguinte ordem: substantivo (subclasses, formação e flexão), adjetivo (formação, flexão e locução adjetiva) e, em terceiro lugar, o numeral.

Numeral é considerado como “palavra que denota a quantidade, ordenação ou proporção de seres” (1979, p. 110), podendo referir-se a um substantivo ou substituí-lo. É classificado da forma usual – cardinal, ordinal, multiplicativo e fracionário –, e todos os exemplos dados são, também, os que se costumam citar (são os que Luft denomina *definidos*).

Apesar de realizar primeiramente um estudo dos numerais nos moldes *tradicionais*, Luft apresenta o que chama de “tentativa de sistematização estrutural”, a qual se organiza a partir de *definidos/indefinidos*. Os *indefinidos* comportam os *não-marcados* – cardinais (*alguns, poucos, muitos...*) ou ordinais (*enésimo, último, penúltimo, antepenúltimo*) – e os *marcados*, que são interrogativos (*quantos, que*) ou exclamativos (*quantos, tantos*).

2.1.3 O Pronome

Luft inicia o estudo do pronome, citando o conceito apresentado por Said Ali. Classifica o pronome, como tradicionalmente é feito, e relaciona-o às pessoas gramaticais. Após, em seção que intitula *Apêndice – Algumas Definições de Pronome*, depois de citar Henry Sweet, Rodolfo Lenz, a Academia Espanhola e, novamente, Said Ali, apresenta “Definição minha, apoiada em Sweet”:

“Pronomes são substantivos, adjetivos ou advérbios gramaticais – em contraposição aos nomes, que são substantivos, adjetivos ou advérbios lexicais, nocionais. Estes denotam ‘noções’, ao passo que aqueles exprimem ‘relações’ de contexto. É a mesma clássica oposição entre: palavras cheias/vazias (gramática chinesa), reais/relacionais, de significação externa/interna, lexicográficas/gramaticais, autônomas/dependentes, termos categoremáticos/sincategoremáticos, (filosofia peripatética), semantemas/morfemas (Vendryes)” (1979, p. 115).

O autor critica a classificação *pronomes substantivos e pronomes adjetivos*, dizendo-a incompleta. Acrescenta-lhe *pronomes advérbios* ou *pronomes adverbiais* ou *advérbios pronominais: aqui, aí, ali, lá* (relacionando-os com *este/esse/aquele*, que são *pronomes demonstrativos advérbios* ou *advérbios pronominais demonstrativos*).

Os artigos são incluídos entre os pronomes; os definidos são equiparados aos demonstrativos; os indefinidos, aos pronomes indefinidos. Não há, portanto, um conceito geral de artigo.

“Artigo indefinido: é o pronome indefinido UM, empregado diante de substantivo, com seu valor pronominal atenuado: apenas indica tratar-se de qualquer ser da espécie (...)

“Função semelhante exercem às vezes os indefinidos *algum e certo: um dia: certo dia*” (1979, p. 120).

Os pronomes indefinidos “designam a 3ª pessoa gramatical (seres que não são nem o falante nem o ouvinte, no ato de comunicação) de maneira vaga, indeterminada” (1979, p. 120).

Se quanto ao conceito não há diferenças em relação às gramáticas tradicionais, o mesmo não ocorre quando considerada a classificação dos pronomes indefinidos: alguns são sempre substantivos, outros são substantivos ou adjetivos, outros ainda são sempre adjetivos, porém:

a) o autor considera *algum, bastante, demais, mais, muito, nenhum, outro, pouco, quanto, todo, tudo, um, vários*, etc. – pronomes que são ora substantivos, ora adjetivos – numerais indefinidos;

b) o autor acrescenta, a estas subclasses dos pronomes indefinidos, os que são advérbios: *algures (em algum lugar)*, *alhures (em outro lugar)*, *nenhures (em nenhum lugar)*, *outrora*.

Também são citados exemplos de locuções pronominais, e os pronomes interrogativos são tidos como indefinidos.²³

2.2 A MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA, DE EVANILDO BECHARA

Em a *Moderna Gramática Portuguesa*, a concepção de gramática adotada pelo autor está presente no capítulo cujo título é *Teoria Gramatical*. Como, em relação a outros exames realizados, buscamos inicialmente identificar o propósito a que determinado gramático visa, e, depois, como se efetivam os estudos gramaticais propriamente ditos, especialmente no que tange aos indefinidos, partimos das reflexões sobre os tipos de gramáticas, apresentadas por Evanildo Bechara.

Bechara distingue dois tipos de gramática: a normativa e a descritiva. Enquanto a primeira tem caráter pedagógico, a segunda é uma disciplina científica. A gramática normativa tem como finalidade “elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais de convívio social”, enquanto que à gramática descritiva cabem o registro e a descrição de “como se diz em uma língua funcional” (1999, p.52).

Por língua funcional entende-se a que se manifesta no discurso (e no texto, produto do discurso), atividade lingüística que comporta o falante, o destinatário, o objeto ou tema, e a situação. Enquanto língua funcional diz respeito ao individual, o coletivo, ou seja, a língua “como produto cultural histórico, constituída como unidade ideal (...), praticada por todas as comunidades integrantes de um domínio lingüístico” (1999, p. 37), é chamado *língua histórica*.

²³ Em Luft, não há propriamente uma seção relativa a emprego de indefinidos, daí não fazermos referência a isto. O autor restringe-se a *Observações*, dispostas na seção *Pronomes Indefinidos*, nas quais constam que:

- a) o uso de *qualquer*, como pronome substantivo, tende a desaparecer;
- b) o plural de *bastante* e de *nenhum* está se tornando raro, preferindo-se o singular;
- c) a língua moderna fez diferença entre *todo* e *todo o*, mas no plural o artigo é obrigatório (*todos os*).

A gramática normativa, então, ocupa-se da língua histórica e mais: aponta, entre as várias formas, a exemplar. Neste sentido, *exemplar* diferencia-se de correto, que representa estar em conformidade com um modo de falar, com a estrutura da língua funcional. Nem mesmo o aspecto *correção* é preocupação da gramática descritiva que, dado seu caráter de cientificidade, visa somente registrar e descrever uma língua em todos os seus aspectos.

A *Moderna Gramática Portuguesa*²⁴, reeditada em 1999, tendo sido ampliada e atualizada, é produto de leituras diversas, entre elas, de teóricos da linguagem. Propõe-se a trazer informações, no plano teórico, de aspectos relativos à descrição da língua, e, a partir de um grande número de fatos gramaticais, apresentar orientações de caráter normativo. É isto que é afirmado por Evanildo Bechara no *Prefácio da 37ª Edição*, é também o que se verifica em seu segundo capítulo cujo título é *Gramática Descritiva e Normativa: as Unidades no Enunciado*.

2.2.1 *As Classes de Palavras*

Evanildo Bechara diferencia as palavras tomando por base um único critério – o significado –, alegando que as gramáticas os misturam – categoriais, morfológicos e sintáticos –, ao constituírem as diversas classes. A distinção que estabelece é a seguinte:

a) significado lexical – diz respeito ao mundo extralingüístico e à apreensão deste por meio da língua: *amor, amante, amar, amavelmente* são palavras que têm significado comum, correspondente ao significado lexical;

b) significado categorial – é o modo de ser das palavras no discurso; são modos de conteúdo significativo, constituindo as *categorias verbais* – o substantivo, o adjetivo, o verbo e o advérbio –, que comportam não só lexemas, mas sintagmas e orações;

²⁴ Em 1961, foi publicada a 1ª edição da *Moderna Gramática Portuguesa*, cujas características são muito diversas da atual. Comprovam-se, pela leitura destas edições, as reformulações anunciadas pelo autor. Neste trabalho, optamos pelo exame da última edição porque revela o pensamento e a postura atuais de Evanildo Bechara quanto ao estudo gramatical da língua portuguesa. Da consideração do que é acrescentado e reformulado por Bechara, decorre a inclusão de sua obra entre as gramáticas modernas; caso estudássemos uma edição anterior a esta, figuraria entre as gramáticas tradicionais.

c) significado instrumental – é o significado dos morfemas, que pertencem ao universo da gramática, e podem expressar-se sob forma de palavras morfemáticas ou como elementos de palavras;

d) significado estrutural ou sintático – é o resultado da combinação de unidades lexemáticas ou categoremáticas com morfemas ou palavras morfemáticas;

e) significado ôntico – corresponde ao valor existencial que se comunica ao estado de coisas designado na oração.

A partir desta classificação do significado, as tradicionais classes de palavras ficam assim distribuídas:

a) substantivo, adjetivo, verbo e advérbio são palavras lexemáticas;

b) pronome e numeral são palavras categoremáticas;

c) artigo, preposição e conjunção são palavras morfemáticas;

d) interjeição é *palavra-oração* e por si só vale por um conteúdo do pensamento da linguagem emocional.

Sobre os pronomes, que sobremaneira nos interessam, Bechara diz que:

“(…) são ‘formas sem substância’, isto porque apresentam apenas ou em primeiro lugar um significado categorial, sem representar matéria extralingüística. Por isso, os pronomes são substantivos, adjetivos advérbios e – em algumas línguas que não o português – até verbos. Diferem dos lexemas porque não possuem significado lexical, ou, se apresentam, têm um significado lexical genérico (‘pessoa’, ‘coisa’, ‘lugar’, ‘tempo’ ‘modalidade’, etc.) dado pela situação ou por outras palavras do contexto” (1999, p. 112).

2.2.2 O Artigo Indefinido

Segundo o autor, somente os definidos são artigos; os indefinidos têm sido assim considerados porque, à semelhança de *o*, *os*, *a*, *as*, são adjuntos de substantivos. Definidos e indefinidos são distintos devido:

a) à origem – os definidos têm valor de demonstrativo atenuado, pois provêm do demonstrativo latino (*illum, illa*); os indefinidos representam emprego de generalização do numeral *um*;

b) à tonicidade – os definidos são átonos, não funcionam sozinhos na oração; os indefinidos podem aparecer sozinhos e, neste caso, só não se confundem com o pronome pelo auxílio que lhe emprestam os entornos lingüísticos;

c) ao valor atualizador do artigo definido, pois identifica o objeto designado pelo nome a que se liga.

Além destas considerações, Bechara trata o artigo indefinido, citando seu emprego. *Emprego*, neste caso, deve ser entendido como *sentido* e, porque o indefinido apresenta várias possibilidades de sentido, o autor seleciona as seguintes:

a) usa-se o artigo indefinido para aclarar melhor as características de um substantivo enunciado anteriormente com artigo definido (*Estampava no rosto o sorriso, um sorriso de criança*);

b) pode adquirir significação enfática, chegando até a vir acompanhado de oração com *que* de valor consecutivo, como se no contexto houvesse *um tal* (*O instrumento é de uma precisão admirável; Falou de uma maneira, que pôs medo nos corações*);

c) denota aproximação, antes de numeral (*Esperou uma meia hora; Terá uns vinte anos de idade*);

d) dispensa-se o artigo indefinido antes de pronome de sentido indefinido (*certo, tal, outro, etc.*), salvo quando a ênfase o exigir (*Depois de certa hora não o encontramos em casa*); antes de advérbio *tão* e de certas locuções adverbiais (com voz surda); antes de substantivo que funciona como predicativo do verbo *ser* (*Você é homem de bem*);

e) ocorre como correlativo de *outro* em sentido distributivo (*Um irmão ia ao teatro e outro ao cinema*);

f) na expressão *um como* (*uma coisa como, um ser como, uma espécie de*), *um* concorda com o substantivo seguinte (*Fez um como discurso, Proferiu uma como prática*).

2.2.3 O Pronome Indefinido

O conceito geral de pronome citado pelo autor é:

“(...) a classe de palavras categoremáticas que reúne unidades em número limitado e que se refere a um significado léxico pela situação ou por outras palavras do contexto.

“De modo geral esta referência é feita a um objeto substantivo considerando-o apenas como pessoa localizada do discurso” (1999, p. 162).

Este autor considera, assim como os demais gramáticos, três pessoas do discurso, porém a 1ª *eu* (falante) e a 2ª *tu* (ouvinte) são *determinadas do discurso*, enquanto a 3ª é *indeterminada*, é outra pessoa que *não participa da relação comunicativa*.

Os pronomes indicam *dêixis*²⁵, e *dêixis* é entendida como o *apontar para*. São indicadores, determinados ou indeterminados, de uma *dêixis contextual* ou de uma *dêixis ad oculos* (elemento presente ao falante). A *dêixis* é *anafórica* se o elemento já foi enunciado ou concebido, ou *catafórica* se o elemento ainda não foi enunciado ou não está presente no discurso.

Segundo Bechara, a *dêixis* também envolve a 3ª pessoa do discurso, mas em oposição a *eu* e *tu*. Por este motivo, em português, distingue-se *localização indeterminada* (*aquele*), *localização determinada* (*aquele ali*) e *localização imediatamente determinável* (*aquele lá*).

Os pronomes podem ser *absolutos* ou *adjuntos*. São absolutos se, como os substantivos, funcionam como núcleo do sintagma nominal; são adjuntos se estão junto a um núcleo, tal como o adjetivo, o artigo e o numeral.

²⁵ É importante a noção de *dêixis* para esclarecer *pessoas do discurso*, porém no trabalho que realizaremos o entendimento da noção será distinto do apresentado pelo autor.

Entre os pronomes indefinidos, são incluídos os artigos indefinidos. Pronomes indefinidos são “os que se aplicam à 3ª pessoa quando tem sentido vago ou exprimem quantidade indeterminada” (1999, p. 168).

Bechara divide os pronomes indefinidos em substantivos – *alguém, ninguém, tudo nada, algo, outrem* – e em adjetivos – *cada, nenhum, outro, um, certo, qualquer, algum, cada*. O pronome indefinido *um* é substantivo nas expressões *cada um, qualquer um*; se for adjetivo, é chamado de artigo indefinido. Os pronomes substantivos são invariáveis; os adjetivos são variáveis, exceto *cada*. *Qualquer* é variável apenas em número. *Outro* também pode aparecer isolado.

Os pronomes indefinidos que expressam quantidade indeterminada são *muito, mais, menos, pouco, todo, algum, tanto, quanto, vários, diversos*. Todos são variáveis, exceto *mais* e *menos*.

Há pronomes indefinidos com sentido distributivo: *quem...quem, qual...qual, um...outro*.

Certo e *algum* são exemplos de palavras que, pela posição, têm o sentido e a classificação alterados: *certo* pode ser pronome indefinido ou adjetivo; *algum* anteposto ao substantivo significa *certo*, e posposto, *nenhum*.

Bechara lista locuções pronominais indefinidas e, ao tratar pronomes interrogativos, aponta-os como *pronomes indefinidos interrogativos*, assim como afirma que os relativos sem antecedentes também podem ser considerados *relativos indefinidos*.

Quanto ao emprego, o pronome indefinido pode estender a sua significação a todos os indivíduos de uma classe (*Todos os homens são bons, Cada livro deve estar no seu lugar, Qualquer falta merece ser punida*) ou a significação pode estender a um ou a alguns indivíduos de uma classe (*Certas folhas ficaram em branco, Daí surgirão outros enganados*).

Para estabelecer o emprego dos indefinidos, Bechara seleciona os principais. É o que passaremos a apresentar.

Sobre o emprego de *algum*, diz que, anteposto ao substantivo, tem valor positivo (*Recebeu algum recado importante*); posposto, tem valor negativo (*Resultado algum saiu do inquérito*), ocorrendo em frases nas quais já existem expressões negativas, em interrogações oratórias ou depois de substantivos precedidos de preposição *sem* (*Era pessoa sem escrúpulo algum*).

Algo está sendo substituído pela expressão *alguma coisa* (*Terás algo para contar-me?*). *Algo* (ou *alguma coisa*) é freqüentemente empregado como advérbio (*A situação está algo perigosa, A leitura deixou-lhe impressão alguma coisa agradável*). Seu significado quantitativo (também o de *alguma coisa*) favorece o aparecimento da proposição *de* com valor partitivo (*Não há algo de novo, Alguma coisa de novo deve acontecer hoje*). A preposição junto de adjetivo o transpõe à classe do substantivo e, por atração, este pode concordar em gênero e número com o nome sujeito do verbo. (*Apresenta-lhe estas desculpas que têm algo de engraçadas, De repente saíram umas idéias alguma coisa de ridículas*).

O pronome *cada* tem os seguintes empregos:

a) junta-se a substantivo singular, a numeral coletivo e a expressões formadas por numeral seguido de substantivo plural (*Uma ilusão gemia a cada canto...; Cada século possui seus homens importantes; Faz prova em cada trinta dias*);

b) é usado combinado com *cada um, cada qual*;

c) sem substantivo, em lugar de *cada um*, não deve ser empregado nas referências a nomes expressos anteriormente. (O autor põe em dúvida tal regra e cita, como exemplo, *Os livros custam trinta cruzeiros cada*).

d) é invariável, mas a concordância do verbo com o sujeito se processa normalmente (...cada dois dias levam...);

e) tem valor intensivo, contando com entoação expressiva (*Conta cada história!*).

Para o emprego de *certo*, Bechara estabelece que:

- a) quando antecede o substantivo, é, na língua moderna, exclusivamente pronome indefinido (*A vida celibatária podia ter certas vantagens...*);
- b) havendo ênfase, poderá aparecer *um certo*, expressão recriminada, com exagero, pelos gramáticos;
- c) posposto ao substantivo, é adjetivo (*Tenho certos amigos que não são amigos certos*);
- d) quando vem anteposto a nome que exprime qualidade, propriedade ou modo de ser, atenua o que, na significação do substantivo, haja de demasiado absoluto (*Goza de certa reputação de talento, A ópera tem uma certa novidade*). Nesta significação equivale a *algum*, se aproxima dos quantitativos indefinidos.

O pronome indefinido *nenhum*:

- a) reforça a negativa *não*, podendo ser substituído por *algum* (*Não tínhamos nenhuma dívida até aquele momento*);
- b) anteposto ao substantivo, não representa ênfase; para avivar a negação, deve ser posposto (*...não cedi cousa nenhuma, nem cedo*);
- c) é flexionado, ao referir-se a plural (*...espero que não serão nenhuns feitiços...*)
- d) pode adquirir valor afirmativo (= *qualquer*) em frase afirmativas (*Mais do que nenhum homem, ele trabalhava para a tranqüilidade*);
- e) *nenhum* generaliza a negação (*Não tenho nenhum livro*); *nem um* se refere à unidade (*Não tenho nem um livro, quanto mais dois*).

Todo concorda em gênero e número com o substantivo ou pronome a que serve de adjunto adnominal. No singular e anteposto a substantivo ou adjetivo substantivado, vale por *cada*, *qualquer* ou *inteiro*, *total*, podendo ou não vir acompanhado de artigo. Assim, no singular, pode referir-se tanto à totalidade distributivamente de um conjunto plural (*Todo homem é mortal = todos e cada um dos homens*), como à totalidade, à

integralidade de um indivíduo, de um singular (*Todo o homem* ou *Todo homem é pecado e miséria*).

Em Portugal, não se faz distinção entre *cada/qualquer* e *inteiro/total*, usando-se sempre *todo* seguido de artigo; modernamente, no Brasil, no primeiro sentido, dispensa-se o artigo (*Todo homem é mortal*), e, para o segundo, o artigo é obrigatório (*Toda a casa pegou fogo*), entretanto, devido à vacilação ocasionada pela fusão por crase da vogal final de *todo* e *toda* com o artigo, diz-se indiferentemente *todo*, *todo o* e *toda*, *toda a*.

Todo indica a totalidade numérica, isto é, qualquer indivíduo da classe, quando seguido de oração adjetivada por *o*, ou do pronome *aquela* (*Todo o que sofre...*)

Todo, seguido de *um*, denota *inteiro*, *total*, não havendo vacilação quanto ao uso do artigo (*todo um dia*, *toda uma cidade*). Esta construção é rejeitada por puristas.

Todo no singular e posposto ao substantivo expressa *totalidade* (*o homem todo*, *a casa toda*).

Nas expressões de reforço enfático ou de valor superlativo – *todo o resto*, *toda a soma*, *todo o mais*, *a toda a pressa*, etc. –, o uso do artigo é obrigatório entre os brasileiros.

No plural, antepostos ou pospostos, *todos* e *todas* exigem a presença de artigo, desde que o substantivo não esteja precedido de adjunto que o exclua (*todos os alunos*, *todas as revisões*, *os alunos todos*, *todos estes casos*, *todas elas*).

Todos pode ou não vir acompanhado de artigo se a totalidade numérica estiver definida por um numeral referido a um substantivo explícito ou subentendido (*todo um*, *todos dois* ou *todos os dois*), sendo mais comum a presença de artigo se o substantivo estiver expresso.

Todos pode ser interpretado em sentido distributivo, com valor aproximado de *cada*, devido à significação de certos verbos em determinados contextos (...*deviam ser obrigados os ministros a mudar de rua e bairro todos os três meses*, isto é, *a cada três meses*, *de três em três meses*).

Todo pode ser empregado adverbialmente, com valor de *inteiramente* (...*estou todo absorvido pela minha mágoa*). Pode concordar, por atração, com a palavra a que se refere (*O professor é todo ouvidos, Ela é toda ouvidos.*).

Sobre o pronome indefinido *tudo*, é afirmado que se refere às coisas consideradas em sua totalidade ou conjunto e, normalmente, se apresenta como termo absoluto, desacompanhado de determinado (*Nem tudo está perdido, Põe a esperança em tudo*). O seu emprego absoluto apresenta duas exceções pois funciona como adjunto: quando se combina com os demonstrativos *isto, isso, aquilo* (*Tudo isso é possível, Isso tudo é possível, Onde você comprou tudo aquilo?*), ou com a oração adjetiva substantivada pelo artigo (*Desconhecemos tudo o que eles disseram*).

2.3 CONSIDERAÇÕES

Os trabalhos de Celso Pedro Luft e de Evanildo Bechara representam uma reação, ainda que tímida, às dificuldades apresentadas pelas gramáticas tradicionais. Luft caracteriza sua gramática como moderna, baseado em critérios que propõe para a classificação das gramáticas, pois assim entende as que buscam em teorias linguísticas a fundamentação para o tratamento das questões gramaticais. A obra de Bechara, apesar de já incluir este adjetivo em seu título antes da reformulação feita, também se enquadra entre as que assim se configuram, pois este autor inclui em seu texto várias noções que têm origem na linguística.

Luft se apresenta como um eclético, pois reúne o que considera válido após a consulta a vários linguistas, mas também é alguém que prefere manter ligações com a *NGB*, já que seu livro destina-se principalmente a professores e alunos. Dizemos que Luft promove deslocamentos.

Lendo a *Introdução da Moderna Gramática Brasileira*, realmente constatamos as diversas influências mencionadas por Luft – as noções de inatismo, de esquema e norma, de língua e fala, de linguagem verbal e não-verbal, os elementos do *circuito da comunicação*, etc. –, todavia, lendo ainda a *Introdução* e as diversas *partes* de sua gramática, fica evidente que a contribuição maior é relativa à gramática gerativa, e o

próprio conceito de gramática apresentado pelo autor e transcrito em nosso trabalho comprova isto.

Ao estudar as classes de palavras, Luft propõe uma alteração: separar os critérios sintático e semântico. Critica a *NGB*, que rege as gramáticas normativas, pela mistura destes critérios, questiona a existência das dez classes, todas hierarquicamente iguais, e, com base em classificação binária, as redistribui, argumentando pela existência de *centrais*, a dos verbos, que se opõe à dos (pro)nomes, segundo critério semântico. A classe dos (pro)nomes, e agora o critério é sintático, inclui substantivos, adjetivos e advérbios.

Em relação às classes que nos interessam neste trabalho, também faz reformulações, pois agrupa pronomes indefinidos, artigos indefinidos e numerais em uma só classe: a dos determinantes. Distingue as palavras que exprimem quantidade (chama-as de numerais e os classifica em definidos e indefinidos) dos artigos indefinidos e demais pronomes indefinidos, diferenciação já proposta por Said Ali em sua *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*, que separa os numerais (ou quantitativos) definidos dos numerais (ou quantitativos) indefinidos. Também inclui, entre os pronomes indefinidos, alguns advérbios.

Embora todas estas mudanças quanto à distribuição das palavras em classes, o autor mantém, ao lado de sua proposta, conceitos e classificação apresentados pelos gramáticos tradicionais. Na seção dedicada ao estudo dos numerais, por exemplo, primeiro cita o conceito de praxe, bem como a subclassificação – cardinais, ordinais, multiplicativos e fracionários – e, após, apresenta uma proposta de reclassificação. Procedimento muito semelhante adota, também, em relação aos pronomes indefinidos: não abandona as práticas usuais, promovendo acréscimos ao que se encontra em outras gramáticas.

Luft, se comparado aos autores de gramáticas normativas, adota uma posição intermediária: faz alterações, e algumas são pontuais, mas, às vezes, faz simples acréscimos, apresentando o *antigo* e o *novo* lado a lado. Se esta é uma tentativa de não desestabilizar o leitor, acostumado aos procedimentos das gramáticas tradicionais, e de introduzir uma nova posição relativa aos estudos gramaticais, consideramo-la válida.

A outra gramática analisada neste capítulo é a de Evanildo Bechara. Na *Moderna Gramática Portuguesa* (edição de 1999, revista e ampliada), seu autor se dispõe, no plano teórico, a fazer uma descrição atualizada da língua e, a partir do exame de um grande número de fatos gramaticais, apresentar orientações normativas. Por esta disposição, contida no *Prefácio da 37ª Edição*, poderíamos dizer que esta gramática, à semelhança da de Celso Pedro Luft, contempla duas funções: neste caso, a de descrever e a de normatizar. Cremos, entretanto, que isto não está totalmente adequado ao atual trabalho de Bechara.

Verifiquemos o que o autor entende por gramática normativa: é pedagógica e apresenta “os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais de convívio social” (1999, p. 52). Quanto à primeira característica, o conceito de Bechara se afina com o dos gramáticos que têm como objetivo a normatização; quanto à segunda, não.

As regras ditadas pelas gramáticas que são conhecidas como normativas, são extensivas a toda e qualquer situação de uso da língua, a pretensão é homogeneizar, é regular o uso para que se escreva e fale *bem*; Bechara propõe que sejam apenas consideradas as *circunstâncias especiais de convívio social*, admitindo, assim, a existência de outras circunstâncias e, portanto, de outros usos que não o *exemplar*, mas os *corretos*, os que estão de acordo com *maneiras de falar*.

Com relação à teoria gramatical, Bechara, assim como Luft já o fez, critica procedimentos que não distinguem critérios e reformula a classificação a partir do semântico. A classificação das palavras por ele proposta é embasada na *referência*.

Para o autor *referência* está associada à representação intermediada pela língua: o referente é o *mundo das coisas*, e a língua “classifica a realidade segundo interesses e atitudes humanas”. É a partir da referência que se estabelece o *significado lexical*, ou seja, “o quê da apreensão do mundo extralingüístico”. É “do que tem existência” que deriva a primeira classe de palavras, as palavras *lexemáticas*, que abarcam substantivos, verbos e advérbios (1999, p. 109).

Os pronomes também são considerados sob esta noção de referência. São palavras *categoremáticas* cujo referente não é o extralingüístico, mas o discurso; são, portanto, formas vazias que só adquirem significação “pela situação ou por outras palavras do contexto” (1999, p. 162). Associada a esta forma de aquisição do significado, Bechara apresenta a noção de *dêixis*, por ele entendida como o ostensivo, o *apontar para*, a *dêixis ad oculos*. Neste sentido, os pronomes são *indicadores* e dizem respeito à situação de discurso. Ao lado desta noção de *dêixis*, há ainda a de *dêixis contextual*, o significado atribuído por meio da relação a outras palavras, classificada, ainda, como *anafórica* ou *catafórica*.

Da noção de *dêixis* decorrem a de pessoas do discurso: a 1ª e a 2ª, correspondentes ao falante e ao ouvinte, são determinadas do discurso; a 3ª é indeterminada e se opõe às demais porque refere outra pessoa que não *eu* e *tu*. Os pronomes indefinidos, que incluem os artigos indefinidos, são os que se aplicam à 3ª pessoa quando tem sentido vago ou exprimem quantidade indeterminada.

Mesmo que questionemos a noção na qual se apóia para tratar a classificação das palavras – porque entendemos referência sob outra ótica –, não podemos negar que Bechara qualifica sua gramática. Embasa a classificação na relação referência-significado e a mantém ao longo de seu trabalho. Examinando os vários aspectos sobre os quais recai nossa atenção, ou seja, a classificação geral das palavras, o conceito de artigo, o de pronome e o de pronome indefinido, notamos que o autor interliga os vários assuntos, sempre sob o mesmo enfoque, o semântico. Isto representa uma facilitação para o leitor no sentido de compreender a distinção estabelecida entre as classes e as características internas de cada uma. O trabalho representa, em relação ao existente, não só atualização, mas ousadia, ainda que possa ser refutado pela posição teórica assumida.

Luft e Bechara, embora não apresentem propriamente uma contribuição para o nosso estudo, principalmente porque se postam ao lado de teorias diversas da que propomos, realizam um trabalho inovador. Escrevem voltados para o ensino da língua, inclusive para estudantes dos níveis fundamental e médio, e se propõem a *atualizar*. Esta atualização, se assim o que fazem pode ser chamado, implica, em Luft, procurar corrigir o que, em termos de conceitos e classificações, segundo sua concepção, não está bem formulado; em Bechara, que divide sua gramática em *teoria gramatical* e

descrição e normatização, implica dissociar situações em que a língua culta deva ser ou não usada e, além disto, inserir, não só no capítulo inicial, mas também nos demais, alguns fundamentos teóricos que objetivam tratar com mais propriedade e coerência conceitos formulados pela teoria gramatical. Seus trabalhos fazem a mediação entre a tradição, o que incessantemente se repete, e um novo ponto de vista dentre os tantos surgidos nas últimas décadas.

Tendo examinado trabalhos que se situam neste *intervalo*, resta-nos voltar a atenção para aqueles que, fundamentados em uma teoria lingüística, visam exclusivamente descrever os fatos da língua. Como as gramáticas que nos propomos a ler têm tal objetivo, nossa hipótese é que se encontram mais próximas do que estabelecemos como proposta de estudo.

3 O TRATAMENTO DOS INDEFINIDOS EM GRAMÁTICAS DESCRITIVAS

As obras aqui examinadas são quatro. Por serem gramáticas, por realizarem uma descrição da língua e por embasarem esta descrição em uma teoria lingüística, foram por nós reunidas, porém este último aspecto também as distingue, daí porque cada uma constitui uma subseção.

Dos trabalhos analisados, o de José Rebouças Macambira, *A Estrutura Morfo-Sintática do Português*, exige uma justificativa para constar neste capítulo. Apesar de seu autor não o intitular e não o postular *gramática*, é feito um estudo amplo dos fatos da língua, tal como as gramáticas o fazem. Além disto, na parte que exige nossa leitura, as tradicionais *classes gramaticais*, embora mereçam uma reclassificação decorrente de pressupostos teóricos, são mantidas, cada uma constituindo uma divisão de capítulo, tendo sido conservada a nomenclatura adotada pela teoria gramatical. Todos estes fatos, portanto, aproximam a obra de Macambira das demais gramáticas e nos autorizam a inseri-la aqui.

Os autores dos outros trabalhos os dizem *gramáticas*, situando-se em teorias lingüísticas não compatíveis entre si: o de Maria Helena Mira Mateus (et al.), a *Gramática da Língua Portuguesa*, nas seções em que trata as palavras que expressam indefinição, adota princípios da lógica formal; o de Mário Perini, a *Gramática Descritiva do Português*, se associa à teoria gerativista; e o de Maria Helena de Moura Neves, a *Gramática de Usos do Português*, dedica-se ao estudo dos *usos*, elegendo um *corpus* oriundo de material escrito.

Estes trabalhos nos interessam por serem gramáticas, dando, assim, continuidade à leitura que estamos fazendo; por apresentarem descrição dos fatos da língua, o que pretendemos fazer; por decorrerem da aplicação de uma teoria lingüística que, mesmo não condizente com a que escolhemos, nos confere a possibilidade de estudo semelhante, e, talvez, por algum destes aspectos, alguma contribuição para o nosso estudo poderá ser dada.

3.1 UMA DESCRIÇÃO DE CUNHO ESTRUTURALISTA

José Rebouças Macambira inicia seu trabalho – *A Estrutura Morfo-Sintática do Português* –, distinguindo algumas noções que são básicas para o estabelecimento de critérios a partir dos quais serão classificadas as palavras, ou que serão referidas ao longo das classificações. O autor explicita os conceitos de *forma*, *função* e *sentido*, e esclarece diferenças entre sistema aberto e sistema fechado e entre forma livre e forma presa.

A noção de *forma* corresponde à existência de um ou mais fonemas que têm significação. Com base na *forma*, classificam-se palavras, considerando-se categorias gramaticais – a *flexão* –, ou a criação de novas palavras – a *derivação*. Critério *formal* também pode ser dito critério *mórfico* ou *morfológico*.

Por *função* entende-se a relação entre palavras. Dizer *funcional* é dizer *sintático*: estabelecem-se relações de interdependência entre as palavras.

Sentido relaciona-se à semântica, à significação das palavras. Pode ser *gramatical*, distinguindo os elementos que compõem um paradigma, ou *lexical*, entendido como sentido básico, comum a todos elementos de um paradigma.

O autor, considerando divergências entre lingüistas quanto à adoção de critério semântico para a classificação das palavras, assume a seguinte posição:

“(...) a significação deve ser usada como simples ponto de referência, somente para fazer a oposição *igual/diferente*, e não para conceituar esta ou aquela palavra (...); só excepcionalmente e com muita cautela, é que ousamos socorrer-nos do critério semântico como elemento classificatório” (1997, p. 21).

Fazem parte do *sistema aberto* os substantivos, adjetivos, verbos e advérbios nominais. São grupos de palavras que têm a possibilidade de alteração quantitativa, mediante o acréscimo de novas palavras. Inversamente, o número de palavras pertencentes ao *sistema fechado* não apresenta modificação. Artigo, numeral, pronome, advérbio pronominal, preposição, conjunção e interjeição participam do sistema fechado.

Sistema aberto corresponde a *semantema* (nomenclatura utilizada por Vendryes) ou *lexema* (termo empregado por Boris, Cantineau e Martinet); sistema fechado abarca formas gramaticais, os *morfemas* (Vendryes), que interessam à gramática por serem termos funcionais ou instrumentais.

Outro aspecto para a classificação das palavras que constituem uma língua, considera o discurso: as que podem aparecer sozinhas no discurso, especialmente em uma pergunta ou em uma resposta são chamadas *formas livres*, as que não apresentam tal característica são *formas presas*. Alguns lingüistas consideram *palavra* apenas as formas livres. São os substantivos, adjetivos, verbos e advérbios nominais. Os artigos, certos pronomes, as preposições e as conjunções são tomados como formas presas.

A partir destas distinções que servem, no trabalho de Macambira, como critérios para classificação, são estudadas, em cada capítulo, as tradicionais classes de palavras. Cada seção apresenta três subseções independentes, que tratam de morfologia, sintaxe e semântica.

3.1.1 O Artigo

Morfologicamente, o artigo é classe que não se distingue das demais. Flexiona-se em gênero e número, tal como substantivo, adjetivo, pronome e numeral. Não admite sufixos aumentativos e diminutivos, nem sufixos superlativos, neste aspecto apresentando características semelhantes às do pronome. Apresenta oito formas – *o, a, os, as, um, uma, uns, umas* – que se resumem praticamente em duas – *o, um* – já que as demais correspondem à flexão de gênero e de número.

Sintaticamente, os artigos são formas presas. Precedem o substantivo imediatamente ou mediatamente, constituindo com eles um sintagma.

Assim como outros lingüistas que são por ele citados, Macambira é partidário da inclusão dos artigos, pronomes e numerais em uma só classe, baseando-se no seguinte:

a) se em frases como *O cavalo branco é bravo, ao passo que o negro é manso*, o substantivo *cavalo* está subentendido na segunda oração, e *negro* é adjetivo que modifica o substantivo elíptico; em outra, como *Teu gabinete é moderno, mas o de Cláudio é mais arejado*, o não é classificado como artigo, mas como demonstrativo, apesar de a situação ser paralela à anteriormente apresentada;

b) em *Escapou um amigo de Jarbas, um de Luciano e outro de Abelardo*, apesar de a segunda ocorrência de *um* ser considerada como demonstrativo devido à presença de *outro*, que ocupa a mesma posição sintática, *um* em *um amigo de Jarbas* suscita dúvidas quanto à classificação – artigo, pronome ou numeral – considerando-se a frase *Teu gabinete é moderno, mas o de Cláudio é mais arejado* e também a possibilidade de classificá-lo como numeral ser razoável;

c) a distribuição sintática de artigo, pronome e numeral em *os bons amigos* (= *os amigos bons*), *dois bons amigos* (= *dois amigos bons*), *meus bons amigos* (= *meus amigos bons*), *estes bons amigos* (= *estes amigos bons*), *que bons amigos* (= *que amigos bons*), *alguns bons amigos* (= *alguns amigos bons*).

Semanticamente, a tese de que o artigo deva ser estudado na classe dos pronomes adquire maior sustentação porque não só o artigo particulariza ou generaliza o substantivo – papel que lhe é atribuído enquanto classe –, outras palavras como *meu* e *qualquer* também o fazem.

3.1.2 O Pronome

Sob o aspecto mórfico, o pronome não aceita sufixos aumentativos e diminutivos, superlativos e o adverbial *–mente*, o mesmo ocorrendo com o artigo e o numeral. Neste sentido, algumas observações são feitas pelo autor com o intuito de comprovar que artigos, numerais e pronomes comportam-se de modo semelhante, podendo constituir uma única classe:

a) alguns pronomes admitem familiarmente os sufixos *-inho*, *-íssimo*, *-ão* (*tudinho*, *nadinha*, *mesmíssimo*, *mutirão*), porém nestes casos *-inho* não quer dizer *pequeno*, *-íssimo* não quer dizer *muito*, *-ão* não quer dizer *grande*;

b) *mutíssimo* e *pouquíssimo*, que aceitam *-íssimo* significando *muito*, pertencem à classe dos adjetivos;

c) *certo*, *próprio*, *vário*, *diverso*, *semelhante*, que admitem o sufixo *-mente*, neste caso não são pronomes, mas adjetivos.

Morfologicamente, o pronome é definido como “um tipo de nome que admite a oposição de pessoas gramaticais” (1997, p. 54), considerando-se nome como substantivo e adjetivo: 1ª pessoa definida, oposta à 2ª pessoa definida; 1ª e 2ª pessoas definidas, opostas à 3ª pessoa definida; 1ª, 2ª e 3ª pessoas definidas, opostas à 3ª pessoa indefinida (*eu*, *tu*, *ele* opostos a *alguém* etc.; *meu*, *teu*, *seu* opostos a *alheio*; *este*, *esse*, *aquela* opostos a *outro* e *qualquer*). As formas pronominais não se distinguem por meio de flexão, mas por heteronímia ou supleção.

Sob o aspecto sintático, os pronomes compreendem duas subclasses: a dos pronomes substantivos, que não se articulam com o substantivo, e a dos pronomes adjetivos, que se articulam com os substantivos, à semelhança de adjetivos. Articulação implica concordância, excetuando-se *cada* que, embora adjetivo, é invariável.

São pronomes substantivos:

a) os pessoais definidos (*eu*, *me*, *mim*, *migo*; *tu*, *te*, *ti*, *tigo*; *ele*, *ela*, *se*, *si*, *sigo*, *o*, *a*, *lhe*; *nós*, *nos*, *nosco*; *vós*, *vos* *vosco*; *eles*, *elas*, *se*, *si*, *sigo*, *os*, *as*, *lhes*; os pronomes de reverência) e os pessoais indefinidos (*alguém*, *ninguém*);

b) os demonstrativos definidos (*isto*, *isso*, *aquilo*) e os pessoais indefinidos (*outrem*, *al*);

c) os relativos definidos (*que*) e os relativos indefinidos (*quem*, *que*);

d) os numerais indefinidos (*tudo*, *nada*, *algo*, *cada*, *um*, *cada qual*, *qualquer um*).

A esta classificação, Macambira acrescenta que:

a) *al* é arcaico, e quer dizer *outra coisa*;

b) *alguém, ninguém, outrem, quem* não são pronomes pessoais porque não são puros, apresentam idéia de *indefinido*;

c) *tudo* é pronome adjetivo em *tudo isto, tudo isso, tudo aquilo, tudo o*.

São pronomes adjetivos:

a) os possessivos definidos (*meu, teu, seu, nosso, vosso* com plurais e femininos correspondentes) e os possessivos indefinidos (*alheio, alheia, alheios, alheias*);

b) os demonstrativos definidos (*o, este, esse, aquele, tal, mesmo, próprio, semelhante* com os femininos e plurais correspondentes) e os demonstrativos indefinidos (*outro, qualquer*);

c) os relativos definidos (*cujo, o qual, quanto* com os femininos e os plurais correspondentes) e os relativos indefinidos (*quanto, quantos, quanta, quantas*);

d) os numerais definidos (*um, dois, três; primeiro, segundo, terceiro; duplo, triplo; meio, terço, quarto*; se for o caso, com os femininos e plurais correspondentes) e os numerais indefinidos (*nenhum*, correspondente à cifra zero; *um, algum, certo*, correspondentes à cifra 1; *cada, diversos, muito, pouco, todo, vários* com femininos e plurais correspondentes, se for o caso);

e) os interrogativos indefinidos (*que, qual, quanto* com os femininos e plurais correspondentes).

São feitas as seguintes observações a partir da listagem apresentada:

a) não é comum o emprego de *quanto(s), quanta(s)* como pronome adjetivo;

b) os pronomes adjetivos são geralmente variáveis, os pronomes substantivos não o são;

c) considera-se adjetivo o pronome que se articula com substantivo subentendido;

d) a língua distingue morficamente pronome substantivo e pronome adjetivo correspondente, apresentando parêlas opositivas (*isto e este, isso e esse, aquilo e aquele; outrem e outro, alguém e algum, ninguém e nenhum*);

e) todo nome que possa preencher a lacuna apresentada em*filme foi bom* ou ...*filme foi bom?* pertence à subclasse do pronome adjetivo; assim artigo e numeral podem ser considerados pronomes, embora o ordinal, o multiplicativo e o fracionário não se enquadrem propriamente no que foi proposto.

Considerando o aspecto semântico, o autor reapresenta as classificações já feitas por ocasião do estabelecimento de subclasses para pronomes substantivos e pronomes adjetivos, acrescentando que denotam “a idéia de *pessoa, posse, dîxis, referêcia, número* ou *interrogação* de maneira *precisa* ou de maneira *vaga*” (1997, p. 59).

Das observações feitas, a maioria já constante no aspecto anteriormente citado, podem ser destacadas as seguintes:

a) não se pode negar que *alguém* seja pronome pessoal, pois indica pessoa (*Quem bate à porta? Eu ou alguém*);

b) o possessivo indefinido *alheio* é sempre posposto ao substantivo;

c) *outro* e *qualquer* são demonstrativos, apesar de a gramática incluí-los entre os indefinidos, pois *outro* significa *nem este, nem esse, nem aquele*, e *qualquer* corresponde a *tanto este, como esse ou aquele*;

d) o pronome relativo definido tem por antecedente um pronome de 1ª, 2ª ou 3ª pessoa; o relativo indefinido tem antecedente que é apenas concebível;

e) os numerais indefinidos, que a gramática apresenta como pronomes indefinidos, denotam imprecisamente a idéia de número;

f) o pronome não se refere apenas ao nome, mas também ao verbo e à própria oração (*Viajar, sempre o desejei; Cumpriste o dever, o que muito nos honra*).

3.2 UMA DESCRIÇÃO BASEADA EM PRINCÍPIOS DA LÓGICA FORMAL

A *Gramática da Língua Portuguesa*, de acordo com suas autoras, destina-se a estudantes em nível universitário e não é normativa. Seu objetivo é apresentar uma descrição ampla do funcionamento do português contemporâneo, com base em teorias lingüísticas. É resultado de um trabalho coletivo, sendo que cada uma de suas autoras responsabiliza-se pela elaboração de determinada seção ou até subseções, considerando-se a especialização de cada uma.

3.2.1 *Os Nominais e Operações de Determinação*

Nesta gramática, as palavras que são o objeto de nosso estudo estão arroladas nas classes de *nominais* (entendidos como substantivos ou nomes) e se caracterizam por efetuarem operações de determinação. As operações de determinação permitem que os nominais designem um determinado referente numa dada situação de comunicação.

Por *referência* entende-se *o mundo real*. Havendo uma relação entre o que é expresso e um universo de referência, as proposições devem ser julgadas mediante critérios de *verdadeiro* ou *falso*, compatibilizando-se parâmetros enunciativos, constituídos por locutor, alocutário, tempo, espaço, discurso anterior e universo de referência.

Em determinadas situações, podem ser expressas propositalmente proposições falsas, principalmente porque se estabelecem, entre locutor e alocutário, relações de poder. Neste caso, as proposições devem respeitar o critério de *verossimilhança*, ou seja, não podem “contradizer os princípios constitutivos do universo de referência”, nem ignorar “o conhecimento que o alocutário tem do universo do discurso” (1989, p. 52).

A falsidade ou a veracidade atribuída a uma proposição encontra-se, também, na dependência de um conjunto de conhecimentos ou crenças do locutor e do alocutário.

Mesmo que a proposição contrarie o universo de referência, se houver de parte do locutor e do alocutário uma disposição, será considerada com tal.

Certas proposições revelam que seu valor referencial depende exclusivamente do locutor. Isso ocorre ao comunicar seus próprios estados físicos ou psicológicos, ao produzir atos locutórios comissivos, ao descrever antecipadamente seus comportamentos, ao expressar um poder institucional que lhe foi conferido.

Em uma teoria que tem o mundo real como referência, estabelece-se relação entre *objetos e nominais* mediante *designação*.

Os nomes próprios, num determinado universo de referência, designam um único objeto, assim considerado tanto pelo locutor como pelo alocutário. São *designadores de referente fixo e único* e, por isto, não admitem determinação, complementos ou modificadores de valor restritivo.

Os nomes comuns, quando não especificados ou complementados, expressam *intensão*, ou seja, nomeiam um conjunto de objetos; porém, mediante operação de determinação, ou ao serem complementados ou modificados por um restritivo, passam a exprimir *extensão*: designam um objeto particular do conjunto definido por intensão. A determinação, assim como a complementação ou a adjunção de termos modificadores, tem papel fundamental na atribuição de referência.

As operações de determinação exprimem-se, de uma forma geral, através de especificador e do número do nominal. Uma mesma forma morfosintática pode participar de diversas operações de determinação, e o conjunto-base expresso é, na maioria das vezes, parte do conjunto-base indicado pelo nominal.

3.2.1.1 Operações de Extração de Partes Singulares Não Identificadas²⁶

A operação de uma parte singular não identificada caracteriza-se pelo fato de o alocutário não conhecer a que parte específica do conjunto o discurso se refere.

²⁶ Não serão citadas todas as operações apresentadas pelas autoras, mas somente aquelas que tratam de palavras ou expressões por elas consideradas como *não-definidas*, ou as que incluem artigos indefinidos ou pronomes indefinidos, na acepção das gramáticas tradicionais.

Quando em um conjunto ocorre a operação de uma parte não definida, distinguem-se o *uso específico* e o *uso não específico* ou *intensional*.

No *uso específico* existe um referente. Em *Comprei um disco do Reggiani*, do conjunto-base *discos*, que comporta *discos dos discos do Reggiani*, *um disco do Reggiani* é uma parte singular não identificada. No *uso não específico* ou *intensional*, não há referente e isto pode ser verificado em *Quero viver numa casa com sótão*. porque o locutor expressa a intenção de vir a operar em um conjunto-base (*casas com sótão*) cuja parte (*numa casa com sótão*) não está identificada nem determinada.

O *uso específico* de uma parte singular não identificada e o *uso não específico* ou *intensional* ainda se diferenciam porque:

a) o primeiro pode ser elemento inicial de uma cadeia anafórica (*Comprei um disco do Reggiani. Neste disco ele canta “Le Déserteur”*); o segundo, se esta cadeia for construída na modalidade factual (*Quero viver numa casa com sótão. Essa casa fica em...*), não pode;

b) o primeiro é compatível com a ocorrência de *certo* ou *determinado* (*Comprei um certo/determinado disco do Reggiani*), o segundo não é (*Quero viver numa certa/determinada casa com sótão*);

c) o primeiro não admite negação do referente (*Comprei um disco do Reggiani, mas esse disco não existe*), o segundo admite a negação de um possível referente (*Quero viver numa casa com sótão, mas se calhar não encontro nenhuma que esteja para alugar*).

O *uso não específico* das expressões singulares indefinidas ocorre com certos verbos criadores de mundos possíveis (*desejar, esperar = ter esperança, querer, etc.*) e verbos modais (*dever, poder, ter de, etc.*), verbos de percepção e verbos implicativos positivos (*aventurar-se, conseguir, lembra-se, etc.*).

Também por meio de expressões partitivas, se expressa que foi extraída uma parte de um conjunto, sendo este determinado e definido, e a parte é não definida (*João só conhece uma das praias da costa alentejana...*).

Em *Leste um livro de Garcia Marquez?*, a expressão singular indefinida admite uma interpretação existencial (*Leste pelo menos um livro de Garcia Marquez?*) e uma interpretação singular (*Leste um e apenas um livro de Garcia Marquez?*). No primeiro caso, trata-se de um conjunto determinado do qual é extraída uma parte singular indefinida (que pode ser plural); mas, no segundo, o artigo indefinido funciona como numeral cardinal, indicando que a parte do conjunto tem cardinalidade um.

3.2.1.2 Operações de Extração de Partes Plurais

Em *Vi uns colegas no cinema* e *Havia alguns salmonetes no mercado*, as expressões *uns colegas* e *alguns salmonetes* são partes plurais dos conjuntos *colegas* e *salmonetes*, as quais não são determinadas quantitativamente nem qualitativamente. Também em *Vi dois colegas no cinema* e *Comprei três salmonetes no mercado*, apesar de as partes plurais serem determinadas quantitativamente, as expressões são indefinidas, pois qualitativamente não são determinadas.

Em (1) *Vi muitas crianças no concerto*, (2) *Havia poucos livros de lingüística na Feira do Livro* e (3) *O público fez bastantes perguntas na conferência de ontem*, há partes plurais indefinidas, entretanto estas expressões indicam uma quantificação *relativa*. Isto ocorre porque:

a) em (1) há a idéia de que a cardinalidade da parte plural é superior à esperada, e em (2) ocorre o inverso: é inferior;

b) em (3) a parte plural pode ser interpretada como *muitas perguntas* ou *um número suficiente de perguntas*, dando a entender que houve participação do público.

Nestes exemplos, há quantificação *relativa* já que há um referente relacionado a um valor esperado, e a informação dada pela expressão plural indefinida considera este valor.

As expressões plurais indefinidas podem ser apresentadas com *uso específico* ou *uso não específico*: *Espero encontrar salmonetes no mercado*; *Quero ver se compro duas camisolas*; *Ele pode escrever muitos livros, mas sempre será um mau escritor*.

As expressões plurais indefinidas também podem vir expressas sob a forma de partitivos: *Comprei alguns dos salmonetes no mercado.*

3.2.1.3 Operações sobre Conjuntos Encarados na sua Totalidade

Em operações sobre conjuntos considerados em sua totalidade, o conjunto-base é tomado em toda sua extensão. Em frases como *O átomo tem uma estrutura altamente complexa*, *Qualquer átomo tem uma estrutura altamente complexa*, *As baleias são mamíferos*, *Todos os animais são afetados pela poluição*, os referentes são, respectivamente, a totalidade de átomos, de baleias, de animais. Nestas expressões, verifica-se a existência de uma *operação de quantificação universal*.

Apesar de a citada operação efetivar-se indistintamente sobre estes conjuntos, a propriedade atribuída a eles expressa-se de maneira diversa:

a) nas duas primeiras frases, há uma operação distributiva, porque a propriedade *ter uma estrutura altamente complexa* é atribuída distributivamente a todos os átomos;

b) nas demais frases, verifica-se uma operação não distributiva porque *ser mamífero* e *ser afetado pela poluição* são propriedades atribuídas coletivamente a *baleias* e *animais*.

Cada, *qualquer* e, às vezes, *todo* expressam quantificação universal distributiva; todavia *cada* pressupõe um conjunto pré-construído (*Cada aluno – o João, o Pedro, o Luís... – teve boa nota*); *qualquer* opera sobre virtuais ou pré-construídos (*Qualquer aluno – o João, o Pedro, o Luís... – teve boa nota*, *Qualquer teoria que sustente essa hipótese é absurda*); *todo* opera sobre conjuntos virtuais (*Toda teoria que sustente essa hipótese é absurda*).

O uso genérico de artigos definidos e indefinidos também diz respeito a operações de quantificação universal, sendo o conjunto-base tomado intensionalmente.

Em *Um pardal é uma ave*, há uma operação distributiva pois atribui-se *ser ave* a todo elemento que *ser pardal*: é o conjunto-base que é considerado, e não os seus elementos. Em *O pardal é uma ave*, também é ao conjunto-base que é atribuída a

propriedade *ser ave*: toma-se *pardais* e a cada um dos seus elementos – *pardal* – atribui-se *ser ave*.

Nas línguas naturais, quando há uma operação sobre o conjunto em sua totalidade, em geral se considera universalmente não um conjunto-base, mas uma parte deste conjunto, que é apresentada no discurso. Em *Qualquer amigo do João sabe que ele adora jazz*, *Todos os amigos do João sabem que ele adora jazz*, esta parte está construída implicitamente no enunciado; em *Todos os presentes louvaram a atenção do diretor anterior*, *Cada interveniente manifestou seu apoio à proposta*, esta parte é dada pelo discurso anterior ou pelo contexto situacional.

Em *Qualquer um dos amigos do João sabe que ele adora jazz*, *Cada um dos amigos do João sabe que ele adora jazz*, o conjunto *os amigos do João* é determinado e definido. Este conjunto é considerado no discurso e é ele que é encarado universalmente, não o conjunto-base. Além disto, o conjunto *os amigos do João* é tomado distributivamente, por isto que uma propriedade é atribuída ao conjunto-base.

3.2.1.4 Operações sobre o Conjunto Vazio

Em *Ninguém tocou à porta*, *Nenhum automóvel trabalha a licor hortelã-pimenta*, *Não encontrei nenhuma gralha nesse artigo*, as expressões *ninguém*, *nenhum automóvel*, *nenhuma gralha* designam a parte vazia (de cardinalidade zero) do conjunto considerado *pessoas*, *automóvel*, *gralha*. Do conjunto considerado, não há elemento que corresponda à verdade expressa por *ter tocado à porta*, *trabalhar a licor de hortelã-pimenta*, *locutor encontrar num artigo*.

Em *Nenhum dos convidados chegou atrasado*, sobre o conjunto dos convidados, considerado no discurso, é afirmado que não é verdade que qualquer dos seus elementos tenha chegado atrasado, assim como em *Nada do que disseste me faz mudar de opinião*, do conjunto constituído pelo discurso anterior do alocutário, afirma-se que não é verdade que qualquer dos seus elementos faça o locutor mudar de opinião.

3.2.1.5 Operações sobre Massivos

As operações que passarão a ser examinadas, ocorrem em conjuntos que expressam grandezas contínuas²⁷.

Em *Bebi vinho no jantar*, *Bebi pouco vinho no jantar*, *Bebi um copo de vinho no jantar*, do todo contínuo *vinho* é distinguida uma *parte quantitativa*. Na primeira na qual há especificador zero e nominal no singular, de *vinho* – um todo contínuo – foi extraída uma parte, sem que se expresse a quantidade determinada; na segunda, a parte extraída é quantidade inferior ao que o locutor considera como limiar; na terceira, a quantidade é expressa com precisão (*um copo de vinho*), porém esta precisão é pouco rigorosa já que existem copos de diferentes tamanhos; na última, a referência para a quantidade toma o litro como padrão.

Semelhantes aos exemplos anteriores, são os seguintes: *Comi bolo ao jantar*, *Comi muito bolo ao jantar*, *Comi uma fatia de bolo ao jantar*, *Comi meio quilo de bolo ao jantar*, pois *bolo* é encarado como um todo descontínuo, embora o nominal *bolo* seja um todo contável.

As operações que encaram conjuntos coletivamente, podem também atuar sobre conjuntos com grandezas contínuas. Em *A corrida aos armamentos é uma ameaça para a Humanidade*, *A flora da serra da Arrábida é única na Península*, os coletivos massivos, *Humanidade* e *a flora da floresta da Arrábida*, designam a parte plena de um conjunto (o primeiro, do conjunto definido intensionalmente pela propriedade *ser humano*; o segundo, de um conjunto construído pelo discurso), enquanto que em *Havia gente na praia apesar do mau tempo*, *gente* designa uma parte quantitativamente não determinada do conjunto definido intensionalmente pela propriedade *ser pessoa*.

Quanto às operações que consideram universalmente conjuntos encarados como contínuos, pode-se dizer que:

²⁷ Várias são as situações analisadas pelas autoras nesta seção, entretanto, mantendo os mesmos procedimentos relativos ao capítulo, aqui são mencionadas aquelas nas quais as expressões envolvem palavras tradicionalmente classificadas como artigos indefinidos ou pronomes indefinidos, ou expressam indefinição.

a) quando o nome massivo entra numa construção que designe uma matéria encarada como um todo contínuo, sem variação quantitativa nem qualitativa, ele não é passível de ser afetado por nenhum tipo de quantificação universal: *Todo ferro é um mineral, Qualquer ferro é um mineral, Um ferro é um mineral*;

b) quando o nome massivo ocorre com complementos que definem o conjunto considerado como uma parte desta matéria, esta parte pode ser encarada de forma não distributiva (*Todo ferro dessa região é exportado*), e as formas distributiva e genérica são impossíveis porque a parte considerada no discurso é um todo contínuo, em que não se distinguem partes quantitativas nem qualitativas (*Qualquer ferro dessa região é exportado, Um ferro dessa região é exportado*);

c) quando em um todo contínuo é possível distinguir partes qualitativas, estas são encaradas universalmente de uma forma não-distributiva (*Todos vinhos dessa região são bons*), distributiva (*Qualquer vinho dessa região é bom*) ou genérica (*Um vinho dessa região é sempre bom*);

d) quando nomes massivos não admitem plural, a única construção possível é *todo(a) o(a) N*, para a expressão de uma quantificação universal não-distributiva, porém, quando admitem plural, sendo possível reconhecer partes quantitativas, pode ocorrer a construção *todos(as) os (as) N* e expressões de quantificação distributiva e genérica, pois tais operações exigem que a parte da grandeza considerada no discurso, ainda que tomada como não discreta, possa ser encarada como um conjunto de partes quantitativas e/ou qualitativas a que uma dada propriedade é atribuída não distributivamente ou genericamente.

Se as operações visam à parte vazia do discurso, verifica-se que:

a) em *Não se encontrou nenhum ouro nessa mina, Não foi distribuída nenhuma água aos moradores da aldeia durante a seca*, a parte considerada no discurso, designada por um massivo, pode ser vazia, porque circunstancializada, o que não ocorre em *Não foi estudada nenhuma fauna da Península Ibérica*;

b) em construções partitivas, como em *A administração da empresa não pagou nenhum ferro que lhe foi entregue, Não estava nenhuma da gente na praia*, o massivo

(*ferro*) e o coletivo massivo (*gente*) designam grandezas em que não é possível distinguir partes quantitativas nem qualitativas, apesar de este massivo estar determinado (*que lhe foi entregue*) ou definido contextualmente (*na praia*), mas em *Nenhum dos vinhos que serviram era bom*, há distinção das partes, já que o massivo admite a qualificação destas partes.

3.2.2 *Estrutura Interna do Sintagma Nominal*

O sintagma nominal é apresentado como constituído por núcleo, complementos e especificadores.

O núcleo é elemento obrigatório e determina a concordância dos especificadores e complementos. Os nomes e pronomes funcionam como núcleo, e, entre outros exemplos, são apresentados os seguintes: (1) *Alguém que tu conheces manda-te saudades*, (2) *Ninguém apareceu para almoçar*, (3) *Traz tudo quanto encontrares*, (4) *Não quero nada*.

Sobre estas frases, é dito que os pronomes não admitem especificadores nem complementos, não têm como referência as pessoas do discurso e são *quantificadores*. Estes quantificadores se distinguem pelo traço [HUMANO], os das duas primeiras frases são [+HUMANO] e os das demais [-HUMANO].

Também é apresentada a frase *Todos saíram da sala, mas alguns voltaram*, em que *todos* e *alguns* são quantificadores que, pelo fato de o núcleo do sintagma nominal ser uma categoria vazia, aparentemente fazem o papel de núcleo. Comportam-se como os pronomes devido à atuação de regras sintáticas. Estes especificadores podem conjugar-se com outros especificadores e com vários complementos.

São considerados especificadores os elementos que se encontram à esquerda do núcleo e não funcionam como complementos. São especificadores os determinantes, os quantificadores e as expressões qualificativas.

Os determinantes são entendidos tradicionalmente como os elementos que precedem o nome, *determinam-no* semanticamente, e são assim considerados os artigos

e os adjetivos determinativos, ou seja, os demonstrativos, os possessivos e os indefinidos, porém as autoras afirmam que:

“(...) as propriedades semânticas de grande número desses elementos diferem entre si, o mesmo sucedendo (...) no que respeita às propriedades sintáticas. A consideração de todas estas propriedades permite proceder a reestruturação interna dessa classe tradicional, mantendo a denominação de determinantes apenas para os ‘artigos’ e dísticos (demonstrativos e possessivos) que se distinguem, no seu comportamento sintático e semântico, dos quantificadores e das expressões qualificativas” (1989, p. 189).

O artigo definido ocorre indiferentemente no sintagma nominal sujeito e no sintagma nominal objeto. O artigo indefinido merece muitas considerações. São examinadas as frases:

a) *Um gato é um felino*, na qual a ocorrência do artigo indefinido é semelhante à do definido em *O gato é um felino*, *Os gatos são felinos*.

b) *Um rapaz que ia a passar viu o acidente*, *Comprei um vestido* são frases que demonstram que o artigo indefinido pode constar no sintagma nominal sujeito e no sintagma nominal objeto, mas, em se tratando de sujeito, o sintagma nominal tem de ser determinado (*que ia a passar*);

c) *Apareceu um disco voador no céu*, *Um disco voador apareceu no céu*, *Entrou um gato no quintal*, *Um gato entrou no quintal* são frases que demonstram que, como o sintagma nominal não é determinado, há maior aceitabilidade em relação àquelas nas quais o sintagma nominal ocorre à direita do verbo.

Sobre a ocorrência de *uns*, é afirmado que:

a) em *Uns rapazes que iam a passar viram o acidente*, *Apareceram no céu uns discos voadores*, *uns* é plural de *um* (também presente nos exemplos já apresentados);

b) em *Um café ao levantar faz mal à saúde*, *um* não é artigo, mas quantificador, daí porque o sintagma nominal pode anteceder o verbo, sem que haja a exigência de que

aquele seja determinado; seu plural é *dois*, que é quantificador (*Dois cafés ao levantar fazem mal à saúde*), e não *um* (*Uns cafés ao levantar fazem mal à saúde* é inaceitável);

c) a frase *Um dos jogadores sofreu uma lesão.*, na qual *uns* é quantificador, tem como plural *Alguns (dois, três) dos jogadores sofreram lesões*, sendo a frase *Uns dos jogadores sofreram uma lesão* inaceitável.

Quantificadores e artigos diferem sintaticamente. São quantificadores os indefinidos, os numerais e alguns adjetivos (*inúmeros, vários, diversos, bastantes*).

O indefinido *certo* pode ser empregado como quantificador. Assim é em *Tem um certo nível cultural*. Também tem valor próximo do uso específico de *um*: *Um certo tipo telefonou-me*.

O indefinido *quanto* é quantificador se precedido de artigo definido e no plural: *Dá-me uns quantos cravos* (exceto na expressão *um tanto* ou *quanto*).

O artigo indefinido é quantificador em *Uns alunos foram aprovados, outros reprovados* e em *Uns alunos foram aprovados, os outros foram reprovados*. Em ambas as frases, referem elementos de conjuntos disjuntos, mas na segunda os conjuntos são complementares. Também há complementaridade em *Uns alunos foram aprovados, outros reprovados e os restantes desistiram*. *Uns* é quantificador, (*os*) *outros* e *os restantes* são especificadores com núcleos nominais vazios e são, também, quantificadores.

Alguns quantificadores podem ser precedidos de artigos, mas não necessariamente:

a) podem ser precedidos de artigos definidos: *outro(s)*, *pouco(s)*, numerais (exceto *um*), alguns adjetivos quantificadores;

b) podem ser precedidos de artigos indefinidos: *outro(s)*, *pouco(s)*, *quantos*, *tanto(s)*, *qualquer(qualsquer)*, *certo(s)*, numerais (exceto *um*), alguns adjetivos quantificadores.

Os quantificadores *todo(s)* e *ambos* são obrigatoriamente seguidos de artigo. Alguns quantificadores ocorrem em estruturas [QUANT + de], exceto *todo(s)* e *ambos*. Esta estrutura nunca é precedida de artigo, mas o nome quantificado é precedido de artigo ou dêitico demonstrativo: *Algumas das maçãs estão verdes, Duas das maçãs estão verdes, Várias das maçãs estão verdes, Todas as maçãs estão verdes, Ambas as maçãs estão verdes.*

Os quantificadores *pouco* e *tanto* ocorrem na estrutura [ART IND + QUANT + de]: *Um pouco de cultura não faz mal, Dei-lhe um tanto de esmola.*

Em *Trouxe um litro de leite, Comprei dez metros de cretone, Dei-lhe uma pinga de água e um bocado de pão, Arrumei a maior parte dos livros*, há quantificadores que expressam pesos e medidas ou expressões que são usadas para quantificar. Sua seleção é feita com base em propriedades lexicais de nomes quantificados.

Em *Trouxe um litro de leite*, *um* é um numeral, há uma quantificação determinada, que pode também ocorrer no plural. Nas três últimas frases, um artigo definido ou indefinido precede o nome quantificador, há uma quantificação vaga.

As expressões que indicam uma parte do nome quantificado [QUANT + de] são chamadas de expressões partitivas. Como *todo(s)* e *ambos* indicam a totalidade dos seres, não podem constar nestas expressões.

3.3 UMA ABORDAGEM A PARTIR DE PRESSUPOSTOS GERATIVISTAS

Ao se estudar a *Gramática Descritiva do Português*, de Mário Perini, é necessário que sejam consideradas as críticas que o autor faz à gramática normativa e ao ensino da teoria gramatical em 1º e 2º graus, atualmente ensino fundamental e ensino médio, pois é a partir delas que o autor justifica seu trabalho.

Segundo o autor, os estudos gramaticais são problemáticos devido à “falta de coerência teórica, falta de adequação à realidade da língua e normativismo sem controle”. Acrescenta a isto a desatualização porque tais estudos não incorporam “resultados teóricos e práticos da pesquisa lingüística das últimas décadas” (1996, p.21-2). Aos lingüistas, então, cabe a descrição da língua portuguesa no Brasil, “não só da

língua padrão, mas ainda a descrição da língua coloquial, sua variação social e geográfica, sua história, etc.” (1996, p. 14).

A *Gramática Descritiva do Português* caracteriza-se por representar uma contribuição para a reformulação do ensino gramatical. Suas bases são teoricamente coerentes e atualizadas visando suscitar debates, discussões e dúvidas; destina-se a professores de 1º e 2º graus e a professores e alunos dos cursos de Letras e, embora pretenda a reformulação do ensino gramatical, nem sempre as questões propostas são resolvidas de todo. Está organizada em quatro seções: na primeira discutem-se os objetivos do ensino da gramática na escola e são apresentadas noções fundamentais para o estudo gramatical; as demais tratam da sintaxe, da semântica e da lexicologia, a última privilegiando as classes gramaticais.

Este trabalho de Perini visa descrever o português contemporâneo, permanecendo próximo da gramática tradicional a fim de facilitar a compreensão do leitor. Ocupa-se do português culto escrito, assim como fazem as gramáticas tradicionais, todavia, diversamente destas, que exemplificam a partir do padrão culto literário, textos técnicos e jornalísticos constituem o *corpus* analisado, por apresentarem uniformidade na estrutura e por não se distanciarem dos exemplos literários trazidos pelas gramáticas que, na opinião do autor, são *filtrados*, excluindo-se idiosincrasias e desvios. Desta forma Perini crê que o *corpus* escolhido não se afasta do padrão selecionado pelas gramáticas e, ao mesmo tempo, fica garantida a uniformidade gramatical e estilística.

Ainda procurando justificar seu trabalho e os posicionamentos assumidos, o autor faz algumas reflexões sobre o ensino da gramática em 1º e 2º graus, analisando os componentes do ensino, em especial os aspectos cognitivos. Os componentes do ensino cognitivo são três:

a) o da aplicação imediata, que se refere a situações práticas, nas quais a gramática tem uma contribuição muito pequena a dar, uma vez que não tem influência no desenvolvimento da leitura e da escrita pois o domínio destas habilidades é exigência para o estudo da gramática;

b) o cultural, voltado para a aplicação de conhecimentos na vida profissional do indivíduo, e, neste sentido, os estudos que se ocupam da linguagem têm certa importância pois a linguagem permeia todas as atividades da comunidade, além de o conhecimento da língua – sua estrutura e seu uso correto – estar relacionado à preservação da cultura nacional;

c) o da formação de habilidades intelectuais, aspecto no qual os estudos gramaticais adquirem relevância pois tais habilidades envolvem raciocínio, observação, formulação e testagem de hipóteses, contribuindo para o desenvolvimento de indivíduos independentes, capazes de questionamentos a respeito do que aprendem e de criação de novos conhecimentos.

Em relação ao terceiro componente, reside a maior falha do sistema educacional de ensino, voltado, conforme Perini, sobretudo para a transmissão de conhecimentos. Quanto ao ensino da gramática, este componente pode ser facilmente posto em prática porque esta disciplina não requer o uso de materiais sofisticados nem condições especiais: “esses dados, basta elucidá-los em sala de aula, pois estão programados no cérebro de cada falante da língua” (1996, p. 31). Além disto, deve-se levar em conta a existência de teorias gramaticais que suscitam questões em nível de alunos de 1º grau, e, também, que o estudo da gramática propicia atividades de pesquisa. O estudo da gramática pode representar, então, para os alunos um meio de crescimento e de libertação intelectual, e isto concretizar-se-á se este estudo for entendido como científico, compreendendo a descrição, a interpretação e a compreensão do fenômeno lingüístico, suscetível à reformulação, críticas e acréscimos. Assim, o autor se dispõe contra a *doutrina oficial*, e cita a *NGB* como exemplo que conduz a uma análise também oficial, que submete à aceitação passiva do que é exposto.

Apesar de todas as críticas feitas, Perini afirma não negar a validade do ensino normativo, ou do português padrão, mas a forma como é feito. Além do ensino deste padrão, devem ser consideradas outras variedades que correspondam a outras situações de uso da língua, como, por exemplo, o coloquial, deixando bem claro o papel que desempenham.

3.3.1 *Princípios do Estudo da Gramática*

Nas gramáticas examinadas anteriormente, não nos deparamos com tal explicitação, daí não constar, em outras análises, uma seção referente a este assunto; entretanto, como Perini se dispõe a contribuir para a reformulação dos estudos gramaticais, julgamos conveniente a inclusão deste item, pelo menos suas partes mais relevantes, tendo em vista que nos permite melhor compreender a nova proposta apresentada, além de preservar o que o autor considera importante.

Segundo Perini, “o estudo da gramática de uma língua não pode dispensar o estudo da teoria e da metodologia lingüísticas” (1996, p. 35). Assim sendo, é de importância saber como o autor procede em relação aos dados. Considera que o método adotado apresenta limitações já que permite apenas uma visão aproximativa da língua descrita, e trabalha a partir de frases isoladas que passam pela avaliação de falantes: o lingüista formula exemplos e julga-os, testando-os, se for o caso, com o auxílio de outros falantes e, ainda, recorre a textos, em se tratando de especificidades. Neste julgamento residem as limitações mencionadas pelo autor, pois não há sempre unanimidade quanto à aceitação ou não de certas construções. Esta variação é considerada como decorrente da realidade – a língua é complexa e, além disto, utilizada por um número muito grande de falantes cuja opinião a respeito dela difere por vários motivos, tais como grau de conhecimento, experiência lingüística, crenças, gostos, preferências – e é por isto que uma gramática nunca pode ser tida como completa, havendo sempre alguns pontos sobre os quais não se pode apresentar precisão ou suficiente detalhamento.

Para a análise dos fatos da língua, Perini argumenta que deve ser feita inicialmente uma separação entre o *formal* e o *semântico*:

“As unidades lingüísticas apresentam, como se sabe, dois aspectos fundamentais: a forma (ou ‘significante’) e o significado. A forma e o significado não são propriamente partes ou componentes das unidades lingüísticas, mas antes aspectos evidenciados pelo ponto de vista adotado ao se estudar a língua” (1996, p. 38).

Estes dois aspectos, presentes em uma mesma palavra, merecem descrições separadas porque “a relação que existe entre as formas gramaticais e o significado que elas veiculam é extremamente complexa e indireta” (1996, p. 38) e, além disto, tal procedimento não é novidade, pois é adotado por inúmeros lingüistas; todavia, após descrições, supõe-se uma etapa que relaciona o plano semântico com o formal. O autor propõe, então, que desta forma sua gramática se componha, correspondendo a fonologia, a morfologia e a sintaxe à descrição formal, e *regras de interpretação semântica* à correlação entre o *formal* e o *semântico*.

Tanto o plano formal como o semântico são descritos com base em regras; enquanto a fonologia, a morfologia e a sintaxe estabelecem as construções possíveis na língua, as regras semânticas estabelecem as relações entre as construções da língua e seus significados, ou seja, sua relação com o mundo extralingüístico. Relações entre o formal e o semântico, entretanto, nem sempre são possíveis porque há traços formais que não têm nenhuma interpretação, assim como há diferenças semânticas que não decorrem da diferença formal.

Os componentes da gramática de uma língua são, portanto, a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica. Nas gramáticas tradicionais, as classes de palavras são estudadas no capítulo referente à morfologia, contudo não há razões para tal, pois as classes pertencem ao *léxico*, que não compreende regras como os demais componentes gramaticais, mas informações idiossincráticas. Assim sendo, na *Gramática Descritiva do Português*, o léxico é estudado em capítulo próprio.

A articulação dos componentes gramaticais permite estabelecer se determinada seqüência pertence ou não ao conjunto de frases corretas da língua. O autor adverte que este fato independe da autorização do gramático porque:

“quando dizemos que uma frase precisa estar de acordo com a gramática da língua para ser bem formada, queremos dizer que cada falante nativo tem na sua cabeça, como que programado, um conjunto de instruções para construir as formas de sua língua. Essas instruções foram adquiridas na infância e, na verdade, de certa forma, foram deduzidas pelo próprio falante; trata-se de uma parte do conhecimento do mundo que cada pessoa carrega em si” (1996, p.52).

Como o falante usa a língua *automaticamente*, sem que tenha consciência dos mecanismos que utiliza, é tarefa do gramático explicitá-los. Na *Gramática Descritiva do Português*, a sintaxe é vista como um conjunto de instruções sobre o modo de construir frases em português, e a semântica, como um conjunto de instruções relativas ao sentido. A semântica tem duas funções: a exclusão de frases semanticamente mal formadas e a atribuição de um significado à frase.

Para explicitar os mecanismos da língua, o gramático se vale de definições, regras, etc.. Perini pressupõe sua gramática como portadora de definições que “descrevem as realidades da língua e que constituam em seu conjunto um todo coerente e logicamente estruturado” (1996, p.57). Para isto, uma definição deve fornecer todos os elementos necessários à sua aplicação, utilizar noções e termos que o usuário já conheça e descrever fatos reais da língua.

Como último esclarecimento sobre seu trabalho, o autor informa que, assim como outras gramáticas, a sua se limita ao estudo do período, ou seja, as situações não-anafóricas. Cabe o estudo de situações anafóricas a outras disciplinas, e somente em momentos especiais estas situações serão objeto de consideração.

3.3.2 *Pronomes – Uma Nova Classificação*

A classificação das palavras de uma língua com base em traços – características morfológicas, sintáticas e semânticas – representa economia para a descrição da gramática da língua. Esta classificação deve ser feita a partir de objetivos que se quer atingir, portanto toda classificação pressupõe o estabelecimento de critérios de seleção que considerem os objetivos traçados.

As gramáticas, que simplesmente classificam as palavras de acordo com a tradição, sem que objetivos sejam considerados, apresentam vários tipos de classes, algumas úteis e outras não. Disto decorre a necessidade de que o trabalho seja refeito e, conseqüentemente, que mudanças radicais sejam propostas. Nas gramáticas tradicionais, são apresentadas classes cuja formulação e utilidade para a descrição não são baseadas em critério coerente. As definições não são suficientemente claras, assim como as classificações que, no mais das vezes, não decorrem das definições. Tendo verificado

isto, Perini opta por restringir informações sobre as classes do português, pois fundamenta a apresentação em princípios, que são os seguintes: aplicabilidade da definição e sua adequação ao conjunto de palavras incluído na classe; coerência da classe, isto é, relativa uniformidade dos membros quanto ao comportamento gramatical; importância da classe na descrição dos grandes traços da língua.

Ao classificar palavras, o objetivo é agrupar as que têm comportamento gramatical semelhante, entretanto é posição do autor que aspectos formais e aspectos semânticos sejam descritos separadamente. Disto, então, decorre que as palavras sejam classificadas a partir de traços morfológicos e sintáticos, e de traços semânticos. A aplicação destes dois critérios pode acarretar que palavras que pertençam à mesma classe do ponto de vista semântico, possam vir a constituir classe diversa, segundo o aspecto formal. Assim, ter-se-ão de início duas classificações diferentes, e a relação entre elas será motivo de investigação posterior.

Para o estabelecimento de uma classificação no plano formal, ou seja, morfossintático, Perini utiliza a noção de *potencial funcional*, isto é, o conjunto de funções sintáticas que uma palavra pode desempenhar. Isto quer dizer que “pertencem a uma mesma classe palavras que têm potencial funcional idêntico” (1996, p. 315). Cabe, então, distinguir as noções de classe e função:

“A função é um princípio de organização da oração; determinar a função de um constituinte é formular sua relação com os demais constituintes da unidade de que ambos fazem parte (...)

“Já a classe é uma propriedade que se atribui a um elemento fora do contexto (...)

“Em outras palavras, um elemento lingüístico está desempenhando uma função quando ocorre em determinada oração; e pertence a uma classe, independentemente da oração em que ocorrer” (1996, p. 316).

Além do esclarecimento sobre estas noções, Perini ainda considera importante a distinção entre classes abertas e classes fechadas. Classes fechadas devem ser entendidas como as que são constituídas por um número limitado de itens léxicos, comuns a todos os falantes de uma mesma língua; classes abertas são compostas por

milhares de palavras, das quais o falante não tem o domínio completo, uma lista na qual são constantemente acrescentadas palavras ou suprimidas, devido ao esquecimento.

Ao tratar especificamente de pronomes, Perini retoma as críticas feitas à gramática tradicional. Afirma que as palavras assim denominadas não podem ser consideradas como pertencentes a uma classe única porque não apresentam traços sintáticos e semânticos comuns, que garantam tal classificação. Questiona a forma como os pronomes são conceituados: substituem ou acompanham um substantivo, já que a substituição de um substantivo pode ocorrer por intermédio de outras palavras que não os tradicionais pronomes, e também não aceita a idéia de *acompanhante*, dizendo que é, se não vaga, pelo menos inadequada, porque outras palavras que *acompanham* substantivos, pertencem a uma classe diferente da em questão. Com base nestes argumentos, considera que a conceituação apresentada peca em relação à coerência sintática.

Para os aspectos semânticos presentes no conceito de pronomes, Perini também aponta restrições. Os pronomes, conforme as gramáticas tradicionais, indicam a posição dos seres em relação às pessoas do discurso ou os situam no espaço ou no tempo. Na opinião do autor, somente alguns pronomes situam os seres em relação às pessoas do discurso (*nós, nosso* e talvez *este, esse, aquele*), e muitos dos que não se enquadram neste caso, como *algum, qualquer, vários, que*, não situam um ser no espaço e no tempo. Além disto, há palavras que situam o ser no espaço e no tempo e não são tidas como pronomes. Perini propõe, então, uma nova classificação para estas palavras, mas apenas com base no aspecto sintático.

Ao primeiro grupo pertencem os pronomes *que*, tal como alguns substantivos, exercem a função de complemento do predicado ou núcleo de um sintagma nominal. Constituem uma subclasse dos substantivos. A este grupo pertencem *eu, ele, nós, ele, isto*, etc.

O segundo grupo difere do primeiro em um aspecto: apresenta palavras que podem ocorrer no sintagma acompanhadas por outra palavra: *esse alguém, um alguém, alguém carinhoso, tudo de bom, algo misterioso*, etc.

As palavras que formam o terceiro grupo também podem ser núcleos de sintagmas nominais, mas diferem das do primeiro devido à posição que ocupam na oração e as propriedades semânticas. São os relativos e os interrogativos *que, quem o qual*.

Todos e ambos constituem sozinhos outro grupo. São os únicos que podem ser predeterminantes, ou seja, ocorrem em um sintagma nominal, antes de um determinante e não pertencem ao sintagma nominal porque podem ser transportados para posições não-contíguas ao que seria o restante de seu sintagma nominal.

As demais palavras ocorrem na área à esquerda do sintagma nominal e são subdivididas em:

- a) os que podem ser determinantes: *o, um, algum, esse, etc.*;
- b) os que podem ser possessivos: *meu, seu, etc.*;
- c) os que podem ser quantificadores: *muitos, vários, único, os* ordinais, etc.;
- d) os que podem ser numeradores: *outro* e os cardinais.

A esta classificação Perini acrescenta observações, quais sejam: o segundo grupo constitui uma classe aberta, na qual os pronomes são minoria; o terceiro grupo e os subsequentes constituem classes fechadas, formadas exclusivamente por pronomes, exceto a dos determinantes que inclui também os artigos.

3.4 UMA DESCRIÇÃO DE USOS DO PORTUGUÊS ATUAL

Para a elaboração da *Gramática de Usos do Português*, Maria Helena de Moura Neves elege como *corpus* 70 milhões de ocorrências de uso, extraídas de textos de literatura romanesca, técnica, oratória, jornalística e dramática, com o objetivo de realizar uma descrição da língua portuguesa atualmente usada no Brasil.

Partindo de itens lexicais e gramaticais da língua, estabelece as normas que regem o funcionamento destes itens, visando verificar o sentido que assumem no texto.

Considera, assim, dois pressupostos básicos para este estudo da língua em uso: a maior unidade de funcionamento é o texto, e os itens são multifuncionais.

Para facilitar a compreensão do leitor, mantém as tradicionais classes de palavras, distribuindo-as em quatro grupos que decorrem dos processos utilizados para expressão do sentido, quais sejam: a predicação, a referenciação, a quantificação e a indefinição, e a junção. Este trabalho apresenta as palavras que o são objeto de nosso estudo – os indefinidos – no capítulo cujo título é *Quantificação e Indefinição*.

Os indefinidos são considerados itens não-fóricos e não-descritivos enquanto que quantificação é entendida como noção de base semântica que supõe, também, condição não-fórica, isto é, itens que não têm a situação como referência, nem cumprem o papel de retomada no texto, e propriedade de não-descrição pois, funcionando como determinantes, não informam sobre a natureza dos objetos.

Na gramática tradicional, os indefinidos são os artigos e os pronomes indefinidos; uma classificação com base na quantificação inclui palavras que participam de várias classes previstas pela tradição gramatical pois são considerados *quantificadores*, itens que “se combinam com nomes para indicar o tamanho de um conjunto de indivíduos ou de uma substância referida”, isto é, “quantificam uma porção (que pode ser o inteiro) de um todo ou de um total” (2000, p. 511).

3.4.1 *O Artigo Indefinido*

O artigo indefinido é empregado:

a) como palavra não-fórica pois seu emprego decorre da apresentação de uma pessoa ou coisa por referência à classe particular a que ela pertence, não havendo, portanto, referência na situação e no texto (*Uma tarde, no cinema, verifiquei que uma normalista esperava alguém*);

b) com uso não-referencial, aplicando-se a todo e qualquer membro da classe, grupo ou tipo que é constituído pelo sintagma (*Todo mundo que tem um cão gosta dele*), muitas vezes indicando a classe, não o indivíduo (*Somente um maluco se atreveria a duvidar do capitão Natário da Fonseca*);

c) como elemento que introduz um referente no texto, que é retomado, após, por uma classe fórica, especialmente artigo definido (*A membrana timpânica ... que se encontra no final de um conduto do ouvido, o conduto auditivo*);

d) em sintagmas nominais referenciais e em sintagmas nominais não-referenciais.

O artigo indefinido acompanha um substantivo comum, destacando um ou mais elementos da classe ou espécie (*O gato preto foi conduzido como deve ser conduzido um gato preto, caseiro e morto: com unção*). O sintagma com artigo indefinido é, em princípio, generalizante, não fazendo referência a elemento que seja único na classe a que pertence. O sintagma nominal é, assim, *indeterminado*, podendo esta indeterminação caracterizar-se diferentemente: em um sintagma nominal indeterminado *específico* pois o falante identifica um referente, mas o ouvinte não (*Assim, eu pedi a um amigo que trabalha numa seção de crédito se poderia usar seu computador por algumas horas*), ou em sintagma nominal indeterminado *não-específico* pois falante e ouvinte não identificam o referente (*E se viesse um convite para a televisão?*). No emprego indeterminado *não-específico*, *um* pode alternar-se com *qualquer* (*É uma doçura fácil ir aprendendo devagar e distraidamente uma língua = qualquer língua, uma língua qualquer*).

Quando os substantivos indicam coisas únicas, identificadas por falante e ouvinte, é empregado artigo definido, entretanto, havendo caracterização do substantivo por meio de modificador ou qualificador, pode ser empregado o artigo indefinido (*Vai pelo céu uma lua minguada*).

O artigo indefinido *um* indica indeterminação, a não-singularidade, fala-se de *pelo menos um*, desta forma distinguindo-se do numeral *um* que expressa singularidade, ou a qualidade de único; todavia, em alguns enunciados, há possibilidade de dupla interpretação: *Pelo menos metade de uma parede de sua sala é coberta com livros sobre futebol*, que pode ser entendido como *uma parede*, e não *duas ou mais* (numeral) ou como *uma parede qualquer*, e não *uma parede determinada* (artigo indefinido).

O artigo indefinido assume um valor decorrente da posição sintática do sintagma nominal no qual consta. Um sintagma em posição de sujeito expressa genericidade ou especificidade condicionada pelo número gramatical, e é, em geral, determinada pela natureza do verbo: o substantivo singular acompanhado de artigo indefinido é *genérico* ou *não-específico*, se o verbo for *genérico* ou de *estado relativo* (*Um professor preso a um intenso esforço mental à mesa em sua biblioteca aumentaria, em uma hora, o seu gasto energético, como resultado da atividade mental*); o substantivo singular acompanhado de artigo indefinido é *não-genérico*, ou *específico*, se o verbo for *não-genérico* (*Um calhau rolou*).

Em sintagmas nominais na posição de predicativo, o artigo indefinido caracteriza o substantivo como atributo do sujeito (uso não-referencial), exercendo o substantivo o papel *classificador* ou *qualificador* (*Ela é uma artista*) ou, havendo *modificadores* ou *qualificadores* deste substantivo, estes, mais que o substantivo, expressam o atributo, pois trazem informação *nova* ou mais relevante (*Era uma criança meiga*)²⁸. Na posição de predicativo, o sintagma nominal também corresponde a uso referencial: o indivíduo pertence a uma classe particular (*Ribeirão Couto é um cronista diferente*), estabelecendo uma predicação equitativa (Ribeirão Couto = um cronista diferente).

A função do artigo indefinido pode ser vista como *adjunção* – o artigo é adjunto do substantivo –, como *pronomilização* – tem uso pronominal, podendo ser núcleo do sintagma –, como *substantivação* – define uma palavra, a qual precede, como substantivo.

Como adjunto, pode ocorrer com substantivos comuns ou próprios. Com substantivos comuns,

a) no singular ou no plural, não faz nenhuma referência, ou a pessoa ou coisa a que se faz referência não é apontada na situação, nem foi mencionada anteriormente: *Se uma criança cresce, a mudança se opera no campo do peso, tamanho, órgãos,*

²⁸ Mantendo posição assumida, desconsideramos exemplos, comentários, etc. que digam respeito à ausência de *indefinidos* no enunciado.

faculdades; Guio um caminhão de carga; Chegaram uns amigos que se divertiram em me ver assim perplexo;

b) no singular ou no plural, com nomes de partes do corpo (ou objetos a elas ligados), cujo número pode ser precisado sem necessidade de expressão numérica, vindo os substantivos acompanhados de qualificadores ou classificadores: *Tinha uma cara de gatinho simpático, Eram umas orelhas bonitas;*

c) no singular ou no plural, junto a um substantivo abstrato, sendo este acompanhado por adjetivo e/ou seguido por expressão que o descreva ou especifique: *Você nem sabe que me dá uma grande alegria, dizendo isto;*

d) no singular ou no plural, para conferir valor intensivo ao sintagma (em posição predicativa) – *Dizem que a festa é uma beleza!* –, podendo esta intensificação atribuir qualificação ao substantivo (*O velho Camilo estava em pé, no meio da roda. Ele tinha uma voz.* – voz notável, impressionante, extraordinária, etc.), ser explicitada por algum modificador do substantivo (*Ele é engraçado mesmo, mas tem uma boca suja!*) e, ainda, ocorrer em sintagmas que apresentem pronome adjetivo indefinido (*Poderia pensar que ainda esperava por uma explicação. Um qualquer pedido de desculpas*) ou em comparações do tipo *Todas as histórias seriam protegidas pela maresia do esquecimento, qual um arquivo do tempo*, usos não recomendados pela gramática tradicional;

e) no singular, com *nome não-contável*, em referência a uma única porção, tipo ou marca de alguma coisa: *Toma um café com leite?, E o espaço interno tem que ser bem distribuído para que seus ocupantes tenham o conforto que só um Ford pode oferecer;*

f) no plural, anteposto a numerais cardinais ou fracionários acima de *um*, indica aproximação numérica, tendo papel especial ao iniciar sintagmas nominais quantificados explícita ou implicitamente: *O bicho vale uns duzentos, isso pagando barato!, Uma meia dúzia já está nas grades, à espera de mais.*

Usado antes de substantivo próprio, o artigo indefinido coloca-o na condição de substantivo comum pois a pessoa ou coisa que tem aquele nome, passa à condição de

representante de uma classe. Se empregado antes de antropônimos, o nome da pessoa representa um símbolo da espécie, tem características e qualidades similares (*Lula, por exemplo, é definido hoje como um Fernando Collor às avessas*) ou representa um modelo por ter se celebrizado em alguma atividade (*São unânimes os testemunhos de quantos foram seus alunos e especialmente a atividade magistral de um Souza da Silveira*). Antes de nome ou sobrenome de artista, o artigo indefinido referencia uma obra sua (*Ultra-Soph queria ter um Picasso mais autêntico do que qualquer outro*), antes de sobrenome indica pertença à família (*Mas eu, evidente, não sou uma Soares*), ou antes de nome de pessoa sobre a qual o falante não tem informações, para que isto se expresse, vem seguido da expressão *tal(de)*: *O delegado, um tal de major Quaresma, teve a família massacrada*.

Ainda com substantivos próprios, em topônimos, o artigo indefinido é usado antes de nome de lugar que venha modificado ou qualificado (*Não é um fenômeno que tenha sido tão lido, pois falavam de uma Paris que pouca gente conhecia?*); antes de nomes de instituições, grafadas ou não com iniciais maiúsculas (*Era uma Secretaria do Desenvolvimento Econômico voltada para trazer investimentos à Zona Franca de Manaus*); antes de nomes de marcas de produtos, grafados ou não com inicial maiúscula, cuja referência pode ser estendida a toda uma classe de produtos similares (*Se eu fosse a senhora, trocava rapidinho por uma Brastemp nova*); antes de nomes de obras de arte ou de obras literárias (*Especialistas enviados pela Galeria de Dresolen localizaram uma Madona assinada por Tintoretto em algum lugar dos Estados Unidos*).

Também como adjunto, o artigo indefinido pode figurar antes de designações de datas – datas festivas, comemorações (*Um Natal muito distante no tempo ficou gravado em mim*), dias da semana (*Na noite de uma terça-feira, meu pai, como era de esperar, não regressou*), dias do mês (*Clarinda entrou para minha casa a quatro de fevereiro e Emilieta a 13 de maio de 1912. Um 13 de maio às avessas*), meses do ano (*Alguns dizem: o tempo de infância é um abril*), grafados ou não com inicial maiúscula.

Além da função de adjunto, o artigo indefinido pode ter uso pronominal, caracterizando-se como núcleo do sintagma (*Quero um limpo = quero um [quarto] que seja limpo*). Um de seus usos mais freqüentes, neste caso, é em construções partitivas,

especialmente as que envolvem emprego de superlativo relativo (*Caetano é um dos músicos letristas mais importantes do século*).

O artigo indefinido pode, ainda, substantivar palavras, sintagmas, orações e enunciados. Tal ocorre com verbos ou sintagmas verbais (*Você tem um pensar muito inteligente. Um pensar forte!*); com pronomes pessoais (*Tal experiência de um eu aprisionado acarreta consigo um sentimento de falta de auto-realização genuína*); com possessivos empregados como núcleo do sintagma (*Segundo os ensinamentos do Buda, a idéia de um eu é uma crença falsa e imaginária que carece de uma realidade correspondente, de um fundamento, e tem causado profundos danos a toda humanidade, a partir do momento em que há um meu, um eu, um teu e assim por diante*); com advérbios, conjunções e preposições (*Outro qualquer insinuaria a dúvida de um “talvez”, de um “vamos ver”, de um “quem sabe?”, de um “faremos força”*; *Eu já estava ali há mais de cinco minutos e ainda havia um “porém”*; *Fio condutor de deslocamentos, cria um antes e um depois, estabelecendo um princípio de unidade que orienta a leitura de imagens.*); com adjetivos (*Um verde mais verde que as folhas se mexe na árvore em frente*); com sintagmas, orações ou enunciados (*Sua primeira notícia era um “Meu bom dia aos Municípios de Pernambuco”*; *Outro qualquer insinuaria a dúvida de um “talvez”, de um “vamos ver”, de um “quem sabe? ou de um “faremos força”*); com o pronome indefinido *outro* (ou *outros*) empregado como núcleo do sintagma nominal (*Se você não aceita os filhos de Natália, teremos de arranjar um outro, de mãe desconhecida*).

O uso de artigo indefinido em aposição se caracteriza por iniciar o sintagma, configurando uma relação semântica de atribuição entre aposto e seu sintagma fundamental (*Desce a ladeira, passo mole, preguiçoso, Dedé Cospe-Rima, mulato, cabeleira pixaim, sob o surrado chapéu-coco – um adorno necessário à sua profissão de poeta-comerciante*), ou seguindo um sintagma nominal já determinado, quando os dois sintagmas são repetidos ou têm entre si uma relação do tipo sinonímia, hiperonímia ou co-referencialidade (*Conta-se que é nessas galerias que se encontra adormecida a Grande Serpente, um animal fantástico que a qualquer momento poderá despertar e fazer desaparecer, com movimentos convulsos, toda a ilha de São Luís; Anna, uma mulher refinada, não aceitaria tais indelicadezas*).

A omissão do artigo indefinido pode ocorrer em várias situações, entretanto verifica-se sua presença em enunciados que apresentam características muito semelhantes às anteriores:

a) ocorre omissão quando um outro elemento determinativo é anteposto ao substantivo, como, por exemplo, uma forma indicativa de identidade ou de comparação (*Como pudera ter semelhante idéia?*), entretanto o artigo indefinido pode constar, se estas formas adquirem certo valor adjetivo (*Não podemos atingir uma tal mulher ao lado do Rei*), principalmente quando forma indicativa de identidade ou comparação vem posposta ao substantivo (*E cristão no mundo, de sentimento e vergonha isto presenciando, jamais poderá perdoar uma afronta tal*), adquirindo a expressão *uns tais* o significado metalingüístico do tipo de *assim ditos, assim chamados* (*Catulo Mendes ensinara uns tais modos ou regras de “incompatibilidades” nos preparos; de “idiossincrasias a olho nu”, nas pessoas, e de quantum satis, na preparação da receita*);

b) ocorre omissão em comparativo de igualdade formado com *tanto* (*Eles fizeram o trabalho com tanta indiferença quanto estivessem montando um carrinho de mão*), todavia é comum o emprego em construções comparativas (*As dificuldades naturais de uma viagem tão comprida como esta que nós estamos fazendo*);

c) ocorre omissão em expressões constituídas por substantivos não-contáveis ou por adjetivos (*À época, epidemias eram freqüentes em Londres, o que permitia a Sydenham observar grande número de casos de uma mesma doença, Fora das regiões à grande empresa militar-mineira espanhola, o continente apresentava escasso interesse econômico*), porém, nestas expressões, o artigo indefinido também pode ocorrer (*Havia um grande número de perigosos crocodilos*).

3.4.2 O Pronome Indefinido

Os pronomes indefinidos são, em princípio, palavras não-fóricas. Dos pronomes indefinidos, *outro* é o único que entra em sintagmas fóricos, fazendo apenas uma referência comparativa genérica, concernente à identidade: *É um homem de reações normais, mas tem outras (= outras reações que não as/diferentes das normais)*.

Uma palavra indefinida não é necessariamente *indeterminada* pois ser *indefinido* significa não-particularizado, não restrito, e ser *indeterminado* significa ter uma extensão não-determinada ou não-fixa.

O traço comum que une os pronomes indefinidos é a indefinição *semântica*, porém uns são indefinidos de *identidade* cuja referência não pode ser identificada (*Eu procurei algum precursor da técnica e achei; Torci para que entrasse alguém na sala, para me tirar daquela situação quase ridícula de incapacidade total*); outros são *indefinidos de quantidade* pois indicam de modo indefinido, ou não exato, o tamanho do conjunto de indivíduos ou a totalidade da substância que está sendo referida (*Durante os anos que moraram em Higienópolis, conseguiram economizar algum dinheiro; O pessoal veio para a cidade trabalhar na fábrica de iogurte. Que consome todo o leite*).

A quantificação é partitiva; no caso de *todo*, aquilo que é tomado coincide com o total dos elementos do grupo.

No sintagma nominal, os pronomes indefinidos podem ser *nucleares* ou *periféricos*; os primeiros são tradicionalmente chamados de pronomes substantivos; os outros, pronomes adjetivos. Esta diferenciação não representa apenas uma especificação sintática, mas corresponde também a uma especificação semântica pois os elementos periféricos operam indefinição para o nome que acompanham, são responsáveis pela indefinição do sintagma nominal ao qual pertencem, e os nucleares constituem, em si, sintagmas indefinidos.

Os elementos nucleares são sempre determinados, os traços [+ humano]/[- humano] ficam inseridos neles, porém não são definidos pois não supõem referente no mundo extralingüístico: *Tentei dizer algo, mas ela selou meus lábios com os dedos [- humano], Nunca conheci ninguém como você [+ humano]*.

Há pronomes indefinidos que são só nucleares, outros são só periféricos, outros ainda podem ser tanto nucleares como periféricos.

Há pronomes indefinidos que são invariáveis em gênero e número (*alguém, ninguém, outrem, algo, tudo, nada, cada, mais, menos, demais*), outros têm flexão de

gênero ou número (*algum, nenhum, outro, qualquer, todo, certo, pouco, muito, bastante, vários, tanto, quanto, ambos, diversos*, sendo que *diversos* só tem plural).

Considerando-se gênero, os elementos nucleares (*indefinidos*) são sempre invariáveis, referindo-se a coisas designadas por substantivos de qualquer gênero (*Há algo no ar, na Bahia*), e a pessoas de qualquer sexo (*Cheguei a achar que houvesse alguém aqui com você*); os periféricos (*indefinidores*) apresentam flexão (*Juntos havíamos sido felizes algum tempo, Traz uma saca com algumas compras*).

Adjetivos construídos em função predicativa com pronomes indefinidos não-marcados quanto ao gênero podem flexionar-se no feminino, fazendo concordância com a idéia expressa, e não com o masculino: *Alguém estava bastante saudosa, Ninguém era mais dedicada que a mãe*.

Pronomes adjetivos podem aparecer como núcleo do sintagma por elipse do substantivo (*Reunião da SBPC, mas com audiências magras – ou até nenhuma*) ou por substantivação do pronome (*Quero ser sincera, absolutamente sincera: que ninguém espere isso de mim. Nem mesmo Deus... ou qualquer de seus prepostos*).

Os pronomes indefinidos adjetivos em geral precedem os substantivos. Há posposição (ou anteposição) de *todo* indicando inteireza ou totalidade (*A cidade toda recebe luz elétrica de uma usina*); de *algum*, que adquire valor negativo (*Não existe problema algum*); de *qualquer* que, com substantivo precedido de artigo indefinido, também pode vir anteposto (*Insisti para que fosse mais claro, isolasse um caso qualquer*), de *nenhum* e de *pouco*, que também se usam antepostos (*Não admitia negociações nenhuma de paz com o chefe inimigo*).

Quanto ao papel discursivo dos pronomes indefinidos, relaciona-se à modalidade de enunciado em que são empregados. Há pronomes indefinidos que não determinam o modo de interação, ocorrendo em enunciados tanto declarativos quanto interrogativos; há os que definem uma natureza interrogativa (direta ou indireta), os chamados pronomes interrogativos; há os que definem uma natureza declarativa (*Mamãe recolhia e tratava quantos aparecessem por lá*), e há os que definem natureza exclamativa (*Que coragem, João!; Ah, quantos não gostariam de ter uns centímetros a mais!*).

3.4.2.1 O Emprego dos Pronomes Indefinidos

Algum

O pronome indefinido *algum* é variável, referente a pessoas e coisas.

Quando anteposto:

a) no singular, há referência a objeto, pessoa, atividade, situação, comentário, idéia, etc. não identificada: *Não será surpresa se ele for para algum clube da Holanda ou Espanha;*

b) no singular, com o substantivo *coisa*, pela genericidade extrema deste nome, há correspondência com *algo*: *Deixava alguma coisa a desejar, na aparência, no tipo, nessas questões de velocidade;*

c) no singular, é comum ocorrer referenciação indefinida dentro de uma construção com modalização eventual: *Será que ele levou coice de algum animal?*

d) no singular, construído com o substantivo *coisa* seguido de adjetivo, para indicar que existe um aspecto notável em relação a esta *coisa*, mesmo sem identificação de características de tal aspecto: *Quando o cara começa a querer andar de trás para frente, pular do bondinho do Pão de Açúcar, querer emoções muito fortes, é porque tem alguma coisa errada com ele;*

e) no singular contrasta com o correspondente negativo (contraste implícito: *Precisamos fazer alguma coisa!*; contraste explícito: *Aturdido procurou agarrar-se em alguma coisa, mas não encontrou nada*);

f) no singular e plural, em relação a uma quantidade (com nome não-contável) ou a um número de pessoas ou coisas (com nome contável no plural), que se quer indicar como razoavelmente pequenos (*O cara tem alguma decisão*) ou razoavelmente grandes (*Pelo visto, acha-se de pé há algum tempo*);

g) no singular, em referência a um indivíduo dentre um grande número de pessoas ou coisas (*O fiscal do salão ou algum dos diretores no meio do baile dava*

gritos famosos), mas no plural não indica precisamente o tamanho deste conjunto (*Alguns dos desembargadores rodearam o prelado*);

h) no plural, em referência a um número definido de pessoas ou coisas: *Admitiu que alguns setores da economia têm feito pressões contra a liberação das importações*.

O pronome indefinido *algum*, quando posposto e no singular, equivale a *nenhum*, e, se o sintagma contendo este pronome vier depois do verbo, a oração em que se emprega o pronome, apresenta uma marca negativa ou privativa (*O povo precisa aprender que não está recebendo presente algum*).

Algum, núcleo do sintagma, no feminino, como complemento de verbo de ação, refere-se a uma atitude desagradável, estranha, criticável: *Será que o Malan vai aprontar alguma esta semana?*

Nenhum

O pronome *nenhum*, anteposto ou posposto, no singular ou plural, é empregado para referir-se a alguma coisa, negando sua existência, e, se o sintagma que o contém vier após o verbo, a oração exibe marca negativa ou privativa (*Imaginemos que a imprensa e o rádio de todo mundo silenciassem a respeito, que nenhum comentário ou debate, ou informação fosse publicada*), porém esta marca pode não ocorrer, em determinadas posições sintáticas. (*É uma capelinha branca com tanta parede e janelas nenhuma, tão pequenina cruz, piando de pobre*). Em linguagem coloquial ou regional, mesmo o sintagma que contém *nenhum* venha antes do verbo, a marca negativa pode ocorrer: *Pois bem nenhum não sairá dessa nova liberdade*.

Nenhum anteposto ou posposto, no singular:

a) junto a nome contável, indica cada membro de um conjunto, quando a negação inclui todos os elementos (*Por fim os ânimos serenaram e nenhum estudante se atreveu a bater a porta de automóvel à porta da escola*), podendo o substantivo vir no plural, antecedido de *de*, como complemento partitivo (*Não perdi nenhuma das folhinhas de João Batista Lusitano*);

b) junto de nome não-contável, indica que algo é muito pequeno e sem importância: *Distância nenhuma entre o metro curto e a balança viciada e o quarto com oratório cheio de santos.*

Anteposto e no singular, *nenhum*, junto de adjetivo, enfatiza que algo ou alguém não possui a característica indicada (*nenhum* equivale a *um*): *Não sou nenhum bobo.* Distingue-se de *nem um* que individualiza, define por unidade (*nem mesmo um*) ou que equivale a *também não um*.

*Todo*²⁹

Todo, no singular e anteposto, junto a substantivo concreto, tem sentido de *qualquer, seja qual for*. Ocorre também com artigo definido, apesar de a gramática normativa não aceitar este uso (*Toda história tem começo, meio e fim, Tento sempre a me fazer notar e ficar aberta a todo tipo de trabalho*).

Todo, no singular e anteposto, indica totalidade junto a um nome de qualidade particular, vindo ou não o substantivo antecedido de artigo: *Quero, portanto, falar-te com toda a sinceridade a fim de nos entendermos definitivamente, Para falar com toda franqueza, disponho de muito pouco tempo.*

Anteposto a nomes de determinados sentimentos, qualidades e ações, acompanhado ou não de artigo, indica que eles são corretos e necessários em situações particulares. *Mas você tem toda a razão: aquilo é bonito; Sara tem toda razão.*

No singular e anteposto ao substantivo, acompanhado de artigo indefinido, significa *total de*. Ocorre particularmente com nomes não contáveis e com nomes que impliquem um conjunto de coisas: *Em quinze anos de selva, erguera todo um fabuloso patrimônio.*

No singular e plural, junto de substantivo que designa período de tempo, dá idéia de freqüência. A gramática normativa recomenda que no singular não se use artigo, mas este uso ocorre: *Todo dia ele vinha, nunca se esquecia; Todo o dia aparece novidade.*

²⁹ Não registramos, como no restante do trabalho, estudos relativos a expressões, independentemente de seu caráter.

Junto de nomes genéricos como espécie, tipo, classe, indica grande variedade ou quantidade, podendo apresentar-se no singular ou plural e compondo uma expressão anteposta (*Este esquema é representativo de todas as classes de vertebrados*) ou posposta (*Moedas de todos tipos de países.*). *Todo*, no singular, pode vir acompanhado de artigo embora a gramática normativa não recomende este emprego.

Todo pode desvincular-se do sintagma nominal sujeito e ocorrer junto de verbo, qualificador ou circunstante: *A cara da moça da folhinha está toda engordurada.*

No plural, é usado antes de substantivo quantificado por numeral cardinal e determinado por artigo definido, uso condenado pela gramática normativa: *Foi uma luta fria e braba, com tiros e emboscadas de todos os dois lados.*

Anteposto ou posposto, no singular, *todo* tem sentido de *na totalidade, na inteireza*. A gramática normativa indica que se deve empregar artigo definido antes de substantivo, todavia também ocorre sem artigo, se anteposto: *Bajé andou toda a manhã com um sujeito, já maduro, tipo nortista; Sinto gás por toda casa.*

No plural, indica o total de elementos de um grupo particular, sendo o substantivo precedido de artigo: *Ângela é esperta... como todas as mulheres!*

No singular e no plural, junto de um pronome ou sintagma nominal definido, indica a coisa inteira ou todas as coisas e/ou pessoas definidas pela referência fórica: *Padre, se não soltarem ele, a gente vai voltar e vão ter de acabar com todos nós; Liguei todos estes dias para sua casa e disseram que você estava viajando.*

Posposto e no singular ou plural, seguido de adjetivo, significa *na sua inteireza, na totalidade, em todas as suas partes, completamente*: *A moça passou a mão pela testa, a alma toda congestionada.*

Como núcleo do sintagma, *todos* significa *todas as pessoas*, seja em geral (*A educação é direito de todos quantos possam pagá-la*), seja com referência a pessoas determinadas (*Entram outros operários. Todos riem vendo o rosto de Alice e João. O barulho das máquinas aumenta a ponto de cobrir as gargalhadas*).

Qualquer

Anteposto, no singular e no plural, implica um procedimento de escolha não empreendido, ligando-se a contextos não-factuais, ou, simplesmente possíveis. Expressa a idéia de que a escolha não importa, em referência a uma pessoa ou coisa particular ou de um modo geral: *O quadro é digno de figurar em qualquer exposição de pintura, Descobriria o que fazer para amarrar um homem no rabo de saia de qualquer fulana.* O substantivo núcleo do sintagma pode estar determinado por um numeral cardinal: *Mas que podia acontecer a qualquer um mestre de mais sertão, pessoa perita nas solidões e tudo.*

Qualquer (ou quaisquer) indica coisas, eventos, idéias sem referência precisa, porque isto não é possível ou porque não tem importância (*Luís está mordiscando qualquer coisa*). Em enunciados negativos, é empregado quando se quer mencionar determinada coisa, sem afirmar sua existência (= nenhum): *Não o moveu qualquer ganância quando resolveu fabricar carne-de-sol*, construção condenada pela gramática normativa.

Seguido de complemento constituído por *de* + sintagma nominal plural, em referência a um ou mais elementos de um grupo, indica que não importa qual (ou quais) dos elementos é escolhido (são escolhidos) – *Em quaisquer das hipóteses, o valor do empréstimo poderá exceder a 80% do preço do imóvel* –, podendo ocorrer um numeral antes do complemento no plural: *Eu, como “professor de arte”, não poderia escolher qualquer um dos quadros pendurados na parede.* Se o elemento partitivo é representado por pronome pessoal, o numeral geralmente ocorre: *Prefiro Jango a qualquer um deles!*

Anteposto ou posposto, no singular, indica simples indiscriminação ou indefinição, em sintagma com o artigo indefinido *um* (*Poderia pensar que ainda esperava por uma explicação; Pediria uma bebida qualquer, facilmente descobriria uma mulher com quem acabar aquela desastrada noite*). Posposto, *qualquer* passa a indicar idéia depreciativa ao substantivo (*Não se demite quem foi nomeado por pressão de um político qualquer*). Na expressão *um qualquer* (substantivação) se refere a uma certa pessoa sem importância ou que não ocupa posição importante (*Bertrand Russel não é um qualquer*).

Certo

Anteposto, no singular e no plural, indica objeto, pessoa, ação, atividade, situação, comentário, idéia, etc. não indicados. É usado precedido de artigo *um*, embora a gramática normativa não aceite este uso (*Certo dia ela me “contratou” para servir de modelo, A voz era calma e denotava um certo tom terno e educado*).

Outro

No singular e anteposto ao substantivo, é empregado em referência ao segundo elemento de um grupo binário, sendo já conhecido o primeiro (*Ele se recordava de ter visto uma venda por ali perto, do outro lado do arroio*), ou, junto de nome referente a uma fração de tempo, indica alteridade: *Outro dia, levei um tombo que me largou quase uma semana na cama (significando “passado”); A senhora está com sono, eu volto outro dia (significando “futuro”); Naquela noite houve danças e cantos e todos estavam felizes ao máximo. No outro dia, bem cedo, voltamos ao nosso acampamento (significando “seguinte”)*.

No plural, *outro* indica complementaridade em relação aos demais elementos do grupo. (*O programa tem outros bons momentos*). No final de uma lista, refere-se a pessoas ou coisas semelhantes às já mencionadas (*Cadê anel, correntinha e outros parangolés?*)

No singular e no plural, anteposto ao substantivo, indica adição em referência a pessoa ou coisa mencionada (*A argentina Gabriela Sabatini deve ter outro ano típico*). Quando posposto ou em posição predicativa, tem valor qualitativo (*José tornou-se outro, calmo, sereno, digno e amadurecido*).

Em correspondência com *um/uns*, referencia elementos de um grupo que mantêm relação entre si, ou que afetam um ao outro de alguma maneira (*Uma mão lava a outra, Não parecem pensar em outra coisa que mostrar uns aos outros que são ricos*). Mesmo sendo os elementos de gêneros diferentes, é usado o masculino. (*Um olhando nos olhos do outro, eu ficava quente com aquele olhar = ele e ela*).

Coordenado a *uns*, indica adição de dois ou mais conjuntos que já foram referidos (referência anafórica) ou que vão ser referidos (referência catafórica): *Os transportes ferroviários e marítimos, desde longos anos, vêm-se constituindo em perigosos pontos de estrangulamento econômico. Estamos enfrentando uns e outros com igual coragem e determinação; Uns e outros – bicho ou gente – aprendiam com os mais velhos.*

Em correspondência com *um/uns*, para marcação de alteralidade, sem idéia de reciprocidade (referência anafórica distributiva), havendo flexão de gênero quando interessa a distinção: *Você é sócia de uma companhia da qual já foram lançados dois filmes no mercado: Gaikin e J. S. Brown. Um fez sucesso, o outro não; Mas o tempo é lerdo e inimigo, e algoz a noite; um vagaroso, a outra é enorme.*

Como núcleo do sintagma, *outro(s)* faz referência às pessoas em geral, excluído o falante (*Não quero passar o resto da vida contando histórias para os outros*) ou faz contraste com *um(uns)* ou *algum(alguns)*, estando elíptico o substantivo núcleo do sintagma (*Trazia uma bandeja com um balde de leite, outra de café, pão e manteiga; Alguns têm proteção quase total e outros são jogados aos leões da concorrência internacional*).

Pouco

No singular, anteposto ou posposto, indica que algo existe em pequena quantidade, geralmente insuficiente (*A rua vivia de pouca iluminação dos postes*), podendo o sintagma vir determinado por artigo e, se indefinido, *pouco* é geralmente posposto (*Todo mundo sabe que o ouro, o pouco ouro que conseguimos no Brasil, foi para a Inglaterra; Arlequim só escrevia a um amigo de Salvador, alfaiate e funileiro, a quem devia um dinheiro pouco*).

No plural, anteposto ou posposto, indica um número pequeno de pessoas ou coisas, em especial quando este número é menor do que o esperado (*Confesso que poucas vezes vi alguma coisa que estivesse bem explicada*), podendo o sintagma vir determinado por artigo definido ou indefinido quando *poucos* é geralmente anteposto

(Ali estão os padrinhos e uns poucos amigos, São setenta milhões de dólares destinados apenas a eles nos próximos poucos anos).

Como núcleo do sintagma, significa *poucas pessoas* (*Queria conhecer tudo, provar tudo, ser brasileiro como poucos seriam*).

Muito

Muito é usado anteposto; raramente, posposto. No singular é empregado em referência a grande quantidade ou grande porção de algo (nome não-contável): *Havia muita gente detida ali*. Como núcleo do sintagma, é invariável, significando *muita coisa*: *E não há muito que fazer*. No singular e no plural refere um número grande e impreciso de pessoas ou coisas: *Era domingo, e trabalhei muitas horas; Havia muitas mulheres disponíveis*.

Bastante

Usado no singular e no plural para:

a) indicar o atingimento de um limite (= suficiente), podendo ocupar posição predicativa (*Pois numa economia socialista planificada, o plano elaborado pelos peritos ainda não é bastante*), ou de adjunto adnominal, geralmente posposto (*Ele terá motivos bastantes para evitar o teatro*);

b) indicar grande quantidade ou grande número, em posição adnominal, anteposto: *Pois olhe, escute bem: no que nos diz respeito, talvez, você tenha bastante razão*.

Como núcleo do sintagma, usa-se precedido de artigo, significando *o que basta/bastou/bastará*: *O outro nada respondeu e isso foi o bastante para Benevides*.

Vário

Usado no singular (apesar de estar no singular, a referência é plural) e no plural, e anteposto, indefinido quantidade ou número: *Vários usuários estão usando o aparelho fora da lei*. Quando precedido de artigo definido, significa *variedade*, podendo ser

coordenado com adjetivo: *A maturidade física vai se estabelecer pelo aumento das dimensões das várias partes do corpo; Dentre os vários e rudimentares processos de fabricação do papel, alguns existiam em que a pasta deslizava por entre numerosos cilindros de madeira.*

Tanto

Este pronome indefinido é empregado no singular e no plural, anteposto ao substantivo, indicando, intensivamente, grande quantidade ou grande número: *A velha dizia tanta coisa.* Esta intensificação pode implicar uma correlação com a oração adverbial consecutiva iniciada por *que*: *Perdia tanto tempo a corrigir as pessoas noite a dentro, que se esquecia da própria família.*

Significa *tanta quantidade* quando núcleo do sintagma: *Ele me pagava por dia. Nunca na minha vida ganhei tanto.* Pode ser substantivado por artigo definido, permanecendo invariável na forma masculina, seguindo-se especificação, significando *a quantidade, a soma* (*Seu Persilva não dormira o tanto precisado*); se antecedido por artigo indefinido *um*, significa *em certa quantidade, não muito grande* (*Meus expedicionários, já um tanto cambaleantes pelo contínuo exercício de esvaziar as canecas, falavam ruidosamente*).

Quanto

Quanto, no singular e no plural, anteposto ao substantivo, indica, exclamativamente, grande quantidade ou grande número: *Meu Deus, quanta ignorância.* Interrogando, direta ou indiretamente, é pronome interrogativo.

Ambos

Quanto à forma, é plural e apresenta flexão de gênero. Usa-se anteposto ao se fazer uma afirmação sobre dois elementos, sendo esta afirmação verdadeira para cada um deles. Há ocorrências de uso com artigo e sem artigo antecedendo o sintagma nominal, embora a gramática tradicional só admita o primeiro: *Os mais ricos têm escravos de ambos os sexos, Em ambas facções se mostrara insuperável na criação de slogans incendiários.* Além do artigo definido, pode vir seguido pelo numeral dois:

Ambos os dois: mais ética na demagogia! Ordem na pensão, como já dizia Getúlio Vargas.

Pode ser núcleo de sintagma nominal. Neste aspecto, é usado em referência anafórica a duas classes ou grupos de elementos: *Os três homens caminhavam na sua direção, protegidos pela sombra que os cinamomos alastravam na calçada. Os cicerones disputavam entre si a vez de falar e informar. Ambos pareciam encantados com a chegada do engenheiro.*

Diversos

Usa-se anteposto, é plural e indica imprecisão numérica relativamente a pessoas e coisas, quando este número não é necessariamente grande, mas é maior que dois: *A febre aftosa é uma doença causada por diversos vírus.* Pode ser empregado como adjetivo, significando *diversificado, variado.*

Demais

É plural usa-se anteposto, estabelecendo, em relação aos demais elementos do grupo, idéia de complementaridade: *Por que não morro como as demais pessoas?*

No final de uma lista ou grupo de exemplos, é empregado em referência a pessoas ou coisas semelhantes às que foram anteriormente mencionadas: *Alguns indicadores sociais ilustram bem a terrível desigualdade existente entre nordestinos e demais brasileiros.*

Alguém

É usado em referência a pessoa qualquer, sem identificá-la (*Por que o arrepio na nuca de alguém atrás de mim?*), mesmo que ocorra uma oração adjetiva (*Alguém que não gosta de mim deve ter plantado a informação*). Em enunciados interrogativos e em orações condicionais, não afirma se a pessoa realmente existe: *Então havia alguém se interessando por ele?; Se alguém entrar na curva, vai nos bater de frente.*

Indica, quando em posição predicativa, uma pessoa qualquer que se destaca positivamente na atividade que exerce: *Eu era alguém, eu era um peso fácil de levar e as calças não estavam sujas e a urina estava presa e correta.*

Ninguém

Ninguém significa *nem uma única pessoa* ou *nem um único membro de um grupo particular* (*Ninguém aprende essas coisas sozinho*). Se em enunciado com marca negativa, indica que não existe pessoa na situação referida (*Não passava ninguém. Só o tempo*), e, precedido de *um*, este pronome designa pessoa sem importância ou que não ocupa posição importante (*Veja que o homem que morreu não era um ninguém, um cabra terreiro, sem nome nem valia*).

Outrem

Significa *outra pessoa*, sem qualquer determinação: *Ler é assimilar o pensamento de outrem, por intermédio de caracteres gráficos.*

Quem

Indica, exclamativamente, indeterminação quanto a uma pessoa: *Quem diria, hein Marcelo, você que se orgulhava tanto do seu corpo!* Interrogando direta ou indiretamente, é pronome interrogativo.

Algo

Algo indica objeto, ação, atividade, situação, comentário, idéia, etc, sem especificar exatamente aquilo a que se faz referência: *Presenciou algo de que nunca mais se esqueceria.*

Acompanhado de adjetivo, indica que existe um aspecto notável em relação a uma situação, pessoa ou coisa (*Algo estranho continuava se passando com ele*) e, se o adjetivo vier precedido da preposição *de*, fica invariável, no masculino singular (*Se o Flávio Cavalcanti rasgou a música, ela tem algo de bom*).

Com complemento do tipo partitivo com núcleo nominal abstrato, indica que alguém possui qualidades particulares ligadas à que um grupo apresenta: *Ainda falava alemão com minha avó, só que agora com algo do sotaque brasileiro de minha mãe.*

Tudo

Tudo é empregado a todos os possíveis objetos, ações ou situações quando se está fazendo uma afirmação genérica sobre eles (*Tudo estava nos lugares de sempre*), mas, em registro popular, relaciona-se a pessoas (*Cambada de bobas, tudo doida por Tição, a começar por eu*). Também em referência à atmosfera geral que existe em uma situação: *Tudo está quieto.*

Pode ser usado como predicativo do sujeito, afirmando que alguma coisa ou uma determinada qualidade é essencialmente importante (*Ouro é tudo*); como aposto resumitivo, após uma enumeração (*A atmosfera era irrespirável: sofrimento de falsidade, convenções sociais e irreprimíveis realidades humanas, tudo se misturava ali e não havia como separar o joio do trigo*); para introduzir um aposto especificador (*Tudo igual: o mesmo velho gradil, idêntico arvoredo em torno, o clássico ar mansão escondida e secreta*).

Nada

É empregado para afirmar que certos objetos, eventos, idéias não se encontram em determinadas situações (*Mas não há nada a dizer*) ou para indicar coisa pequena, sem relevância ou sem importância (*Tudo isso é para nada?*).

Antes de um sintagma formado pela preposição *de* seguida de adjetivo ou antes de oração adjetiva, indica que eventos, situações e atividades não apresentam a qualidade expressa no adjetivo ou na oração adjetiva (*Não há nada de novo no que estamos dizendo*); antes de sintagma formado por *de* seguido de um possessivo no masculino, equivalendo o sintagma a *de propriedade de uma pessoa* (*Ele não possuía nada de seu, recebia do patrão e devia ser-lhe grato, como lhe ensinara o pai, desde pequeno*).

Nada, em enunciado negativo, antes de adjetivo com gradação comparativa, indica uma qualidade que se quer atribuir em grau máximo à entidade designada pelo substantivo (*Descubro que não há nada tão carente como um homem impotente*); em oração negativa, como complemento verbal indica que não há nenhum elemento a ser selecionado (*O hoteleiro não disse nada*); em enunciado interrogativo negativo, como complemento verbal, com valor de demanda de informação sobre negação de existência (*Não podemos fazer nada no sábado e no domingo, podemos?*); em oração negativa, em posição predicativa, qualificando alguém como sendo uma pessoa sem características interessantes ou importantes (*Quando o avião subiu, eu não era nada*).

Nada, usado com nome contável e no plural, é substantivado: *Pensei também como o amor nasce radiante e glorioso e depois pequeninos nada transformam-se em gigantescos obstáculos*.

É usado como aposto resumitivo, após uma enumeração, levando o verbo para o singular (*Eles não têm história, cultura, nada, só dinheiro*); ou usado para introduzir um aposto especificador (*Não ouvia nada: nem violino, nem piano, nem flauta*).

Cada

É usado anteposto a um substantivo ou pronome singular, com referência a pessoas e coisas.

Indica todos os elementos do grupo, considerados um a um em particular (*A cada momento Leo sonda o tanque*), só ocorrendo substantivo ou pronome plural se houver quantificação por um numeral cardinal (*De cada vinte casas da rua, entrevista-se um morador da vigésima, por exemplo, ou de cada dez casas entrevista-se um morador da quinta casa, e assim por diante*).

Se acompanhado de substantivo, indica distribuição: *E fiquei estudando cada coisa, de cada canto*.

Cada faz referência ao todo, referindo-se às suas menores partes, uma a uma: *Cada minuto, cada ponto da linha da minha existência pode ser um milagre ou um desastre, uma estrela ou um precipício*.

Indica que alguma coisa acontece em períodos regulares, precedendo um substantivo cardinalmente quantificado (*Precisava escrever um Bufo & Spallanzani a cada dois anos*); indica proporção, em sintagma preposicionado, dispondo-se antes de um numeral e depois de um numeral (*De modo geral a incidência de septicemia é de um a cinco em cada mil nascimentos*).

Com acento marcado, implica avaliação, com valor intensivo: *Dona Calu tem cada idéia!*

Mais

Usado com substantivo no singular ou no plural, se anteposto, indica quantidade maior do que havia antes, do que está envolvido, do que se esperava (*Agora a experiência me ensina que existem muito mais coisas entre o céu e a terra do que supõe nossa vã filosofia*); ou, se anteposto ou posposto, indica quantidade ou coisas adicionais (*Dina, faça mais café!*).

Menos

Usado com substantivo no singular ou no plural, anteposto ao substantivo, indica número ou quantidade menor do que havia antes, do que está envolvido, do que foi indicado, do que se esperava: *Mãe, agora a senhora está dando menos pão para a gente.*³⁰

3.5 CONSIDERAÇÕES

As gramáticas constantes neste capítulo exigem comentários em separado, pois cada uma delas se apropria de pressupostos teóricos diferenciados para a fundamentação de análises. Se foram reunidas, é exatamente pela razão apontada: a existência de uma base teórica que dá sustentação à proposta que pretendem empreender.

Disto decorre um posicionamento por nós assumido: nossa pretensão ao comentá-las não é avaliativa, simplesmente fazemos uma síntese do que apreendemos

³⁰ Não são citadas locuções pronominais indefinidas, constantes no final do capítulo em estudo, já que não são de nosso interesse presentemente.

por meio da leitura, com o objetivo de esclarecer a natureza do trabalho realizado por seus autores. Este posicionamento se justifica principalmente porque nenhuma delas considera a teoria na qual pretendemos alicerçar nossas análises, mas nem por isso podemos desconhecer a importância que têm enquanto contribuição para nossos estudos.

O estudo realizado por Macambira, se comparado aos de Luft e Bechara, anteriormente analisados, apresenta, em relação a eles, alguns pontos de interseção. Sua proposta, ainda que, em nenhum momento, este autor faça críticas explícitas, participa da recusa à classificação das palavras feita pela teoria gramatical e se embasa em algumas noções que, aparentemente simples porque apresentadas com propriedade pelo autor, sem o recurso a uma terminologia *sofisticada*, fundamenta a tese que perpassa todo o seu texto: artigos, pronomes e numerais devem constituir uma única classe.

Embora considere as oposições *formas livres/formas presas* e *sistema aberto /sistema fechado*, que são vez por outra citadas para um esclarecimento menor, é a partir das noções de *forma*, *função* e *sentido* que encaminha metodologicamente suas reflexões.

Às classes de palavras tradicionalmente estabelecidas – no caso, artigos e pronomes, objeto da nossa leitura – aplica o critério morfológico, o sintático e o semântico, promovendo uma discussão sobre aspectos que convergem para a reunião de artigos, pronomes e numerais em uma só classe.

Enquanto os estudos tradicionais morfológicamente tratam estas palavras enfocando *flexão* – são variáveis ou invariáveis –, o autor inclui *derivação*, propriamente sufixos aumentativos, diminutivos, superlativos e adverbial (*-mente*), para provar que as palavras em questão se *comportam* de forma similar, ou seja, não admitem sufixação. Deste modo, Macambira constrói um argumento e se encarrega de excluir possibilidades de refutação, citando palavras que aceitam tais sufixos, mas são pertencentes a outras classes que não a dos pronomes ou que, mediante este acréscimo, não expressam idéia que permita incluí-las junto a formas de aumentativo ou diminutivo. Ao tratar, todavia, o artigo sob abordagem sintática, não é categórico pois

apresenta hipóteses baseadas na ocorrência de artigos em frases ou sintagmas, suscitando possíveis deslocamentos, sem apresentar propriamente um posicionamento.

Quanto aos pronomes, a partir da significação, já que o critério sintático que diferencia pronomes substantivos e pronomes adjetivos apresentado pelas gramáticas normativas é mantido, realiza uma reclassificação, considerando, entre outros, o par opositivo *definido/indefinido*. Sobre esta e sobre outras noções nas quais baseia a redistribuição dos pronomes e a inclusão de outras palavras entre estes, afirma que os pronomes, sob o aspecto semântico, são classificados “conforme denotem a idéia de *pessoa, posse, díxis, referência, número* ou *interrogação* de maneira *precisa* ou de maneira *vaga*” (1997, p. 59). Cada uma destas palavras colocadas em destaque representa uma noção sob a qual se apóia um critério de classificação e, por isto, seriam produtivos conceituações, discussões, comentários.

Embora estas considerações, o trabalho de Macambira é importante entre os estudos gramaticais que se ocupam de artigos e de pronomes porque apresenta uma abordagem diversa das que o leitor está acostumado a encontrar, propiciando questionamentos sem o rigor do definitivo e do inquestionável.

A segunda gramática examinada é a *Gramática da Língua Portuguesa*, elaborada por diversas autoras que não fazem críticas à gramática normativa, mas frisam que a sua obra não tem esta característica pois tem como objetivo descrever o funcionamento da língua. Baseadas em princípios da lógica formal, cuja referência é o *extralingüístico*, daí decorrendo a atribuição de *verdadeiro* ou *falso* às proposições, centram as análises em aspectos semânticos, ignorando conceituações, propostas de classificação e, o mais das vezes, a nomenclatura tradicionalmente usada nas gramáticas.

Propõem a noção de *nominal*, o que é *propriamente designado*, cujo correspondente, em outras abordagens, é o *nome*. Os *nominais* gozam de propriedades diferenciadas: designam um conjunto de objetos, isto é, expressam *intensão*, ou designam, ao admitirem *determinação*, um objeto particular do conjunto de objetos, expressando, assim, *extensão*.

Deste conjunto de noções a que nos interessa especialmente é a de *determinação*. No trabalho de Mateus (et al.), à *determinação* é dado o papel de atribuir referência a um nominal, e, entre as palavras arroladas como *determinantes*, se encontram *um, algum, todo, nada*, etc., ordinariamente classificadas como artigos indefinidos ou pronomes indefinidos.

A partir da noção de *determinação*, as autoras desta gramática realizam uma reformulação na classificação de tais palavras: fazem análises que divergem totalmente das conhecidas, pois o critério do qual se utilizam decorre de uma *operação* que os *determinantes* exercem no conjunto designado por um *nominal*. Consideram, assim, não só o *referente* do *nominal*, entendido como *conjunto de objetos*, como também a *referência* atribuída ao nominal em questão, mediante o uso de um certo *determinante*.

As operações descritas são várias e não cabe aqui discuti-las, mas ressaltar o que representam em relação às classificações tradicionais: certas palavras não ficam adstritas a uma única *classe*, pois, dependendo da natureza da operação processada, ora expressam uma relação, considerando o *conjunto* (ou *nominal*), ora outra, ou, dependendo da característica do nominal – conjunto de objetos contáveis ou conjunto de grandezas contínuas, por exemplo –, exercem papéis diversos, em vista das possibilidades de significados que estas palavras apresentam.

Ao ser tratada a estrutura interna do sintagma nominal, a diversidade de propriedades semânticas das palavras permanece em pauta, e são estas propriedades que determinam não só o ponto de vista da análise, mas também uma gama de possibilidades quanto à organização das estruturas nominais.

Se para os que se iniciam nos estudos da língua as conceituações e classificações encontradas nas gramáticas tradicionais representam alguma facilitação, devido à abrangência e superficialidade com que são apresentadas, à medida que se aprofundam estudos, podem passar a ser contestadas porque já não respondem ao que possa ser constatado. Neste sentido, a *Gramática da Língua Portuguesa* pode ser vista como recurso cuja adoção depende da aceitação ou não dos princípios teóricos nos quais se embasa.

Outra obra listada entre as gramáticas descritivas é a *Gramática Descritiva do Português*, de Mário Perini, o qual visa à reformulação dos estudos gramaticais. Este autor é extremamente crítico em relação às gramáticas tradicionais, questionando o uso indiscriminado de critérios para a classificação das palavras, a formulação dos conceitos apresentados e a ausência de atualização face aos avanços dos estudos lingüísticos. A partir disto, justifica sua gramática que, ao descrever a língua, se assenta em bases teóricas coerentes, apresentando conceitos cujas características são o fornecimento de todos os dados necessários à sua aplicação, e a adequação ao usuário e à realidade lingüística.

Perini, porém, não se contenta em contestar as questões gramaticais apenas. Vai além, afirmando ser o ensino da gramática motivo de prejuízos para alunos. Para apontar falhas das gramáticas normativas e para sustentar a necessidade de que sejam realizados, na escola, estudos gramaticais com base em teorias lingüísticas, tais como o que propõe, este autor analisa os componentes do ensino, afirmando que o ensino cognitivo, que apresenta três componentes, deve se centrar em um deles, a formação de habilidades intelectuais, que possibilita o desenvolvimento do raciocínio, a formulação e a testagem de hipóteses, e o espírito crítico.³¹ O desenvolvimento destas habilidades,

³¹ Evanildo Bechara, em *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?*, também se mostra preocupado com as questões do ensino. Bechara faz a defesa do ensino da gramática normativa e aponta três causas principais, responsáveis pela crise na escola: o privilegiamento da oralidade em relação ao padrão escrito, que se expressa na ênfase ao coloquialismo; a lingüística, que, sob sua égide acolhe uma diversidade de teorias; o professor, que abandona o ensino da gramática normativa, voltando sua atenção para a gramática geral e para a descritiva. Este autor critica tanto a escola antiga, que elegia o padrão culto como única possibilidade, quanto a atual, que privilegia o uso espontâneo da língua, e propõe que o professor seja capaz de “transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua” (1986, p. 14). Para Bechara, tanto a escola antiga como a escola moderna são opressoras porque impõem uma só modalidade, e liberdade significa poder escolher a modalidade adequada à situação. A partir deste ponto de vista, analisa procedimentos de professores de Português na escola e nos cursos universitários, e apresenta algumas sugestões para mudança.

Celso Pedro Luft, também na década de 80, publica *Língua e Liberdade*, questionando o ensino da teoria gramatical. Preocupado com o ensino de 1º e 2º graus, estabelece distinção entre *gramática natural* e *gramática artificial*. À *gramática natural* correspondem as regras que todo falante *sabe*, sistema interiorizado, pois para o autor “a língua é autodeterminada pelos seus usuários” (1985, p. 17); a *gramática artificial* é a que tem como objetivo ensinar a escrever corretamente. Luft critica o caráter *gramaticalista* das aulas de Português e propõe que aos alunos sejam proporcionadas inúmeras situações de escrita, desvinculadas da aplicação de regras que não sejam decorrência do uso, para que seja trabalhada a gramática *interior* da língua.

Em *Língua e Liberdade*, para a discussão de questões ligadas ao ensino da língua portuguesa, Luft se alia a pressupostos teóricos da gramática chomskyana e, principalmente nos capítulos 2, 3 e 4, apresenta princípios básicos desta teoria.

Apesar de o nosso trabalho não estar voltado propriamente para o ensino, estas leituras possibilitam reflexões sobre a teoria gramatical e as conseqüências que dela possam advir.

conforme o autor, está na dependência da adoção de teorias científicas que compreendam a descrição, a interpretação e a compreensão do fenômeno lingüístico. Em resumo, a *doutrina oficial*, representada pela *NGB* (Nomenclatura Gramatical Brasileira)³² e endossada pelas gramáticas, está associada à forma como são ministradas as aulas de Português, nas quais o aluno é passivo, um mero reproduzidor do que as gramáticas propõem.

Ora, que Perini se insurja contra o caráter prescritivo das gramáticas, que verifique a imprecisão conceitual que apresentam, que comprove a disparidade entre conceitos e fatos lingüísticos que elas pretendam explicar, é desejável. Está, afinal, exercendo o seu papel, o de um estudioso da língua, que justifica a apresentação de uma proposta alicerçada em uma teoria. Parece-nos, entretanto, que, ao argumentar sobre a necessidade de reformular os estudos gramaticais, o autor extrapola de sua função e confunde *gramática* com o *ensino da gramática*. Questões de ensino dizem respeito a procedimentos didático-pedagógicos, decorrentes de uma política emanada do sistema educacional, da escola, que elege uma filosofia, ou, ainda, na ausência destas, das crenças ou limitações do próprio professor. A confusão que é feita, então, é entre teoria aplicada ao ensino da língua e metodologia adotada para o ensino desta teoria. Assim sendo, o estudo de uma certa teoria não determina ou favorece o desenvolvimento destas ou aquelas habilidades, pois *modos de ensinar* estão afeitos ao *pedagógico*, e não ao *lingüístico*, como quer Perini.

Para viabilizar sua proposta – a descrição do português, tendo como suporte uma fundamentação teórica –, o autor seleciona um *corpus*. Pretende-o próximo do apresentado pelas gramáticas tradicionais, que se valem dos escritos literários, dos quais são expurgados idiossincrasias e desvios, para que se adaptem às necessidades do que se pretende comprovar; decide, então, que seja constituído por textos técnicos e jornalísticos, pois apresentam o português culto escrito, sem que seja preciso fazer ajustes. Entretanto, antes de proceder à descrição, Perini esclarece a metodologia adotada: trabalha com frases isoladas, que passam pelo crivo de falantes, o do lingüista,

³² Nomenclatura Gramatical Brasileira – Portaria nº 36 de 28 de janeiro de 1959, do Ministro de Estado da Educação e Cultura que lhe recomenda a adoção no ensino programático da Língua Portuguesa e nas atividades que visem à verificação do aprendizado, nos estabelecimentos de ensino, e em vigor a partir do primeiro período do ano de 1959.

que as formula e testa-as com outros falantes, e, se for o caso, ainda busca auxílio em textos. As frases, assim, são *aceitas* ou não, o que pode ser comprovado se examinados os exemplos citados ao longo dos textos: asteriscos indicam a adoção do critério *aceitabilidade*. É evidente, portanto, que o que é mencionado inicialmente como *corpus* é desconsiderado, uma vez que a *Gramática Descritiva do Português* não é de base estruturalista, mas gerativista, devido à metodologia que adota, compatível com a teoria apresentada.

Para a reformulação da teoria gramatical, Perini propõe uma descrição formal separada da descrição semântica, sendo que os dois planos se conjugam num terceiro momento, quando se estabelecem *regras de interpretação semântica*, e, para a classificação das palavras, baseia-se em *traços*, que objetivam reunir palavras que têm comportamento gramatical semelhante.

Os pronomes – palavras conhecidas sob esta denominação – não constituem uma classe única, devido à variedade de *traços* que apresentam. Considerando, então, *traços*, e apenas no aspecto sintático, o autor reagrupa os pronomes, incluindo entre eles os artigos. Apesar de ter defendido inúmeras vezes a vantagem de uma descrição formal seguida de uma descrição semântica, e, depois, aplicar *regras de interpretação*, Perini diz que “deixando de lado a questão da classificação semântica (em si um problema de muito interesse), vou desenvolver agora uma classificação sintática dos itens tradicionalmente chamados *pronomes*” (1996, p.331).

Optamos por não reapresentar aqui a *reclassificação*, nem tecer comentários sobre ela. Diz respeito a uma teoria cujos princípios básicos são diferentes dos quais pretendemos nos valer; todavia a leitura desta gramática revela a necessidade e a possibilidade de tratar os estudos gramaticais sob outros pontos de vista. Se as gramáticas, como aponta Perini, apresentam pontos falhos, que cada teoria dê sua contribuição com o intuito de esclarecê-los ou de ultrapassar os limites por elas estabelecidos, e que cada um que se interessa pelos estudos da língua, opte pela teoria que julgar mais conveniente.

Maria Helena de Moura Neves, na *Gramática de Usos do Português*, se dispõe a realizar uma descrição do português atual, usado no Brasil. Este trabalho se distingue

dos demais já examinados em vários aspectos, mas também por descrever a *língua em uso* e por apresentar, nos exemplos citados, quando o caso requer, unidades maiores que a frase.

Neste estudo, têm prevalência os aspectos semânticos e, ao serem tratados os *indefinidos*, consideram-se as noções de *referência*, *quantificação*, *determinação/indeterminação*, *indefinição*.

Por *referência*, a autora entende o *mundo*, e artigos indefinidos e pronomes indefinidos, assim como numerais, reunidos em uma só *classe*, são consideradas palavras *não-fóricas*, isto é, não têm referência na situação de discurso, nem constituem itens de retomada no texto. Assim sendo, e por apresentarem propriedade de *não-descrição*, são *quantificadores* pois se juntam a um nome para indicar uma parte (que pode ser o inteiro) de um todo.

A referência que, no primeiro momento, permite justificar a presença destas classes, heterogêneas, segundo a tradição gramatical, em apenas uma, perpassa todo o texto desta gramática. É base sobre a qual se assentam todas as análises que verificam empregos de artigos indefinidos e pronomes indefinidos.

Sob esta ótica, se estuda artigo indefinido determinando-se sua natureza – além de *não-fórico*, tem geralmente uso não-referencial, ou serve para introduzir um referente no texto, podendo constar em sintagmas nominais referenciais ou não-referenciais –; a noção de *indeterminação*, que caracteriza o sintagma nominal constituído de artigo indefinido e substantivo comum; os valores que assume, dependendo da função sintática exercida pelo sintagma nominal que o contém; as funções que desempenha no sintagma; empregos que divergem do conceito que geralmente lhe é atribuído, o de anteceder o substantivo comum, pois é usado antes de substantivos próprios e antes de datas, podendo ainda figurar em enunciados que geralmente caracterizam-se pela sua omissão.

O tratamento dado ao pronome indefinido é semelhante ao que é verificado relativamente a artigo. Estes pronomes são *não-fóricos*, e a *indefinição* que expressam pode relacionar-se à *identidade* ou à *quantidade*; podem, no sintagma, ser *nucleares* ou *periféricos*; podem flexionar-se ou não. Ao estudarem-se os pronomes indefinidos um a

um, expressando-se *usos*, destacam-se aspectos sintáticos, características morfológicas e propriedades das palavras com as quais constitui o sintagma.

O que se constata em todo o capítulo que trata estas palavras é que aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos se entrecruzam, pois cada situação de uso analisada considera o sentido como um conjunto de relações que têm lugar em um enunciado em particular.

A *Gramática de Usos do Português*, embora ignore certas noções as quais julgamos de suma importância para o estudo da significação, apresenta um trabalho exaustivo sobre a *língua em funcionamento*, tanto em relação aos possíveis sentidos de um determinado item, os empregos propriamente ditos, quanto à maneira como trata os aspectos morfológico, sintático e semântico, estabelecendo um feixe de relações do qual, em uma situação particularizada, decorre uma possibilidade diferenciada de *uso da língua*.

Concluídas as leituras no sentido de verificarmos o que as gramáticas dizem a respeito das palavras que expressam indefinição, passemos a outro aspecto que para nós é importante: *a possibilidade de, pelo tratamento dispensado, identificarmos alguma relação com a enunciação*.

As gramáticas de Macambira, Mateus (et al.) e Perini não têm contribuição a dar neste sentido, pois claramente se postam ao lado de teorias que não consideram tal aspecto pois seu interesse se centra exclusivamente na língua; a de Moura Neves, ainda que se dedique a *usos*, não contempla a enunciação já que, pela caracterização primeira de artigos indefinidos e de pronomes indefinidos, tratados como não-fóricos, alija qualquer possibilidade de intervenção do sujeito, desconsiderando também a situação de discurso. As demais, todavia, que não explicitam suportes teóricos para a formulação de conceitos e classificações, ou, se o fazem, como Luft e Bechara, adotam, em certas ocasiões, posturas semelhantes às das tradicionais, nos levam a um exame um pouco mais cuidadoso.

As noções de pronome, tanto a geral como a específica, atinente a *indefinidos*, compreende informações que podem ser assim separadas:

a) os pronomes *denotam, representam* ou *referem* os seres;

b) os pronomes consideram os seres denotados, representados ou referidos como *peçoas do discurso*, entendidas como *a que fala, a com quem se fala, a sobre a qual se fala*.³³

Mesmo que examinemos estas informações separadamente, percebemos que a primeira prepondera, e que *peçoas do discurso* é noção secundária, que permite o estabelecimento de diferenciação interna no conjunto de palavras consideradas pronomes: *a primeira peçoas, a segunda e a terceira*. O aprofundamento da noção de *peçoas do discurso* não ocorre, assim como a de *denotação*, a de *referência*, a de *representação*, não sendo possível prever implicações; porém a noção assim posta permite a aplicação, por exemplo, ao serem apresentados os pronomes indefinidos: *são os que se referem à terceira peçoas quando esta tem sentido vago, impreciso, etc.*

Ao ser conceituado o pronome indefinido, esta 3ª peçoas ora é caracterizada como *do discurso*, ora como *gramatical*, não havendo, deste modo, em alguns autores, manutenção do que é apresentado no conceito geral de pronome. Cunha e Cintra, Luft e Bechara apresentam os pronomes relacionando-os aos substantivos, porém para os pronomes indefinidos vigora o mesmo conceito já citado.

³³ A noção de peçoas do discurso está presente na antiga gramática grega. Apolônio Díscolo (séc. II d. C.) apresenta-a ao distinguir nome e pronome. Segundo ele, o pronome diferencia as peçoas, enquanto o nome só se relaciona à terceira peçoas, jamais ao falante e ao ouvinte. Dionísio o Trácio (170 a 90 a. C.) é o primeiro gramático a tratar esta noção. De acordo com Maria Helena de Moura Neves, que realiza estes estudos em *A Vertente Grega da Gramática Tradicional*, “ele se refere a elas na definição de verbo (...) e, a seguir, indica que são três, definindo-as a partir do discurso” (1987, p. 197). As gramáticas atuais ainda mantêm o que é proposto por este gramático grego: 1ª peçoas, a que fala; 2ª, aquela a quem se fala; 3ª, aquela de quem se fala.

Apolônio Díscolo discorda de tal conceituação, afirmando que a 1ª peçoas não é aquela que fala, mas a que *fala de si*; a 2ª deve ser entendida como *é a respeito dela que se fala*; a 3ª opõe-se às demais porque não é *a que fala de si própria* nem é aquela *a quem se fala*.

Tanto Dionísio como Apolônio reconhecem como pronomes os pessoais e os possessivos, daí derivando-se a noção de peçoas do discurso, entretanto Apolônio amplia tal classificação dos pronomes, o que a gramática atual não herdou, distribuindo-os entre *dêiticos* e *anafóricos*. Os pronomes definem as peçoas pois o *dêitico* é o que é mostrado, e o *anafórico* refere-se a uma noção já dada. Os *dêiticos* são os de 1ª e 2ª peçoas, os de 3ª peçoas são demonstrativos e relativos.

Os pronomes hoje classificados como relativos são colocados entre os artigos; os demais Apolônio considera nomes.

Quando são estudados os artigos³⁴, cuja noção geral é sintática, – a anteposição ao substantivo –, está implícita consideração relativa à língua, pois os artigos indefinidos relacionam-se com os *seres* ou com os *substantivos*.³⁵

As seções que dizem respeito a empregos pouco acrescentam a esta busca que ora empreendemos já que nelas constam frases cuja escolha serve para, na maioria das vezes, confirmar o que é posto como norma, ou seja, a regra preexiste ao exemplo.

Desta maneira, se nem ao menos podemos inferir quais são os princípios teóricos que norteiam os estudos gramaticais, embora saibamos que isto não é preocupação dos gramáticos, que apenas visam ao *bem escrever* e ao *bem falar*, temos de buscar uma metodologia própria, a partir dos pressupostos teóricos que, no capítulo seguinte, nos dispomos a estudar. Não desconsideramos, contudo, contribuições que as gramáticas lidas poderão nos fornecer, principalmente porque, sobre as palavras escolhidas para objeto de análise, há poucos estudos à disposição.

Sobre a leitura de todas estas gramáticas, resta dizer que reforçaram, ainda mais, duas certezas: a da necessidade de acrescentar ao que é posto pelas gramáticas tradicionais outros pontos de vista, a fim de superar, à proporção que avançamos na compreensão da teoria gramatical, as falhas com que, inevitavelmente, nos deparamos; a da possibilidade de que, embasada em uma teoria lingüística, podemos encontrar respostas outras, diferentes das que até então nos foram dadas para entender os fenômenos da língua.

Com base nisto e porque as gramáticas constituem os materiais que disponibilizam estudos sobre os *indefinidos* em português, consideramos as palavras por elas apresentadas como o nosso *corpus inicial*. Apesar das diferentes formas de apresentação, oriundas de critérios aplicados por seus autores, são listadas como *indefinidos* as palavras que seguem, tendo sido por nós desconsideradas as possibilidades de flexão que determinados autores registram. Esta listagem é extraída das gramáticas tradicionais, porém contempla, em grande parte, as outras que foram objeto de leitura pois as modernas vinculam-se às tradicionais, e as descritivas incluem muitas destas palavras nas suas análises ou propostas de reclassificação.

³⁴ Luft e Bechara incluem os artigos entre os pronomes ou entre os numerais.

³⁵ Não nos detemos no exame de numerais que expressam indefinição pois apenas duas gramáticas se ocupam disto.

algo, alguém, algum, alguns, alhures, bastante, beltrano, cada, certo, demais, fulano, este...este, mais, menos, muito, nada, ninguém, nenhum, nenhures, onde, outrem, outro, pouco, qual...qual, qualquer, quanto, que, quem, quem...quem, sicrano, tal, tanto, todo, tudo, um, um...outro. vários ou vários

Quadro 6 – *Corpus* Inicial: Listagem Geral dos *Indefinidos*

Deste conjunto de palavras, algumas são selecionadas para integrar a seção 6, na qual, a partir dos fundamentos da teoria que sustenta nosso trabalho, procedem-se análises de enunciados. Como as análises visam à descrição dos *indefinidos* considerando-se enunciação e, assim sendo, descrevem-se relações que se verificam no enunciado, é necessário outro *corpus*, o qual é posteriormente apresentado com maior detalhamento. Neste *corpus* do qual se extraem enunciados, realizam-se recortes com base em ocorrências de palavras que expressam indefinição. Este, então, é o critério para a seleção que agora se realiza: cotejam-se *indefinidos* apresentados pelas gramáticas e ocorrências de *indefinidos* em enunciados e as coincidências verificadas determinam quais as palavras que passam a integrar o conjunto das análises. Assim, constituem a seção 6 enunciados que apresentam ocorrências de *indefinidos* abaixo apresentados.

algo, alguém, algum, cada, certo, diversos, muito, nada, ninguém, nenhum, pouco, qualquer, tanto, todo, tudo, uns³⁶, vários

Quadro 7 – Palavras cujas ocorrências são analisadas³⁷

Já que todos procedimentos relativos à constituição do *corpus* são motivo de esclarecimentos em seção posterior, por ora julgamos ser necessário apenas apresentar esta seleção de *indefinidos*.

³⁶ Selecionamos a forma plural de *um*, procurando garantir, por ocasião das análises, apenas ocorrências do que a teoria gramatical considera *indefinidos*. A forma singular pode nos obrigar a ingressar em outro campo de discussão, o que não é nosso propósito.

³⁷ Célia M. M. de Castilho, em *Quantificadores Indefinidos*, estudo publicado em *Gramática do Português falado: as Abordagens*, constituindo *corpus* a partir de entrevistas do Projeto NURC, seleciona *indefinidos* cuja lista é muito próxima da nossa: *algo, algum, alguém, cada, certo, demais, diversos, inúmeros, muito, nada, nenhum, ninguém, outro, pouco, qualquer, todo tudo, vários, um*.

4 A TEORIA DE BENVENISTE

4.1 JUSTIFICATIVA PARA O PERCURSO ADOTADO

A maioria das gramáticas examinadas apresenta os estudos sobre a língua divididos em partes: a fonologia, a morfologia e a sintaxe. Esta forma de organização está presente nas gramáticas normativas e nas que consideramos gramáticas modernas, a saber, em Luft e em Bechara, ainda que o primeiro não respeite esta ordem, preferindo iniciar seu trabalho pela abordagem sintática, justificando o posicionamento assumido.

Nos capítulos referentes à morfologia, encontram-se os estudos relativos às palavras, que são dispostas em *classes* e, embora alguns autores apresentem exemplos em forma de frases, porque optam por buscar em obras literárias o apoio necessário para a confirmação das afirmações feitas e porque, em muitas situações, o critério sintático é levado em conta para a classificação, o seu objetivo é o estudo das palavras desvinculadas de um contexto, que aqui precisa ser entendido como frase, já que esta corresponde ao limite estabelecido pela teoria gramatical para os estudos sobre a língua. Em consequência desta postura, aos conceitos apresentados, pois o método é dedutivo, seguem-se listas de palavras, geralmente *fechadas*, dando a entender que todas as possibilidades de *encaixe* em determinado agrupamento são esgotadas³⁸. É isto que se

³⁸ Segundo Milner, para a ciência a língua é *completude* que se expressa na gramática como *totalidade: qualitativa* pois a língua descrita é perfeita, e *quantitativa* pois a gramática abarca a língua toda. Na lingüística, porque ciência, a *completude* se expressa por meio de critérios internos – a não-contradição –, porém da gramática não é exigido que seja sem contradição e homogênea, daí derivando que “a completude que ela persegue pode ser obtida através de qualquer arranjo”, sendo-lhe “suficiente preencher a falta com um remendo qualquer” (1987, p. 26-7).

Do arranjo proposto pelas gramáticas, decorre o *incorreto*, o que é desvio da norma, mas também a *exceção* ou o *anômalo*, geralmente expressos nas gramáticas em forma de *observações*, em letras minúsculas ou em notas de rodapé: o que não é *regular*, o que escapa ao *regulado*, mas formalizado em documentos que lhe servem como fonte – os *bons* escritos –, precisa ser mencionado e aceito como outra *possibilidade*.

verifica em relação a artigos, pronomes e numerais e, quanto aos primeiros, algumas vezes a apresentação das palavras não é posterior à do conceito, mas está contida na própria conceituação.

Do estudo das palavras, passam as gramáticas ao estudo das *palavras na frase*. Usamos esta expressão porque verificamos que o interesse dos estudos gramaticais não reside na frase como unidade, mas nas unidades que a compõem, os sintagmas, pois nestes se estabelecem inter-relações entre as palavras, e a isto as gramáticas se limitam nos capítulos que tratam do emprego dos *indefinidos*.

Ao serem apresentados *empregos*, há ênfase na sintaxe. Como o objetivo é garantir uma frase *bem construída*, deve-se atentar sobretudo para sua *montagem*, para a organização de cada uma de suas partes. Dispõe-se sobre a posição que certa palavra deve ocupar, se uma palavra deve ser usada ou não, conforme os cânones do padrão culto, etc. Não está em questão o que se quer dizer – a síntese –, mas como se deve apresentar cada constituinte daquilo que se pretende que seja dito. Vinculam-se aspectos sintáticos e aspectos semânticos, mas são os primeiros que preponderam; os semânticos são vistos como consequência, decorrentes de uma *fórmula* que se aplica a cada fração da frase.

Se, ao serem estudadas as palavras isoladamente, a intenção é fazer uma gramática da língua – as formas de que a língua dispõe para expressar indefinição –, ao serem propostos *empregos*, é feita a gramática de um *uso*, de um uso que é prescrito com base em *uma* sintaxe, que é considerada padrão.

Uma vez que iniciamos este trabalho pela leitura das gramáticas com a pretensão de verificar o que dizem sobre os *indefinidos*, e também a partir delas foi feita seleção de palavras para estudo, adotaremos o percurso por elas apresentado: como as gramáticas se ocupam primeiro das palavras e, depois, as inter-relacionam, valendo-se de frases, este também é nosso modo de proceder agora. Neste capítulo lemos a teoria de Benveniste inicialmente pela via das palavras, após pela da frase e a ultrapassamos, ultrapassando, assim, o limite estabelecido pela teoria gramatical, pois nos detemos, também, no diálogo cujos pressupostos, se não definitivamente explicitados em um único texto, encontram-se dispersos nos diversos trabalhos deste autor.

Pelo acima exposto, pode-se depreender que não respeitamos a cronologia dos textos deixados por Benveniste, pois nos interessam os três enfoques em questão. Além disto, procuramos, ao longo da leitura e da exposição da teoria estudada, verificar aportes para a compreensão das palavras que expressam indefinição, em uma outra perspectiva, na da língua em uso que não se atém à indefinição enquanto o que pela língua é previsto, mas que a considera *em funcionamento*, palavras que promovem sentido pelo dizer do sujeito que atribui referência.

4.2 AS PALAVRAS

Ao concluirmos a leitura das gramáticas, nosso desejo, para dar continuidade a este trabalho, era encontrar, nos conceitos de artigo, pronome e numeral, indicações que nos remetessem às Teorias da Enunciação. Acabamos sem perspectiva alguma pois as gramáticas se restringem a apresentar a expressão *pessoas do discurso*, freqüentemente empregada ao serem formulados conceitos (relativos a pronomes), porém destituída de qualquer desenvolvimento teórico que nos conduza adiante, impossibilitando estabelecer ligação entre o que vínhamos estudando e a seqüência de leitura. Sobre *pessoas do discurso*, as gramáticas apenas dizem que são três: a primeira correspondente à pessoa que fala; a segunda, à pessoa com quem se fala; a terceira, ao indivíduo ou coisa de que se fala.

Exatamente o aspecto que nos impediu de prosseguir, é retomado por Benveniste que percebe, no tratamento dado à *pessoa do verbo*, a inconsistência e a precariedade de informações. Remontando à gramática grega e verificando que a classificação da *pessoa verbal* em 1ª, 2ª e 3ª pessoas ainda hoje é admitida e que distinções ocorrem em todas as línguas, diz que:

“Há sempre três pessoas e não há senão três. Entretanto o caráter sumário e não-lingüístico de uma categoria assim proposta deve ser denunciado. A alinharmos numa ordem constante e num plano uniforme ‘pessoas’ definidas pela sua sucessão e relacionadas com esses *seres* que são ‘eu’, ‘tu’ e ‘ele’, não fazemos senão transpor para uma teoria pseudo-lingüística diferenças de natureza *lexical*. Essas denominações não nos informam nem sobre a necessidade da categoria, nem

sobre o conteúdo que ela implica, nem sobre as relações que reúnem as diferentes pessoas” (1995, p. 248) (Grifos nossos).

A partir desta constatação – a ausência de informação sobre que representam *eu*, *tu*, *ele* -, o autor propõe um estudo com base em *oposições*, seguindo os rastros de Saussure cujos princípios são sempre mantidos na proposição desta teoria: na língua há apenas diferenças.

O texto *Estrutura das Relações de Pessoa no Verbo*, datado de 1946, pode ser complementado por *A Natureza dos Pronomes* e *A Subjetividade na Linguagem*, publicados cerca de dez anos depois. Neles Benveniste apresenta a distinção *pessoa/não-pessoa* que traz conseqüências para os estudos lingüísticos: na lingüística passa a existir *sujeito*; existindo sujeito, existe também *referência*; a dicotomia *língua/fala* proposta por Saussure e assumida por seus seguidores cede lugar a outra: *língua/discurso*. Benveniste introduz na lingüística as noções de sujeito e de referência, e, por apresentar estas noções, ao mesmo tempo em que mantém o conceito de língua proposto por Saussure, considera o de *língua em uso*.

Os pronomes pessoais são retomados por Benveniste a partir do critério adotado para assim classificá-los: a *pessoa*. Para o lingüista a noção de pessoa decorre de um *ato* em que *eu* se diz *eu*, e a subjetividade, que se instala por meio deste ato, é “a capacidade de um locutor para se propor como sujeito” (1995, p. 286). *Eu* para Benveniste é essencialmente lingüístico, é *palavra* que coloca a língua em funcionamento.

Indissociado de *eu*, há *tu*, também *pessoa*, mas *pessoa* diferenciada. São opostas, porém ao mesmo tempo se constituem, pois uma prescinde da presença da outra.

A noção de pessoa apresenta implicações *sui generis* porque, assim como *eu* e *tu* formam uma correlação, expressam polaridade. São correlatos porque se constituem reciprocamente e ao mesmo tempo – *na* e *pela* enunciação que é “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (1989, p. 82) — pois alguém, ao afirmar-se locutor, pressupõe também um alocutário. Além disto são formas lingüísticas *vazias* de significação, que só se *preenchem* face à subjetividade. São únicos e têm existência efêmera pois são enquanto palavras que *eu* profere; apresentam a

mesma *referência*, isto é, a instância de discurso que os contém. Apenas no interior da noção é que se estabelece a distinção entre *eu-tu* porque o primeiro se propõe considerando um *diferente*, e esta diferença propicia inversibilidade, bastando para isto que *tu* tome a palavra e se diga *eu*.

Além de *eu* e *tu*, a enunciação constitui outras palavras ou categorias: o tempo, que é o *presente* concomitante com a enunciação; o *aqui*, que é indissociável de *agora*; os demonstrativos – *este* e suas variações – que designam todos e quaisquer objetos presentes no *aqui-agora*. Outros advérbios ou locuções verbais que se alinham no mesmo paradigma de *aqui* ou de *agora*, os tempos verbais, que tomam o presente da enunciação como referência, a modalidade, os adjetivos, os possessivos, certos verbos, etc. também marcam a inserção do sujeito na língua.³⁹

A enunciação, conforme afirma Benveniste, é, na perspectiva do locutor, *ato* pois alguém se afirma sujeito; porém, na perspectiva do exercício da língua, a entendemos também como processo, pois o locutor, ao exteriorizar sua *realidade* promove relações – *eu-tu-este-aqui-agora* – que, por sua vez, expandem várias possibilidades de associações previstas pela língua, constituindo *correlações*, na terminologia de Benveniste, ou paradigmas, propostos por Saussure. Todas estas palavras decorrem da *noção de pessoa*, entretanto os pronomes pessoais prevêm a terceira pessoa, *ele* que a *eu-tu* se opõe.

Ao tratarmos das noções de *pessoa* e de *não-pessoa* apresentadas por Benveniste, estamos acostumados a representá-la de modo esquemático – *eu-tu/ele* – já que é dos pronomes que o autor parte para estabelecer esta distinção. Este *ele*, ou a *terceira pessoa*, precisa ser considerado em dois âmbitos diferentes, dentro da teoria:

³⁹ Propositamente aqui fazemos menção a *indicadores de subjetividade* ao lado de palavras que são tradicionalmente consideradas como *dêiticos*. Esta inserção decorre das oposições *pessoa/não-pessoa* e *semiótica/semântica* (a qual oportunamente trataremos) propostas por Benveniste. Assim também o faz Michel Lahud, que afirma:

“Para Benveniste, os dêiticos são signos que não podem ser convenientemente descritos sem referência ao *emprego* que deles é feito pelo sujeito falante: em outras palavras, para ele, não se tratam de signos que ‘descrevem’ por si próprios uma relação entre enunciado e enunciação, mas de elementos cuja função é permitir ao *sujeito que os enuncia*, e no momento em que os enuncia, de *instaurar essa relação*, de vincular seu enunciado ao seu próprio ‘dizer’” (1979, p. 114).

“(...) na classe formal dos pronomes, os chamados de ‘terceira pessoa’ são inteiramente diferentes de *eu* e *tu*, pela sua função e pela sua natureza” (1995, p. 282).

Quanto à natureza, *ele* corresponde à *não-pessoa* pois não pertence à instância de discurso como *eu* e *tu*, porque diz respeito, assim como outras palavras, ao *não importa quem* ou *não importa o que* munido de uma referência objetiva. Estas formas não decorrem da enunciação pois a língua lhes prevê um conceito.

Ao distinguir *pessoa* e *não-pessoa*, Benveniste estabelece correspondência entre estas noções e *língua/discurso*: *ele* faz parte da língua, sistema de significação baseada em unidades discretas; *eu* e *tu* fazem parte da língua enquanto discurso, significação dependente da subjetividade.

Quanto à função, *ele* é um substitutivo abreviativo, representa no enunciado o *não importa quem* ou *não importa o que* já referido; seu caráter, portanto, é sintático.

Do estudo dos pronomes realizado por Benveniste, podemos tirar algumas conclusões, que serão retomadas na continuidade deste trabalho, tanto em relação à sua teoria, como em relação ao estudo dos indefinidos, quais sejam:

a) os pronomes são estudados como tal, mas em outro ponto de vista, pois, de sua disposição em uma classe homogênea porque relacionados a *pessoas do discurso* cuja natureza não é esclarecida, passam a pertencer a duas classificações, e a nomenclatura *pessoal* pode, a partir da oposição *pessoa/não-pessoa*, ser atribuída apenas a *eu* e *tu*;

b) o estudo dos pronomes é base para uma reclassificação das palavras sob um único critério, o semântico, já que se distinguem as que adquirem significação na instância de discurso e as que na língua já têm um conceito;

c) as reflexões apresentadas por Benveniste sobre os pronomes são apenas o esboço inicial de uma teoria que se alinha à de Saussure⁴⁰, mas visa ultrapassá-la pois, ao mesmo tempo em que considera a *língua*, considera a *língua em uso*, e nisso queremos nos deter um pouco mais.

Em *eu-tu/ele*, o conceito de língua proposto por Saussure permanece. Sistema de signos que compreende *imagem acústica/conceito* ou *significante/significado*, apresenta apenas *formas* discretas. São virtuais, ou seja, são possibilidades que pertencem ao *coletivo da língua*. A alteração que Benveniste promove ao tratar *pessoa/não-pessoa*, introduzindo a subjetividade na língua, é deslocar as formas *puras* do sistema para o *uso*, as quais, assim, deixam de ser *puras* e apresentam *substância*. Constitui-se, desta forma, uma nova oposição: na língua, formas puras; na enunciação, forma e substância.

É sabido que Saussure, ao estabelecer o conceito de língua, não prevê a referência, daí um sistema de formas *puras*, desvinculadas de qualquer *realidade*. Com Benveniste, esta realidade passa a existir, mas é a *realidade* decorrente da subjetividade, correspondente à instância de discurso, ao presente de *eu* e de *tu*. A constituição do par que apresentamos – *forma-substância* – se dá pela referência.

Ao estudar os pronomes, Benveniste caracteriza dois âmbitos: o da enunciação e o da língua. Ao primeiro pertencem as palavras que a partir do uso adquirem significação, Benveniste as apresenta como *formas vazias* que só se completam quando a língua é posta em funcionamento. No âmbito da língua estão as palavras que, para qualquer falante, estão associadas a um conceito. São, neste estudo, representadas por *ele*, *o não importa quem* ou *não importa o que*.

⁴⁰ Neste trabalho, sempre que Saussure for citado, tal deve ser compreendido como a teoria apresentada pelo *Curso de Lingüística Geral*. Mesmo que alguns deslizes terminológicos e conceituais tenham sido cometidos por aqueles que o publicaram, e isto é apontado por Isaac Nicolau Salum no *Prefácio à Edição Brasileira*, e estudado com profundidade por Tullio De Mauro, nas notas à edição italiana do *Curso*, e por Simon Bouquet, em *Benveniste et la représentation du sens: de l'arbitraire du signe à l'objet extra-lingüistique*, foi o *Curso* que difundiu entre os estudiosos os princípios teóricos que fundam a lingüística como ciência. Claudine Normand, em *Os Termos da Enunciação em Benveniste*, também se dirige ao *Curso* e dá-nos a entender que esta é a leitura realizada por Benveniste. Além disto, Marlene Teixeira também nos permite adotar tal procedimento em *Análise de Discurso e Psicanálise: Elementos para uma Abordagem do Sentido no Discurso* (2000).

O que é problemático para a compreensão destes dois âmbitos são suas próprias palavras, na tentativa de distingui-los:

“É por isso que não há truísmo em afirmar que a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que ser munido de uma referência objetiva*” (1995, p. 282) (Grifonosso).

Entendemos que Benveniste, ao opor palavras que têm referência apenas na instância de discurso e as demais, estabelece a oposição subjetividade/objetividade que precisa ser interpretada. Se na língua a referência inexistente, não há correspondência entre palavra e ser ou palavra e mundo; do mesmo modo, se *eu-tu-este-aqui-agora* só tem referência na enunciação, não há possibilidade de se admitir uma *referência objetiva*.

Benveniste, ao caracterizar *eu* como pessoa que enuncia *eu*, afirma que “há (...) nesse processo uma dupla instância conjugada: instância de *eu* como referente, e instância de discurso contendo *eu*, como referido” (1995, p. 279). Em outras palavras, *eu* é referente porque é sujeito da enunciação; *eu* é referido porque *eu* – o que se propõe como sujeito – enuncia *eu*, constituindo o enunciado.

Na e pela enunciação, instaura-se um *mundo* – a presente instância de discurso – pelo fato de o sujeito só poder assumir esta condição diante de *tu*, “as duas ‘figuras’ igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação” (1989, p. 87), bem como ser o referente de uma série de *categorias*, quais sejam, o *tempo*, que é o presente, *este-aqui-agora*. Estas *categorias*, assim como *eu-tu*, passam a coexistir e a constituir o eixo em torno do qual tem possibilidade o uso de outros termos, como, por exemplo, expressões de temporalidade que se estabelecem em relação ao presente, e alguns advérbios que decorrem de *aqui*. Pelo viés do sujeito da enunciação, que exterioriza esta *realidade* ou a *sua* realidade, têm significação, ainda, outras categorias como os modos, os adjetivos, os possessivos, etc. Em síntese: a enunciação é a referência de todas as palavras que adquirem tal estatuto ao serem enunciadas, quer porque de signos vazios e móveis passem a ter um referente, quer porque sejam correlatas das vinculadas à instância de discurso, quer porque expressem a realidade de um sujeito que se enuncia.

A *ele* correspondem os signos cuja significação, à primeira vista, não se verifica exclusivamente *na e pela* enunciação já que, na língua, são conceitos em oposição a outros conceitos. Com estes signos, virtualidades, *eu* designa *coisas* às quais quer dar existência. Assim sendo, *ele* não são signos que são constituídos a partir de *coisas*; ao contrário, são *coisas* que são constituídas a partir do momento em que são designadas. Se tais signos são ditos como tendo referência objetiva, é porque pertencem “à língua como repertório e sistema de suas combinações” (1995, p. 283). Passam a fazer parte da instância de discurso e, apesar de exteriores à relação *eu-tu*, têm como referência, assim como as demais palavras, a enunciação.

Retomemos o conceito de enunciação: *a enunciação é o colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização*. Língua em funcionamento admite a existência de um *coletivo*, a língua como sistema de significações desvinculadas da realidade, formas que se opõem e por isto significam; língua em funcionamento, todavia, supõe um ato individual que *significa* a realidade em que se inclui, ou seja, a instância de discurso. Ao coletivo pertence o *ele*, o *cognitivo*, ou o *objetivo*, como diz Benveniste; decorrentes do *individual* são *ele* e seus correlatos; contudo tanto o primeiro como os demais têm referência na enunciação, pois *na e por* ela conceitos adquirem existência, materialidade, e os indicadores de subjetividade *nela e por* ela emergem.

Podemos, assim, considerar as palavras sob duas perspectivas: a da origem e a da referência. Sob a primeira, temos *eu-tu/ele*: a língua e a instância de discurso, a língua e o uso da língua. Na outra perspectiva, a da referência, a oposição se desfaz – *eu-tu-ele* – pois a enunciação é a referência, a subjetividade subsume o cognitivo, a língua é apenas uso.

4.3 A FRASE

Em *A Forma e o Sentido na Linguagem*, Benveniste distingue duas maneiras de *ser língua*. A primeira denomina *semiótica*; a segunda, *semântica*. Estas *maneiras de ser* já se encontram referendadas nos textos que se ocupam de *pessoa*, porém não nominadas.

Independentemente do fato de se distinguirem, a ordem do semiótico e a ordem do semântico têm um aspecto em comum: ambas *significam*. “Chapéu existe? Sim. Chaméu existe? Não. (...) Não há estágio intermediário; ou está na língua, ou está fora dela” (1989, p. 227). Embora *signifiquem*, *semiótico* e *semântico* se diferenciam pela maneira como *significam*.

Dissemos que no estudo dos pronomes já se percebiam estas distinções. Elas estão na base da oposição *pessoa/não pessoa*: a *não/pessoa* é do domínio do *semiótico*; a *pessoa* é do domínio do *semântico*.

O âmbito do semiótico tem como unidade o signo. É a língua enquanto conceito estabelecido por Saussure. O signo significa em face de um outro signo, pois esta *maneira de ser língua* se caracteriza por excluir o mundo, as relações que nela se estabelecem se dão entre as unidades que lhe são pertinentes. Assim sendo, a significação decorre da distinção entre conceitos, as relações se estabelecem no interior do próprio sistema, sem a intervenção de um sujeito e, portanto, a referência inexistente. Neste sentido, a significação é genérica.

Na base do outro âmbito, do *semântico*, está a subjetividade. É a enunciação. É *eu* que se diz e se diz no mundo. Já não há signo, mas *palavra*. “As palavras, instrumentos da expressão semântica, são materialmente os signos do repertório semiótico” (1989, p. 233), mas com outro estatuto porque significam uma situação que é particular e única, perdendo assim o caráter de fixidez que têm na língua, já não são apenas para significar, mas *para viver*.

Benveniste, para explicitar a natureza do *semiótico* e do *semântico*, e a transposição de signo para palavra, utiliza os termos *agenciamento de palavras* e *apropriação da língua*. O locutor *agencia* palavras (signos) no campo do semiótico e as desloca para o semântico, ou seja, a língua e o uso da língua são vistos como associados. A este processo, Benveniste dá o nome de *apropriação*: “enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação” (1989, p. 84). Na distinção entre *semiótico* e *semântico*, não há propriamente dicotomia; se Benveniste a estabelece, é com o intuito de garantir a compreensão deste processo: a partir da generalização ocorre a especificidade. A

generalidade de um conceito se dá pela ausência de referência, e este conceito sofre restrição quando a referência existe, numa situação de emprego da língua. Segundo Benveniste,

“(...) a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação intencionada, produzida pela sintagmatização das palavras em que *cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo*” (1989, p. 233-4) (Grifo nosso).

Na ordem do discurso, não é apenas a palavra que significa, também significa a frase. Aliás, uma correção precisa ser feita: a palavra é a unidade do *semântico*, entretanto ela está sempre na frase pois a função da língua é *predicar*. A frase não importa quanto à extensão, tanto é que uma única palavra pode constituir uma frase, mas importa enquanto discurso já que possibilita ao locutor falar de si e falar do mundo, por meio dela é que a língua se manifesta: o pensamento se torna *idéia*.

Também a palavra não pode ser vista isoladamente porque está sempre em conexão com outras palavras. Na frase, se ultrapassa o paradigma, uma vez que se selecionam palavras que são dispostas em uma certa ordem, e isto determina uma inter-relação entre as mesmas. A frase expressa um sentido, que é sempre particular, decorrente de um sujeito e de um contexto, e apresenta, por isso, uma configuração também particularizante para que se manifeste a singularidade da *idéia*.

Esta singularidade da frase e a capacidade de referir situações sempre novas e diferenciadas decorrem do *arranjo* que é dado às palavras. A frase, então, não pode ser entendida como somatório de palavras, pois nela as palavras, dependendo da organização que lhes é imposta, apresenta *nuances* diversas, adequando-se ao que é referido.

Havendo duas *maneiras de ser língua* assim tão imbricadas, complexificando a percepção do que decorre de uma e do que decorre da outra, um estudo da significação precisa considerar que a língua-discurso revela:

a) a língua, pois o signo, enquanto significação partilhada pelos falantes, está presente no discurso sob forma generalizante;

b) a palavra na frase, pois, ao mesmo tempo em que mantém um vínculo com o signo, guardando parte de seu valor coletivo, a palavra manifesta um sentido particular, entendido como emprego;

c) a sintaxe da frase, pois resultado da inter-relação das palavras, confere à frase uma configuração própria por meio da qual se dá a significação do predicar.

4.4 AS PALAVRAS E A FRASE – A REFERÊNCIA À ENUNCIÇÃO

Do estudo da teoria de Benveniste, considerando-se a organização que elegemos para a apreensão dos conceitos que apresenta e o que deles decorre, verificamos que a noção de *referência*, anteriormente ausente nos estudos lingüísticos, vai sendo paulatinamente desenvolvida.

Inicialmente, no que chamamos *estudo das palavras* no qual incluímos as noções de *pessoa* e *não-pessoa*, a de *aqui*, a de *agora* e a de *este*, algumas *formas*, até então assim caracterizadas, abandonam tal estatuto e passam a *referir*, ou seja, agregam à forma, substância. *Eu-tu-este-aqui-agora*, formas *vazias*, como diz Benveniste, ao serem enunciadas, se *plenificam*, isto é, estabelece-se a relação *referente-referido*. E é a enunciação a responsável por esta mudança de âmbito: da língua para o uso da língua.

Nos textos em que se esboçam os conceitos primeiros sobre os quais se fundamenta sua teoria – o que trata as pessoas no verbo e o dos pronomes –, Benveniste se ocupa de instaurar os *indivíduos* que constituem a instância de discurso e as noções de *referência* e de *dêixis* se confundem: *eu-tu-este-aqui-agora* são *sui-referenciais* e se constituem por intermédio do locutor, inclusive *eu*, que se enuncia *eu*.

Se tais palavras são apresentadas como formas *vazias*, poder-se-ia supor que as demais, e o que restou ser abordado corresponde à *não-pessoa*, são formas *plenas*. Estabelecer-se-ia a oposição *vazias/plenas*, negando que a língua é apenas possibilidade.

Recorrendo-se aos escritos de Benveniste, em especial aos que apresentam a noção de *não-pessoa*, e se a leitura se limitar a estes textos, ficaremos com a sensação de que esta noção não é suficientemente aprofundada e que o objetivo do autor é

simplesmente opô-la à de *pessoa*. Em a *Estrutura das Relações de Pessoa no Verbo*, ao tratar de *eu* e *tu* e da inversibilidade que entre eles ocorre, sobre a *não-pessoa* lê-se que:

“Nenhuma relação paralela é possível entre uma dessas duas pessoas e ‘ele’, uma vez que ‘ele’ em si não designa *nada* nem *ninguém*” (1995, p. 253) (Grifo nosso).

Em texto posterior no qual são estudados os pronomes, a *não-pessoa* é apresentada como o “*não importa* quem ou *não importa* o que” (1995, p. 282), e ainda, estudando o verbo, Benveniste afirma que:

“A ‘terceira pessoa’ tem por característica representar, sob a relação da própria forma, uma invariante não-pessoal, e *nada mais do que isto*” (1995, p. 254) (Grifo nosso).

Esta atribuição à noção de *não-pessoa* de conceituação que pode parecer vaga ou confusa, decorre do fato de ela não estar inserida ainda na instância de discurso, permanecendo na esfera da língua, sob a forma de conceito; é virtualidade, diferente dos *indicadores de subjetividade* que, na teoria, já assumiram seu lugar no *exercício da língua*. Assim sendo, a *não-pessoa* não é *plena*, é ainda possibilidade, está adstrita ao que Benveniste chama de *domínio semiótico*: até então “*não designa nada nem ninguém*”, é “*o não importa quem ou não importa o que*” pois, enquanto conceito, não refere.

Dizíamos que a noção de *referência* vai sendo apresentada à medida que estudos vão sendo feitos, e se *ele* permanece relegado à língua é porque a noção de *não-pessoa* não é suficiente para inseri-lo na *língua em uso*.

“Cada instância de emprego de um nome refere-se a uma noção constante e ‘objetiva’, apta a permanecer *virtual* ou a *atualizar-se num objeto singular*, e que permanece sempre idêntica na representação que desperta” (1995, p. 278) (Grifos nossos).

Ainda que Benveniste consagre para *O Aparelho Formal da Enunciação* a tarefa de reunir uma série de conceitos já explicitados em outros textos, além de integrar língua e uso da língua em uma só abordagem, delegando à enunciação o *colocar a*

língua em funcionamento, em textos anteriores já trata de *palavra* e também de *frase*, contrapondo-as à noção de *signo*.

Com a explicitação do que entende por *palavra*, promove a compreensão da *passagem* da virtualidade à materialização. A palavra resguarda a significação atinente ao signo pois é “materialmente o signo do repertório semiótico”, porém “seu sentido se determina em relação ao contexto de situação” (1989, p. 233). Apesar disto, a palavra restringe-se, quanto ao sentido, a *emprego*; não constitui, por si só, a expressão da *idéia* que o locutor expressa.

Desta forma, começa a delinear-se como a *não-pessoa* ingressa no mundo da enunciação, todavia ainda não se pode afirmar, e logo veremos que isto jamais poderá ser afirmado, que existe uma relação rígida entre *não-pessoa*, o *signo da língua*, e *referente*. Limitando-se a palavra a *emprego*, esta relação é muito tênue pois dependente do enunciado em que a palavra consta, ou melhor, não há propriamente um *sentido*, mas possibilidades de *sentidos*.

Benveniste reserva à frase a atribuição de referência. Expressão de uma *idéia*, “a ‘referência’ da frase é o estado de coisas que a provoca” (1989, p. 231). Daí ser única, não repetível pois o acontecimento que a promove é, a cada vez, singular. Assim sendo, não pode ser considerada como uma seqüência de palavras, mas como palavras em inter-relação que abarca o morfológico, o sintático e o semântico. É desta inter-relação que decorre o *emprego* da palavra.

A *não-pessoa* que, na língua, “não designa nada nem ninguém”, em certa medida não difere muito dos *indicadores de subjetividade*, que são móveis, instituindo, a cada enunciação, um *eu*, um *tu*, um *este*, um *aqui*, um *agora*. A *não-pessoa*, embora guardando resquício da significação, um certo conceito existente na língua, a cada situação de uso, a cada situação de *emprego*, relaciona-se a um referente determinado pela *idéia* expressa pelo locutor. É, na língua, conceito, “o não importa quem ou não importa o que”; na instância de discurso, não tem um referente *fixo*, *atualiza-se* na situação na qual o locutor se insere, à *idéia* que esta situação suscita, à atitude do locutor diante desta situação.

Acreditamos, pois, que o recorte que realizamos para a leitura da teoria de Benveniste – primeiro a palavra; a seguir, a frase – nos permite também verificar como este autor trata a referência: as palavras, enquanto *indicadores de subjetividade*, têm, *na e pela* enunciação, um referente; a frase também o tem, enquanto expressão de um evento singular. Indo além, ainda diremos que, em Benveniste, *referência* e *dêixis* se confundem: os *indicadores de subjetividade* são *sui-referenciais* pois na instância de discurso têm referência, a frase também é *sui-referencial* porque “implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor” (1989, p. 230)⁴¹.

4.4.1 A Não-Pessoa – Indicador de Subjetividade e Indicador Referencial

Como aproximamos as noções de *dêixis* e de *referência*, é necessário esclarecer como percebemos o tratamento da *não-pessoa* na teoria de Benveniste. Dependendo do ponto de vista assumido, decorrente da leitura que é feita, ou melhor, da abrangência desta leitura, *ele* pode ser considerado um *dêitico* e/ou pode ser considerado um *anafórico*.

No texto *A Natureza dos Pronomes*, a *não-pessoa* é apresentada como um *anafórico*. Como o título aponta, Benveniste restringe-se ao estudo dos pronomes, classe gramatical tratada pelas gramáticas, e deles extrai as noções de *pessoa* e de *não-pessoa*, demonstrando que os pronomes não podem ser considerados como constituindo uma classe homogênea, pois, devido à sua natureza, nem à mesma classe pertencem. *Eu*

⁴¹ Em *Émile Benveniste: quelle sémantique?*, Claudine Normand também considera a enunciação como referência. Desde que Benveniste institui a *lingüística do discurso* ou o *domínio semântico*, não dissocia *sentido* e *referência*.

Ao apresentar a *correlação de personalidade*, ao estudar o verbo, a frase e a referência não têm lugar, pois Benveniste desenvolve sua análise de forma habitual: descrição, interpretação e apresentação de oposições formais; entretanto, em relação aos pronomes, quando trata a análise lingüística como *problema de linguagem*, a referência está presente, determinando distinção entre dois planos: a língua como repertório de signos e sistema de suas combinações, e a língua que se manifesta na instância de discurso. A partir daí a referência é noção recorrente nos textos do autor, sempre sob esta ótica.

A referência é relacionada à enunciação quando a *lingüística das unidades* cede espaço à *lingüística da frase*, e a relação *locutor-língua* se estabelece mediante *apropriação*: “toda relação à referência, na língua em uso, depende da *sui-referência*; a referência somente diz respeito à situação cada vez única do locutor” (1996, p.235) (Tradução nossa).

Neste trabalho, Claudine Normand percorre toda a teoria de Benveniste, enquanto nossos estudos se detêm em parte dela, a que nos interessa agora. Do texto de Normand também selecionamos um fragmento, com o intuito de mostrar posições convergentes, e superficialmente situamos a questão da referência ligada à enunciação. Para conhecimento dos argumentos expostos pela autora, a leitura completa é necessária.

e tu são indicadores de subjetividade, têm referência na enunciação e são dêiticos; ele pertence ao sistema sintático da língua e, assim, é um *anafórico* pois serve como *substituto abreviativo*.

É neste texto que se situa a discussão que Michel Lahud propõe no capítulo *Dêixis e Enunciação: uma problemática do sujeito*, do livro *A Propósito da Noção de Dêixis*. Porque esta obra de Lahud resulta de uma extensa e competente pesquisa sobre *dêixis*, que se inicia com os estudos sobre os pronomes em *Port-Royal*, perpassando outros realizados por diversos teóricos, nos interessa o que é apresentado sobre Benveniste. Abordando *pessoa e não-pessoa*, Lahud propõe que sejam considerados indicadores: os primeiros, de *subjetividade*; os outros, de *referência*.

Segundo Lahud, considerar os princípios teóricos apresentados por Saussure é importante para a compreensão da noção de *dêixis* na *lingüística pós-saussuriana*, especialmente a oposição *língua/fala*, que permite determinar o objeto da lingüística. Saussure exclui a fala do objeto desta ciência por considerá-la portadora das “variantes individuais e, conseqüentemente, não passíveis de um tratamento ‘algébrico’ ou ‘sistemático’” (1979, p. 96), decorrendo desta exclusão outras: a de sujeito e a de situação. A descrição da língua, assim, é feita sem qualquer alusão ao uso da fala.

Com o advento da *lingüística da enunciação*, para a qual a noção de *dêixis* adquire importância, a oposição apresentada por Saussure fica comprometida, ao ser formulado o conceito de enunciação. Lahud, distinguindo *fala e enunciação* afirma que:

“Nem da ordem da língua, nem da ordem da fala tais como as concebe Saussure, mas da própria linguagem enquanto *atividade regrada* (portanto *coletiva*) *lingüisticamente* (...), mas a enunciação enquanto centro necessário de referência do próprio *sentido* de certos signos da língua” (1979, p. 98).

Esta *lingüística*, assim, preocupa-se em identificar, em enunciados, partículas dêiticas da linguagem. Neste estudo inserem-se os de Benveniste, que associa *verbos de fala* à *subjetividade*. Lahud considera que, já neste trabalho, Benveniste estabelece diferença entre *subjetivo* e *objetivo*: “esses verbos manifestam assim, no interior do paradigma da conjugação, uma assimetria semântica entre a realização do ato e a

descrição de uma ação, ou, se preferirmos, entre o ‘subjutivo’ e o ‘objetivo’” (1979, p. 105).

Também se alinham a estes verbos os *de operação* ou *de atitude* e os *delocutivos*, entretanto é nos estudos sobre as *peessoas* que Lahud identifica em Benveniste o tratamento da questão da *dêixis*, presente não só em suas considerações sobre os pronomes, mas também sobre a pessoa verbal. As correlações de *personalidade* e de *subjatividade* permitem a percepção de disparidade semântica entre as palavras tradicionalmente classificadas como pronomes e instauram a noção de *dêixis*. *Eu-tu*⁴² remetem à instância de discurso; *ele* pode remeter a qualquer coisa, exceto à instância de discurso que o contém. Diz Lahud que:

“A distinção entre ‘pessoa’ e ‘não-pessoa’ reflete, portanto, uma oposição mais profunda cujo traço distintivo essencial é a relação do sentido dos signos com a enunciação: é a ausência de tal relação que faz ‘ele’ um elemento pertencente àquilo que Benveniste denomina a esfera ‘cognitiva da linguagem’, e, por isso, *um signo adequado para designar coisas da ‘realidade objetiva’*; e é a impossibilidade de se conceber a natureza semântica de ‘eu-tu’ fora de uma remissão à enunciação que os torna ‘não-referenciais em relação à realidade’: pode-se dizer, quando muito, que são *auto-referenciais, no sentido de elementos refletindo seu próprio emprego em cada instância de discurso onde sua presença imprime no enunciado uma marca da apropriação da língua por um sujeito*” (1979, p. 110) (Grifos nossos).

Para Lahud a teoria de Benveniste permite não apenas estabelecer uma diferença de *natureza* entre as palavras, como também, a partir desta diferença, possibilita tratar da oposição *dêixis/anáfora*. Da abordagem desta oposição, ressalta-se a noção de *dêixis*.

O autor apresenta as concepções de *anáfora*. *Anafórico* é o segmento que remete a um *antecedente*, estabelecendo-se uma relação *substitutiva* ou *representativa*. Nesta concepção, a *anáfora* tem caráter semântico: evita-se a repetição ou promove-se a

⁴² Além das *peessoas*, Lahud nomeia e comenta todas as *classes* de signos que têm referência na instância de discurso, os *indicadores de subjatividade*. Excluimos isto porque, em seção anterior, já tratamos este assunto e, também, porque nosso objetivo é verificar como são trabalhadas pelo autor as noções de *dêixis*, *referência* e *subjatividade*.

economia. Assim vista, é um procedimento retórico. Também pode ser concebida, não como *substituição*, mas como *representação apenas*, porém uma *representação plena*.

Tomada como *representação*, pode-se considerar que “um ‘representante’ pode ser um ‘indicador’ não só de uma idéia ou coisa anteriormente ‘apresentadas’, mas também de um *papel sintático*, daquele que o termo ‘representado’ desempenha na própria ‘frase representante’” (1979, p. 117). Benveniste considera *ele não-pessoa* porque é anafórico; *ele* ‘representa’, *eu-tu* são signos de uma *relação ao ato de fala*. *Ele*, portanto, não faz parte do domínio *subjetivo*, pertence ao *objetivo* da linguagem pois, estando excluído da *dêixis*, faz parte do sistema anafórico da língua.

Em Benveniste, os *anafóricos* diferenciam-se dos *dêiticos* quanto à natureza e quanto à função pois são “as unidades cuja função é relacionar dois termos do enunciado” e “pertencem a uma ‘espécie semiológica’ de natureza totalmente diversa daquela cujo caráter próprio consiste em relacionar o enunciado à enunciação” (1979, p. 119). Então, não são *representantes*, como em teorias lógico-semânticas, mas *indicadores*. Entretanto, ressalta Lahud, os estudos sobre a enunciação se inserem em uma lingüística que encontrou a referência interdita, daí porque os *anafóricos* em Benveniste não contemplam *referência*, elemento constitutivo da noção de *indicação*.

Lahud considera que “*ele* é ‘dêitico’ no sentido de ‘indicador referencial’, sem sê-lo no sentido de ‘indicador de subjetividade’” pois pertence a uma classe constituída por “expressões referenciais da linguagem cuja denotação é relativa ao enunciado” (1979, p. 124).

Esta posição de Lahud é coincidente com a de Benveniste em *A Natureza dos Pronomes, pessoa e não-pessoa* são diferentes quanto à natureza e quanto à função, entretanto desta concepção decorre uma dúvida: tendo *ele* função de substituição, qual o estatuto do que é substituído? A teoria de Benveniste comporta a possibilidade de os nomes, por exemplo, já que não pertencentes à *realidade subjetiva*, fazerem parte da *realidade objetiva* do mundo fenomenal, ou seja, devemos contrapor àquela realidade, a da instância de discurso, uma outra que corresponde ao que não se instaura pela via do sujeito se dizendo *eu*?

Se nos situarmos nos textos iniciais nos quais são estudadas a *pessoa* e a *não-pessoa*, esta pergunta já é respondida. No início do texto que trata os pronomes, em parágrafo que segue aos introdutórios, distinguindo *eu* e *um nome referente a uma noção lexical*, Benveniste nega toda possibilidade de referência ao *mundo das coisas* e associa os nomes à língua, nos moldes de Saussure, ou seja, à ausência de referente:

“Cada instância de emprego de um nome refere-se a uma noção constante e ‘objetiva’, apta a *permanecer virtual* ou a atualizar-se num objeto *singular*, e que permanece sempre idêntica na *manifestação que desperta*” (1995, p. 278) (Grifos nossos).

Os nomes, portanto, pertencem à língua enquanto signos, *virtualidades*, cuja noção é *constante e objetiva*, entendendo-se assim a generalidade do signo enquanto conceito, mas a referência dá-se em relação à singularidade da situação que o locutor manifesta.

Ainda neste texto, expressões como *exercício da linguagem*, *processo de apropriação*, instância de discurso como *sistema de referência interna*, que são geralmente atribuídas aos últimos trabalhos do autor, especialmente *O Aparelho Formal da Enunciação*⁴³, e que dão conta da enunciação como referência porque associam-na à atitude do locutor e ao contexto, também estão presentes. Discorrendo sobre *eu*, Benveniste diz que:

“Esse signo está, pois, ligado ao *exercício* da linguagem e declara o locutor como tal. É essa propriedade que fundamenta o discurso individual em que cada locutor assume por sua conta a língua inteira. O hábito nos torna insensíveis a essa diferença profunda entre linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida como exercício pelo indivíduo. Quando o indivíduo se apropria dela, a linguagem se torna em instâncias de discurso, caracterizadas por esse sistema de referências internas cuja chave é *eu*, e que define o indivíduo pela construção lingüística

⁴³ Sílvia Helena Barbi Cardoso, em *Demonstrativo, Anáfora e Pressuposição*, considerando as noções de *dêixis* e de *referência*, distingue dois momentos na teoria de Benveniste: o primeiro, quando da diferenciação entre *pessoa* e *não-pessoa*, prevê dois lugares de referência, a *realidade subjetiva* do discurso e a *realidade objetiva* do mundo fenomenal, relacionadas, respectivamente, aos *indicadores de subjetividade* e à *não-pessoa*; o segundo, localizado em *O Aparelho Formal da Enunciação*, anula estas duas possibilidades e apresenta a enunciação como centro da referência.

particular de que ele se serve quando se enuncia como locutor” (1995, p. 281).

Se ainda fosse necessário, para refutar qualquer possibilidade de associação entre *nome* e *mundo*, entre interno e externo à instância de discurso, poderíamos explorar todas as noções que conferem à enunciação a referência à situação na qual se inserem os locutores e à atitude do locutor. Julgamos que isto não é preciso porque a distinção *semiótico/semântico*, que define *língua* e *uso da língua* e que permite compreender ainda melhor *sujeito* e *referência*, já está explicitada neste texto: a linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida como exercício da língua pelo indivíduo.

A *não-pessoa*, quer entendida como o *pronome ele*, quer entendida como um nome, o “*objetivo*” ou o *cognitivo*, não tem como referência o *externo*, mas a instância de discurso, seja como mecanismo sintático, seja como *virtualidade* que passa à *existência* por meio de um locutor.

É preciso ainda voltar à afirmação inicial que pressupõe duas interpretações possíveis para a teoria e, conseqüentemente, classificações diferenciadas, ou supostamente diferentes, para *não-pessoa*. Na nossa opinião, a *não-pessoa* é um *dêitico*, *o não importa quem ou não importa o que* que inclui os termos nominais que enviam a conceitos da língua, e seus substitutos abreviativos (*ele, o, isso...*), mas também, no último caso, um *anafórico*, considerando-se *anáfora* um mecanismo da língua. Na teoria de Benveniste não há lugar para a oposição *dêixis/não-dêixis*; decorre, então, que *anáfora* tem outro estatuto, pertence à sintaxe da língua, sendo, portanto, a *não-pessoa*, enquanto *pronome, dêitico* e *anafórico*.

Considerando-se *não-pessoa* um *dêitico*, é preciso discuti-la ainda em relação à noção de *subjetividade*.

Segundo Benveniste, o locutor, ao colocar a língua em funcionamento, se apropria da *língua inteira*, e, assim, o *agenciar* signos (e não palavras porque ainda no âmbito do *semiótico*) implica escolha do sujeito que visa à manifestação, a enunciação e sua materialidade, o enunciado, também revelam o sujeito, que expressa algo singular e

próprio, que, por tais peculiaridades, não permite distinguir algo que lhe é interno ou algo que lhe é externo. Sendo a enunciação a responsável pela instauração da instância de discurso, nada é alheio ao sujeito, tudo lhe diz respeito. Além disto, no que concerne à frase, ou enunciado, esta adquire configuração particular não só pelo contexto, que é único, pois tem como parâmetro a *presente* instância de discurso, mas também pela atitude do locutor face à situação. *Falar* é falar de si e da situação, e não há como falar de um e não falar de outro. A subjetividade está presente em qualquer manifestação da língua.

Coisa diferente é procurar identificar, no enunciado, *marcas* de *sui-referencialidade*. Neste aspecto, cremos que é necessária uma distinção. É preciso entender diferentemente *inserção do sujeito na língua* e *inserção do sujeito no enunciado*: em qualquer manifestação da língua, o sujeito *diz-se*; em um enunciado é possível distinguir o que é *sui-referencial*⁴⁴, ou os *indicadores de subjetividade*, e o que é *cognitivo*, ou seja, já previsto na língua em forma de conceito e atualizado pelo locutor que do conceito extrai a parte que lhe convém para a expressão de uma *idéia* singular. Neste último aspecto, podemos falar de *indicadores referenciais*. Independentemente desta distinção, a língua em uso só existe na perspectiva de *eu*.

4.5 O DIÁLOGO

Por meio do estudo das noções de *pessoa* e de *não-pessoa*, e da distinção entre *semiótico* e *semântico*, buscamos apreender como Benveniste apresenta as questões relativas à língua e à língua em uso. Como nosso objetivo é a ampliação de conhecimentos sobre palavras que expressam indefinição, realizamos uma leitura da teoria de Benveniste nos mesmos moldes que as gramáticas organizam os assuntos, e

⁴⁴ Oswald Ducrot, em *Os Indefinidos e a Enunciação*, critica o fato de lingüistas buscarem na enunciação elementos para a descrição da língua. Tomando alguns *indefinidos descritivos* (*um, uns, certos, alguns*), se propõe a provar que tais *indefinidos* não atuam como *shifters*. Embora saibamos que Ducrot modificou posições teóricas, não nos furtamos de citar este trabalho porque faz parte dos poucos que se ocupam do estudo dos *indefinidos* e porque serve para ilustrar a diferença que reconhecemos existir ao ser tratada a *inserção do sujeito na língua*.

isto nos obrigou a fazer uma seleção, desconsiderando alguns aspectos, os quais é necessário retomar, esclarecendo o recorte que fizemos.

Para que nosso objetivo fosse alcançado, ao estudarmos a enunciação, tratamos das questões sob a ótica da subjetividade e, conseqüentemente, da referência, considerando, assim, principalmente, *eu* que, por tomar a palavra, manifesta sua condição de homem e de homem no mundo. Julgamos, entretanto, que este foi até então o procedimento necessário, devendo-se exclusivamente ao didático, e que, estabelecidos os pontos de vista de Benveniste sobre a palavra e a frase, é momento de estendermos a noção de subjetividade.

4.5.1 *A Intersubjetividade*

Na e pela enunciação, *eu* se constitui; *eu* é *sui-referencial*. Apesar disto, *eu* participa da noção de *pessoa* juntamente com *tu*, e por isto não tem a prerrogativa de autoconstituir-se sem a presença daquele; *tu* também o institui *pessoa*. Por outro lado, o inverso também se verifica, pois *eu*, ao enunciar-se *eu*, constitui *tu*. A noção de *pessoa*, desta forma, envolve relações bastante complexas, e *eu* e *tu* são as únicas palavras da língua que revelam tal natureza, já que à referência se impõem condições: *eu* é referente de *eu*, mas ser referente e ser *pessoa* encontra-se na dependência de *não-eu*; *eu* é referente de *não-eu*, mas o referido determina o referente ser referente. Existe na relação locutor e alocutário uma espécie de troca: se um, então, outro, e o inverso é verificável, e dizer, a partir disto, que se constituem mutuamente seria negar que apenas um usa a palavra, porém dizer que a palavra os constitui é verdadeiro.

Outra propriedade que apresentam *eu* e *tu* é o fato de serem inversíveis pois *eu* assim se constitui por tomar a palavra e desta maneira se opor a *tu*, mas basta que *tu* se diga *eu* para que as posições se invertam. *Eu* e *tu*, portanto, são signos vazios e móveis que se *plenificam* no exercício da linguagem.

O não-entendimento desta alternância no uso da língua é motivo de críticas ao sujeito proposto por Benveniste que atribui a *eu* uma posição de transcendência em

relação a *tu*, embora a correlação de pessoalidade. Um sujeito assim caracterizado é tido como munido de intencionalidade e poder.⁴⁵ Ora, se locutor e alocutário se revezam no manifestar a linguagem, esta transcendência não implica a hegemonia de um em relação ao outro, porque é relativa e momentânea. Alguém é sujeito enquanto profere o discurso para o não-sujeito, participe de uma relação como figura necessária e capaz de reverter o papel que lhe foi outorgado.⁴⁶

Considerando que a enunciação promove a instauração de *peessoas*, que é sempre dual, e que, ainda que opostas, não se excluem, podendo, inclusive revezar-se, uma assumindo características da outra, afirmamos que a subjetividade, ao se configurar, releva a intersubjetividade. *Eu* e *tu* são obrigatoriamente co-participantes da enunciação enquanto integrantes da instância de discurso e, para que a linguagem exerça sua função, não são suficientes sujeito e referência – o locutor e a atualização da língua –, mas a intersubjetividade e a co-referência, que permitem o diálogo.

⁴⁵ Eduardo Guimarães, em *Os Limites do Sentido*, no capítulo cujo título é *Os Dilemas de Benveniste*, faz referência ao texto *O Aparelho Formal da Enunciação*, afirmando que neste trabalho é conceituada a enunciação como uma relação do locutor com a língua. A propósito disto, emprega a expressão “um tanto automático”, questionando a transição entre *semiótico* e *semântico*: “basta se apropriar da língua para constituir-se como sujeito da enunciação, porque a língua tem formas que, apropriadas, fazem diretamente isto” (1995, p. 470).

Conhecer a teoria de Benveniste implica considerar o conjunto de seus textos, ou, melhor dizendo, pelo menos aqueles que envolvem *o homem na língua*. *O Aparelho Formal da Enunciação* é, no nosso ponto de vista, o trabalho em que Benveniste reúne uma série de conceitos que são formulados ao longo de sua trajetória. Além disto, *pôr a língua em funcionamento* não pode ser entendido apenas a partir da palavra *apropriação* que, quem sabe, não seja a mais feliz.

Em *o Aparelho Formal da Enunciação*, Benveniste se propõe a apresentar os mecanismos através dos quais a língua possa ser vista como *língua em uso*, nada mais do que isto; porém, para que se compreendam estes mecanismos, é preciso considerar que esta semantização não se dá por *passé de mágica* ou *automaticamente*, como afirmam os que se inscrevem em outras teorias: é necessário considerar as relações que se estabelecem na frase, o *arranjo* que é dado às palavras, o que Benveniste entende por *palavra*, noções formuladas em outros textos.

⁴⁶ José Luiz Fiorin, a propósito do que é imputado à teoria de Benveniste em relação à noção de *subjetividade*, afirma em *As Astúcias da Enunciação: as Categorias de Pessoa, Espaço, Tempo*, em nota, o seguinte:

“Essas idéias de Benveniste já foram acusadas de idealistas e psicologizantes. No entanto, parece-nos que tais acusações carecem de fundamento. Não pode haver psicologismo num sujeito fundado na linguagem; só é idealista um autor que concede à linguagem autonomia em relação à vida material, o que não acontece com Benveniste. Ao contrário, talvez com uma certa má vontade, pudesse ser imputada a ele a etiqueta bakhtiniana do ‘objetivismo abstrato’” (1999, p. 57).

4.5.2 *A Interpretância da Língua*

Em *Semiologia da Língua*, Benveniste traça um paralelo entre língua e os demais sistemas de signos. Partindo dos estudos feitos por Peirce e Saussure, opta pela teoria saussuriana, que aponta como tarefa para a lingüística a delimitação e a definição de si própria e que distingue língua e linguagem, constituindo uma ciência geral que estude o signo na sociedade, a semiologia, e a língua como o mais importante dos sistemas semióticos.

Tomando a língua como instituída de dupla significância, ou seja, apresentando uma ordem semiótica e uma semântica, Benveniste lhe atribui o papel de sistema interpretante de todos os outros sistemas de signos existentes.

“Toda semiologia de um sistema não-lingüístico deve pedir emprestado a interpretação da língua, não pode existir senão pela e na semiologia da língua. (...) a língua é o interpretante de todos os outros sistemas, lingüísticos e não-lingüísticos” (1989, p. 61).

Esta supremacia da língua quanto aos demais sistemas semióticos é comprovada pelas relações que se estabelecem entre sistemas:

- a) relação de *engendramento* pois um sistema pode gerar outro;
- b) relação de *homologia* já que partes de sistemas semióticos estabelecem correlação;
- c) relação de *interpretância* que determina um sistema interpretante e um sistema interpretado.

É neste último aspecto que se evidencia a importância da língua em relação aos demais sistemas. A língua possui duas dimensões – a semiótica e a semântica -, enquanto os outros sistemas se valem da língua pois são unidimensionais: “a língua pode, a princípio, tudo categorizar e interpretar, *inclusive ela mesma*” (1989, p. 62) (Grifo nosso).

Deslocando este caráter da língua e as duas dimensões que ela abrange, das relações entre sistemas para o seu próprio funcionamento, nos perguntamos em que medida pode categorizar e interpretar a si mesma. O que equivale, em uma situação de emprego, a *interpretante* e a *interpretado*?

Em *O Aparelho Formal da Enunciação*, Benveniste retoma conceitos já expostos em outros textos, visando sistematizar o que ele propõe como necessidade: ultrapassar a visão de língua enquanto formas providas de valor de referência uma em relação às outras, enfocando os estudos sobre a língua não mais na órbita do semiótico, mas do semântico:

“Coisa bem diferente é o emprego da língua. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido” (1989, p. 82).

O emprego da língua é *coisa bem diferente* do entendimento que se faz de língua a partir da teoria saussuriana – o semiótico –, porque afeta a língua *inteira*, ou seja, o semiótico e o semântico. No emprego da língua, semiótico e semântico estão presentes pois:

a) a enunciação é a referência e, assim sendo, tanto os indicadores de subjetividade, quer dizer, as palavras que só adquirem significação na instância de discurso, como as que expressam conceitos – a significação das unidades discretas e opositivas – adquirem existência: as primeiras porque se tornam plenas, as outras porque, de virtuais, passam a designar o *não importa quem ou não importa o que* referido pelo locutor;

b) as palavras, unidades no semântico, nada mais são do que signos do semiótico, que, dispostas de uma certa maneira na frase, adquirem matizes próprios pela coexistência imposta pela organização sintática, referindo uma situação particular.

A enunciação ou *a maneira de ser língua* no campo do semântico, inclui o semiótico, o locutor toma a língua inteira e a coloca para referir o mundo da presente

instância de discurso. A enunciação, considerando-se semiótico e semântico, estabelece uma dialética ao mesmo tempo em que distingue o que é externo e o que é interno à instância de discurso (*eu-tu/ele*), anula esta distinção porque esta instância é referência de todas as palavras (*eu-tu-ela*).⁴⁷

Esta dupla condição – *pertencer* ao semiótico ou ao semântico, *pertencer* ao semiótico e ao semântico - garante à língua o interpretar a si mesma: é interpretante enquanto coletivo, é interpretado enquanto individual; é interpretante enquanto expressão de uma situação nova e única, a qual corresponde ao interpretado.

Estabelecido o processo de apropriação da língua pelo locutor, mediante explicitação de todos mecanismos envolvidos neste processo, é apresentado o diálogo:

“O que em geral caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo.

“Esta característica coloca necessariamente o que se pode denominar o quadro figurativo da enunciação. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas ‘figuras’ igualmente necessárias, uma, origem, outra, fim da enunciação. É a estrutura do diálogo. Duas figuras na posição de parceiros, são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição de enunciação” (1989, p. 87).

A noção de diálogo perpassa toda a teoria de Benveniste porque implicada na noção de pessoa. O par *eu-tu* pressupõe o diálogo na forma de apresentação deste *eu* e deste *tu*, que têm a marca da unicidade. Benveniste não funda apenas uma lingüística *do* ou *com* sujeito, mas *dos* ou *com sujeitos* já que não prevê somente subjetividade, mas intersubjetividade.

⁴⁷ Eleni J. Martins, autora de *Enunciação e Diálogo*, cuja leitura é indispensável para os que estudam, no Brasil, as Teorias da Enunciação, a partir da oposição *eu-tu/ele*, instaura *eu-tu-ela*, considerando o universo da *não-pessoa* elemento constitutivo da relação *eu-tu*. Imbuída em estudar o diálogo como relação interpessoal, estabelecendo o caráter desta, desloca conceitos apresentados por Benveniste: o enunciado constitui o universo da *não-pessoa*, e “o sujeito não se define como tal por tomar a palavra e dizer *eu* diante de um *tu*, mas pelo tipo de relação lingüística que o contexto semântico determina (1990, p. 76). A partir destas noções, Martins elabora um conceito de diálogo que, apesar de incontestável e válido, ultrapassa, a nosso ver, a noção de *sujeito lingüístico*, que é o que nos interessa no presente momento.

No nosso ponto de vista, a noção de subjetividade tratada isoladamente é necessária para dar conta da apropriação da língua, para superar a lingüística do semiótico, para instituir a palavra como emprego, para apresentar a frase como associação de palavras cujo valor decorre de uma sintaxe apropriada ao que é referido. Da noção de subjetividade se extrai a de dupla significância: a da língua e a da instância de discurso. A noção de subjetividade, todavia, não esgota a de dupla significância. Dá conta de *eu*, porém não pode ignorar que *eu* não se dissocia de *tu*. Daí a intersubjetividade, e todos mecanismos de que *eu* se utiliza, são também verificados, pela possibilidade de alternância dos sujeitos, em relação a *tu*.

A cada enunciação renova-se o ato, contudo o colocar a língua em funcionamento é um processo que se repete. O quadro da enunciação está contido no quadro do diálogo, cada um dos parceiros significa-se, e o que permite esta dinâmica é a língua que, pela sua duplicidade, interpreta-se a si mesma. A língua é interpretante de uma relação entre parceiros que, ao mesmo tempo em que revelam o singular, o próprio e o individual, estão munidos de um aparato conceitual, que lhes é comum. O semiótico subjaz ao semântico.

4.5.3 A Co-Referência

Até então baseamos o diálogo na existência de um quadro conceitual comum ao locutor e alocutário, a língua, entretanto isto não é suficiente. Que a língua seja de domínio comum é condição necessária pois permite o constante *trânsito* entre *semiótico* e *semântico*, e vice-versa, contudo o diálogo é uma relação entre *sujeitos* que se alternam no *uso da língua*. O fato de *eu* e *tu* serem *sujeitos* que trazem para o diálogo, a cada ato de tomada da palavra, uma significação que é própria a cada um, tem outras implicações.

Benveniste caracteriza *língua em funcionamento* como um conjunto de relações que se estabelece na frase. É por meio de frases, ou enunciados, que locutor e alocutário, num constante revezamento, se constituem em *sujeitos*. É *na* enunciação e *pela* enunciação que se dá a condição de ser *sujeito* pois antes disto a língua é só possibilidade. O processo de apropriação de que nos fala Benveniste é a passagem do *vazio* ou do *virtual* à *materialidade*, porém esta *materialidade* não implica dizer, o que

seria uma simples reprodução, mas *dizer-se*. *Ser sujeito* é dizer *eu*, promovendo um significado por meio de uma combinação de palavras que se influenciam mutuamente, ultrapassando a relação significado-significante prevista na língua, e constituem um todo – o enunciado – uma unidade de significação.

O entendimento de enunciado, assim exposto, merece melhor esclarecimento. Não se trata aqui de que seja estabelecida uma diferenciação entre *semiótico* e *semântico*, o que nivelaria os dois âmbitos: no *semiótico*, o signo, unidade de significação; no *semântico*, o enunciado, também unidade de significação. Esta simplificação conduziria à admissão de enunciados repetíveis. Tal compreensão é impossível porque anula a noção de *sujeito* e, conseqüentemente, nega o conceito de enunciação, *o colocar a língua em funcionamento por um ato de utilização*, que é *individual*.

É preciso, então, explicitar o que se entende por *colocar a língua em funcionamento*, já que não é a soma de palavras que constitui o enunciado. Os que atribuem a Benveniste a criação de uma teoria baseada no *sujeito da enunciação*⁴⁸ ignoram que este *sujeito* (ou estes *sujeitos*) não constitui por si só a *instância de discurso*. Esta compreensão equivocada decorre de uma leitura parcial da teoria, quem sabe calcada exclusivamente na *noção de pessoa*. É bem verdade que *eu* é *sui-referencial* e é referente, mas não constitui apenas *tu*, constitui também *este-aqui-agora*.

Ao ser estudada a teoria de Benveniste dá-se relevância aos pronomes, em conseqüência de a distinção *pessoa/não-pessoa* possibilitar que sejam incluídas nos estudos lingüísticos as noções de *sujeito* e de *referência*, que sejam estabelecidas relações entre esta oposição e a oposição *semiótico/semântico*, a *língua* e a *língua em uso*, que palavras e categorias gramaticais sejam (re)organizadas. Ficam preteridos, no mais das vezes, *este*, *aqui* e *agora* que, juntos com *eu* e *tu*, constituem o *mundo*, ou a referência, da *presente* instância de discurso.

⁴⁸ Aspecto a relevar é a expressão *sujeito da enunciação*, tão cara aos que endereçam críticas a Benveniste. Segundo Claudine Normand, que escreve *Os Termos da Enunciação em Benveniste*, esta expressão não consta nos trabalhos do autor e, além disto, “seu problema era, explicitamente, a significação; mas ele encontrava, necessariamente o sujeito que fala e dá (ou pensa dar) sentido” (1986, p. 145).

As noções de *aqui* e de *agora*, todavia, não são menos importantes em relação à de *pessoa* porque permitem compreender como se instalam, a partir da enunciação, o *tempo* e o *espaço* e, tomando-se a língua como um todo, de que maneira estabelecem os parâmetros para a expressão de correlatos.

Benveniste distingue o *tempo físico* e seu correlato, o *tempo psíquico*, e o *tempo crônico*, que é o tempo dos acontecimentos, do *tempo lingüístico*:

“O que o tempo lingüístico tem de singular é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar em função do discurso” (1989, p.74).

Poder-se-iam tomar as mesmas palavras de Benveniste para a conceituação de *espaço lingüístico* e, desta forma, distinguir-se-ia este espaço dos demais: o *físico* e o *geográfico*.

Aqui e *agora* – o tempo e o espaço da enunciação – estabelecem as coordenadas para as demais expressões espaciais e temporais, e, como estão vinculados ao eu, é pela via do sujeito que têm referência. Sendo assim, é o sujeito que *organiza* o *seu* tempo e o *seu* espaço, ou seja, ao expressar-se, ele *temporaliza* o acontecimento e o *espacializa*. No uso da língua não há propriamente noção de *tempo* e de *espaço*, mas de *temporalidade* e de *espacialidade*, que expressam intervenção do *sujeito*.

Este, que também participa da referência, corresponde às *coisas* presentes na instância de discurso. Também serve como parâmetro para a designação de outras *coisas*, como, por exemplo, *aquela*. Tem flexão de gênero e número (assim como *ele*) – *esta*, *estes*, *estas* –, apresentando ainda uma forma que corresponde ao neutro – *isto*. *Este* corresponde à *não-pessoa* presente à instância de discurso, e é também por esta razão que defendemos a inclusão da *não-pessoa* no universo de *eu-tu*, considerando-se a *referência*.

“A linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua toda designando-a como *eu*” (1995, p. 288). A isto corresponde o *colocar a língua em funcionamento*. *Designar a língua como eu* ou *apropriar-se dela* significa atribuir *referência*, *materializar* o *vazio* ou o *virtual*, ou seja, *dar existência*. E

este processo não se restringe à palavra pois não falamos palavras, mas frases, palavras que ultrapassam o limite da significação original e se transmutam pois se *semantizam*, visando atribuir referência a uma situação especial, distinta de todas outras: *a presente instância de discurso*.

No diálogo, relação entre locutor e alocutário, pessoas em inter-relação mediada pela língua, a atribuição de referência dá-se por dupla via:

“O semiótico (o signo) deve ser RECONHECIDO; o semântico (o discurso) deve ser COMPREENDIDO. A diferença entre reconhecer e compreender envia a duas faculdades do espírito: a de perceber a identidade entre o anterior e o atual, de uma parte, a de perceber a significação de uma enunciação nova, de outra” (1989, p. 66).

Se até então vimos como se constitui a significação, tratando-se de *eu*, precisamos verificar como se efetiva a *compreensão*, do ponto de vista de *tu*. *Compreender* não significa fazer o caminho inverso, mas reconstituir o processo. Daí decorre que *eu* e *tu* não se encontram em posições hierarquicamente diferenciadas, um impondo e o outro assumindo a imposição. *Tu* reconhece na língua, que é comum a ambos, conceitos relacionados às palavras que compõem o enunciado, *tu semantiza* porque parceiro do locutor, co-partícipe da situação de discurso, também atribui referência, também *significa*. Por este motivo, há reconstituição do processo e não há reconstituição do enunciado. São comuns a locutor e alocutário a língua e a instância de discurso, e conseqüentemente, referência e significação. O uso da língua implica *referência*, e *compreensão*, *co-referência*. Sobre isto, Benveniste, discorrendo sobre a temporalidade lingüística, diz que:

“(...) a temporalidade que é minha quando ela organiza meu discurso, é aceita sem dificuldade como sua por meu interlocutor. Meu ‘hoje’ se converte no seu ‘hoje’, ainda que ele não o tenha instaurado em seu próprio discurso, e meu ‘ontem’ em seu ‘ontem’. Reciprocamente, quando ele falar em resposta, eu converterei, tornando-me receptor, sua temporalidade na minha. Esta parece ser a condição de inteligibilidade da linguagem, revelada pela linguagem: ela consiste no fato de que a temporalidade do locutor, ainda que literalmente estranha e inacessível ao receptor, é identificada por este à temporalidade que informa sua fala quando ele se torna, por sua vez, locutor.

Um e outro se acham assim de acordo sobre a duração da onda. O tempo do discurso nem se reduz às divisões do tempo crônico nem se fecha em uma subjetividade solipsista. Ele funciona como um fator de intersubjetividade, o que de unipessoal ele deveria ter o torna onipessoal. A condição de intersubjetividade é que torna possível a comunicação lingüística” (1989, p. 77-8).

O diálogo prevê, portanto, sujeitos, e não sujeito, um imbuído em *significar-se*, o outro em atribuir significação a este *significar-se*. *Eu* refere, *eu-tu* co-referem. A língua é garantia de um mínimo comum, “ela é *produzida e recebida* nos mesmos valores de referência por todos os membros de uma comunidade” (1989, p. 63), daí o *reconhecimento*; a existência de sujeitos que partilham a mesma situação de discurso, o *aqui-agora*, que inclui o *este*, garante a relação discursiva que se fundamenta em atribuição de significação e compreensão. Assim como *eu* constitui *tu*, mas, ao mesmo tempo por ele é constituído, a referência, decorrente da enunciação, prevê co-referência, condição para a existência do diálogo. Se o entendimento da noção de *subjetividade* é requisito para a de *intersubjetividade*, a de *referência* também o é para a de *co-referência*: uma, origem; outra, fim da enunciação.

5 PARA UM ESTUDO DE INDEFINIDOS BASEADO NA ENUNCIÇÃO

5.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES DAS ANÁLISES

5.1.1 *Os Indefinidos – Significação na Língua*

Até então o termo *palavra* foi largamente empregado, tanto na apresentação da leitura das gramáticas quanto na exposição da teoria de Benveniste, todavia com acepções distintas. Como continuará sendo usado, faz-se necessário precisar o sentido que lhe atribuímos; como nos dispusemos a estudar *palavras*, as que as gramáticas denominam *indefinidos*, também é preciso estabelecer como são tratadas por ocasião das análises.

Nas gramáticas tradicionais e também nas modernas, *palavra* ora remete à língua, ora a um uso, o culto, do qual tais gramáticas se ocupam. Ao se estabelecerem *classes de palavras*, considera-se o léxico da língua, e as palavras são distribuídas em grupos e subgrupos, cada uma ocupando um *lugar* que lhe é determinado, sendo raras as situações de divergência. Tais agrupamentos são *fechados* pois a conceituações preestabelecidas *adaptam-se* palavras: *x* é artigo, ou é pronome, ou é numeral porque, em certas ocorrências observadas em obras literárias cujos autores têm renome, isto pode ser comprovado. Ao ser tratado *emprego*, pertencer à língua ou ao uso culto não implica diferença pois decorre de um círculo vicioso: quem pretende escrever *bem* (ou falar *bem*) regula sua expressão pelas normas da gramática e, ao mesmo tempo, pode ser tomado como exemplo quando da apresentação de preceitos. Assim, aparentemente, não há *desvios* porque determinada palavra será empregada, expressando um sentido previsto pelas regras do *bom* uso, e tal emprego, por sua vez, servirá para corroborar a

norma. Nestas gramáticas, a *palavra é estática*, pertence a uma única classe e apresenta sentido determinado.

Este não é o tratamento que queremos dar à *palavra*, e o entendimento que dela fazemos provém das Teorias da Enunciação, especialmente do que nos apresenta Benveniste.

Palavra decorre da enunciação, do *colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização*. *Palavra*, assim, considera dois lugares, da forma como Benveniste os concebeu: o da *língua* – ainda não *palavra*, mas *signo* –, e o do *uso*, que só podem ser teoricamente separados, porque se fundem em um só, a *língua em uso*.

Palavras existem na língua enquanto *virtualidades*, algumas *vazias*, atualizando-se, a cada vez em que são proferidas, em um referente associado à situação de enunciação; outras, apresentando *noções gerais* ou *conceitos* que se especificam também na instância de discurso. Desta forma, tanto as primeiras, denominadas *indicadores de subjetividade*, como as demais, os *signos da língua*, têm como característica a mobilidade, e não é apenas o *uso* que garante este dinamismo, pois a língua prevê tanto os signos que exclusivamente da enunciação decorrem, como permite, dada a amplitude dos conceitos que apresenta, que na enunciação, guardadas certas características, o signo possa atualizar-se em determinado referente, que é particular a cada instância de discurso. Vista desta forma, a língua não tem caráter de rigidez, é apenas *possibilidade*.

É sob esta ótica que consideramos *palavra*: é língua em uso, guardando significação prevista na língua e adquirindo um determinado sentido, próprio à instância de discurso na qual se atualiza.

Assim, quanto aos *indefinidos*, os apresentamos como pertencentes a estes dois campos, tal como Benveniste: à língua enquanto conceitos portadores de uma identidade que permite *reconhecimento*, quando atualizados, entre *o que significam* e *o que passam a significar*; à língua em uso, pois expressam sentido relativo à instância de discurso na qual se atualizam, sentido que decorre da atitude do sujeito e do contexto da enunciação.

Desta compreensão, decorre o primeiro princípio metodológico para a realização das análises, o qual é: os indefinidos são palavras que têm significação na língua⁴⁹, significação esta que, ao menos em parte, é mantida quando o sujeito se apropria da língua toda, atualizando-a ao manifestar seu dizer em uma situação singular.

5.1.2 Os Indefinidos no Enunciado – Inter-Relações com Outras Palavras

A atualização do signo em palavra não se dá por simples transposição. A passagem do *semiótico* para o *semântico* não é automática como querem alguns. O que apresentamos até então como base para as análises não é, portanto, suficiente pois a língua em uso não comporta palavras, mas palavras em inter-relação, formando a *frase* ou o *enunciado*.

Enunciado não pode ser entendido como palavras que se organizam, somando significados. *Enunciado é o produto da enunciação, expressão de uma idéia singular que tem a instância de discurso como referência. Enunciado é, pois, unidade de significação* e, como tal, apresenta uma configuração peculiar e única.

Para a formação do enunciado, concorrem palavras e, pelo fato de o enunciado ser único porque expressa uma situação também única, estas se dispõem de forma a dar conta da idéia que é expressa. Da maneira como são dispostas – da *sintaxe do enunciado* – conformam um sentido, um *emprego*. Da língua trazem significados, do sintagma e do enunciado, conforme sua disposição e influências que promovem umas em relação às outras, provém sua atualização: um determinado sentido relativo à idéia que é expressa.

O enunciado, por ser seu produto, nos permite compreender a enunciação, quanto às relações que encerra: a dialética que envolve *língua e língua em uso*. Língua em uso é *palavra*, mas não só, é *palavra no enunciado*, expressando, junto com outras, uma certa idéia; não é apenas *enunciado* e a idéia que refere uma situação, mas é também *palavra* apresentando um sentido compatível com a idéia expressa; não é,

⁴⁹ Quando afirmamos que *os indefinidos têm significação na língua*, estamos considerando *signo* e a distinção estabelecida por Benveniste entre *semiótico* e *semântico*. Benveniste diz que “signo é a unidade semiótica” (1989, p. 224) e que “quem diz semiótico diz ‘intra-lingüístico’, esclarecendo que a “semiótica não se ocupa da relação do signo com as coisas denotadas, nem das relações entre a língua e mundo (...), tem sempre e somente valor genérico e conceptual” (1989, p. 228).

portanto, só a *língua*, mas o *uso*, a atualização da língua; também não é somente o *uso*, mas a *língua* fornecendo certos parâmetros que permitem a compreensão da idéia. *Língua em uso* é um arranjo especial de palavras em conformidade com uma certa idéia, é *sintaxe* que promove *sentidos*, e é *sentido* que tem uma *sintaxe*.

Das relações que se dão no enunciado, extrai-se o segundo princípio metodológico pelo qual se orientam as análises: o sentido dos *indefinidos* se estabelece no enunciado, manifestação da língua em uso, palavras que, dispostas de uma certa forma e de tal modo inter-relacionadas, expressam uma idéia sempre singular e única, que refere a atitude do sujeito e a situação.

Isto posto, salientamos que o enunciado, lugar onde se dão as relações entre as palavras, dentre a quais nossa atenção se volta especialmente para o *emprego* dos *indefinidos*, é tão somente o objeto material deste estudo. Nosso interesse é a enunciação, a língua em funcionamento mediante manifestação individual, um processo que decorre de sujeitos inseridos em um contexto.

Também se faz necessário aqui situar *sintaxe* na teoria de Benveniste. Há alguns aspectos importantes a relevar relativos ao entendimento que temos de *sintaxe*.

O primeiro deles exige que nos detenhamos em *enunciado*, que é produto da língua em uso, tendo implicados *eu-tu-aqui-agora*. Nesta teoria, o enunciado é *unidade de significação porque refere*: expressa uma idéia relativa à atitude do locutor e a uma determinada situação. Sendo o enunciado a unidade, como tal deve ser considerado, e se analistas se reportam às suas partes, é porque buscam o entendimento das inter-relações que se estabelecem entre elas, para que haja apreensão do todo.

Outro aspecto a salientar é o conceito de *sintaxe* e seu estatuto nesta teoria. *Sintaxe é um arranjo de palavras promovido pelo sujeito, que visa à expressão de uma idéia*. Deste modo, a *sintaxe não determina o sentido*, mas o inverso, necessariamente reformulado, é adequado: um sentido requer uma sintaxe. Se o enunciado manifesta uma idéia singular, cada enunciado é único e exige um arranjo único.

O último aspecto, conseqüência do anterior, é que a *sintaxe* não apresenta *regularidades*. Uma determinada palavra em determinada posição, por exemplo, não

expressa sempre o mesmo sentido. Assim, mesmo que o sintagma se organize de uma certa maneira, relações entre sintagmas, ou outras que não podemos prever, poderão promover sentidos outros.

Neste trabalho, ainda nos valem de procedimentos apontados por outros teóricos para encaminhar os nossos. É o que fazemos por ocasião das análises, ao utilizar as classificações *nuclear* e *periférico*, por exemplo, adotadas por Moura Neves (2000), em relação aos *indefinidos* no sintagma. Isto não significa, entretanto, que visemos a relações que daí possam se estabelecer, pois, pelo viés da regularidade, perseguimos a *não-regularidade* – isto apresentamos na seção final – a fim de comprovar a existência de *sintaxes*.

5.1.3 Os Sentidos dos Indefinidos e a Enunciação

A teoria de Benveniste se caracteriza por constituir uma lingüística *dos e com* sujeitos que tomam a língua inteira e a colocam em funcionamento. Este é o ponto de vista das análises: nosso objeto é o uso dos *indefinidos* na perspectiva de *eu-tu-aqui-agora*.

Enunciação pressupõe *eu* que diz *eu*, e porque assim o faz, diz também *tu*. Com sua manifestação, constitui também *aqui-agora*, o contexto da enunciação. A enunciação é, pois, responsável pela instauração da *intersubjetividade* e do *presente*, que serve como parâmetro para todas as relações espaciais e temporais.

O fato, porém, de *eu* tomar a palavra e assim se dizer, não constitui apenas o que se costuma chamar de *aparelho formal da enunciação*, pois *eu* mobiliza a língua *toda* e a coloca em funcionamento. Esta *apropriação* pressupõe *eu* agenciando palavras na língua, com elas organizando o enunciado mediante uma sintaxe que é *sua*, porque visa à referência de uma situação sob um prisma que é todo *seu*, imprimindo, por meio da sintaxe, sentido a cada palavra agenciada – ainda que mantenha significação que é própria da língua para que se garanta a compreensão do que é dito –, e ao enunciado, a referência a uma situação, segundo o seu dizer.

Eu, que se diz na língua em uso, *eu*, que se apropria da língua *toda*, *se diz e diz* quanto às palavras que expressam indefinição. Se, em considerações anteriores, afirmamos que os *indefinidos* têm significação na língua e que esta significação em parte fica resguardada ao se adequar à idéia expressa no enunciado, se postulamos que expressam sentidos decorrentes de uma certa conformação que se evidencia no enunciado, é porque *eu*, que refere *eu* e que refere *tu*, e, assim, refere *aqui-agora*, também é referência para as demais palavras e, conseqüentemente, para os *indefinidos*. No uso da língua, tudo passa por *eu*.

A enunciação, deste modo entendida, é suporte para as análises, e o terceiro princípio metodológico assim se expressa: os indefinidos são palavras submetidas à enunciação pois têm referência em eu-tu-aqui-agora, a presente instância de discurso, da qual decorrem os seus sentidos.

5.1.4 Os Indefinidos – Categoria de Não-Pessoa

Benveniste distingue as palavras que decorrem da enunciação – *eu, tu, aqui, agora, este* – das que são *agenciadas* na língua. As primeiras, os *indicadores de subjetividade*, constituídos pelos interlocutores e o contexto, derivam exclusivamente da enunciação; as demais passam a fazer parte da instância de discurso mediante *apropriação*.

Esta diferença tem origem no estudo realizado sobre os pronomes, quando se instituem *pessoa e não-pessoa*, e é retomada ao serem apresentadas as duas *maneiras de ser língua*, o *semiótico* e o *semântico*. Para situar os *indefinidos* nestas oposições, nos interessa particularmente o modo como Benveniste apresenta a noção de *não-pessoa, o não importa quem ou não importa o que, munido de referência objetiva*.

Descartando a discussão sobre o *objetivo*, já bastante esclarecido no decorrer da apresentação da teoria, situamos os *indefinidos* na categoria de *não-pessoa*, que pode ser explorada em dois âmbitos distintos, mas relacionados: na sintaxe da língua e na enunciação.

Na sintaxe da língua, a *não-pessoa*, que se identifica com *ele*, pronome na classificação gramatical, exerce papel de substituto de um componente lexical,

diferenciando-se da *pessoa*, portanto, quanto à função; na enunciação, a *não-pessoa* é a que não participa da instância de discurso *in praesentia*, daí pertencente à língua porque *conceito* que, sendo do domínio dos interlocutores, emerge da enunciação, a partir dela adquirindo existência. Neste caso, a *não-pessoa* corresponde a signos lexicais, os quais são *trazidos* à instância de discurso pela via do sujeito, que lhe atribui referência, distinguindo-se de *pessoa* devido à sua *natureza*.

Independentemente de natureza e de função, a *não-pessoa* passa da língua para a enunciação por intermédio de um sujeito que promove seleção dos signos da língua a fim de referir e, também, ao determinar o signo que, pelo conceito expresso, deve se *atualizar* em determinado referente, promove uma relação entre os signos escolhidos para a constituição do enunciado. A *apropriação*, da qual nos fala Benveniste, não se efetua por simples *agenciamento*, mas também por *sintagmatização* e, por conseqüência, *semantização*. As palavras *convivem* em um enunciado que expressa a atitude do sujeito e o contexto, e é isto que implica referir; isoladamente, como nas listas apresentadas pelas gramáticas ou como nos verbetes do dicionário, não suscitam associação, mas *idéia de*, não são propriamente *palavras*, na acepção da teoria estudada, pois remetem à *noção* e não à *referência*. A *não-pessoa*, assim, pelos mecanismos implícitos no que se entende por *apropriação da língua* ou *língua em funcionamento*, apresenta *empregos* ou sentidos decorrentes do uso que dela é feito por locutor que refere o *eu-tu-aqui-agora*.

Assim, o quarto princípio que rege a realização das análises se explicita da seguinte maneira: os indefinidos, pertencentes à categoria da não-pessoa, podem ser usados como substitutos abreviativos da sintaxe da língua, ou como portadores de diferentes sentidos, em decorrência da intervenção do sujeito que refere uma situação de discurso específica.

5.1.5 Os Indefinidos – Sentido no Enunciado

Os *indefinidos*, considerados como pertencentes à categoria da *não-pessoa*, ao serem atualizados, trazem consigo *noções* que são de domínio de todos que os utilizam.

É com base nestas *noções* que são conhecidos como *indefinidos*. A língua prevê palavras que têm este traço, e com isto todos concordam, basta consultar qualquer gramática. As listas de tais palavras, acompanhadas por frases que servem como exemplos, constam em estudos sobre *classes de palavras*, porém a *enunciação* não é levada em conta, pelo menos nas leituras que realizamos.

Ao estudarmos a teoria de Benveniste, consideramos não só a língua, mas o uso da língua, admitindo que na primeira os signos têm significado, mas que no uso o sujeito configura este significado à expressão de uma idéia singular que é referida. Enunciação e referência, assim, se confundem.

E o que vem a ser um *indefinido* no âmbito da enunciação? Um signo lexical com o qual o sujeito atribui referência ao *não importa quem, não importa o que* na instância de discurso, no *eu-tu-aqui-agora*. Se usado como substituto abreviativo, seu papel não difere quanto ao *referir* pois *refere* um componente lexical, que, como tal, *refere*.

E como se dá a referência a partir da atualização de um *indefinido*? Segundo os conceitos ditados pelas gramáticas, poderíamos supor que, com o uso de um *indefinido*, o sujeito atribui referência sem explicitá-la, ou seja, pela enunciação se dá existência à *não-pessoa*, mas, e o termo não pode ser outro, *não a define*.

Admitir tal possibilidade é desconhecer tudo o que a enunciação implica. É estabelecer correspondência entre signo e palavra, e apenas isto.

No uso da língua, a unidade de significação é o enunciado com o qual o sujeito refere uma situação singular. E no enunciado os *indefinidos* constam articulados com outras palavras, o que equivale dizer, submetidos a uma *sintaxe* com a qual o sujeito constrói o enunciado, sintaxe que determina coexistência em um sintagma que, por sua vez, pode coexistir com outros tantos. A atualização do signo em palavra, não mais só significado, mas sentido, ocorre no enunciado: inter-relações entre palavras no sintagma ou entre sintagmas.

Se *pela* e *na* enunciação o sujeito se apropria da língua *toda* e a põe em funcionamento, tendo em vista *eu-tu-aqui-agora*, é *pela* e *na* enunciação que uma

palavra pode ser considerada *um indefinido* ou não, e é no enunciado, produto da enunciação, que é a cada vez único, que uma palavra assume determinado sentido, seja ele o de indefinição ou outro.

Estudar os ditos *indefinidos*, em uma teoria da enunciação, é procurar, em cada enunciado, o que cada um pode revelar sobre o sentido que o sujeito atribui a estas palavras – que *a língua apresenta com noção de indefinição* – criando uma referência única relativa a *eu-tu-aqui-agora*. Isto corresponde ao quinto princípio norteador das análises.

5.2 O CORPUS

Nosso trabalho parte da leitura de gramáticas, especialmente no que diz respeito aos *indefinidos*. As propriamente descritivas viabilizam a possibilidade de, tendo uma teoria lingüística como suporte, realizarmos um estudo sobre este assunto, além de retomarmos, se isto for necessário e adequado, considerações e conclusões por elas apresentadas. Das demais, foram selecionadas palavras que iremos examinar, confirmando classificações e empregos, ou, se for o caso, negando-os e apontando outras diretrizes.

As gramáticas tradicionais e as modernas se dedicam ao estabelecimento do que é *culto* e *padrão*, tendo como apoio obras literárias elaboradas por *bons* autores. Assim sendo, mesmo que apliquemos uma teoria totalmente avessa ao que nelas é proposto, delas não podemos nos distanciar a ponto de sofrermos a acusação de nos situarmos no extremo oposto. Optamos, então, tal como fazem os autores destas gramáticas, por considerar o uso escrito, embora utilizando material com características diversas do que é por eles usado, com base em algumas ponderações.

Nosso *corpus* é constituído por textos publicados em jornais ou revistas, matérias assinadas por jornalistas, colaboradores ou, ainda, leitores que visam externar opinião sobre determinado assunto. Acreditamos que os autores destes textos se preocupem em garantir uma certa acessibilidade a qualquer leitor. Desta forma, estes textos, mesmo obedecendo a regras de escrita, apresentam uma linguagem na qual formas lexicais e construções sintáticas não usuais, e jargões estão ausentes. Além disto,

tais textos, também por terem circulação por todo o país, mantêm certa uniformidade, sendo usada uma linguagem isenta de regionalismos, bem como de efeitos estéticos.

Antes de nós, Mário Perini, para a elaboração da *Gramática Descritiva do Português*, adotou procedimento semelhante, incluindo, além de textos jornalísticos, também textos técnicos, e porque o julgamos válido, bem como as justificativas apresentadas, nosso *corpus* em muito se aproxima ao deste autor. Também Maria Helena de Moura Neves, na *Gramática de Usos do Português*, utiliza textos escritos, porém não se atendo a um tipo específico, já que dizem respeito a literaturas romanesca, técnica, oratória, jornalística e dramática.

Preferimos, distanciando-nos daquilo que fazem as gramáticas, o não-literário ao literário, textos que apresentam um *padrão* escrito, que pode ser entendido tanto como o que é proposto pela *NGB*, quanto como o que desconsidera idiossincrasias, objetivando realizarmos uma descrição baseada no português escrito no Brasil.

5.2.1 Considerações sobre as Análises e Constituição do Corpus

Para a realização das análises, foram selecionados, dentre os textos lidos, cerca de 200, nos quais se verificam ocorrências dos diversos *indefinidos*. Nestes textos, encontramos aproximadamente 850 ocorrências destas palavras.

Uma vez constatada ocorrência de palavra em questão, promovemos um recorte que não se atém à frase entendida como estrutura formada por sujeito e predicado, que também não considera extensão, mas que releva *enunciado enquanto produto da enunciação, unidade de significação*, portanto lugar em que se dão relações entre palavras, decorrendo destas relações um certo sentido atribuído pelo sujeito. Por este motivo, se alguns recortes são relativamente longos é porque é nosso desejo estabelecer as relações que a palavra indicada, um *indefinido*, mantém com os demais componentes do enunciado.

Porque conceituamos enunciado como *produto da enunciação, expressão de uma idéia singular que tem a instância de discurso como referência*, o uso do termo *enunciado* por nós não pressupõe categorização de qualquer natureza, bastando que esteja adequado ao conceito.

Ainda em decorrência do conceito de *enunciado*, mais uma consideração fazemos: todas as 850 ocorrências poderiam ser estudadas visto que, se *expressão de idéia singular*, cada enunciado é único e não-repetível; todavia nem este número encontrado, nem outro qualquer que seja superior a ele esgotará, pelo mesmo motivo apontado, as possibilidades de *atualização* dos *indefinidos*. Sendo assim, e também porque este trabalho obedece a certos limites, determinamos, a partir de 10% das ocorrências, apresentar recortes, desconsiderando, além da já exposta, qualquer quantificação relativa aos *indefinidos* selecionados, que constituem um certo grupo de palavras. O número de análises relativo a cada *indefinido* não é, portanto, uniforme, porque a teoria que sustenta as análises não comporta uniformização: cada é um.

Nas análises, quanto à sintaxe, tal como alguns autores que têm como base para seus trabalhos uma teoria lingüística, empregamos nomenclatura utilizada pelas gramáticas já que nosso objetivo não é fazer um estudo aprofundado deste aspecto, mas estabelecer relações sintático-semânticas que nos permitam tratar do sentido dos *indefinidos na perspectiva dos interlocutores*. Assim, termos pertencentes à teoria gramatical, tais como *complemento verbal*, *aposto*, etc., cujos conceitos são de domínio de todos que estudam os fenômenos lingüísticos, são usados, assim como outros, especialmente *nuclear* e *periférico*, presentes na *Gramática de Usos do Português*, de Moura Neves, a partir dos quais apresentamos algumas considerações na última seção. Como Benveniste inclui em sua teoria o termo *sujeito*, ao nos referirmos ao *sujeito sintático*, acrescentamos à palavra *sujeito* a qualificação *gramatical*, relativa à teoria da qual se origina o conceito que expressa.

Como já explicitamos na subseção 5.1.2, as análises prevêem o tratamento da sintaxe, porém numa perspectiva em conformidade com a teoria de Benveniste, na qual o *sujeito*, ao manifestar, por meio do enunciado, referência *única* relativa à atitude sua ou à situação, promove uma sintaxe. Assim, consideramos que o sentido requer *uma* sintaxe, e não que da sintaxe derive o sentido.

Tendo em vista que nosso trabalho versa sobre *uso da língua*, e a teoria na qual se fundamenta, não pretendemos esgotar – cremos que isto é impossível – as possibilidades de emprego dos *indefinidos*. Com as análises realizadas, queremos somente verificar como o locutor se apropria destas palavras e quais os sentidos que

lhes atribui. Também não visamos a qualquer tipo de classificação, e nisto também não acreditamos uma vez que o sujeito, ao referir uma situação única, não só diz, mas também *se diz*, e, desta maneira, qualquer tentativa de classificação será sempre artificial e reveladora de que aquele que a realiza tem a pretensão de abarcar o que jamais se esgota.

Resumidamente as análises, via de regra, apresentam:

- a) o papel que a palavra selecionada desempenha na sintaxe do enunciado;
- b) as relações sintático-semânticas que esta palavra estabelece no enunciado;
- c) o sentido atribuído a esta palavra pelo locutor, consideradas as categorias de pessoa e espaço-tempo.

6 ANÁLISES

6.1 ALGUÉM

6.1.1 *Há doze anos, o Opala era o carro presidencial, o Brasil dava adeus e “aquele abraço” ao Chacrinha, Mailson da Nóbrega administrava uma inflação de 25% ao mês e alguém fuzilou Daudt em uma fria madrugada de junho* (Correio do Povo, 25/5/2000, p. 4).

Alguém fuzilou Daudt em uma fria madrugada de junho é apresentado junto a outros fatos, em relação de justaposição a qual decorre de a expressão adverbial *há doze anos* encabeçar o enunciado, situando todos os acontecimentos no mesmo tempo. Além disto, nesta seqüência, o fato que contém *alguém* é o último, ligando-se aos demais pela conjunção *e*.

Quanto à estrutura sintática dos fatos apresentados, neles consta apenas sujeito + verbo + complemento ou predicativo, porém no último há, além disto, indicação sobre o momento em que ocorreu: *em uma madrugada fria de junho*. Em posição sujeito, nos três primeiros aparecem *identificados* – *o Opala, o Brasil, Mailson da Nóbrega* –, porém no último ocupa este lugar um *não-identificado*, que se caracteriza, considerado o sintagma, como nuclear e o único termo a constituí-lo.

Os eventos citados também são distintos sob o ponto de vista aspectual do verbo: os três primeiros são semelhantes, pois expressam duração; o último, uma ação pontual.

O sentido de *alguém* se delinea a partir destas distinções de caráter sintático-semântico e, embora o tempo dos acontecimentos seja sempre o mesmo – *há doze anos* –, também este dado é diferencial para a interpretação deste *não-identificado*.

A relação *identificado versus não-identificado*, sujeitos gramaticais, expressões nucleares, estando ausente, no sintagma em que aparece *alguém*, qualquer especificação, permite considerar, num primeiro momento, que o locutor se enquadra em uma das seguintes alternativas:

- a) não detém informação que lhe permita identificar a pessoa;
- b) tem a possibilidade de fazê-lo, mas não o deseja por um motivo qualquer;
- c) não tem memória de quem realizou a ação.

Apesar destas constatações sobre o uso que o sujeito faz de *alguém*, a inclusão da expressão adverbial que detalha o momento do acontecimento – *em junho, de madrugada, a madrugada era fria* – demonstra que sobre o assassinato de Daudt são sabidos e lembrados pormenores que dizem respeito à ocasião em que se deu, inclusive a sensação de frio, entretanto tal não ocorre em relação ao agente.

A posição dos sujeitos gramaticais, o aspecto verbal e a organização da seqüência dos acontecimentos permitem perceber que *alguém* merece, por parte do locutor, destaque:

- a) *o Opala, o Brasil, Mailson da Nóbrega, alguém*, termos de mesmo valor;
- b) o rotineiro – o que se repetia ou se repetiu durante algum tempo: *era, dava, administrava* –, mas a interrupção deste *continuum* por uma ação única e acabada: *fuzilou*;
- c) ausência de conjunção coordenativa, imprimindo um certo fluir na exposição dos fatos, mas presença de *e* que, além de alterar o ritmo do enunciado, funciona como um divisor entre os diferentes: entre os que são especificados e o que não o é.

Há doze anos, que situa todos os acontecimentos, imprime a *alguém* a noção de que, embora o tempo tenha transcorrido, o agente continua tal como antes, ou seja, permanece não identificado.

A partir da sintaxe do enunciado e de cada um dos fatos que o compõem, bem como do semântico expresso via morfologia do verbo, o locutor promove um jogo entre o comum, o semelhante e o diferente, entre o *não-identificado* – traço da palavra – e o sugerido. Não identifica o agente da ação de *fuzilar* porque usa *alguém*, entretanto, por meio da forma como organiza o enunciado e também o fato em que *alguém* está incluído, provoca um efeito de sentido, cabendo ao interlocutor a determinação ou não.

6.1.2 *O leitor não atinou ainda com o que isso teria a ver com o falecido último presidente do período militar, mas vai atinar depois que se falar, aqui, da fita exibida pelo Fantástico, da Rede Globo, no último dia 2, em que Figueiredo dá uma entrevista informal a seus amigos, durante um churrasco. Trata-se de gravação de setembro de 1987, dois anos e meio depois de o general deixar a Presidência. Muito à vontade, ele é o convidado de honra de um amigo de Paraíba do Sul (RJ), Rogério Onofre de Oliveira, que vem a ser hoje prefeito da cidade. A alturas tantas, alguém liga uma câmara de vídeo e o ex-presidente, à instigação dos presentes, põe-se a contar casos e comentar pessoas (Veja, 12/1/2000, p.150).*

A alturas tantas, alguém liga uma câmara de vídeo e o ex-presidente, à instigação dos presentes, põe-se a contar casos e comentar pessoas é constituído por dois eventos, ambos situados temporalmente por uma expressão inicial: *a alturas tantas*. Os agentes destes eventos se opõem, considerando-se especificação: o primeiro, não-especificado, isoladamente constituindo o sintagma, ou seja, sem que termo algum restrinja seu significado; o segundo, especificado. A não-determinação predomina em relação às demais expressões: o tempo (*a alturas tantas*), agente genérico expresso por meio da substantivação do verbo (*à instigação dos presentes*), complementos verbais que são nomes no plural, nos quais há artigo ausente (*casos, pessoas*).

À oposição *indeterminado/determinado* apresentada, ainda se acrescenta que, no primeiro acontecimento, tanto o verbo como sua morfologia expressam o pontual-momentâneo (*liga*); no segundo, as perífrases e os verbos nelas contidos (*põe-se a contar, põe-se a comentar*) expressam continuidade, estando indicado o início do processo.

Comparando-se esta parte com o restante do enunciado, verifica-se que a situação se inverte. São várias as expressões que objetivam determinar:

a) o espaço e o tempo: *durante um churrasco, setembro de 1987, dois anos e meio depois de o general deixar a presidência;*

b) o tema da enunciação, quer pelas diferentes formas de designar o referente (o *falecido último presidente do período militar, Figueiredo, o general*), quer por expressões que visam descrevê-lo (*muito à vontade, convidado de honra de um amigo...*).

O sentido de *alguém* no enunciado é *uma pessoa qualquer*, eventualmente especificada por *presente em um churrasco*. Esta especificação decorre do contexto discursivo. O sentido de *alguém* se torna assim restrito porque decorre de uma explicitação relativa ao que é *identificado* (o *ex-presidente*) e que o *não-identificado* passa a assumir em função de o contexto ser comum.

Do ponto de vista do locutor, o agente de *ligar uma câmara de vídeo* é indefinido; do ponto de vista do interlocutor, pelo contexto se acrescenta um dado que o define enquanto pertencente a um grupo determinado.

6.1.3 *A taxa de homicídios praticados no Brasil é assustadora. Em cidades como São Paulo, atinge a marca de 55 assassinatos por 100000 habitantes ao ano. À primeira vista, esse número não parece terrível, afinal é uma chance em 1818, ou 0,05%, de sermos a vítima. Mas, analisando esses números um pouco mais a fundo, a coisa se complica.*

Se conseguirmos sobreviver ao ano, a estatística incidirá novamente no ano seguinte, como uma espada de Dâmoques pairando sobre nossas cabeças. Se sua expectativa de vida for de 72 anos, típica de um leitor ou leitora da VEJA, a possibilidade de ser assassinado pula para quase 4%, ou uma chance em 25. Agora a situação começa a ficar mais perigosa.

Se você for casado e tiver a média de 2,8 filhos, a possibilidade de um de seus entes queridos ser assassinado sobe para 19008 por 100000 habitantes, ou quase 20%. Uma chance em cinco.

Se você incluir seus pais, seu sogro e sua sogra, as chances aumentarão para 34 000 por 1000 000, ou uma chance em três. Incluindo seu irmão, cunhada, 2,8 sobrinhos, e se sua esposa incluir a irmã, cunhado e mais 2,8 sobrinhos, o perigo de alguém da família ser assassinado aumenta para 72%. Ou quase três chances em quatro (Veja, 10/11/1999, p. 23).

Alguém é elemento nuclear de um sintagma – *alguém da família* –, e seu sentido sofre uma restrição pela presença de expressão que indica o conjunto ao qual pertence: o

dos familiares. O sintagma no qual consta, faz parte do sujeito gramatical de uma das proposições apresentadas.

Considerando-se as proposições – *incluindo seu irmão, cunhada, 2,8 sobrinhos, e se sua esposa incluir a irmã, cunhado e mais 2,8 sobrinhos* (a consideração de proposição única decorre da adição efetuada pela conjunção *e*) e *o perigo de alguém da família ser assassinado aumenta para 72%* –, verifica-se que entre elas se estabelece uma relação de implicação pois, satisfeita a condição apresentada pela primeira, a realização da segunda é tida pelo sujeito como certa.

Nesta relação, a ação de *aumentar*, verbo da segunda proposição, decorre da de *incluir*. *Incluir*, segundo o *Dicionário Gramatical de Verbos*, de Francisco da Silva Borba, indica ação-processo com sujeito agente/causativo (*você, sua esposa*) e com dois complementos: um expresso por nome (*seu irmão, cunhada, 2,8 sobrinhos; a irmã, cunhado e mais 2,8 sobrinhos*) e outro, locativo (não expresso no enunciado analisado), significando *juntar a, fazer constar de, inserir*. *Aumentar*, por sua vez, significa *tornar-se maior, mais considerável* e apresenta sujeito paciente (*o perigo de alguém da família ser assassinado*) e especificador ou ausência de especificador (no caso, o especificador é ausente) (1991, p. 193 e 825).

Esta ausência de locativo, um dos complementos exigidos por *incluir*, se dá também em ocorrência anterior deste verbo. Desconsiderando-se verbo e tomando-se por base o caráter das proposições apresentadas, as que antecedem aquela em que consta *alguém*, nota-se que se relacionam basicamente da mesma forma, ou seja, apresentando a implicação já referida.

O enunciado tem, no seu início, o locativo que presumidamente falta ao verbo *incluir*, estabelecendo uma série de implicações. O locutor, para comprovar uma tese – *a taxa de homicídios atualmente, no Brasil, é assustadora* – cria uma situação hipotética, daí o predomínio do primeiro elemento da implicação – *se* – que se repete, promovendo sucessivos acréscimos de membros de uma suposta família a qual, à medida que se amplia, passa a sustentar a segunda proposição, que, por sua vez, corrobora a tese inicial.

Como o sujeito projeta uma situação hipotética, entende-se o emprego de *alguém*, um *não-identificado*. Não há como determinar um referente no universo dos familiares. Não se trata de não saber, não querer ou não poder dizer qual é o referente, mas de este ser o resultado de um raciocínio que o sujeito desenvolve para promover uma conclusão. A restrição a *alguém – da família* – é compulsória, devido ao contexto discursivo assim o exigir. *Alguém* não é simplesmente *alguém*. Paradoxalmente *não-específico* e *especificador* se justapõem: o primeiro porque o sujeito não tem como determinar o referente, o segundo porque o contexto discursivo assim o determina. *Alguém* é, do ponto de vista do locutor e também do interlocutor, um *indefinido* que pertence a um conjunto *definido* pelo contexto enunciativo.

6.1.4 *Era só a família de alguém que tivesse morte cerebral concordar em doar o coração do morto ao nosso homem, o primeiro da fila, que do hospital ligariam para o paciente e lhe dariam ordem de seguir para lá, que a cirurgia seria feita imediatamente* (Zero Hora, 6/5/2000, p. 55).

Alguém faz parte do sujeito gramatical do verbo *concordar* – *a família de alguém que tivesse morte cerebral* –, no qual se caracteriza como:

a) elemento de um sintagma periférico;

b) elemento nuclear do sintagma no qual está contido, acompanhado de termo restritivo.

Alguém, por meio da adjetivação efetuada por *que tivesse morte cerebral*, apresenta restrição relativa à *extensão*. É *qualquer um* que pertence a um determinado grupo de pessoas.

Por outro lado, enquanto elemento do sintagma periférico, determina o sentido do nome a que se relaciona. Não se trata de uma *família apenas*, mas da *família de qualquer um que tivesse morte cerebral*.

A restrição que se aplica a *alguém*, tem duplo papel porque, ao atribuir pertença a um grupo de pessoas determinado, possibilita que o *não-identificado* se torne um *especificador*. O restritivo classifica o conjunto no qual *alguém* se insere, que, assim, classifica *família*.

Deste modo, o processo sintático que se verifica no sintagma-sujeito, permite ao locutor definir referencialmente não só *alguém*, embora este conserve sentido de indefinição, como também *família*. Desta atribuição de sentido também participa o interlocutor, e *alguém* é, em parte, um *indefinido* pois indica *uma pessoa qualquer*, enquanto elemento de um conjunto; em parte, *definido*, porque determinado pelo conjunto do qual é um elemento.

6.1.5 *Isto posto, nada foi mais lamentável que a insólita medida provisória pela qual o presidente Fernando Henrique pretendeu conter a ação investigadora da instituição e da própria Polícia, a título de resguardar contra a calúnia os servidores públicos. Como já se disse alhures, expressando uma concepção política pragmática, “mais do que um crime, é um erro” do presidente, a quem demos o nosso voto em duas eleições sucessivas. Sobre representar uso indevido e abusivo das medidas provisórias, que não podem ser instrumento ordinário da tarefa de legislar, o “ucasse” presidencial engendra ameaça genérica às investigações que não prosperarem perante o Judiciário, com o evidente efeito de desestimular a ação fiscalizadora. É tudo quanto pedem os improbos, os peculatórios, os prevaricadores. E tudo quanto não quer uma cidadania indignada contra a impunidade.*

Mesmo que a boa fama de alguém seja arranhada pelo eventual estrelismo e afoiteza de alguns agentes mais sôfregos – contra o que já existem meios hábeis de reparação –, a ação anticorrupitora não pode ser estancada. E isso é uma exigência nacional que o presidente não poderia contrariar (Zero Hora, 21/1/2001, p. 20).

Alguém consta em sujeito gramatical, constituindo sintagma periférico no qual não há termo que a ele se relacione: *a boa fama de alguém*.

Mesmo que a boa fama de alguém seja arranhada pelo eventual estrelismo e afoiteza de alguns agentes mais sôfregos – desconsiderando-se a existência de uma expressão intercalada – exprime fato (ou idéia) que se interpõe à realização de outro – a ação anticorrupitora não pode ser estancada –, porém não é suficiente para tal.

Nesta situação de enunciação, o locutor, tal como consta no primeiro parágrafo do recorte, se indispõe contra medida provisória editada pelo presidente Fernando Henrique a fim *de resguardar contra a calúnia os servidores públicos* e defende a ação do Judiciário na garantia dos direitos dos cidadãos.

Isto se expressa em *mesmo que a boa fama de alguém seja arranhada pelo estrelismo e afoiteza de alguns agentes mais sôfregos* – o que o Presidente tenta

preservar com a edição de medida provisória – e a *ação anticorruptora não pode ser estancada* – a posição do locutor diante da situação que ora se apresenta.

Sendo assim, *alguém* tem seu sentido, também, em outras palavras do enunciado, pois o locutor o apresenta, enquanto palavra no sintagma, como *uma pessoa qualquer*, porém, enquanto palavra no enunciado, como *uma pessoa qualquer que é servidor público*. Portanto, mesmo que o locutor não determine *alguém*, este é em parte definido pelo tempo e pelo espaço do enunciado, com os quais *alguém* se relaciona, tanto pelos fatos (ou idéias) apresentados, como pela organização sintática com que são expressos. O interlocutor, assim, toma *alguém* como *um servidor público qualquer*, definindo-o parcialmente.

6.1.6 *Prevenir o abuso sexual se faz com ações claras. Às vezes, as pessoas não conseguem conversar porque acham que o menino ou a menina são muito pequenos. Mas mesmo quando pequenas é possível falar numa linguagem que as crianças entendam.*

As pessoas que praticam abuso, por outro lado, aproveitam-se da condição de mais velhos para dar presentes para a criança, fazendo com que se sinta culpada. Criam situações para mostrar à criança que jamais alguém irá acreditar na sua história se ela contar. Afinal a pessoa acusada é o avô, o tio, a tia, o pai, o padrasto, a mãe... (Zero Hora, 18/5/2000, p. 19).

Alguém é o agente em *jamais alguém irá acreditar na sua história*, constituindo isoladamente o sintagma.

Verifica-se, no enunciado, que os nomes que se caracterizam como [+ humano], quer estejam no singular, quer no plural, indicam um conjunto ou o protótipo de um grupo, e não um elemento particularizado, independentemente da posição sintática que ocupem:

- a) *as pessoas não conseguem conversar;*
- b) *as crianças entendam;*
- c) *para dar presentes para a criança;*
- d) *para mostrar à criança.*

Também não há propriamente referência a um singular:

a) quando tais nomes são acompanhados por expressão que os especifica, já que a determinação visa à distinção dos grupos ou dos protótipos, como em *as pessoas que praticam o abuso, a pessoa acusada*;

b) ao ser estabelecida distinção de gênero: *o menino ou a menina* (= a criança);

c) ao ser apresentada enumeração – *o avô, o tio, a tia, o pai, o padrasto, a mãe...* –, para descrever *a pessoa acusada* pois esta é uma qualquer do conjunto que, por sua vez, não é finito, dado o emprego de reticências.

Alguém, na situação de enunciação, é *uma pessoa qualquer*. O locutor não determina a pessoa nem o conjunto a que pertence; como tal o interlocutor também o toma, pois também o contexto enunciativo não possibilita que lhe seja atribuído sentido outro que o expresso no sintagma em que consta.

Este é o sentido atribuído classicamente a *alguém*, o de *uma pessoa qualquer*.

6.1.7 *Lula não é apenas o metalúrgico na política. É alguém que, na política, se cristalizou em metalúrgico* (Veja, 23/12/1998, p.154).

Alguém faz parte de predicativo, é termo nuclear que, no sintagma, está acompanhado por expressão restritiva.

É alguém que, na política, se cristalizou em metalúrgico está associado à afirmação anterior, pois é extensão dela, apresentando estrutura sintática semelhante (sujeito + ser + predicativo). Em *Lula não é apenas o metalúrgico na política* é negada a característica enquanto exclusiva, indicando a existência de outra(s), que é apresentada na afirmação seguinte.

Em *Lula não é apenas o metalúrgico na política*, *Lula* é um singular, entretanto a expressão que o descreve, pela ocorrência de artigo definido, apresenta um genérico, daí *o metalúrgico na política* deve ser tomado como a classe a que Lula pertence.

Na política, expressão adverbial, faz parte do sintagma-predicativo pois situa a classe em um lugar e, também, restringe o sentido de *o metalúrgico*. A restrição que aí se efetua, permite atribuir singularidade à Lula: *é o metalúrgico na política*.

Em (*Lula*) *é alguém que, na política, se cristalizou em metalúrgico*, verifica-se que *alguém* particulariza Lula, não o representante de uma classe, mas uma pessoa.

A restrição a *alguém* tem a mesma função pois o descreve como o agente de um processo por meio do qual é mantida a característica apontada – *cristalizou-se em metalúrgico*, que significa manter a aparência de metalúrgico.

Alguém não pode ser tomado como um *não-identificado*, como um *indefinido*, porque tanto na afirmação em que consta como na anterior, quer pela designação por meio de nome próprio, quer pela descrição, é um *determinado*. A expressão restritiva que se segue a *alguém* funciona como especificador de um específico.

Não há indefinição para *eu* e para *tu*, mas acrescentam-se sentidos para o que já era conhecido.

6.1.8 *Decorre daí que os Estados Unidos contam com uma porta corta-incêndios, a isolar os conflitos da política do mundo real. Em outras partes, episódios desse tipo costumam contaminar o país inteiro. Sabe-se com que frequência, e com que artificialismo, dá-se a meras querelas o nome de “crise”. Nos Estados Unidos, desta vez como em outras, se a bolsa caiu, se algum projeto de vida foi suspenso, se alguém foi preso, fugiu ou ficou ferido, não foi por causa do problema eleitoral. O país real e as trapalhadas políticas são duas categorias saudavelmente estanques* (Veja, 6/12/2000, p. 190).

Alguém é termo nuclear e único em sintagma-sujeito: *se alguém foi preso, (se alguém) fugiu ou (se alguém) ficou ferido*.

Se alguém foi preso, fugiu ou ficou ferido exprime condição. Além da noção de hipótese que se dá via *se*, verifica-se que, entre *não foi por causa do problema eleitoral* e a condição expressa, se estabelece uma relação de causa-conseqüência, que é negada.

Se alguém foi preso, fugiu ou ficou ferido constitui uma enumeração, sendo que cada elemento enumerado é formado unicamente por termos básicos. Estes termos apresentam-se em um certo tipo de construção:

a) se o verbo é transitivo, a voz é passiva, com apagamento do agente (É exceção *alguém ficou ferido*, que indica estado);

b) sujeito paciente é expresso por um *identificado* (*a bolsa caiu*), sujeito agente ou agente causativo não é identificado pois se expressa por meio de palavra que indica indefinição (*alguém fugiu*), ou a indefinição também decorre da construção frasal (*algum projeto de vida foi suspenso, alguém foi preso, alguém ficou ferido*).

Alguém é um *não-identificado*, é *uma pessoa qualquer*. Este sentido está associado ao processo argumentativo que se efetua no enunciado.

Para sustentar a ausência de causa-conseqüência, o que poderia ser tomado como resultado do *problema eleitoral* apresenta basicamente o fato, mediante apagamento do agente em construções na passiva, predicado que expressa estado, uso de verbo que apresenta sujeito paciente, sujeito gramatical representado por palavra que indica um *não-identificado*, ausência de indicações sobre o contexto da situação apresentada. Estes mecanismos sintático-semânticos não permitem que se atribua referência a uma situação específica, não havendo, assim, possibilidade de relação a uma causa qualquer.

Alguém foi preso, (alguém) fugiu ou (alguém) ficou ferido tem seu sentido decorrente de tempo e de espaço – *nos Estados Unidos, desta vez como nas outras* –, e *alguém* é *uma pessoa qualquer do conjunto das pessoas*, que se associa a outras indeterminações.

O locutor não define *alguém* e assim o remete ao interlocutor. Esta indefinição ocorre em função do tempo e do espaço apresentados pelo enunciado.

6.2 ALGO

6.2.1 *Assustava Hobbes ver duques se armando até os dentes, contratando mercenários, e o perigo que isso representava para a nação da época. Hoje empresas brasileiras e condomínios gastam 1% do PIB em segurança, empresários andam com*

verdadeiras escoltas. Temos três vezes mais seguranças privados do que policiais, voltamos ao estado de natureza hobbesiano. Se ele estivesse vivo, não hesitaria em declarar que nossos policiais já romperam o contrato social. Diria até que não temos mais governo, algo que muitos brasileiros já suspeitavam (Veja, 10/11/1999, p. 28)

Algo que muitos brasileiros já suspeitavam é um sintagma nominal cujo núcleo é *algo*, sendo o restante uma expressão restritiva. Este sintagma desempenha a função de aposto, e o uso de *algo* se relaciona à forma como o enunciado se organiza, considerando-se os enunciadores.

Diria até que não temos mais governo, algo que muitos brasileiros já suspeitavam apresenta o discurso indireto, se estrutura a partir de um verbo *dicendi*, a proposição principal, e o discurso citado, o complemento do verbo. *Que não temos mais governo* representa o pensamento de Hobbes aplicado à situação atual, no Brasil. O que segue, o que é considerado aposto, já não corresponde a um fato constatado por Hobbes ou decorrente de suas idéias, mas a uma intervenção do locutor, que, a partir do *dito*, acrescenta um comentário seu. *Algo*, assim, é a retomada do discurso citado, e a restrição, que expressa a posição de muitos brasileiros sobre o assunto, é de responsabilidade do locutor.

Algo, neste enunciado, não é um indefinido pois através dele o locutor retoma o discurso de um outro, e esta retomada é possibilitada pela restrição: *que não temos mais governo* corresponde a *que muitos brasileiros já suspeitavam*.

Algo é definido pelo locutor e pelo interlocutor porque tem referência única, expressando, no enunciado, *dizeres*: o da *não-pessoa* – a retomada do dizer –, o da *pessoa* – a retomada do dizer do locutor.

6.2.2 *Se faltava algo para tornar ainda mais triste o episódio da morte de um calouro de medicina da Universidade de São Paulo durante o trote, em fevereiro, não falta mais. À tragédia juntou-se o escárnio, na semana passada, quando veio à luz uma fita de vídeo em que um estudante, veterano do 6º ano da mesma faculdade, encara a câmara e afirma, sorridente: “Eu matei o japonês, eu matei o japonês que se afogou”* (Veja, 7/7/1999, p. 170).

Algo é núcleo do sintagma que é sujeito gramatical de *se faltava algo para tornar ainda mais triste o episódio da morte de um calouro de medicina da*

Universidade de São Paulo, em fevereiro. Esta expressão também é sujeito em *não falta mais*.

Algo, enquanto núcleo de sintagma, é indefinido, porém *para tornar ainda mais triste o episódio da morte de um calouro de medicina da Universidade de São Paulo, em fevereiro* restringe seu sentido. Nesta restrição estão presentes palavras por meio das quais o locutor expressa sua posição em relação ao acontecimento – *ainda mais triste* – e que apresentam o contexto do acontecimento – *o episódio da morte de um calouro de medicina da Universidade de São Paulo durante o trote, em fevereiro*. Assim sendo, pode-se dizer que o restritivo situa *algo* em relação ao locutor e ao contexto, definindo-o, ainda que parcialmente.

Em *não falta mais* cujo sujeito é também *algo* e a restrição, porém elípticos, o locutor sugere a existência de um referente pois *algo não falta mais*. No presente, a *falta* é negada, porém *algo* é mantido como *não identificado*, e também permanece entendido como *mais triste* e relativo ao episódio citado.

No prosseguimento do enunciado, o referente é desvelado: à *tragédia*, o que era *triste*, se acrescenta outro elemento – o *escárnio* – pois *à tragédia juntou-se o escárnio*, e esta composição é entendida como *ainda mais triste*. O *escárnio* corresponde, assim, ao que era *falta* e ora não é mais: *algo faltava, algo não falta mais. Algo é o escárnio*.

O locutor não define *algo* nas duas situações em que esta palavra se apresenta. A restrição situa-o em relação a *eu*, espaço e tempo, entretanto *algo* permanece como não-identificado. A existência de um referente está implícita em *não falta mais*, todavia o locutor não a expressa. Entretanto, no contexto enunciativo, *algo* se define. O locutor apresenta o *escárnio*, o que *se juntou à tragédia*, e o que era *triste*, tornou-se *ainda mais triste*. O interlocutor, assim, define *algo* por meio de outras palavras constantes no enunciado, posteriores à sua manifestação. *Algo* é um indefinido que, pelas relações que se estabelecem no enunciado, torna-se definido. Todavia, quando *algo* se define com o uso de *escárnio*, o locutor já havia promovido um efeito de sentido: *triste/ainda mais triste*.

6.2.3 *Enquanto alguns índios faziam o que muito senador quer e não consegue – meter o dedo na cara do ACM –, outros, portando celulares, instalavam uma bilheteria no acesso do monte Pascoal. Recuperavam o tempo perdido. Afinal, o capitalismo não é selvagem? Noutra banda, os sem-terra prometeram 500 invasões e fizeram algo que muitos com terra não tiveram tempo nem dinheiro para fazer: deslocaram-se de todo o Brasil para Porto Seguro. Devem ser as tais condições do capitalismo* (Correio do Povo, 28/4/2000, p. 4).

Algo que muitos com terra não tiveram tempo nem dinheiro para fazer é sintagma formado por núcleo – *algo* – e elemento periférico que expressa restrição. Este sintagma desempenha a função de complemento verbal.

São apresentadas duas proposições:

a) *noutra banda, os sem-terra prometeram 500 invasões;*

b) *e fizeram algo que muitos com terra não tiveram tempo nem dinheiro para fazer: deslocaram-se de todo o Brasil para Porto Seguro.*

Nelas, o sujeito gramatical é *os sem-terra*, entretanto na segunda, por ocasião da restrição a *algo*, outro sujeito gramatical se apresenta: *muitos com terra*. Com relação a estes sujeitos, verifica-se que, sobre *os sem-terra*, informa-se o que eles *fizeram* – *algo* –, e sobre *muitos com terra*, diz-se o que *não fizeram* (também *algo*).

No início do enunciado, em *enquanto alguns índios faziam o que muito senador quer e não consegue – meter o dedo na cara do ACM*, encontram-se semelhanças em relação a estas constatações: sujeito gramatical *alguns índios*, verbo *fazer*; sujeito gramatical *muito senador*, verbos *querer (fazer)* e *conseguir (fazer, cujo conteúdo é negado)*, sendo que o complemento verbal nas duas situações é o mesmo: *meter o dedo na cara do ACM*.

Desta forma, estes fatos organizam-se a partir de agentes diferenciados, a ação é *fazer* (a dos primeiros é afirmada, a dos segundos é negada) e o complemento do verbo é o mesmo em cada um.

Desta organização decorre a restrição a *algo* (processo que não é diferente do apresentado no início do enunciado, porém sem a presença de *indefinido*): serve para incluir agente diferente do apresentado e negar a realização de uma ação dada como

realizada pelo primeiro agente – simplificada, *sem-terra fizeram/ com terra não fizeram*.

Na proposição, apresentada esta contraposição que se estabelece por meio de *algo*, o que era dado como *indefinido* se define pois um aposto apresenta o que uns fizeram e outros não: *deslocaram-se de todo o Brasil para Porto Seguro*.

O sujeito, nesta enunciação, ao empregar *algo*, o apresenta como um *não-identificado* e desta forma o mantém porque, assim, promove a não-explicação e, também, a restrição, incluindo os elementos necessários à organização do enunciado: o outro agente, o *não fazer*. O seu dizer se centra sobre os agentes e suas ações. Este é o sentido que é tomado também pelo interlocutor, e se, no final, o que era até então indefinido se define, é porque o uso de *algo*, um *não-identificado*, já havia promovido o efeito necessário.

6.2.4 *Imaginem um país se preparando para o ano 2000 onde o presidente não preside, o ministro não ministra, os banqueiros não bancam (só emprestam para o governo), no qual os economistas não economizam, os empreendedores não empreendem, os auditores não auditam, os contadores não contabilizam, os investidores não investem (só especulam), os guardas não guardam, os zeladores não zelam, os contribuintes não contribuem, os pensadores não pensam, os pesquisadores não pesquisam, os educadores não educam e os estudantes não estudam. A chance de algo dar certo num lugar como esse é simplesmente 0%* (Veja, 15/12/1999, p. 20).

Algo faz parte de um sintagma periférico relativo ao nuclear *chance*. *De algo dar certo num lugar como esse* é um sintagma formado por vários sintagmas cujo papel é complementar o sentido do substantivo-núcleo, porém, para que tal ocorra, já que um *não-identificado* (*algo*) precisa o sentido de um *identificado* (*chance*), ocorrem, entre os sintagmas que constituem *de algo dar certo num lugar como esse*, uma série de articulações que determinam o sentido de *algo*:

a) *dar certo* – em que o sentido se restringe a uma qualificação do resultado a ser obtido, expressa em *simplesmente 0%*;

b) *dar certo num lugar* – em que o sentido se delimita a espaço;

c) *dar certo num lugar como esse* – em que, por meio da comparação, se estabelece um vínculo entre o lugar referido e o lugar anteriormente determinado no

enunciado, considerando-se o uso de *esse*, decorrendo desta comparação uma relação de similitude entre tempo e espaço.

Algo tem seu sentido restrito por articulações sintático-semânticas. O locutor apresenta-o com referência a um certo tempo, a um certo espaço, associando-o a um resultado determinado: *dar certo*. *Algo* é parcialmente definido, porque *eu*, bem como espaço e tempo expressos no sintagma e no enunciado determinam em parte seu sentido. O interlocutor atribui a *algo* sentido relacionado a contexto determinado e à qualificação expressa, definindo-o parcialmente.

6.2.5 *Difícilmente um índio é notícia ao ingressar numa universidade, ou mesmo ao se formar. Quando o índio faz algo de bom, o que geralmente sai na imprensa é o nome da Funai – Fundação Nacional do Índio.* (Zero Hora, 20/4/2000, p. 25).

Em *quando o índio faz algo de bom*, *algo* é termo nuclear de um sintagma que exerce a função de complemento verbal. *Algo* é seguido de expressão restritiva, constituída por *de* + adjetivo.

Quando o índio faz algo de bom indica o tempo em que se dá um fato: *o que geralmente sai na imprensa é o nome da Funai – Fundação Nacional do Índio*. Neste consta um advérbio – *geralmente* – que indica uma certa freqüência para a ação do verbo, porém não de forma absoluta.

A afirmação anterior a esta repete a mesma organização sintática, ainda que com pequenas alterações: um fato é apresentado no início, seguido por indicação de tempo (que se desdobra em forma de alternativas), e o advérbio *difícilmente* tem valor de negação, porém esta negação não é absoluta.

Estabelecendo-se relações entre as duas afirmações, verifica-se que:

a) *difícilmente o índio é notícia; o que geralmente sai na imprensa é o nome da Funai – Fundação Nacional do Índio* – estes são os fatos, que são temporalmente concomitantes, um é relativamente negado e o outro é relativamente afirmado, dada a noção de freqüência expressa pelo advérbio;

b) *ao ingressar numa universidade, ou mesmo ao se formar; quando faz algo de bom* – o tempo do fato que é negado, o tempo do fato que é afirmado, tempo que é o mesmo, dada a relação de concomitância entre os fatos, o que possibilita dizer *ingressar numa universidade, ou mesmo se formar* pode ser tomado como *algo de bom*.

Algo é indefinido enquanto palavra que não determina a referência, entretanto, com a presença de locução que adjetiva – *de bom* – tem sua extensão limitada ao que o locutor atribui valor. Assim, *algo de bom* apresenta o locutor implicado na atribuição de referência, definindo *algo*, pois no sintagma há uma restrição de caráter avaliativo, no enunciado há atribuição de valor ao que é referido. O interlocutor, pelas relações de sentido promovidas, toma *algo de bom* como *ingressar numa universidade, ou mesmo se formar*, e define *algo*.

6.2.6 *Dependendo de como for feita essa transição de governo, o cenário no médio prazo pode ser positivo, mas acredito que desta vez as elites brasileiras terão de entregar algo mais do que os dedos para evitar uma sucessão traumática* (América Economia, Especial Fundos, ago. 2000, p. 9).

Em as elites brasileiras terão de entregar algo mais do que os dedos para evitar uma sucessão traumática, tem-se a seguinte estrutura sintática: sujeito + verbo + complemento verbal + expressão adverbial. *Algo* é parte do complemento do verbo.

O complemento verbal é constituído por uma relação de comparação em que *algo* e *os dedos* são termos em contraste, entretanto, pelo caráter não determinado de *algo*, que expressa [- humano] *qualquer*, não há uma simples oposição, mas, além disto, a inclusão do segundo termo no primeiro. Assim sendo, *mais* não é um intensificador que indica desigualdade e superioridade, mas um quantificador. Este quantificador constitui sintagma junto com *algo*: *algo mais ou alguma coisa mais*.

À comparação mescla-se adição, e isto pode ser assim entendido: *as elites terão de entregar os dedos e terão de entregar algo mais (do que os dedos)*, ou ainda, *as elites terão de entregar não só os dedos, como também algo mais (do que os dedos)*.

Algo participa de um conjunto de elementos, e, deste conjunto, alguns elementos já estão determinados pois *as elites terão de entregar os dedos*; outros, não, ou seja, *algo mais*, outros elementos que não são determinados. Como *dedos* é [+ contável] e

participa do conjunto do que deverá ser entregue, *mais* quantifica *algo*: *mais outras coisas quaisquer*.

Algo, elemento nuclear, é um *indefinido*, é *uma coisa qualquer*; *algo mais* é um sintagma que, seguido por *do que os dedos*, determina o conjunto do qual *algo* participa, pela inclusão de *os dedos*; *entregar algo mais do que os dedos* é uma expressão na qual *algo* expressa indeterminação. Nela o locutor se insere e a remete ao interlocutor, pois sugere desconhecer o que deverá *ser entregue – algo –*, porém, apesar de desconhecer isto, diz que extrapola uma certa quantidade: *não apenas os dedos, algumas coisas mais*.

6.2.7 Rui recebia uma média de 2,7 demandas por dia, computando-se aí pedidos de aposentadorias e licenças – e fazia algo em torno de 3,7 favores. Isso significava que praticava caridade com o chapéu do Estado mesmo quando não era solicitado (Veja, 6/9/2000, p. 154).

Algo é o núcleo do sintagma *algo em torno de 3,7 favores*, que exerce a função de complemento verbal. É seguido por *em torno de 3,7 favores* que visa à restrição de seu sentido.

A expressão restritiva é formada por um identificado – *favores* – e por uma expressão que lhe confere quantificação. Isoladamente, *em torno de 3,7 favores* não indica precisão, pois a quantidade é variável, podendo coincidir com o valor que é expresso pelo numeral, ficar aquém ou além dele, desde que mantida uma proximidade. Entretanto, esta expressão, ao articular-se com *algo*, apresenta seus componentes exercendo relação semântica diversa da que desempenham entre si.

Favores atribui referência a *algo*, não *uma “coisa” qualquer*, mas pertencente ao conjunto *favores*. *Em torno de 3,7* promove um recorte neste conjunto, já não o conjunto inteiro, mas um valor igual ou próximo a 3,7.

Resumidamente, verificam-se as seguintes relações:

- a) *em torno de 3,7* determina *favores*, porém não o precisa quantitativamente;
- b) *em torno de 3,7 favores*, apesar da imprecisão relativa à quantidade, restringe o sentido de *algo*, reduzindo a referência a um subconjunto.

A restrição a *algo*, deste modo, permite ao sujeito a atribuição de referência: trata-se de elemento que tem como característica oscilação relativa à quantidade.

O locutor define *algo* pois lhe atribui referência, *algo* corresponde a *em torno de 3,7 favores*, todavia não define a expressão *algo em torno de 3,7 favores* porque não indica com exatidão a quantidade de *favores*. Para o interlocutor *algo* é definido, porém não expressa precisão.

6.2.8 *Isso prova que, aqui como na Babilônia, a loteria é vista como algo que tem parte com o sagrado* (Veja, 13/10/1999, p. 154).

O sintagma em que *algo* se apresenta, visa à qualificação de *a loteria*. É formado por um nuclear – *algo* – e por um periférico, que é um restritivo.

Como o sintagma qualifica o sujeito gramatical, ao caráter não específico de *algo* se junta uma restrição, cuja finalidade é a atualização de seu sentido: *algo* pertence ao conjunto das “*coisas*” que *têm parte com o sagrado*. Assim, a predicação de *a loteria* decorre da relação que se estabelece entre *algo* e o restritivo.

O sujeito, apesar disto, não precisa o entendimento que é tido de *a loteria*, atribuindo-lhe a indefinição expressa por *algo* pois, mesmo determinando o conjunto ao qual pertence – *o que tem parte com o sagrado* –, não expressa uma propriedade, já que *ter parte com* ou *relacionar-se com* indica apenas uma analogia entre *algo* e *sagrado*. O *não-específico* tem relação com o *específico*, porém não o é, não assumindo, assim, determinação.

O processo de predicação de *a loteria*, por outro lado, é semelhante ao que ocorre no sintagma-predicativo. *A loteria é vista como*, ou seja, sobre ela há *consideração* e não *atribuição*. Para *a loteria* também não é apresentada uma propriedade, não é dito ela *ser algo*, mas *ser tomada como algo*.

Algo é indefinido, tanto para o locutor como para o interlocutor, apesar da restrição. O que é apresentado como restritivo não é suficiente para atribuir-lhe referência, apenas aponta uma relação entre um *não-identificado* e um *identificado*.

6.3 TUDO

6.3.1 *Deus não mandou que ninguém vencesse, mandou que o homem tentasse. Mandou que o homem carregasse de entusiasmo tudo que fosse tocar em frente, como foi tocado à frente o Diário Gaúcho (Zero Hora, 18/4/2000, p. 75).*

Tudo, que é termo nuclear, e uma expressão restritiva – *que fosse tocar em frente* – constituem complemento do verbo *carregar*.

A restrição que se efetua em relação a *tudo*, determina o conjunto ao qual ele pertence: *as “coisas” que o homem fosse tocar em frente*. Desta forma, pela restrição se estabelece o conjunto, e pelo emprego de *tudo*, uma generalização relativa aos elementos deste conjunto.

O uso de *tudo* e de um restritivo possibilitam ao sujeito a atribuição de referência: um determina o conjunto e seus elementos, o outro promove a inclusão de todos estes elementos. *Tudo*, portanto, é definido pelo locutor e pelo interlocutor.

6.3.2 *“O Céu É o Limite” ia ao ar na TV Tupi, com J. Silvestre e Ilka Soares, então no auge da beleza e mocidade e que, entre os maridos, colecionou Anselmo Duarte e Walter Clark. A cada programa, compareciam três candidatos, aos quais os apresentadores formulavam três questões. A primeiro acerto, Silvestre dizia: “Resposta certa!”. No segundo, idem. Finalmente, no terceiro, tonitrocava: “Absolutamente certo!” e a platéia ia abaixo. Os prêmios chegavam realmente às nuvens. Se, porém, o candidato errava, perdia tudo (Correio do Povo, 12/4/2000, p. 4).*

Tudo é termo nuclear em sintagma que exerce a função de complemento do verbo *perder*.

Perdia tudo se relaciona a uma eventualidade: *se o candidato errava*. Nesta relação, está pressuposta uma implicação pois o fato apresentado – *perdia tudo* – é dependente de uma condição que, uma vez satisfeita, promove sua realização.

Além desta relação, outra se estabelece e se dá por meio de *porém*. Esta palavra promove uma relação de contraste entre *os prêmios chegavam realmente às alturas* e *se o candidato errava, perdia tudo*, que se situa principalmente nas expressões *os prêmios* (substantivo derivado do verbo *premiar* em que estão implicadas as noções de *conceder*

ou de *ganhar*) e *perder tudo*. É desta relação de contraste que se estabelece o sentido de *tudo* pois *perder tudo* corresponde a *perder os prêmios conquistados*.

O locutor define *tudo* ao empregá-lo como palavra que é complemento do verbo *perder*. *Perder tudo* significa *perder os prêmios*. O sentido de *tudo* se estabelece no enunciado, decorrente da oposição entre o sentido de *ganhar*, implícito em *prêmios*, e de *perder*. *Prêmios* e *tudo*, portanto, são co-referenciais. Assim, o interlocutor também define *tudo*.

6.3.3 *O acordo é satisfatório para as empresas, mas antes de tudo favorece os usuários das estradas, o povo gaúcho* (Zero Hora, 14/4/2000, p. 79).

Tudo faz parte da expressão adverbial *antes de tudo*. Esta expressão adverbial se relaciona a toda a afirmação que lhe segue: *(o acordo) favorece os usuários das estradas, o povo gaúcho*.

Esta afirmação se articula com a anterior – *o acordo é satisfatório para as empresas* – por intermédio de *mas*, que estabelece entre elas uma noção de contraste. Ambas tratam do acordo, ressaltando seus pontos positivos, entretanto a segunda é dada mais importância, devido à inclusão de *antes de tudo*.

Este sintagma adverbial, pelas palavras que inclui e pelas relações que estabelece na afirmação em que consta e entre afirmações que formam o enunciado, situa o acordo e os favorecimentos por ele propiciados em dois níveis: o primeiro relativo aos usuários das estradas; o outro, aos demais favorecidos, inclusive às empresas. Esta hierarquia se expressa pela ótica do locutor. *Antes de tudo* é, pois, uma expressão adverbial modalizadora, seu uso decorre de um julgamento feito pelo locutor, é ele quem avalia a situação – o acordo e o que propicia – e a apresenta como vantajosa aos usuários das estradas, sobrepondo-a a qualquer outra vantagem que possa ser auferida por quem quer que seja.

Tudo é empregado pelo sujeito com o sentido de *todas as “coisas”*, e este sentido decorre de ponto de vista do locutor ao argumentar pois *antes de tudo* ou *antes de todas as “coisas”* expressa o valor que é atribuído pelo sujeito àquilo que é tratado. Com o emprego de *tudo* nesta expressão, o locutor não visa à indefinição, mas ao

estabelecimento de uma posição relativa ao assunto: não está em questão o sentido de “coisas”, mas o de que, *antes de todas elas*, se situa um valor maior. O interlocutor toma *tudo* como o conjunto de todas as “coisas” às quais o favorecimento aos usuários se sobrepõe.

6.3.4 *Se as diferenças entre salários diminuíssem, ocorreria uma pequena melhoria na distribuição de renda, mas a produção não escoaria, porque não haveria renda suficiente para comprá-la. Tudo por causa da enorme carga de impostos* (Veja, 30/6/1999, p. 21).

Tudo é sujeito gramatical em *tudo por causa da enorme carga de impostos*, é elemento nuclear e por si só constitui sintagma.

No enunciado, é apresentada uma suposição cuja consideração desencadeia fatos contrastantes, já que um é tomado como positivo, e o outro, como negativo: *se as diferenças entre salários diminuíssem* – a suposição – *ocorreria uma pequena melhoria na distribuição de renda* – o fato positivo, que se contrapõe a (*se as diferenças entre salários diminuíssem*) *a produção não escoaria, porque não haveria renda suficiente para comprá-la* – o fato negativo.

Estas relações que, ao mesmo tempo em que indicam uma implicação, apresentam conseqüências que se opõem quanto à sua validade, derivam de um raciocínio desenvolvido pelo locutor, que quer, também, apontar uma causa para tal situação: *a enorme carga de impostos*.

Das relações que se estabelecem no enunciado, decorre o sentido de *tudo*: é o que é dito anteriormente: *tudo* retoma os raciocínios desenvolvidos para que seja apresentado o motivo para o entrave constatado, que foi explicitado por meio de contraposição.

Tudo, pois, é definido pelo sujeito. Seu sentido decorre do enunciado, é um resumitivo pois é co-referencial a toda afirmação anterior. Sendo um resumitivo, *tudo* é definido pelo interlocutor.

6.3.5 *Num país como o nosso, onde o nepotismo, a corrupção e o tráfico de drogas não são nenhuma raridade, a imunidade parlamentar é salvo-conduto para tudo que é ilícito* (Zero Hora, 24/11/1999, p. 11).

Tudo, em *tudo que é ilícito*, é nuclear e acompanhado por restritivo. Consta em enunciado constituído por sujeito, verbo *ser* e predicativo, do qual faz parte, além de expressão adverbial, que ocupa posição inicial.

Tudo tem seu sentido associado à restrição: corresponde a *todas as “coisas” que são ilícitas*.

A afirmação que é feita neste enunciado é contextualizada pelo locutor: encabeçando o enunciado é apresentado um lugar – um país ao qual o nosso se assemelha, em que *o que é ilícito, o nepotismo, a corrupção e o tráfico de drogas não são nenhuma raridade*. É nesta situação que o que é afirmado se inclui, e a propriedade que é apontada para a *imunidade parlamentar* se relaciona ao contexto apresentado: *ser salvo-conduto para tudo que é ilícito*. Daí porque *tudo* não significa apenas *todas as “coisas”*, mas *todas as “coisas” ilícitas*.

O locutor define *tudo*, que assim também é tomado pelo interlocutor: o que tiver como atributo *ser ilícito*, tem *a imunidade parlamentar como salvo-conduto*. A definição decorre principalmente da restrição apresentada, mas não só disto, também de *tudo*, que determina *conjunto*. Pela restrição este conjunto se associa ao espaço e tempo do enunciado, e *a imunidade parlamentar*, o que é descrito no enunciado e que tem *tudo que é ilícito* como parte da predicação, também se insere no que é dito como contexto.

6.3.6 *Frodo Baggins entrou livre e lampeiro na Inglaterra em 28 de fevereiro. O evento foi estampado há duas semanas em jornais influentes da Europa e dos Estados Unidos. Repare-se que Frodo pertence tão-somente à raça canina. Mas esse cachorro, com sobrenome e tudo, virou notícia porque é o primeiro animal doméstico estrangeiro a pisar em solo inglês sem passar por quarentena de seis meses* (Veja, 15/3/2000, p. 21).

Tudo constitui expressão restritiva, na qual desempenha função nuclear junto com um nome, ao qual se liga por *e*. O sintagma de que faz parte é periférico do sujeito gramatical.

No enunciado, se estabelece contraste devido à presença de *mas*. *Mas esse cachorro, com sobrenome e tudo, virou notícia porque é o primeiro animal doméstico a pisar em solo inglês sem passar por quarentena de seis meses* se opõe a *repare-se que Frodo pertence tão-somente à raça canina* que se caracteriza por:

a) apresentar verbo cujo significado é relativo a *observar atentamente, prestar atenção em*, conjugado no imperativo, o que indica que o locutor dirige-se ao interlocutor solicitando-lhe atenção – *repare-se* – a algo que lhe é dito;

b) apresentar, no complemento verbal – *que Frodo pertence tão-somente à raça canina* –, palavra que inclui o sujeito gramatical entre os caninos, ressaltando daí caráter exclusivo.

O contraste que se evidencia, decorre principalmente da restrição que é apresentada, na qual consta *tudo*: inicialmente, o locutor destaca que *Frodo pertence tão somente à raça canina*; depois, *esse cachorro* (veja-se que aqui não é empregado o nome próprio, que o singulariza, mas a referência se faz pelo genérico, a *raça canina*) tem *sobrenome*, o que é próprio de humano, e não só sobrenome, *sobrenome e tudo*.

Pela maneira como se constitui o restritivo, *sobrenome e tudo* ligados por *e*, portanto expressões de mesmo valor, entende-se *tudo* como *todas as “coisas”*, mas também *todas as “coisas”* no mesmo nível de *sobrenome*, que descreve o cachorro como um ser que tem prerrogativas de humano.

O locutor não define *tudo*, porém, pelas relações no enunciado e pela maneira como o sintagma se constitui, sugere que *tudo* pertence a um determinado conjunto de “coisas” que tornam o cachorro importante, especial, “coisas” que são próprias de [+humano]. Pelo efeito de sentido obtido no enunciado, que inclui, também, a intervenção do locutor, e no sintagma, o interlocutor toma *tudo* como parcialmente definido pois o relaciona ao conjunto implicitamente indicado.

6.3.7 *A diferença é que lá o produtor tem política agrícola confiável, garantia de preços, financiamento barato. Como se não bastasse tudo isso, tem a garantia, ainda, de muitos subsídios* (Zero Hora, 20/5/2000, p. 15).

Tudo faz parte do sujeito gramatical *tudo isso*. *Tudo* é termo periférico, *isso* é nuclear.

No enunciado, o locutor aponta o que é diferente *lá*, e a diferença é estabelecida com base na relação *possuidor-possuído*, decorrente do verbo *ter*. O *possuidor* é o *produtor*, e o *possuído* é constituído por uma enumeração: *política agrícola confiável, garantia de preços, financiamento barato*. A esta enumeração, mais um elemento se acrescenta com a repetição do verbo *ter*: *a garantia, ainda, de muitos subsídios*.

A inclusão deste outro dado aos já existentes é precedida por *como se não bastasse tudo isso*. Com esta expressão, o locutor indica condição, mas também comparação: compara o que foi enumerado com o que é acrescentado, retomando *política agrícola confiável, garantia de preços, financiamento barato* por meio da expressão *tudo isso*, e indicando, com o uso do verbo *bastar*, que os dados antes apresentados já são suficientes para a atribuição de *a diferença*. *Como se não bastasse tudo isso* representa a intervenção do locutor no que é dito, e *tudo isso* permite, também, verificar sua intervenção.

Em *tudo isso, isso*, por si só, promove a retomada do que fora afirmado como o que é *possuído* e, também por isto, já expressa noção de *conjunto*. *Tudo*, que também expressa *totalidade*, por juntar-se com *isso*, intensifica esta idéia.

O locutor define *tudo*, e para o interlocutor *tudo* é definido também, porque o sentido desta palavra decorre de sua relação, no sintagma, com *isso*, que é co-referente do que fora citado anteriormente: *tudo* é a enumeração. Além disto, *tudo*, ao expressar *conjunto*, noção já expressa por *isso*, demonstra que o locutor atribui valor ao que *isso* representa: *isso*, a *totalidade*, *já seria o suficiente*; *tudo isso* é a *totalidade* intensificada pelo *conjunto* que ela própria indica.

6.3.8 *Para alguns irlandeses, vejam só, o Brasil teria sido descoberto por um dos seus, por São Brandão, um abade do mosteiro de Chuain-Ferta que no século 6, em companhia de 14 ou 16 outros monges, ao tentar atravessar da Irlanda para a Escócia, saiu-se a vagar pelo oceano por seis meses, ou seis anos, seguidos. Aconteceu de tudo com aquele Ulisses de hábito e capucho (Zero Hora, 26/3/2000, p. 28).*

De tudo é sujeito gramatical em *aconteceu de tudo com aquele Ulisses de hábito e capucho*.

Segundo o *Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil*, de Silva Borba (1991, p.37), *acontecer* significa *passar a ser realidade, dar-se, ocorrer, suceder*, ao indicar *processo, na forma impessoal, com sujeito expresso por nome abstrato de ação ou processo*.

No enunciado, *acontecer* apresenta o significado acima, indica processo, está flexionado na 3ª pessoa do singular, entretanto o sujeito gramatical não corresponde ao que foi apontado pois, apesar de *tudo* ser *não-pessoa*, é antecedido por *de*, o que no verbete não está previsto.

Tudo dá indicação de *totalidade* e, assim entendido, corresponde ao *conjunto de todos os acontecimentos*. No sintagma, entretanto, precedido por *de – de tudo* – tem seu sentido restrito: do *conjunto de todos os acontecimentos* são tomados *muitos*. *De*, que expressa *partição*, um recorte no conjunto, e *tudo*, a noção de *totalidade*, constituem *de tudo*. É desta constituição do sintagma que decorre seu sentido.

De tudo representa uma quantidade intensificada. Os acontecimentos são *muitos*, porém são *tantos* que da noção de *totalidade* é retirada uma parte para expressar o quanto aconteceu.

Em *de tudo*, o sujeito não define *tudo* pois, ao restringir seu sentido, *uma parte de*, o que poderia ser considerado um *todo* deixa de sê-lo, daí a idéia de indefinição. *Os acontecimentos são muitos, uma grande quantidade*, e, para intensificar esta idéia, o sujeito usa *tudo*, o que representa o *todo*. *De tudo* expressa uma parte, e o sujeito recorta da noção de *totalidade* o seu sentido. *Tudo* é, assim, também indefinido pelo interlocutor.

6.4 NADA⁵⁰

⁵⁰ Propositamente não constam, neste trabalho, enunciados em que ocorrências de *indefinidos* que expressam negação se associam a outras palavras que também expressam este sentido. Se este procedimento não fosse por nós adotado, teríamos de estudar outros fenômenos linguísticos para o

6.4.1 *O caráter nefasto do neoliberalismo fica bem exemplificado quando se sabe que, ao longo dos anos 90, foram fechados cerca de 3,3 milhões de postos de trabalhos formais na economia brasileira, sendo que desde que FHC assumiu, em 1995, foi contabilizada uma queima de nada menos de 1,8 milhão de empregos formais (Caced/Ministério do Trabalho) (Correio do Povo, 21/5/2000, p. 4).*

Nada é termo periférico em relação à *queima*, o núcleo do sujeito, mas nuclear no sintagma em que está contido. No sintagma, é um dos termos por meio dos quais se estabelece comparação.

Em *nada (é) menos que 1,8 milhão de empregos formais (é)*, *nada* é o elemento que contrasta com *1,8 milhão de empregos formais*. Se o elemento com que contrasta é um quantitativo e *nada é menos* do que esta quantidade, *nada* toma o lugar de um valor que não tem existência, portanto o menor valor que pode ser referido é aquele que é – *1,8 milhão de empregos formais* –, e *nada* indica ausência de referência.

Por outro lado, a comparação da qual participam *nada* e o valor citado, é relativa ao verbo *contabilizar*, que remete à exatidão do dado numérico já que, significando *escrever em livros apropriados*, apresenta *complemento expresso por agente designativo de fatos relativos à atividade econômica* (Silva Borba, 1991, p. 332). Desta forma, *nada menos*, que se contrapõe a um valor que é preciso, expressa o que representa este valor: se *nada (é) menos*, então este valor é ressaltado, e é muito.

Nada, representando ausência de referente, não pode ser tomado como não-determinado, principalmente ao participar da expressão *nada menos* que, por meio da comparação, indica o que é – *1,8 milhão de empregos formais* –, e porque, ao indicar que *menos não é*, reforça o valor apontado. O sujeito, ao empregar *nada menos*, provoca um efeito de sentido: ao mostrar ausência de valor menor, destaca o que representa o valor apontado. *Nada* para o interlocutor significa *ausência de valor menor* do que o citado pelo locutor.

6.4.2 *Na América Latina, o modismo do dia é dizer que o neoliberalismo é responsável pela agravação da exclusão e da pobreza. Nada mais idiota (Veja, 5/8/1998, p. 23).*

Nada é elemento nuclear de expressão que, no enunciado, promove comparação: *nada mais idiota*.

No enunciado, o sujeito afirma que *na América Latina, o modismo do dia é dizer que o neoliberalismo é responsável pela agravação da exclusão e da pobreza* e nega que possa haver qualquer dito que possa ser mais idiota do que *dizer que o neoliberalismo é responsável pela agravação da exclusão e da pobreza*. Ao comparar por meio de *nada mais idiota*, o sujeito contrasta dois elementos: *o que é dito* e *nada*; *idiotia* é o termo da comparação. Deste modo, expressa que considera *idiotia* o que é dito, pois *nada* pode ser mais. Se *nada pode ser mais*, *nada* expressa que inexistente referência.

O sujeito, por intermédio desta expressão, promove um efeito de sentido pois, se *nada é mais*, *o que é* tem sua caracterização intensificada, não sendo possível superá-la. E disto decorre o sentido de *nada*: o que não tem existência. O interlocutor, devido à relação estabelecida no enunciados, percebe o valor que é atribuído pelo sujeito ao que é dito *atualmente, na América Latina*, ou seja, *ao modismo do dia*.

6.4.3 *Deixando de lado a fantasia, caímos na realidade. E esta nada tem de glamourosa* (Zero Hora, 29/4/2000, p. 13).

Nada de glamourosa é complemento verbal no qual *nada* é nuclear e *de glamourosa* é restritivo. Apesar desta relação entre termos, o primeiro encontra-se anteposto ao verbo, e o segundo, posposto. O verbo, que é *ter*, indica estado e relaciona *possuidor-possuído*, associando o sujeito gramatical – *a realidade (esta)* – à caracterização – *nada tem de glamourosa*.⁵¹

Considerando o restritivo, *nada* diz respeito ao conjunto de “*coisas*” que são *glamourosas*. Como o verbo expressa estado, esta indicação é remetida ao sujeito gramatical: *nada de glamourosa* é característica atribuída à *realidade*, porém do

⁵¹ Silva Borba (1991, p. 1285), ao estudar usos do verbo *ter*, verifica que este verbo, ao indicar estado, estabelecendo relação *possuidor-possuído*, apresenta complemento formado por quantificador indefinido + *de* + nome concreto, com o sentido de *ser parecido com*. Moura Neves (2000, p. 578) aponta usos em que *nada + de + adjetivo* forma expressão que indica que situações, eventos ou atividades não apresentam qualidade expressa no adjetivo. Tais usos diferem do apresentado pelo enunciado analisado devido à forma como o sujeito o organiza – *nada + ter + de + adjetivo* – já que o verbo se interpõe entre *nada* e o restritivo.

conjunto de “*coisas*” que são *glamourosas* nenhum elemento tem existência porque *nada* nega à *realidade* referência no conjunto de “*coisas*” que são *glamourosas*.

O locutor emprega *nada* significando “*coisa*” *nenhuma*. Este emprego concorre para enfatizar que a *realidade* não apresenta a qualidade expressa pelo restritivo, e isto também se evidencia pela posição que as palavras ocupam. O locutor promove, assim, um efeito de sentido que decorre de *nada tem* (pois *tem nada* seria outra coisa): o sentido da palavra por si mesma, o sentido da palavra em um lugar. O interlocutor, por meio de *nada*, não atribui a qualidade expressa à *realidade*, pois *nada* expressa a inexistência desta qualidade.

6.4.4 *Padre Vieira, ao retornar, esperava um clamor de indignação da corte para com os maus-tratos que os reinóis os fizeram padecer na colônia. Mas que nada. Acolheu-os a indiferença e um dar de ombros (Zero Hora, 9/5/2000, p. 17).*

Mas que nada constitui expressão na qual *nada* é elemento nuclear. *Mas*, que inicia a expressão, indica idéia de oposição.

Mas que nada constitui uma intervenção do locutor. O restante do enunciado, marcado pelo tempo passado, difere desta expressão em que não há tal indicação. *Que* indica intensificação.

Devido à presença de *mas*, o locutor contrapõe uma idéia ao que fora afirmado anteriormente, em que o verbo *esperar* significa *ter expectativa de*. *Nada*, que indica que não há referente, remete esta ausência ao complemento verbal de *esperar*, ou seja, expressa que a expectativa do agente não se concretizou. Assim, *mas* introduz uma oposição, porém não extensiva à afirmação inteira, apenas relativa a uma parte pois, no tempo e no espaço explicitados – *ao retornar* –, o que era esperado não tem referência, não faz parte do conjunto de situações relativas ao contexto.

O que segue – *acolheu-os a indiferença e um dar de ombros* – é um prolongamento da afirmação primeira. Funciona como um aposto, retomando o discurso inicial e, ao mesmo tempo, preenchendo o vazio deixado pelo que foi negado: no contexto do discurso, este fato tem referente. Assim, *mas que nada* não só indica que a

expectativa não teve lugar no contexto, mas também dá destaque à apresentação do que ocorreu.

Mas que nada estabelece relação no enunciado, opondo o clamor da indignação à indiferença da acolhida. *Nada* indica que o primeiro não tem referente e, porque não o tem, o segundo apresenta-a.

O locutor, ao empregar *mas que nada*, relaciona referência, tempo e espaço do enunciado, destacando o tratamento dado pela corte aos procedimentos adotados pelos reinóis da colônia em relação aos jesuítas. E porque *mas que nada* é uma expressão de relação, disto decorre seu sentido, não havendo possibilidade de dissociar os elementos que a compõem. O interlocutor, a partir de *mas que nada*, que contém *nada*, não atribui referência ao que era esperado, mas ao que é explicitado como acolhida.

6.4.5 *Como não é justificável moralmente voltar atrás, revogando leis justas, mexa-se no sistema, no processo e em seus atores, obstaculizando a aplicação das normas e, conseqüentemente, a punição dos culpados. Nada sutis nem originais as estratégias adotadas relativamente ao Ministério Público, como exemplificadamente (...)* (Zero Hora, 19/4/2000, p. 25).

Em nada sutis nem originais, *nada* é periférico relativo ao nuclear *sutis*. Esta expressão predica o sujeito gramatical.

Nada, que com *sutis* constitui sintagma, não tem apenas seu sentido adstrito a ele. O sentido de *nada* é extensivo ao sujeito gramatical, não só, mas também porque a expressão na qual consta caracteriza o sujeito: *nada* expressa negação em relação a *sutis* e, já que *as estratégias adotadas relativamente ao Ministério Público* não têm relação com o conjunto de “coisas” que são *sutis*, como tal não podem ser referidas. Tais *estratégias*, em face do citado conjunto, correspondem a “coisa nenhuma” que pertença a ele, em nenhum aspecto são *sutis*, portanto, assim, não podem ser qualificadas. Em *nada sutis*, não se tem apenas negação, mas a impossibilidade de qualificar como *sutis*.

O locutor emprega *nada* indicando negação, entretanto, por meio desta palavra, por significar *nenhuma* “coisa”, intensifica este caráter porque nega expressando ausência: as *estratégias* por ele citadas não são *sutis* porque nelas não há *nenhuma* “coisa” que expresse *sutileza*. Este também é o sentido atribuído a *nada* pelo

interlocutor: “*coisa*” *nenhuma* relativa a *sutil*, qualidade que a palavra *estratégias* não apresenta.

6.4.6 *Imaginem só a situação em que viveríamos hoje se aos excluídos da lei de 1892 tivessem sido dados os mesmos direitos dos comerciários. Teríamos intermináveis e monótonos domingos sem os cinemas, os parques de diversão, os pedalinhos da Redenção, os restaurantes. E nada de bares e açougues. Nem Parque Saint Hilaire, nem Zoológico, nem Jardim Botânico (Zero Hora, 19/1/2001).*

Nada é termo nuclear da expressão *nada de bares e açougues*. *De bares e açougues* é uma expressão restritiva.

Em *teríamos intermináveis e monótonos domingos sem os cinemas, os parques de diversão, os pedalinhos da Redenção, os restaurantes*, o verbo *ter* estabelece relação possuidor-possuído. O possuidor é nós, e o possuído é o tempo: *domingos*. Do tempo, são promovidas exclusões: *sem os cinemas, os parques de diversão, os pedalinhos da Redenção, os restaurantes*.

E nada de bares e açougues que, pela presença de *e*, sugere a continuidade da enumeração, tem sentido diverso dos demais elementos citados pois o locutor, por meio de *nada*, intensifica a exclusão. *Bares e açougues*, pela ausência de artigo, são genéricos e dizem respeito à categoria de estabelecimentos comerciais; *de bares e açougues*, o restritivo, representa o conjunto destes estabelecimentos comerciais; *nada*, o núcleo da expressão, evidencia que o locutor não atribui referência a *bares e açougues* num determinado contexto. Aos primeiros elementos da enumeração, o locutor atribui ausência aos domingos – *sem*; a *bares e açougues* atribui inexistência aos domingos.

O locutor atribui a *nada* o sentido de *nenhuma “coisa”*; devido à restrição, a expressão *de bares e açougues* é entendida como *nenhum bar e nenhum açougue*. No enunciado, entretanto, *nada de bares e açougues* intensifica a idéia de *impossibilidade de acesso a estes estabelecimentos comerciais*. Com o uso de *nada* – a noção de *inexistência* – o locutor ressalta o quanto representa o fechamento de *bares e açougues aos domingos*. *Nada*, assim, é definido pelo locutor; são *bares e açougues*. O interlocutor, deste modo, toma *nada* como definido.

6.5 NINGUÉM

6.5.1 *Ninguém, nem os médicos, nem a mulher, nem o presidente da República se atrevem a obrigar Covas a deixar o cargo porque se conscientizaram de que isso equivaleria a ele deixar a vida* (Zero Hora, 22/1/2001).

Ninguém é núcleo de sintagma anteposto ao sujeito gramatical que se apresenta como enumeração. O sujeito gramatical, em relação a *ninguém*, é um restritivo.

Ninguém corresponde a um conjunto de pessoas: *os médicos, a mulher e o presidente da República*. *Os médicos, a mulher e o presidente da República* restringe o sentido de *ninguém*. Deste conjunto, nenhuma das pessoas citadas é tomada como referente para *se atrever a obrigar Covas a deixar o cargo (...)*.

Além desta relação *elemento/conjunto*, o sujeito gramatical apresenta a repetição de *nem* atribuindo aos elementos, enquanto conjunto, a noção de adição e, a cada elemento, a negação. Neste sentido, *nem* também contribui para o vínculo que o sujeito gramatical mantém com *ninguém*: é o conjunto dos elementos e também não é elemento algum.

O locutor atribui destaque a *ninguém* porque é elemento primeiro no enunciado, resume a idéia principal da afirmação pois indica que não há referente [+humano] para *atrever-se a obrigar (...)*, e tem como restritivo um conjunto determinado.

Ninguém é definido pelo locutor por meio de restritivo: é *os médicos, a mulher e o presidente da República*; o locutor, entretanto, ao empregar *ninguém*, pela forma como organiza o enunciado e pelas relações que esta palavra mantém com as demais, destaca que *ninguém* corresponde a *nenhuma pessoa*. É a partir desta noção que constrói o enunciado. Para o interlocutor *ninguém* é definido pois corresponde à enumeração apresentada.

6.5.2 *Esse crédito, aliás – principalmente na conjuntura atual –, precisa ser bem flexível ao ser regulamentado a cada ano e trabalhar com a hipótese de estudantes inadimplentes, porque ninguém sabe o que pode acontecer de uma hora para outra com nossa economia e com a já pequena renda familiar* (Correio do Povo, 29/3/2000, p. 4).

Ninguém é elemento nuclear e único do sintagma que é sujeito gramatical. Seu sentido é *nenhuma pessoa* porque não há referente [+humano] ao qual possa ser atribuído o fato expresso.

É este o sentido que lhe é dado pelo locutor, e o interlocutor também o entende como a ausência de referente.

Este uso se enquadra no que os estudos clássicos consideram como *indefinido*: *ninguém* corresponde a *nenhuma pessoa*.

6.5.3 Já escrevi inúmeras crônicas afirmando que o eixo do problema brasileiro está justamente na falta de qualquer controle populacional, as pessoas são incentivadas a multiplicar a prole sem ter condições para sustentá-la. Mas parece que essa verdade não comove ninguém, nenhuma medida de profundidade é tomada para conscientizar e educar as populações pobres a terem menos filhos, é pregar no deserto (Zero Hora, 16/12/1999, p. 111).

Ninguém é núcleo do complemento verbal em *essa verdade não comove ninguém*.

O enunciado inicia com *já escrevi inúmeras crônicas* em que o sujeito gramatical é *eu*. O complemento verbal – *crônicas* – apresenta um restritivo, o qual inclui a posição do sujeito pois a afirmação que é feita – *o eixo do problema brasileiro está justamente na falta de qualquer controle populacional, as pessoas são incentivadas a multiplicar a prole sem ter condições de sustentá-la* – decorre do locutor.

Mas parece que essa verdade não comove ninguém, nenhuma medida de profundidade é tomada para conscientizar e educar as populações pobres a terem menos filhos, é pregar no deserto, que inicia por *mas*, se contrapõe à afirmação apresentada. Esta contraposição se viabiliza a partir do sujeito gramatical – *que essa verdade não comove ninguém* – em que *essa verdade* expressa a retomada da posição do locutor, e *não comove ninguém*, a oposição propriamente dita, somando-se a ela uma outra afirmação com a qual estabelece uma relação de causa-conseqüência: *nenhuma medida de profundidade é tomada para conscientizar e educar as populações mais pobres a terem menos filhos*, na qual o agente está apagado, podendo ser entendido como *ninguém*.

O sentido de *ninguém* decorre destas relações que se dão no enunciado: da oposição à opinião do locutor e da consequência que isto acarreta. *Ninguém*, que em *não comove ninguém* pode ser tomado como *nenhuma pessoa*, tem seu sentido restrito: são os que não se comovem com a verdade apresentada pelo locutor e, por não se comoverem, não tomam nenhuma medida de profundidade para conscientizar e educar as populações mais pobres a terem menos filhos.

O locutor define *ninguém*. Promove um efeito entre o *não dito* e o *sugerido*. *Ninguém* é apresentado pelo locutor como *nenhuma pessoa*, um referente [+humano] que não tem existência, porém o enunciado, embora o locutor, usando como subterfúgio a sintaxe, continue a não dizer, determina o conjunto ao qual *ninguém* pertence: são os que, por não se comoverem com a afirmação que o locutor julga verdadeira, não tomam medidas com o intuito de sanar o problema apontado. *Ninguém* são os que têm a responsabilidade de tomar estas medidas. O interlocutor também define *ninguém*, atribuindo-lhe o sentido de *nenhuma pessoa do conjunto dos que não se comovem e não tomam medidas*.

6.5.4 Já quase ninguém sobrevive entre os que viram Lara (Zero Hora, 29/11/1999, p. 55).

Ninguém é elemento nuclear do sujeito gramatical. Constitui sintagma com *quase*, e o enunciado apresenta, também, uma expressão que restringe seu sentido: *entre os que viram Lara*.

Quase ninguém, a partir da restrição, significa *quase nenhuma das pessoas que viram Lara*. *Quase* expressa muito próximo de um limite, e este limite é *nenhuma pessoa das que viram Lara*. *Quase* e *ninguém*, formando sintagma, constituem uma expressão quantitativa que se marca pela indefinição pois tal quantidade não é conhecida nem precisa. Deste modo, há os que viram Lara, mas são muito poucos.

Para o locutor o sentido de *quase ninguém entre os que viram Lara* é de poucas pessoas que viram Lara. Assim, o locutor define parcialmente *ninguém*: é definido enquanto elemento pertencente a um conjunto – *entre os que viram Lara* –, é indefinido porque *quase* introduz na expressão uma idéia de quantidade, que não é determinada. O

interlocutor define parcialmente *ninguém*: são elementos pertencentes a um conjunto – *entre os que viram Lara* –, são *poucos* e não são determinados.

6.6 ALGUM

6.6.1 Na França, o gabinete socialista do primeiro ministro Lionel Jospin acaba de anunciar o texto de um projeto de reforma constitucional nos seguintes termos: “A lei favorece igual acesso dos homens e das mulheres aos mandatos e funções”. Esse texto, resultado de uma promessa eleitoral, será submetido até o fim do ano, ou à Assembléia Nacional, ou, como querem *alguns*, a um referendo popular e, uma vez aprovado, possibilitará a aprovação de leis e regulamentos que obrigarão os partidos a equilibrar o número de mulheres e homens em suas listas de candidatos (Veja, 1/7/1998, p. 170).

Alguns é termo nuclear do sujeito de *como querem alguns*. Constitui sozinho o sintagma. Apresenta-se na forma masculina e no plural.

Este sintagma consta em uma expressão intercalada que indica idéia de conformidade e que constitui um comentário do locutor sobre uma das alternativas a partir das quais *esse texto* será submetido à aprovação: *alguns querem que esse texto seja submetido a um referendo popular*.

No enunciado, quando *esse texto* está contido em uma afirmação, não há possibilidade de o agente ser determinado:

a) em *esse texto, resultado de uma promessa eleitoral, será submetido até o final do ano, ou à Assembléia Nacional, ou, como querem alguns, a um referendo popular* apresenta passiva e apagamento do agente;

b) em *uma vez aprovado*, o agente também não consta;

c) em *possibilitará a aprovação de leis e regulamentos*, *esse texto* é agente causativo.

Também, em *como querem alguns*, *alguns* se caracteriza por:

a) expressar indefinição, indicando que, de um conjunto, alguns elementos são tomados;

b) referir *não-identificado* cuja marca é [+humano], e isto se dá por meio do sentido do verbo e de seu complemento;

c) indicar que o *não-identificado* é genérico pois, em se tratando de [+humano] e não havendo nome ao qual *alguns* se relacione, não é possível determinar se são homens ou mulheres os que desejam o referendo popular.

O sentido de *alguns*, então, é *algumas pessoas quaisquer*.

O locutor não define *alguns*, assim como o contexto não apresenta nenhum dado que permita identificá-lo. E o comentário introduzido pelo locutor no enunciado, no qual *alguns* é elemento constituinte, visa também, como todos os demais sintagmas, não importa de que natureza, dizer sobre *esse texto*. Para o interlocutor *alguns* também é indefinido.

Alguns, no enunciado, representa o que classicamente se entende por *indefinido* pois seu sentido não permite precisar de que *pessoas* se trata: são *pessoas quaisquer*.

6.6.2 *ÉPOCA se considera bem servida em matéria de bons textos. Marcos Sá Corrêa, Zuenir Ventura, Ricardo Kotscho, Eduardo Bueno – eis alguns nomes que antecipam leituras refinadas* (Época, 27/3/2000, p. 19).

Alguns é periférico em expressão cujo núcleo é *nomes*.

Nomes, o substantivo ao qual *alguns* acompanha, tem seu sentido relacionado à restrição expressa por *que antecipam leituras refinadas*. Esta palavra e seu restritivo – *nomes que antecipam leituras refinadas* – designam, pois, um conjunto específico de *nomes*.

Alguns, participando desta expressão, promove um recorte neste conjunto: dos elementos que o constituem, alguns elementos são tomados.

Entretanto *alguns nomes que antecipam leituras refinadas* estão definidos no enunciado pois a enumeração que precede esta expressão se encarrega de especificá-los. Além disto, está a relacioná-las a palavra *eis*, que as situa temporal e espacialmente.

Empregando *alguns* o locutor não indefine. Considera um conjunto e deste conjunto apresenta uma seleção de elementos, sugerindo a existência de outros. Seleção implica definição, e o que não é definido são os outros elementos que pertencem ao conjunto e que não são apresentados. O uso de *alguns*, assim, promove sentido em dupla direção: é definido *no* e *pelo* contexto do enunciado – pela restrição, pela enumeração e pelo espaço e tempo expressos no enunciado (*eis*) –, é indefinido porque sugere a existência do que o locutor não diz: outros. O interlocutor também assim considera: há um conjunto do qual alguns elementos são conhecidos, havendo a possibilidade de complementação.

6.6.3 *Fazia algum tempo que não ia a Londres, onde estivera várias vezes, aliás, não só na capital inglesa, mas em várias regiões da Grã-Bretanha* (Zero Hora, 15/5/2000, p. 15).

Algum é termo periférico, forma sintagma com um nome, que é *tempo*. Este sintagma participa como complemento de expressão de tempo em que *fazer* significa tempo transcorrido: *estar a, estar distante (temporalmente), ter passado* (Silva Borba, 1991, p. 748).

O verbo *fazer*, em tal acepção, e o complemento que designa *período de tempo* constituem uma expressão que indica indefinição, porém *algum* determina *tempo*, indicando maior distanciamento em relação ao tempo da enunciação. *Algum*, do mesmo modo que não especifica quanto tempo decorreu, daí porque indefine, participando do caráter de não-determinação da expressão, em sua relação com o termo nuclear do sintagma, dá indicação sobre presente-passado.

O locutor emprega *algum* com este duplo sentido; como palavra que não define, porque o sujeito não quer ou não pode precisar; como palavra que determina outra para situar o passado, que é próprio da expressão, em relação ao presente da enunciação. Para o interlocutor *fazia algum tempo* significa, também, *fazia bastante tempo*, um tempo não determinado, porém distante.

6.6.4 *Este foi um argumento válido entre 1850 e 1989, quando o discurso marxista ainda encantava alguns setores* (Zero Hora, 15/4/2000, p.21).

Alguns é termo periférico de complemento verbal. Constitui sintagma com *setores*, o termo nuclear.

Esta palavra indica que, do conjunto formado por *setores*, uma certa quantidade de elementos é tomada. Não especifica *setores*, expressando indefinição quanto aos elementos referidos, e, também, porque o sintagma é plural, expressa indefinição quanto à quantidade dos mesmos.

O locutor, ao empregar *alguns*, indefine *setores* em dois aspectos: promove um recorte no conjunto, mas não determina os elementos a que se refere; ao recortar o conjunto, toma mais de um elemento, mas também não os define pois não determina a quantidade. Para o interlocutor, *setores* também não é definido pois *alguns* indica *uma certa quantidade de setores quaisquer*.

6.6.5 *Leio na Britânica que a cocaína é um alcalóide. Alcalóides são substâncias extraídas de certos vegetais, algumas das quais criam dependência* (Correio do Povo, 23/5/2000, p.4).

Algumas das quais (*algumas das substâncias extraídas de certos vegetais*) é sujeito gramatical de *algumas das quais criam dependência*. Neste sintagma, *algumas* é elemento nuclear; *das quais* lhe serve de restritivo.

Esta expressão indica que do conjunto das *substâncias extraídas de certos vegetais* é tomada uma parte, e sobre ela é dito que *criam dependência*. Desta forma, se esta expressão determina a existência deste subconjunto, pressupõe-se a existência de outro: o *das que não criam dependência*. Assim, *algumas*, na expressão em que se insere, determina referente.

Apesar de esta expressão determinar subconjuntos no conjunto de tais *substâncias*, *algumas* é um *não-identificado* pois do conjunto das *substâncias extraídas de certos vegetais* elementos são tomados sem que sejam determinados quais e quantos. *Algumas*, então, expressa indefinição não só em relação ao conjunto, como também em relação ao subconjunto que é determinado a partir da expressão em que consta.

O locutor não define *algumas* pois emprega esta palavra atribuindo-lhe noção de quantidade indefinida, indefinindo também os elementos que, tomados de um conjunto, vêm constituir um subconjunto deste. Embora a indefinição relativa à palavra, a expressão que constitui, atribui referência a um subconjunto, o das *substâncias que criam dependência*. O interlocutor define parcialmente *algumas*: são *substâncias* não determinadas que *criam dependência*.

6.6.6 *No dia 7, procurei por uma repreensão pública do bispo responsável pelas pastorais sociais às suas ovelhas. Silêncio. Tive certeza, então, de que, nas edições vindouras, alguma autoridade eclesiástica registraria sua discordância* (Correio do Povo, 13/4/2000, p.4).

Alguma é elemento periférico de sintagma que é sujeito gramatical. Tal sintagma ainda é constituído por nome comum, que é núcleo, e adjetivo.

Neste sujeito, o adjetivo tem como função classificar o nome: no conjunto de pessoas identificado pelo nome *autoridade*, o adjetivo indica uma subcategoria, a *eclesiástica*. Desta forma, *autoridade eclesiástica* corresponde a um genérico.

O emprego de *alguma*, em relação à *autoridade eclesiástica*, expressa referência a um elemento qualquer desta classe, e assim *alguma autoridade eclesiástica* constitui um *não-identificado*.

O locutor não define *autoridade eclesiástica* por meio do uso de *alguma* pois *alguma autoridade eclesiástica* indica qualquer elemento do conjunto referido. Para o interlocutor *alguma* é *uma pessoa qualquer*, desde que seja *autoridade eclesiástica*.

6.7 NENHUM

6.7.1 *Nenhuma polícia tem sido mais eficiente que a polícia montada do Canadá, exemplo herdado de França e Inglaterra* (Zero Hora, 27/3/2000, p.18).

Nenhuma faz parte do sujeito gramatical *nenhuma polícia*, no qual é periférico.

No enunciado é feita comparação entre *nenhuma polícia* e *a polícia montada do Canadá*. O termo da comparação é *eficiente*, e com *nenhuma polícia tem sido mais*

eficiente, se estabelece um limite superior de *eficiência*. Neste limite, se situa *a polícia montada do Canadá* pois nenhuma outra *é mais*. É deste limite que trata o enunciado. Admite-se *eficiência* à *polícia*, supõe-se uma escalaridade relativa à *eficiência* e no ponto superior é colocada *a polícia montada do Canadá*. Em *nenhuma polícia*, é feita referência ao conjunto formado por *polícia*, porém deste conjunto nenhum elemento é tomado pois *nenhuma* se iguala ou supera *a polícia montada do Canadá*. *Nenhuma*, em *nenhuma polícia*, nega referência a qualquer elemento do conjunto porque nenhum deles se posiciona junto ou acima da *polícia montada do Canadá* na escala sugerida, todos ficam aquém.

Nenhuma, em *nenhuma polícia*, corresponde a *nenhum elemento do conjunto polícia*. Este sentido decorre do sintagma porque se afirma a existência de conjunto do qual nenhum elemento é referido, como também do enunciado porque a referência não é atribuída considerando-se *a polícia montada do Canadá*, à qual, ao ser comparada às demais, tendo-se em vista *ser eficiente*, *nenhuma* se iguala.

O locutor define parcialmente *nenhuma* em *nenhuma polícia* porque determina a existência do conjunto *polícia*. Definido o conjunto, nega referência a qualquer elemento deste, ao estabelecer comparação. O sentido de *nenhuma* decorre do enunciado e corresponde à *inexistência de polícia que seja mais eficiente que a polícia montada do Canadá*. O interlocutor também considera *nenhuma*, em *nenhuma polícia*, parcialmente definido porque determina o conjunto – *polícia* –, porém do conjunto não toma elemento algum pois nada se iguala ou supera a *polícia montada do Canadá* quanto à *eficiência*.

6.7.2 *Quem nunca acreditou que o Brasil fosse uma espécie de paraíso terreal foram justamente os padres, os jesuítas. Não que não se deliciassem com a beleza das coisas, pelo céu azulíssimo, a brisa gostosa da beira-mar, e pela ausência daquele vento cortante, gelado, das Europas. É que para eles, homens de Deus, a safadeza aqui reinante era excessiva. A gente avermelhada sempre nua, com as impudências à mostra, o sorriso convidativo das nativas, “cevando as queixadas bestiais em corpos humanos”, como disse Anchieta, exalava o pecado e não a santidade. Bastava-lhes ver o olho líbrico do português, casanova nos trópicos, ávido de índias, descalçando-se, jogando-se nos riachos e nas ribeiras atrás delas na hora do banho, para perceberem que além de “quebrantarem as leis santas da mãe natureza e os divinos preceitos do Pai onipotente”, nem toda a água benta do mundo purificaria a perdição e a sem-*

vergonhice do chão recém descoberto. Paraíso coisa nenhuma. Era, isso sim, a Terra do Diabo! (Zero Hora, 16/3/2000, p. 28).

Nenhuma é elemento periférico em *coisa nenhuma*, expressão que consta em outra: *paraíso coisa nenhuma*.

No enunciado, é apresentada opinião dos jesuítas, contrária à idéia de o Brasil *ser paraíso*. Esta qualidade é por eles negada – *quem nunca acreditou que o Brasil fosse uma espécie de paraíso terreal foram justamente os padres, os jesuítas* –, porque baseada em característica intrínseca a *ser paraíso* – lugar santo, sem pecado – atribuída por estes padres, *homens de Deus*, o que o Brasil, segundo eles, não possuía: *a safadeza aqui reinante era excessiva, a gente avermelhada (...) exalava o pecado e não a santidade, nem toda a água benta do mundo purificaria a perdição e a sem-vergonhice do chão recém descoberto*.

O enunciado se organiza, apresentando julgamento que os jesuítas faziam sobre o Brasil – *não ser paraíso* –, seguido por enumeração de fatos observados pelos padres que não se coadunam com o que consideram *ser paraíso*, sendo alguns destes fatos marcados por aspas, representando a palavra dos religiosos.

Com a expressão *paraíso coisa nenhuma*, o que foi exposto via argumentação é retomado resumidamente – *paraíso não era* –, e desta expressão participam o locutor e a *não-pessoa* por ele referida, os jesuítas. A *paraíso coisa nenhuma*, ao que *não era*, segue-se o que *era*: *era, isso sim, a Terra do Diabo*. A negação e a afirmação relacionam-se a valores atribuídos pelos padres, que opõem *paraíso/Terra do Diabo*, avaliando espaço-tempo; o espaço-tempo do enunciado – *era* – é atribuído pelo locutor pois relativo ao tempo da enunciação: *Brasil, naquela época, era*.

Nenhuma, em *paraíso coisa nenhuma*, expressão em que os elementos não podem ser vistos separadamente, representa a negação a *ser paraíso*. Esta qualificação, segundo os jesuítas, não pode ser atribuída porque o Brasil não tem *coisa nenhuma de paraíso*; do que os padres consideram como o *conjunto paraíso, coisa nenhuma* pertence ao conjunto, pois as “*coisas*” pertencem ao *conjunto Terra do Diabo*.

Nenhuma é definido pelo locutor. Corresponde a um conjunto de “coisas” relativas a espaço-tempo – os fatos citados para corroborar a afirmação – das quais nenhuma se coaduna com *ser paraíso*, na visão dos jesuítas. O interlocutor também define *nenhuma* pois por *paraíso coisa nenhuma* entende que os fatos citados anteriormente não correspondem à idéia de *paraíso* que implicitamente é apresentada.

6.7.3 *Como a defasagem alegada pelo magistério é de 100%, essa estratégia abriu espaço para todo tipo de fantasia. Diante desse número, os 10% pareciam mesmo insignificantes. Os 14% também, apesar do esforço do governo para mostrar que em nenhum Estado os funcionários públicos tiveram oferta semelhante (Zero Hora, 3/4/2000, p. 5).*

Nenhum, em *nenhum Estado*, é termo periférico; *em nenhum Estado* é locativo em *em nenhum Estado os funcionários públicos tiveram oferta semelhante*.

Estado, em *nenhum Estado*, é apresentado como genérico, representando um conjunto, o das *divisões territoriais, políticas e administrativas que constituem o Brasil*. *Nenhum*, em *nenhum Estado*, indica que do conjunto *Estado* não é tomado elemento algum.

Nenhum Estado é locativo em *em nenhum Estado os funcionários públicos tiveram oferta semelhante*. Como *nenhum* indica que do conjunto *Estado* nenhum elemento é tomado, a expressão *em nenhum Estado* nega referência ao fato apresentado – *os funcionários públicos tiveram oferta semelhante* –, este fato não teve existência em nenhum lugar.

O locutor define *nenhum* em *nenhum Estado* pois os elementos do conjunto *Estados do Brasil* são conhecidos, e destes nenhum é referido. Com a expressão *em nenhum Estado*, não refere espaço-tempo, estendendo esta ausência de referência a *os funcionários públicos tiveram oferta semelhante*. Com *em nenhum Estado*, o locutor indica que tal fato não ocorreu. O interlocutor também define *nenhum*: é cada um dos estados brasileiros que pelo locutor não são referidos.

6.7.4 *Ora, nas histórias em quadrinhos é que existe a tendência de, uma vez assegurado o sucesso de determinado personagem masculino, surgir um contraponto feminino, muito parecido. Foi assim que aos super-heróis sucedeu a Mulher Maravilha*

e, ao Pato Donald, Margarida. Sobre Havanir recai tal suspeita de, igualmente, ter sido criada para complementar Enéas e fazer-lhe companhia, o que reforça a tese de que nenhum dos dois existe de verdade. (Veja, 23/9/1998, p. 154).

Nenhum, em *nenhum dos dois*, é termo nuclear. *Dos dois*, o periférico, é um restritivo.

Dos dois, o restritivo, determina um conjunto cujos elementos são recuperados no enunciado: *dos dois* é o conjunto constituído por *Enéas* e *Havanir*.

Nenhum, em *nenhum dos dois*, expressa negação, assim indicando que do conjunto formado por *Enéas* e *Havanir* os elementos não são tomados.

Sendo *dos dois* um conjunto formado por elementos determinados, *dos dois* expressa o todo; deste modo, *nenhum* nega *Enéas*, nega *Havanir* e nega, também, o conjunto – *os dois*. O restritivo, portanto, determina o conjunto e determina os seus elementos, e *nenhum* nega o que o restritivo determina.

O locutor define *nenhum* em *nenhum dos dois* pois nega o todo, o conjunto, assim negando *Enéas* e *Havanir*, cada um dos elementos. O locutor, empregando *nenhum*, em *nenhum dos dois*, expressa *nem Enéas nem Havanir*. O interlocutor também define *nenhum* pois, conhecendo o conjunto e seus elementos, entende que todos, que são *dois*, são negados.

6.8 TODO

6.8.1 *Eu sou eleitor, votei em todos os últimos 22 pleitos* (Zero Hora, 21/3/2000. p. 63).

Todos é periférico em expressão que indica tempo, cujo núcleo é *pleitos*.

Esta expressão, em que o nome *pleitos* é antecedido por artigo definido, adjetivo e numeral, independentemente do emprego de *todos* tem referente. Mesmo assim, *todos* está a indicar que deste conjunto – *os últimos 22 pleitos* – os elementos são tomados, sem exclusão de nenhum. *Todos* indica, portanto, *totalidade* relativa a *os últimos 22 pleitos*.

O locutor define *todos*, pois expressa a totalidade dos elementos de um conjunto, que é conhecido. Pelo fato de *todos* expressar esta noção relacionada a um conjunto que tem referente e que, por si só, já indica a idéia expressa por *todos*, o locutor promove um efeito de sentido, destacando a idéia de totalidade. O interlocutor também define *todos*, atribuindo-lhe o sentido de *todos os elementos* do conjunto citado.

6.8.2 *Desde a invenção do alfabeto Braille, uma espécie de código Morse da leitura, os cegos lêem deslizando os dedos sobre as páginas dos livros. Infelizmente, a invenção genial de Louis Braille (1809-1852) nunca esteve ao alcance de todos* (Correio do Povo, 19/5/2000, p.4).

Todos consta em termo periférico, que é complemento do nome *alcance*. No complemento, *todos* é nuclear.

O enunciado apresenta uma afirmação que se constrói a partir de sujeito representado por genérico – *os cegos* – e de verbo que indica processo: *desde a invenção do alfabeto Braille, uma espécie de código Morse da leitura, os cegos lêem deslizando os dedos sobre as páginas dos livros*. Esta indicação de processo se dá via sentido do verbo propriamente dito e, também, por meio da flexão verbal, presente que indica habitualidade. Associam-se a esta noção expressa pelo verbo dois outros termos: *deslizando os dedos sobre as páginas dos livros*, que indica a maneira como tal processo se realiza, e *desde a invenção do alfabeto Braille, uma espécie de código Morse da leitura*, que o situa temporalmente, marcando seu início e apontando sua origem. A esta circunstância é dado destaque pois, além de ser termo primeiro do enunciado, ainda a ela se acrescenta *uma espécie de código Morse da leitura*.

Infelizmente, a invenção genial de Louis Braille (1809-1852) nunca esteve ao alcance de todos se caracteriza por apresentar uma afirmação sob a ótica do locutor pois todo ela é modalizada a partir do advérbio *infelizmente*, que expressa avaliação a respeito do que é dito. O sujeito gramatical – *a invenção genial de Louis Braille* – retoma e reafirma a importância dada ao que desencadeou a leitura pelos cegos – a invenção é considerada *genial* –, porém o processo enquanto generalização, tal como é verificado na afirmação primeira, é negado porque na predicação o locutor expressa que *nunca esteve ao alcance de todos*, negando o estado permanente, pois *nunca esteve*, e a

generalização relativa ao agente – *nunca esteve ao alcance de todos* – já que a qualificação atribuída à *invenção* exclui *cegos*, entendido como *conjunto de pessoas*.

Todos expressa *totalidade* relativa a *cegos*, são *todos os cegos*, entretanto, pela relação mantida com as outras palavras do enunciado, principalmente no que diz respeito à predicação, passa a significar *uma parte do conjunto dos cegos*. Se *nunca esteve ao alcance de todos*, entende-se que alguns elementos do conjunto não tiveram acesso à *invenção genial de Louis Braille*.

O locutor define *todos* ao atribuir-lhe o sentido de *todos os elementos do conjunto*, ou seja, *os cegos*. Este sentido decorre das relações que se estabelecem no enunciado. Todavia atribui-lhe indefinição em *nunca esteve ao alcance de todos*, porque a relaciona com outras palavras, promovendo uma noção de partição do conjunto – *nunca esteve ao alcance de todos os cegos* – e a parte que é tomada do conjunto não é determinada. O interlocutor interpreta *todos* como *nem todos os cegos*, o conjunto de todos os elementos que é negado, uma parte do conjunto que é afirmada.

6.8.3 *Há muitas seleções na cabeça de todos que vêem futebol com regularidade, interesse e já por algum tempo* (Zero Hora, 18/4/2000, p. 69).

Todos faz parte de locativo, o sintagma em que se encontra é periférico. *Todos* é termo nuclear do sintagma, sendo acompanhado por restritivo.

Esta palavra expressa *totalidade*, são todos os elementos do conjunto apresentado pelo restritivo: são *todas as pessoas que vêem futebol com regularidade, interesse e já por algum tempo*. O restritivo, ao estabelecer o conjunto o qual *todos* abarca, determina que este conjunto é constituído por [+humano], e isto se dá por intermédio do sentido do verbo, de seu complemento e, também, das expressões circunstanciais.

O locutor define *todos*, que são *todas as pessoas referidas pelo restritivo*; o interlocutor também o define, entende-o como a *totalidade dos que vêem futebol com regularidade, interesse e já por algum tempo*.

6.8.4 *A cada mês o trabalhador, o funcionário público, o empresário, todos vemos nos sobrar menos dinheiro* (Zero Hora, 15/11/1999, p. 47).

Todos é nuclear em sintagma que é antecedido por enumeração.

Todos é uma palavra que retoma a enumeração que a precede. Tal enumeração é constituída por genéricos: *a categoria dos trabalhadores, a dos funcionários públicos, a dos empresários*. Assim sendo, *todos* representa a totalidade decorrente do somatório dos elementos que constituem cada um dos conjuntos citados.

Mesmo que isto se verifique, a flexão do verbo – *vemos* – indica que *todos* não se restringe a retomar o que foi anteriormente citado, pois também inclui as *peessoas* do discurso, não só pela desinência de número e pessoa, mas também pela referência ao *presente*. *Todos* expressa *nós*; *todos vemos* expressa *nós, aqui, agora*.

Todos, que retoma e resume a expressão que o antecede – a *não-pessoa*, sob forma de conjuntos referentes a categorias – e que, por sua relação com o verbo, pressupõe as *peessoas*, significa o conjunto de *todas as pessoas que trabalham*, independentemente da atividade que exerçam, de categoria profissional. A expressão que o antecede promove o sentido de *ser trabalhador*, a flexão verbal inclui os que a *não-pessoa* não comporta, ou seja, *eu* e *tu*; *todos*, portanto, é a *totalidade dos que trabalham aqui e agora*.

O locutor define *todos* pois, a partir da noção de *totalidade*, refere a presente situação de enunciação que inclui *eu, tu, ele* enquanto os que *trabalham no aqui-agora*. O interlocutor define *todos* e atribui-lhe o sentido de *nós, os que trabalham*.

6.8.5 *Seria julgado insano aquele que na festa de aniversário começasse a depreder o recinto e a acusar o aniversariante perante todos* (Zero Hora, 20/4/2000, p. 25).

Todos é elemento nuclear de locativo, não havendo, no sintagma, palavra que o acompanhe.

O enunciado é constituído basicamente por duas proposições: uma apresenta afirmação de caráter avaliativo – *seria considerado insano aquele* –, outra restringe o

sentido do sujeito gramatical, presente na primeira, de modo que este possa ser qualificado como *insano*: *que na festa de aniversário começasse a depredar o recinto e a acusar o aniversariante perante todos*. Nesta restrição a *aquele*, além de serem citadas ações que justificam a predicação atribuída, o contexto destas ações também é apresentado por meio de locativos que se expressam tanto por circunstanciais – *na festa de aniversário, perante todos* – como por complemento verbal – *o recinto*.

A partir do contexto também se estabelece o sentido de *todos*. Esta palavra, que expressa *totalidade*, tem seu sentido determinado pela situação apresentada no enunciado: *todos* indica a *totalidade do conjunto de pessoas presentes no recinto da festa de aniversário*.

O locutor define *todos* a partir do tempo e do espaço do enunciado; o interlocutor também o define, considerando que *todos* são *todas as pessoas presentes no recinto em que se realiza a festa de aniversário*.

6.8.6 *Todo membro da PM é promovido automaticamente ao se aposentar* (Veja, 10/11/1999, p. 226).

Todo faz parte do sujeito gramatical, é elemento periférico, sendo *membro* o nuclear.

O termo nuclear do sintagma-sujeito é acompanhado por restritivo – *membro da PM* – que determina um conjunto de pessoas. *Da PM*, ao restringir o sentido de *membro*, o inclui em uma categoria ou classe; *membro da PM*, portanto, designa um genérico.

Todo se associa ao caráter generalizante do restritivo porque, ao expressar *totalidade*, indica *inclusão no conjunto*, não admitindo exceção relativa a qualquer elemento. *Todo membro da PM* indica, ao mesmo tempo, um elemento do conjunto e o conjunto em si, o total dos elementos que o formam.

Além destes aspectos relativos à composição do sujeito gramatical, outros vêm se acrescentar, demonstrando que o enunciado não refere uma situação particular: a passiva; o apagamento do agente, o que se justifica pelo emprego de *automaticamente*

que expressa que o processo se dá independentemente da ação de alguém; o circunstancial – *ao se aposentar* – cujo sujeito é paciente e é o genérico da oração anterior – *membro da PM* –, sendo que a forma verbal, por indicar *eventualidade*, também não determina contexto específico.

O locutor emprega *todo* como genérico, dado o sentido generalizante do enunciado que não especifica uma situação em especial. *Todo* tem sentido de *totalidade* em relação a *pertencer a um conjunto* – *a categoria dos policiais militares* – não isentando nenhum elemento deste conjunto – *membro* – do processo que é apresentado pelo enunciado. Tanto para o locutor como para o interlocutor, *todo* tem o sentido de *todo e qualquer*.

6.8.7 *O que falta fazer? Uma enormidade de coisas, começando (desculpem a insistência) pelas reformas ainda pendentes da utópica Constituição de 1988, que deu tudo para todos sem a menor preocupação em como pagar isso* (Veja, 5/1/2000, p. 141).

Todos é elemento nuclear em complemento verbal, não havendo no sintagma palavra que o acompanhe.

Esta palavra está contida em restritivo relacionado à *utópica Constituição de 1988: que deu tudo para todos sem a menor preocupação em como pagar isso*.

O verbo do qual é complemento – *deu* – apresenta outro complemento além deste: *tudo*. Ambos expressam *totalidade* e são nucleares, ambos não apresentam restritivo.

Este verbo significa *conceder, outorgar*, em cujo sentido está implicado *admitir doação* sem que esta propriamente se efetive, pois não há objeto material nela envolvido já que o verbo se constrói com um complemento sob forma de abstrato, e com outro sob forma de [+humano], que representa o destinatário. Este sentido do verbo é corroborado por expressão que apresenta negação: *sem a menor preocupação em como pagar isso*.

O sentido deste restritivo no qual se encontram *tudo* e *todos*, a *totalidade não especificada*, contribui para confirmar a adjetivação atribuída à *Constituição de 1988: é utópica*, pois concede hipoteticamente.

Todos, que se alia ao sentido do outro complemento verbal, é *indefinido*. Não há no enunciado expressão que o determine, e isto decorre do sentido da restrição feita ao nominal. *Todos* expressa a *totalidade sem restrição* porque o enunciado afirma isto: *a concessão sem compromisso, a concessão pela concessão, a concessão total*.

O locutor não define *todos*, *todos* é a *totalidade*, sentido que a palavra tem nos estudos tradicionais em que é conceituada como um conjunto do qual não se sabe quais são os componentes. Neste caso, sabe-se que seus elementos são *pessoas*, traço que lhe é intrínseco, mas que se atualiza por meio de outros, presentes no enunciado. Assim, tanto para o locutor como para o interlocutor *todos* corresponde a *todas as pessoas*.

6.8.8 *É um quadro de perguntas e respostas chamado Jogo do Milhão. Tem ido ao ar toda noite pelo SBT (Zero Hora – Donna, 28/11/1999, p. 4).*

Toda é termo periférico de expressão de tempo. Acompanha o nome *noite*.

Noite, o núcleo da expressão adverbial, designa período de tempo. *Toda noite* indica tempo, e *toda* aspectualiza a expressão temporal, imprimindo-lhe noções de frequência e regularidade.

Esta idéia de frequência está associada, no enunciado, ao aspecto verbal: *tem ido* indica processo e habitualidade. Frequência e regularidade decorrem do sentido de *totalidade* expresso por *toda*: *noite* é incluída de forma contínua e ininterrupta no processo. *Toda*, no enunciado e no sintagma, indica aspecto.

Se *todo* e *todas* as palavras que são objeto das análises, se incluíam até então na categoria de *não-pessoa*, o enunciado que agora é estudado revela que não podem ser estabelecidas classificações tidas como definitivas. E esta verificação se reveste de importância na medida em que a teoria que sustenta tais análises tem como princípio que o *sujeito se apropria da língua toda para que signifique uma situação única e singular*. Neste processo de *apropriação e atualização*, a *língua em uso, toda*, regularmente visto como o *não importa quem, o não importa o que*, neste enunciado passa a significar em outra categoria, a do *espaço-tempo*.

O locutor, ao empregar *toda noite*, espacializa e temporaliza o enunciado: *um quadro de perguntas e respostas tem ido ao ar pelo SBT* num determinado espaço-tempo. E *toda*, que constitui sintagma com *noite*, a *não-pessoa*, designação de um *período de tempo*, atribui ao sintagma a noção de espaço-tempo. Tem na língua um significado, o de *totalidade*, mas o sujeito o desloca e lhe atribui o sentido de *freqüência e regularidade*, com base no que caracteriza a língua, a possibilidade. Para o locutor e o interlocutor *toda* se relaciona a espaço e tempo, e se vincula a aspecto, com sentido de *continuidade com intervalos regulares*; *toda*, portanto é considerado por ambos como indefinido.

6.9 MUTTO

6.9.1 *O que desejo é sublinhar um fato político que decorre desse conceito – o prefeito de Porto Alegre é o único, no mundo, que colhe os méritos por aquilo que a prefeitura faz (o que é justo), mas não assume qualquer desgaste pelo muito que deixa de fazer* (Correio do Povo, 16/3/2000, p.4).

Muito é termo nuclear do sintagma *pelo muito que deixa de fazer*, que contém restritivo.

Este sintagma faz parte de enunciado que apresenta uma afirmação a respeito do *prefeito de Porto Alegre*, sujeito gramatical, cuja predicação aponta-lhe qualidade. A palavra que o predica – *o único* – apresenta restritivo que se desdobra com base em oposição: *que colhe os méritos por aquilo que a prefeitura faz*, a que se opõe (*que*) *não assume qualquer desgaste pelo muito que (a prefeitura) deixa de fazer*.

Estes restritivos que contrastam devido à presença de *mas*, apresentam estruturas sintáticas semelhantes: verbo e complemento verbal, constando neste último um complemento nominal cujo núcleo apresenta restritivo. Tais estruturas diferenciam-se pois a segunda, por se opor à primeira, apresenta advérbio de negação.

Assim, se evidenciam características do *prefeito de Porto Alegre*, uma positiva e outra negativa – *colher os méritos e não assumir nenhum desgaste* – e a partir desta caracterização, são feitas afirmações sobre *a prefeitura*: *aquilo que a prefeitura faz* – o

núcleo e o restritivo – *o muito que a prefeitura deixa de fazer* – a mesma estrutura do termo anterior.

A sintaxe semelhante ressalta a oposição semântica, e *muito*, que é definido por meio da restrição, também é indefinido porque não é apontado o que *a prefeitura deveria fazer e não faz*. Sabe-se, entretanto, que é *muito*.

Muito indica *grande quantidade*, e por expressar este sentido e por se contrapor a *aquilo*, o que *a prefeitura faz*, é feita uma crítica ao desempenho da *prefeitura de Porto Alegre*. O restritivo explicita a crítica, e *muito* expressa, ainda que não determinando, *o quanto* o desempenho é falho.

O locutor não define *muito*, expressando *grande quantidade*, porém o define referencialmente por intermédio da restrição. Promove, por meio de organização sintática paralela e de oposição semântica, um efeito de sentido: o que *é feito – aquilo* – é significativamente inferior ao que *não é feito – muito*. O interlocutor não define *muito*, porém, pelo sentido promovido pelo locutor no enunciado, considera *muito* como *muitas coisas que deveriam ter sido feitas e não o foram*.

6.9.2 *Só que não passa despercebido ao colunista que a Petrobras, graças a Deus, a mesma Petrobras que muitos querem ver privatizada, só que sem privatizá-la foi conseguida por ela, hoje, a estupenda marca de produção de 65% a 70% do petróleo que o Brasil consome (Zero Hora, 18/11/1999, p. 95).*

Muitos é palavra que constitui sujeito gramatical do restritivo *que muitos querem ver privatizada*.

O sentido de *muitos* é *grande quantidade de pessoas*, e tem-se a indicação de [+humano] por intermédio do verbo e de seu complemento. Devido a isto, pode-se dizer que do conjunto *pessoas* uma quantidade significativa é tomada sem que haja precisão, e a noção de quantidade advém, também, da flexão de *muitos*. Além destes dados, nenhum outro se acrescenta pois não há, no sintagma, palavra que atribua sentido a *muitos*, já que é o nuclear, bem como inexistente no restante do enunciado.

O locutor não define *muitos*, indica apenas que se trata de *peessoas* e que estas são em *grande quantidade*. Para o interlocutor *muitos* significa *muitas pessoas quaisquer*.

6.9.3 *Se abdicarmos das cobranças políticas que temos o direito de fazer agora, só nos restará acender muitas velas* (Veja, 23/9/1998, p. 21).

Muitas é periférico em complemento verbal cujo nuclear é o nome *velas*.

Velas, nome comum e plural, refere um conjunto de elementos, e *muitas*, que expressa *grande quantidade*, indica que deste conjunto elementos são tomados, sem que a quantidade seja especificada.

Este uso de *muitas*, acompanhado de nome plural e com este sentido, concorre para o conceito apresentado para esta palavra pelos estudos tradicionais, um pronome adjetivo e indefinido; outros estudos consideram-na um quantificador.

O locutor atribui referência a *velas*, porém, apesar de indicar que são em *grande quantidade* por meio do emprego de *muitas*, não determina esta quantidade. O interlocutor também atribui à expressão *muitas velas* este sentido.

6.9.4 *Enquanto alguns índios faziam o que muito senador civilizado quer e não consegue – meter o dedo na cara do ACM – outros, portando celulares, instalaram uma bilheteria no acesso ao monte Pascoal* (Correio do Povo, 28/4/2000, p. 4).

Muito é elemento periférico de sujeito gramatical cujo núcleo é *senador*.

Muito senador civilizado é sujeito gramatical de restritivo – *que muito senador civilizado quer (fazer)* e *(que muito senador civilizado) não consegue (fazer)* – relativo a complemento verbal.

Este restritivo ressalta o que é dito sobre *alguns índios* pois quanto a estes é apresentada a realização de uma ação, que é passado; quanto a *muito senador civilizado* se expressa o desejo e a dificuldade para realizar esta ação, sendo que os verbos indicam presente habitual, a continuidade. *Meter o dedo na cara do ACM*, em relação a *alguns*

índios, é o já-feito; em relação a *muito senador civilizado* é, até então, a impossibilidade de fazer.

A partir destas relações, se estabelece o sentido de *muito*. *Índios* indica contável e desta noção tem-se a idéia de conjunto do qual é extraída uma parte, que não é definida: do conjunto *índios* um certo número de elementos realizou determinada ação. *Senador* não é apresentado desta forma, mas como genérico – a categoria *de*. Assim sendo, não se referem elementos de um conjunto, mas o conjunto é referido como um todo.

Muito expressa *grande quantidade*, quantifica *senador*, mesmo que a esta palavra não se atribua a noção de *contável*.

O locutor, então, promove um efeito de sentido pois *índios* é palavra que não é apresentada como categoria ou classe, como um todo, mas um conjunto de pessoas, e *alguns* como parte deste conjunto e, comparado com *muito*, significa quantitativamente inferior. Apesar disto, o que *alguns índios faziam*, a ação já realizada, *muito senador*, o todo, grande quantidade do todo, *quer fazer e não consegue fazer*.

O locutor não define *muito* e contrapõe o seu sentido – *grande quantidade* – ao sentido de outra palavra no enunciado – *alguns* –, a qual passa a significar *quantidade não significativa*. O sentido de *muito* reforça o de *senador*, empregado pelo locutor como genérico para destacar o todo. O interlocutor não define *muito* que, em *muito senador*, significa *grande quantidade de senadores*.

6.9.5 O fenômeno *muitas* vezes causa inúmeros problemas aos casais apaixonados, porém infantis do ponto de vista emocional, sufocando-os e deixando insatisfeita sua parte adulta, em geral ansiosa por outros aspectos da vida (Caras, 6/10/2000, p. 80).

Muitas é termo periférico em expressão adverbial que tem *vezes* como nuclear.

Muitas vezes indica tempo⁵², e esta noção relaciona-se à frequência com que o fato – o fenômeno causa inúmeros problemas aos casais apaixonados – manifesta-se. O

⁵² Rodolfo Ilari, em estudo cujo título é *Sobre Advérbios Aspectuais*, publicado na *Gramática do Português Falado: Níveis de Análise Lingüística* (1996, p. 153-92), identifica caso semelhante. Toma

nome *vezes*, por si só, indica *fato que se repete*, porém *muitas*, que expressa *grande quantidade*, é que imprime à expressão a indicação desta freqüência. *Muitas*, que quantifica *vezes*, embora não precise a quantidade de ocorrências do fato, expressa o quanto ele se repete. Em *muitas vezes*, que indica aspecto, *muitas* também dá esta indicação.

O locutor não define *vezes* por meio do uso de *muitas* cujo sentido é *grande quantidade*, entretanto é por meio deste uso que aspectualiza a expressão e, conseqüentemente, o enunciado. *Muitas* relaciona-se a espaço e tempo, a freqüência que o locutor atribui ao fato enunciado. O interlocutor não define *muitas* em *muitas vezes*, expressão à qual atribui o sentido de *uma grande quantidade de ocorrências* relativas ao fato apresentado.

6.10 POUCO

6.10.1 *Poucos brasileiros sabiam disso antes do impeachment do presidente Fernando Collor* (ISTOÉ, 23/2/2000, p. 19).

Poucos faz parte do sujeito gramatical. É termo periférico, e o núcleo do sintagma é *brasileiros*.

O nome *brasileiros* indica conjunto, e *poucos* indica que uma parte deste conjunto é tomada. Como o sentido de *poucos* corresponde a *pequena quantidade*, o sintagma-sujeito significa *pequena quantidade de brasileiros*.

O locutor não define *poucos* pois atribui a esta palavra o sentido de *pequena quantidade*, sem precisão quanto à quantidade expressa. Este é o sentido dado a *poucos* pelos estudos clássicos, do qual decorre sua classificação como indefinido. Outras gramáticas apresentam-no como quantificador.

O interlocutor também não define esta palavra, para ele *poucos brasileiros* significa *pequena quantidade do conjunto de brasileiros*.

vezes como resposta à pergunta *quantas vezes?* e classifica *muitas vezes* como “evento plural, indefinido (em oposição a numérico), com comparação implícita, expressando mais numeroso (em oposição a discretamente numeroso e a menos numeroso)”. Neste trabalho, outras palavras, tais como *algumas*, *pouco*, *todo*, *certa*, também são tratadas, ao formarem expressão com *vez*.

6.10.2 *Discute-se seu preço de venda, mas se dá pouca atenção à garantia do livre trânsito de idéias por meio de transmissão de dados, som e vídeo por satélites e das cadeias de TV* (Veja, 1/7/1998, p.22).

Pouca é um termo periférico. Forma sintagma com o nome *atenção*. Faz parte de complemento verbal.

Atenção se caracteriza como [-contável]; assim sendo, constitui um todo que não comporta elementos, mas que admite divisão em porções. *Pouca*, então, neste caso, indica que do todo é tomada *pequena porção*.

Neste enunciado, são apresentados dois fatos cuja relação é de desigualdade, e isto se evidencia pela presença de *mas*. Verifica-se que, com *se dá pouca atenção*, há indicação de que a *atenção dada à garantia do livre trânsito de idéias por meio de transmissão de dados, som e vídeo por satélites e cadeias de TV* não é suficiente ou não é a ideal, pois não está no mesmo nível da *discussão sobre seu preço de venda*, daí porque a idéia de contraposição.

Em *se dá pouca atenção*, atribui-se *pouca* à *atenção* porque se tem como parâmetro *discute-se seu preço de venda*, ou seja, está implícita a idéia de que aspectos relativos à *garantia do livre trânsito de dados, som e vídeo por satélites e das cadeias de TV* não são considerados do mesmo modo que *seu preço de venda*. *Pouca*, portanto, significa *pequena*, ou ainda, *insuficiente diante do que se considera necessário*.

O locutor não define *pouca*, porém, por meio do uso desta palavra, expressa sua apreciação a respeito da *atenção que é dispensada*. *Pouca* decorre de julgamento feito pelo locutor, é ele que atribui valor ao que é realizado: *a atenção dada*, segundo ele, fica aquém do que é necessário. O interlocutor toma *pouca* como indefinido, e *pouca atenção* é por ele entendido como *não suficiente diante do que deveria ser*.

6.10.3 *Pouco antes dos feriados da Semana Santa, caía a 0,93 de dólar, o que já era motivo de alarma entre as autoridades européias. Poucos dias depois, o euro valia 0,8897 de dólar, mas conseguiu reagir e chegar a 0,91 de dólar* (Zero Hora, 12/5/2000, p.27).

Poucos é elemento periférico em expressão temporal.

Na expressão em que consta, há duas palavras que situam espacial e temporalmente as afirmações apresentadas no enunciado: *depois*, que expressa posteridade em relação a *pouco antes dos feridos da Semana Santa*, locativo presente em afirmação anterior, e *dias*, nome dado a um período de tempo.

Poucos, em *poucos dias depois*, expressa quantidade considerada pelo locutor *pequena*. *Poucos* indica *pequena quantidade de dias*, e *poucos dias* indica que o intervalo de tempo, a posteridade que relaciona as expressões – *poucos dias depois* e *pouco antes dos feriados da Páscoa* – também é *pequena*. *Poucos*, na expressão, indica tempo.

O locutor não define *poucos* pois lhe atribui o sentido de *quantidade* sem precisá-la, indicando que a considera *pequena*. A partir deste sentido, levando-se em conta a expressão que ele usa – *poucos dias depois* –, o locutor espacializa e temporaliza o enunciado. *Dias depois*, que são *poucos* no dizer do locutor, indica espaço e tempo do enunciado; *poucos dias depois* indica espaço e tempo sob a ótica de *eu*. O interlocutor também não define *poucos* que para ele significa *pequena quantidade*.

6.10.4 *São garotos que dividem com os outros o pouco que têm e choram à noite da saudade da mãe* (Veja, 6/10/1999, p. 11).

Pouco é nuclear em complemento verbal: *o pouco que têm*. É precedido por artigo e seguido por restritivo.

Pelo fato de estar precedido por artigo, *pouco* assume características de nome. Apresenta-se, também, seguido por restritivo – *que têm* – o qual, via verbo, indica relação *possuidor-possuído*. Por ser nome e por representar *possuído*, *pouco* indica *um todo*, é o *que eles possuem*.

Pouco, entretanto, também tem sentido de *pequena porção de*; este é o significado que tem na língua, *uma pequena parte de um todo*. Assim sendo, *pouco*, em *o pouco que têm*, inclui, ao mesmo tempo, noção de *totalidade* e noção de *parte de um todo*, indicando que *uma pequena porção de é tudo o que possuem*.

O locutor não define *pouco*. Com o emprego desta palavra, com a qual refere o que é possuído, indica que isto é *uma pequena porção*. Atribuindo este sentido, expressa que *o que é possuído é uma pequena parte*, ou seja, que *o todo é pouco*. O interlocutor também não define *pouco*, porém o entende como *pequena porção aquém do necessário*.

6.11 VÁRIOS

6.11.1 *Confiar nas flutuações do preço do petróleo levou ao adiamento de várias reformas* (América Economia, 16/11/2000, p. 51).

Várias é elemento periférico em complemento verbal. O núcleo deste sintagma é *reformas*.

Várias relaciona-se à palavra *reformas*, indicando que do conjunto de *reformas*, uma quantidade significativa delas é tomada, sem que seja explicitado o número delas.

O locutor não define *várias* pois seu sentido é *um grande número de reformas*. Com este sentido, *várias* é apontado pelas gramáticas como pronome indefinido ou como quantitativo. Este é o sentido que também é atribuído a *várias* pelo interlocutor, que também não define esta palavra.

6.11.2 *Com esse envolvimento movimentaríamos toda a estrutura social e cultural do país, fazendo com que em qualquer recanto da nossa pátria se comemorem, dentro dos 500 anos do descobrimento, os vários grupos que formam o excepcional povo brasileiro* (Correio do Povo, 2/4/2000, p. 4).

Vários está contido em sujeito gramatical do qual é termo periférico: *os vários grupos que formam o excepcional povo brasileiro*.

Grupos é termo nuclear deste sintagma e, além de *vários*, a este núcleo se relacionam *o*, *artigo*, e *que formam o excepcional povo brasileiro*, um restritivo.

Tanto o artigo como o restritivo tornam singular este nuclear, palavra que indica um conjunto de elementos, portanto [+contável]. O restritivo indica que do conjunto *grupos* são selecionados elementos, *os que formam o excepcional povo brasileiro*; o

artigo, que é definido, indica *grupos* determinados, identificados tanto pelo locutor como pelo interlocutor. O restritivo e o artigo, assim, particularizam *grupos*, demonstram que *grupos* tem referente.

No sintagma, *vários* indica *diversidade*, e como *grupos*, por meio de outros termos, é um *identificado*, esta *diversidade* tem referência também: *os vários grupos que formam o excepcional povo brasileiro* são conhecidos, apesar de não designados um a um.

O locutor usa *vários* atribuindo-lhe referência; logo *vários* é definido. Com *vários*, o locutor expressa *diversidade*, *variedade de grupos*. A definição atribuída a *vários* decorre do sintagma em que tal palavra se insere, das relações que se estabelecem entre elas. O interlocutor também define *vários* pois *os vários grupos que formam o excepcional povo brasileiro* é tomado como um todo que é conhecido.

6.11.3 *No mesmo dia em que confessou ter precipitado a morte de vários dos pacientes a seus cuidados, Christiane tentou suicidar-se* (Veja, 5/8/1998, p.162).

Vários é termo nuclear em complemento nominal. É seguido de expressão restritiva.

Dos pacientes a seus cuidados, expressão que restringe o sentido de *vários*, é um partitivo. Indica conjunto constituído por elementos os quais são *os pacientes a seus cuidados*. *Vários* é uma parte deste conjunto, a qual comporta *diversos pacientes*, *muitos pacientes*. Este é o sentido de *vários*.

O locutor define parcialmente o sentido de *vários*. Se, por um lado, mediante seu uso, não precisa a quantidade, são *diversos*, são *muitos*, por outro, indica pertença a um conjunto determinado: são *diversos pacientes* do conjunto formado por *aqueles que estavam sob seus cuidados*. Desta atribuição de sentido também participa o interlocutor: uma quantidade indefinida, mas um conjunto determinado do qual *vários* é parte.

6.11.4 *Os europeus celebraram vários: o do Carvão e do Aço, o atômico (Euratom), o Roma (biblia da sua integração) etc, até chegarem, já na década de 90, ao Tratado de Maastricht, encarregado do réquiem do Mercado Comum e da alevia pela*

chegada da união econômica e da subsequente união política (Zero Hora, 20/5/2000, p. 15).

Vários é núcleo de complemento verbal, seguido por enumeração que se caracteriza como aposto.

O enunciado apresenta passado com noção de processo. Esta decorre da inter-relação entre verbos e de expressões que indicam tempo. Por meio dos verbos, se estabelece cronologia dos acontecimentos, e esta se evidencia também pela presença de *até* e pelo sentido do verbo *chegar*, ambos marcando o limite do processo.

Os verbos implicados nesta organização seqüencial permitem identificar os termos elípticos: o sujeito gramatical de *chegarem* – *os europeus celebraram... até (os europeus) chegarem* –, bem como o nome indicado pelo artigo na enumeração: *até chegarem, já na década de 90, ao Tratado de Maastricht... cujo locativo possibilita recuperar o nome tratado em o (Tratado) do Carvão e do Aço, o (tratado) atômico (Euraton), o (Tratado) Roma (bíblia da sua integração) etc.*

A enumeração assim entendida explicita o sentido de *vários*, e *vários* significa *diversidade, variedade, multiplicidade*. Entre *vários*, que funciona como um resumitivo, e a enumeração, que o esclarece, existe uma espécie de articulação semântica pois o primeiro expressa a idéia de *os tratados serem inúmeros*, e o segundo indica que a *diversidade* se relaciona a *tratados*.

O locutor define *vários*. Atribui-lhe o sentido de *diversidade* e, por meio de relações entre palavras no enunciado, lhe atribui, também, referência. O interlocutor também define *vários*, para o qual significa *os diversos tratados, os inúmeros tratados* citados pelo locutor.

6.12 QUALQUER

6.12.1 *A felicidade tem de encontrar-nos preparados para ela: meu lema é que eu estou aí, não estou feliz, mas a qualquer momento posso encontrar a chance de ser feliz* (Zero Hora, 15/5/2000, p. 63).

Qualquer é periférico em expressão que indica tempo. Neste sintagma, *momento* é o termo nuclear.

Momento é um nome que indica tempo, e a expressão *a qualquer momento* alia-se à idéia de *possibilidade* expressa pelo verbo *poder* em *a qualquer momento posso encontrar a chance de ser feliz* pois, apesar de o verbo estar conjugado no presente, juntos, indicam futuro em relação ao presente de *eu estou aí, não estou feliz*.

Qualquer, em relação a *momento*, indica que dos *momentos vindouros, um conjunto de frações do tempo*, em um dos elementos deste conjunto há possibilidade de *eu encontrar a chance de ser feliz*. Como se trata de algo que *eu* não pode prever, *qualquer* expressa *um dos elementos do conjunto*, sem que *eu* possa precisar qual, ou seja, em que *fração do tempo futuro* o fato poderá se dar. *Qualquer*, em *a qualquer momento*, indica tempo.

O locutor não define *qualquer* porque *a qualquer momento* liga-se à idéia de possibilidade futura. *Eu* projeta algo que poderá acontecer – *posso encontrar a chance de ser feliz* – sem poder determinar o *momento* em que tal venha a se concretizar. *Qualquer*, na expressão, refere espaço-tempo posterior a *aqui-agora*, um dos momentos subseqüentes à enunciação, sem a previsão de qual. O interlocutor também não define *qualquer*, *a qualquer momento* para ele significa *um espaço-tempo futuro e não determinado*.

6.12.2 *Em parte sim, mas a indústria de alta tecnologia é supremamente vulnerável a qualquer funcionário insatisfeito que, sentado em seu computador, pode apagar uma linha de um programa e parar a fábrica* (Veja, 6/10/1999, p. 20).

Qualquer é periférico em *a qualquer funcionário insatisfeito*, no qual *funcionário* é núcleo.

O núcleo da expressão – *funcionário* –, além de constituir sintagma com *qualquer*, também apresenta restritivo – *insatisfeito* –, palavra que qualifica este nome.

Em *qualquer funcionário insatisfeito*, *qualquer* indica *um dos funcionários insatisfeitos* do conjunto formado por tais *funcionários*, sem precisar qual. Desta forma,

é suficiente ser elemento deste conjunto para que lhe seja atribuída a possibilidade de executar a ação expressa no enunciado.

O locutor não define *qualquer*. Atribui-lhe o sentido de *um dos elementos do conjunto referido, não importa qual deles*. O interlocutor também não define esta palavra, para ele *qualquer* significa *um funcionário insatisfeito tomado indistintamente*.

6.12.3 *Num golpe de mestre, três sucessivas administrações municipais se eximem de suas responsabilidades por quaisquer erros ou omissões* (Correio do Povo, 16/3/2000, p.14).

Quaisquer é elemento periférico na expressão *quaisquer erros e omissões*, a qual faz parte do complemento do verbo *eximir*.

Erros e omissões, expressão constituída por nomes comuns no plural, refere um conjunto. Assim, em *quaisquer erros e omissões*, sendo o conjunto *erros e omissões* referido, o locutor cria existência para este conjunto. Entende-se, pois, que *há erros e omissões*.

Quaisquer, nesta expressão, indica elementos deste conjunto, sem, porém identificá-los. Esta ausência de identificação se expressa pelo sentido de *quaisquer*, que é *não importa quais*.

O sentido de *qualquer* na expressão em que consta, estabelecidas inter-relações com outras palavras do enunciado, permite compreender que, *apontados erros e omissões, independentemente de sua natureza – porque quaisquer – se eximem responsabilidades*.

O locutor não define *quaisquer* em *quaisquer erros e omissões* porque não identifica quais são os *erros* e as *omissões*. Com *quaisquer* expressa que *não importa quais sejam eles*. O interlocutor também não define *quaisquer* pois, por meio desta palavra entende que *basta que sejam erros e omissões para que se eximam responsabilidades*.

6.13.1 *Num Estado que produziu tantos craques, chega a ser constrangedor aceitar um prêmio desses* (Zero Hora, 18/4/2000, p.67).

Tantos é um elemento periférico em complemento verbal, sendo o núcleo *craques*.

Craques, o nome com o qual *tantos* se relaciona, indica um conjunto de elementos. *Tantos*, que expressa quantidade, indica *um grande número de elementos deste conjunto*, sem que seja esclarecido qual é o número exato de *craques*.

O locutor não define *tantos* porque não atribui precisão à quantidade de *craques* a qual refere, indicando que *tantos* corresponde a *uma grande quantidade*. Esta palavra também tem este sentido para o interlocutor. Também com este sentido, *tantos* é apresentado pelos estudos tradicionais como um pronome indefinido.

6.13.2 *A alturas tantas alguém liga uma câmara de vídeo e o ex-presidente, à instigação dos presentes, põe-se a contar casos e comentar pessoas* (Veja, 12/1/2000, p. 150).

Tantas é periférico em expressão de tempo. Forma sintagma com *alturas*, que é o núcleo.

O nome *alturas* dá noção de tempo. Seu sentido é próximo de *momento, ocasião*. *Tantas* em *a alturas tantas* expressa que *bastante tempo transcorrerá*, não indicando, porém, o momento preciso em que ocorrem os fatos apresentados. Assim, *tantas* relaciona-se a tempo pois situa *alturas* em uma *sucessão de acontecimentos*, indicando um certo ponto da seqüência, mostrando que muitos momentos antecederam a este, ou seja, *muito tempo se passara*.

O locutor usa *tantas* em relação a espaço-tempo, não definindo o quanto esta palavra expressa. O sentido que lhe atribui é *muito tempo, bastante tempo*. Por meio desta palavra, com a expressão *a alturas tantas*, contextualiza os fatos, porém sem precisão. O interlocutor não define *tantas* pois não determina o tempo que transcorreu, porém sabe que *o tempo foi muito* em relação aos acontecimentos.

6.13.3 *Xica da Silva*, novela de 1996 sobre uma cortesã do século 18, fez *tanto* sucesso que seus 150 episódios foram dublados em espanhol e vendidos a uma dúzia de países da América Latina (Seleções, mar. 2001, p. 102).

Tanto constitui sintagma com o nome *sucesso*, sendo termo periférico.

Sucesso é um nome que indica aspecto positivo. Significa *êxito*, *resultado favorável*. *Tanto*, em *tanto sucesso*, intensifica este aspecto positivo expresso neste nome.

A intensificação que *tanto* atribui a *sucesso* decorre da forma como o enunciado se articula: é apresentada uma afirmação – *Xica da Silva*, novela de 1996 sobre uma cortesã do século 18, fez *tanto sucesso* – e a consequência do que é afirmado – *que seus 150 episódios foram dublados em espanhol e vendidos a uma dúzia de países da América Latina*. Esta relação *causa-consequência* presente no enunciado resulta de opinião que é externada pelo locutor diante dos fatos, pois ele associa o *sucesso tão grande da novela* à *dublagem em espanhol* e à *venda a uma dúzia de países da América Latina*. Assim, para que os fatos se apresentem como plenamente justificados como uma decorrência da afirmação inicial, o locutor intensifica *sucesso*: de o *sucesso ser tanto* decorre a consequência apontada. Ocorre, portanto, modalização no enunciado inteiro e no sintagma *tanto sucesso*.

Tanto intensifica *sucesso*, mas esta intensificação é de caráter avaliativo. *Sucesso*, que pressupõe qualificação pois indica algo tomado positivamente, *resultado feliz*, tem, em *tanto sucesso*, esta qualificação intensificada. *Tanto* é um intensificador, mas também é um qualificativo na relação que estabelece com *sucesso*, e esta qualificação indica avaliação que o locutor faz do *sucesso da novela*, o que lhe permite a atribuição de consequência.

O locutor, ao usar *tanto*, em *tanto sucesso*, não expressa definição nem indefinição. Com *tanto*, nesta expressão, que significa *sucesso tão grande*, *tamanho sucesso*, atribui valor a *sucesso*, e este valor atribuído ultrapassa o sintagma, estendendo-se a toda a afirmação de modo que esta possa ser tomada como causa de outro acontecimento. Nesta determinação de *causa-consequência*, é o locutor também está implicado, é ele quem relaciona *tanto sucesso - dublagem - venda*. *Tanto*, em *tanto*

sucesso, possibilita *tanto sucesso que*. Para o interlocutor *tanto*, em *tanto sucesso*, representa intensificação: *sucesso muito grande*.

6.14 CADA

6.14.1 *Tiradentes, o protomártir da Independência, faz pensar na responsabilidade que temos em constituir uma pátria livre, independente, soberana, dona de seu destino, capaz de oferecer a cada cidadão oportunidades iguais para crescer, se desenvolver e ser feliz* (Correio do Povo, 16/4/2000, p. 4).

Cada, que faz parte do complemento verbal *a cada cidadão*, é termo periférico.

Cidadão, no sintagma citado, é um genérico. Constitui um conjunto de elementos no qual cada elemento se caracteriza por *ser cidadão*. *Cada* considera todo este conjunto e indica que todos os seus elementos são tomados um a um, indistintamente.

O locutor, desta maneira, define *cada* pois atribui referência a todos os elementos do conjunto *cidadão*, tomando-os um a um. O interlocutor também define esta palavra porque considera individualmente *todos os cidadãos*.

6.14.2 *O adiamento da venda, em função do ano eleitoral, é inepto quando se considera que o governo tem de rolar sua dívida a 20% ao ano, que o patrimônio da telefonia fixa está se tornando cada dia mais obsoleto diante dos celulares e satélites e que os usuários não agüentam mais as perdas de produtividade pela ineficiência do sistema* (Veja, 8/7/1998, p. 23).

Cada constitui, juntamente com *dia*, expressão de tempo. É termo periférico no sintagma.

O nome *dia* expressa tempo, um *período de tempo*, e *cada*, na expressão *cada dia*, indica com que frequência este período é considerado. *Cada*, portanto, expressa aspecto. *Cada* que considera *dia* enquanto *sucessão* e que expressa incidência relativa a *todos os dias*, mas *um por vez*, indica repetição e regularidade. *Cada dia* prevê a inclusão de *todos os dias*, tomados *um a um*.

O locutor define *cada*. Relaciona a expressão *cada dia* a espaço e tempo do enunciado. Com a palavra *dia*, espacializa e temporaliza o enunciado; com *cada* aspectualiza *dia*. *Cada dia* tem sentido de *períodos de 24 horas tomados regular e repetitivamente*. Com este sentido, o interlocutor também define *cada*.

6.14.3 A *cada programa, compareciam três candidatos, aos quais os apresentadores formulavam três questões* (Correio do Povo, 12/4/2000, p. 4).

Cada consta em locativo, no qual é termo periférico.

A *cada programa* decorre do uso do verbo *comparecer* que, segundo Silva Borba, “constrói-se com sujeito agente e com locativo” (1991, p. 292), porém, além de preencher esta exigência do verbo, esta expressão também relaciona-se ao sujeito gramatical – *três candidatos* –, especialmente pelo emprego de *cada*.

Cada, no sintagma, indica implicitamente um *conjunto de programas*, expressando que *os programas são tomados um a um*. No enunciado, estabelece com o numeral contido no sintagma-sujeito uma noção de *distribuição*: *a cada programa, três candidatos*. O verbo, passado durativo, indica processo, eventos sucessivos, e, assim o enunciado, inter-relacionando *distribuição* e *sucessão*, expressa acontecimentos que obedecem a uma organização, que se evidencia também se considerado o restritivo apresentado pelo sujeito gramatical.

Cada, portanto, constitui não só o sentido do sintagma, mas também do enunciado, expressando que *os candidatos que compareciam ao programa eram proporcionalmente distribuídos: do conjunto de programas, um programa ou a cada programa, três candidatos*.

O locutor define *cada*, indicando que *os programas são tomados individualmente – a cada vez, um*. Deste sentido decorrem outras relações de sentido no enunciado: o locutor também define *cada*, em *a cada programa*, articulando-o a outros sintagmas para expressar proporcionalidade: *um programa, três candidatos*. O interlocutor define *cada* porque do conjunto *programas* toma sempre *um*, considerando a sucessão deles.

6.15 CERTO

6.15.1 *Quando tive a honra de ser deputado estadual, e isso vai já para quatro décadas e meia, certa vez o saudoso governador Ildo Meneghetti me deu ciência de sua vontade de solicitar a retirada de projeto de lei que enviara à Assembléia* (Correio do Povo, 15/4/2000, p. 4).

Certa é periférico em *certa vez*, expressão que indica tempo.

O enunciado apresenta um fato – *o saudoso governador Ildo Meneghetti me deu ciência de sua vontade de solicitar a retirada de projeto de lei que enviara à Assembléia* – situado no tempo:

a) *quando tive a honra de ser deputado estadual* – um período de tempo que abarca o exercício do mandato de deputado estadual;

b) *e isso vai já para quatro décadas e meia* – a explicitação do período referido e estabelecimento de relação entre tempo da enunciação e tempo do enunciado;

c) *certa vez* – a inclusão do fato no período de tempo compreendido pelo exercício do mandato de deputado estadual.

Ve, em *certa vez*, expressa *ocasião, momento*. *Certa vez* é um momento que se insere em *quando tive a honra de ser deputado estadual*. *Ve* representa um acontecimento entre os vivenciados como deputado estadual. Implicitamente, pela sua relação com *vez* e também porque expressa um período, *quando tive a honra de ser deputado estadual* indica um conjunto, e *vez* é um dos seus elementos, um dos acontecimentos.

Certa, em *certa vez*, indica que de um conjunto de acontecimentos um é tomado, porém não é determinado. *Certa vez* é tempo, momento passado não definido.

O locutor define parcialmente *certa* em *certa vez* pois expressa *uma ocasião num passado* sem situá-la em um determinado momento. *Certa* também é definido parcialmente pelo interlocutor porque *certa vez* é, no *conjunto de acontecimentos de um período passado, um acontecimento que se deu em um momento qualquer*.

6.15.2 *Alcalóides são substâncias extraídas de certos vegetais, algumas das quais criam dependência* (Correio do Povo, 23/5/2000, p.4).

Certos é termo periférico em expressão na qual *vegetais* é nuclear.

Vegetais, nome comum e plural, refere um conjunto. *Certos* indica que elementos são extraídos deste conjunto sem especificá-los, pois não determina *quais* e *quantos* elementos são tomados.

O locutor define parcialmente *certos* pois indica o conjunto – *vegetais* – ao qual *certos*, os elementos extraídos, pertence; entretanto não determina estes elementos. O interlocutor, da mesma forma, atribui definição parcial a *certos*. Com este sentido, *certos* é apresentado pelos estudos tradicionais como um *indefinido*.

6.15.3 *A adoção ainda é um tema em torno do qual giram histórias e fantasias, apesar dos avanços sociais, porque tudo que é diferente do usual tende a ser visto com certo preconceito* (Zero Hora, 2/3/2000, p. 25).

Certo é periférico em *com certo preconceito*, expressão que indica modo, maneira.

Em *com certo preconceito*, *preconceito* é nome abstrato, não-contável e singular. Expressa *juízo antecipado, sem bases sérias, sem fundamentos*. *Certo*, nesta expressão, indica que o sujeito avalia a atitude observada e não a refere como *preconceito*, mas com *características de*. *Certo*, então, não determina *preconceito*. Desta maneira, *certo*, em *com certo preconceito*, constitui um modalizador que restringe a noção de *preconceito*, pois, *preconceito*, como tal, não é referido. *Certo* é um intensificador que atenua o sentido de *preconceito* porque *preconceito não é*, mas há *indicações de*.

O locutor, em *com certo preconceito*, não define *preconceito*. Isto ocorre porque não atribui ao que é referido o conceito expresso por *preconceito*, mas indica *algo que lhe sugere, que lhe dá indicações de preconceito*. O interlocutor também não define *certo* em *com certo preconceito*, entendendo, a partir desta expressão, *atitudes que revelam algo de preconceito*.

6.16 DIVERSOS

6.16.1 *Desde a instalação dos fiscais eletrônicos de trânsito, e também do início de atividades dos azuizinhos, diversas pessoas multadas apoiaram-se na seguinte argumentação, como uma verdade absoluta, um posicionamento irrefutável: “Dirijo há anos e nunca fui multado, um absurdo a minha penalização” (Zero Hora, 4/5/2000, p. 27).*

Diversas é elemento periférico do sujeito gramatical *diversas pessoas multadas*.

Em *diversas pessoas multadas*, *pessoas multadas* – nome comum, plural e qualificativo – refere um conjunto de elementos. *Diversas*, que expressa *quantidade significativa*, indica que elementos deste conjunto são tomados, sem determinar a quantidade destes elementos.

O locutor, ao usar *diversas pessoas multadas*, atribui referência a um conjunto – *pessoas multadas* –, porém não determina a quantidade de elementos que deste conjunto é tomada. Com *diversas*, o locutor expressa *uma quantidade significativa*, sentido próximo a *algumas*, *várias*. Assim, o locutor não define *diversas*, bem como o interlocutor.

Diversas, em *diversas pessoas multadas*, corresponde ao que os estudos gramaticais consideram pronome indefinido adjetivo e ao que outros estudos classificam como quantificador.

6.16.2 *A criança e o adolescente estão sujeitos a toda forma de violência: violência psicológica, negligência, violência física, violência sexual, ausência de escola, de moradia, de saúde, enfim, submetidas a diversas situações em um abuso de poder, disciplinador e coercitivo, atentados a sua condição de seres humanos, reduzindo-os à condição do objeto de maus tratos (Zero Hora, 18/5/2000, p. 19).*

Diversas é periférico em *diversas situações em um abuso de poder, disciplinador e coercitivo, atentados à sua condição de seres humanos, reduzindo-os à condição do objeto de maus tratos*.

O enunciado apresenta duas afirmações interligadas por *enfim* que, significando *em suma*, *em síntese*, introduz uma retomada.

Estas afirmações organizam-se de forma bastante semelhante: forma verbal passiva e mesmo sujeito gramatical paciente: *a criança e o adolescente*.

O *Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil*, de Silva Borba (1991, p. 1267-8), apresenta os verbos *sujeitar* e *submeter* com sentidos muito próximos, o primeiro remetendo ao segundo e vice-versa.

Quanto aos complementos, *toda forma de violência*, expressão seguida por enumeração explicativa, é retomada por *diversas situações em um abuso de poder, disciplinador e coercitivo, atentados à sua condição de seres humanos, reduzindo-os à condição do objeto de maus tratos*, pois:

a) *violência* corresponde a *situações em um abuso de poder, disciplinador e coercitivo, atentados à sua condição de seres humanos, reduzindo-os à condição do objeto de maus tratos*;

b) *diversas situações* encontra correspondência em *a toda forma de violência: violência psicológica, negligência, violência física, violência sexual, ausência de escola, de moradia, de saúde*.

Diversas situações apresenta um conjunto – *situações* – do qual são tomados elementos sem que sejam especificados. Isto se dá por intermédio de *diversas* cujo sentido é *várias situações*, uma quantidade não especificada. Entretanto, no enunciado, pela retomada, *diversas* tem seu sentido determinado: *toda forma de violência: violência psicológica, negligência, violência física, violência sexual, ausência de escola, de moradia, de saúde*.

O locutor define *diversas* em *diversas situações*. Como retorna sobre o que foi dito, *diversas situações* corresponde às várias formas de violência citadas. No sintagma, *diversas* corresponde a elementos do conjunto *situações*, que não são especificados; pelas inter-relações que se estabelecem entre palavras do enunciado, *diversas*, em *diversas situações*, passa a ter seu sentido determinado: são as formas de violência explicitadas. O interlocutor define *diversas* pois lhe atribui o sentido de *violência psicológica, negligência, violência física, violência sexual, ausência de escola, de moradia, de saúde*.

6.17 UNS

6.17.1 *A queda do Muro de Berlim não foi suficiente para acabar com a guerra fria entre liberais e socialistas. Agora mesmo, em Davos uns, em Porto Alegre outros, apregoarão as excelências do mercado e do Estado.* (Zero Hora, 19/1/2000, p. 13).

Uns é nuclear do sujeito gramatical *uns...outros*.

Em *a queda do Muro de Berlim não foi suficiente para acabar com a guerra fria entre liberais e socialistas*, para o sujeito gramatical – *a queda do muro de Berlim* – é apresentada uma qualificação que é negada – *não foi suficiente para acabar com a guerra fria entre liberais e socialistas*.

A negação de *ser suficiente* tem seu sentido restrito por expressão: *não ser suficiente* diz respeito a *acabar com a guerra fria entre liberais e socialistas*. Desta relação entre negação da qualificação atribuída e restritivo, depreende-se que *a guerra fria entre liberais e socialistas não acabou*, ou seja, *um processo de hostilidades entre liberais e socialistas permanece, sem caracterizar-se como conflito armado*.

Comprovando a continuidade deste processo, o enunciado apresenta: *agora mesmo, em Davos uns, em Porto Alegre outros, apregoarão as excelências do mercado e do Estado* em que:

a) *agora mesmo*, expressão de tempo, situa o acontecimento no presente;

b) *em Davos/em Porto Alegre*, locativos; *uns/outros*, os agentes; *as excelências do mercado/as excelências do Estado*, complementos do verbo *apregoarão*, as ações dos agentes – oposições que corroboram a existente entre *liberais/socialistas*.

Com base nestas oposições, organizam-se relações:

a) *liberais* – *em Davos* – *uns* – *as excelências do mercado*, então *liberais = uns*;

b) *socialistas* – *em Porto Alegre* – *outros* – *as excelências do Estado*, então *socialistas = outros*.

No enunciado, às oposições alia-se a noção de *distributividade*; *uns*, portanto, é a retomada de *liberais*, e *outros* é a retomada de *socialistas*.

O locutor define *uns*, *uns* são os *liberais* porque, com *uns*, expressa que *em Davos os liberais apregoarão as excelências do mercado*. O interlocutor também define *uns*; *uns...outros* são *liberais...socialistas* pois *uns...outros* indicam oposição, distributividade e retomada de oposição já expressa por meio de nominais. As relações que o locutor promove no enunciado definem *uns*.

6.17.2 *Simplemente porque todos indivíduos humanos são megalomaniacos. Eu disse todos. E repito: todos.*

Uns são mais, outros são menos (Zero Hora, 7/5/2000, p. 79).

Uns é elemento nuclear do sujeito gramatical em *uns são mais*.

Em *todos os indivíduos humanos são megalomaniacos*, ao sujeito gramatical – *todos os indivíduos humanos* – é atribuída uma qualificação – *ser megalomaniacos*. *Todos*, em *todos os indivíduos humanos*, indica que do conjunto *indivíduos humanos* a *totalidade* dos elementos é tomada, e ao conjunto *todo* é atribuída a qualificação expressa.

Com *uns são mais, outros são menos*, é feita uma partição neste conjunto cujas partes se diferenciam quanto à intensificação da qualificação – *mais* e *menos*.

Uns corresponde a uma parte do conjunto *indivíduos humanos*, indicando que deste conjunto elementos são tomados, porém *uns* expressa que estes elementos não são especificados: *uns* não dá indicação sobre *quais elementos são mais* nem sobre *quantos*, apenas que são *mais de um*. *Uns*, assim, ao mesmo tempo em que não determina os elementos, também não determina que parte do conjunto corresponde a *ser mais*.

O locutor define parcialmente *uns* pois lhe atribui pertença a um conjunto, o dos *indivíduos humanos*, entretanto não identifica estes elementos, nem expressa a sua quantidade, somente que corresponde a *mais de um*. O locutor emprega *uns*, em *uns são mais*, com o sentido de *alguns são mais*, sentido este que é classicamente atribuído a

esta palavra. O interlocutor também define parcialmente *uns*: são *indivíduos humanos*, mas não sabe *quem* são nem exatamente *quantos*.

6.17.3 *Eu fiz o trajeto e meio que perdi a conta, mas dava umas 40* (Zero Hora, 7/4/2000, p. 79).

Umas é periférico em complemento verbal cujo nuclear é *40*.

Meio que perdi a conta e dava umas 40 são afirmações que se opõem por meio de *mas*. Em *meio que perdi a conta*, *perder a conta* significa *não saber mais a quantidade de* (Silva Borba, 1991, p. 1001). e *meio que* relativiza a idéia expressa por *perder a conta*: *meio que perdi a conta* tem sentido próximo de *atrapalhei-me na contagem ou no cálculo*. Em *dava umas 40*, *dava* significa *chegar a um resultado*.

Em *meio que perdi a conta, mas dava umas 40*, *mas* o fato que expressa *uma certa dificuldade para chegar a um resultado* e o que afirma a *obtenção do resultado* que é *umas 40*.

Em *umas 40*, *40* precisa uma quantidade e *umas* expressa *estar próximo de*. *Umas 40* tem o sentido de *em torno de 40*.

O locutor não define *umas* em *umas 40* e atribui a *40* definição de quantidade, empregando a expressão *umas 40* para indicar um resultado aproximado: *cerca de*. O locutor também não define *umas* pois toma *umas 40* como um resultado que pode ser *40*, ficar um pouco aquém ou um pouco além disto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo perseguido neste trabalho assim se apresenta: descrever usos de palavras pertinentes à classe dos *indefinidos*, buscando apreender sentidos promovidos pelos locutores, observáveis no enunciado, decorrentes de relações sintático-semânticas que nele se estabelecem. Como a promoção de sentidos implica *referência*, estipulamos verificar no enunciado atribuição de *referência* a uma determinada situação que pressupõe *pessoa, tempo e espaço*.

A busca de relações sintático-semânticas orientou as análises de enunciados em que há ocorrência de *indefinidos*, e o conjunto das análises possibilita algumas constatações que passamos a apresentar, acompanhadas por quadros que visam à exemplificação.

1 A classificação destas palavras apresentada pelas gramáticas não corresponde ao uso da língua pois, se considerada a enunciação, tais palavras expressam *indefinição, definição, definição parcial*, ou, ainda, uma mesma palavra pode expressar *definição e indefinição*, sentidos estes em inter-relação com diferentes palavras constantes no enunciado (cf. Quadro 8).

6.5.1	definido indefinido
6.5.2	indefinido
6.5.3	definido
6.5.4	definido parcialmente

Quadro 8 – *Ninguém*: Definição e Indefinição

Considerada a enunciação, estas palavras apresentam diversidade de sentidos porque o enunciado é *manifestação da enunciação*, atribuição de referência a uma situação e à atitude do sujeito. Assim, todas as palavras confluem para que o enunciado constitua um todo, a expressão desta idéia.

Em uma situação de enunciação, o sentido dos *indefinidos* não está restrito a uma porção do enunciado, mas *circula* por todo o enunciado, podendo inter-relacionar-se com qualquer palavra ou expressão. Os *indefinidos*, como as demais palavras, têm na língua uma significação que, *na e pela* enunciação, *influencia e se deixa influenciar* por não importa que palavra, palavras ou mesmo pelo enunciado inteiro. Por meio desta troca, os *indefinidos* se *atualizam*, são língua em uso, expressando sentido que é sempre único porque um enunciado nunca é igual a outro: relações sintático-semânticas promovidas pelo sujeito para manifestar *eu-tu-aqui-agora*.

A teoria gramatical considera estas palavras como *indefinidos* porque estabelece seu sentido a partir do sintagma. Isto deriva da metodologia adotada que toma como limite maior de análise a frase a qual é decomposta em partes, e no interior destas partes ou entre estas partes, se dão as relações. Os *indefinidos*, contidos em uma parte da frase, mantêm relações com o *nome*.

Mesmo os autores de gramáticas que consideram princípios de teorias lingüísticas ou embasam seus estudos em uma delas, mas consideram a frase como unidade de análise, não fogem a esta classificação. O máximo que propõem são transposições em relação às classes de palavras, como, por exemplo, ao incluírem *uns* e *umas* na classe dos pronomes, ou, ainda, quando determinam que *alguns* e outros *indefinidos* passam a figurar entre numerais ou quantitativos, com base na oposição *quantidade definida/quantidade indefinida*. Nestes deslocamentos que promovem, ainda que os orientem por critérios semânticos, a noção de indefinição atribuída a estas palavras permanece intocada.

As gramáticas, porque estabelecem uma semântica a partir da *linearidade* da frase, relações entre palavras ou expressões contíguas, não têm outra possibilidade: os *indefinidos* são mesmo indefinidos porque vinculados a um padrão estanque.

2 Certos usos destas palavras, contrariando a afirmação anterior, não se enquadram em nenhuma das classificações apresentadas porque, por meio deles, o locutor expressa ausência de referência (cf. Quadro 9).

6.4.1	ausência de referência relativa a valor numérico menor que o apresentado
6.4.2	ausência de referência relativa à avaliação expressa pelo locutor
6.4.3	ausência de referência relativa à qualidade
6.4.4	ausência de referência em relação a uma afirmação, mas atribuição de referência em relação a outra.
6.4.5	negação que expressa ausência de qualidade
6.4.5	ausência de referência, expressando valor

Quadro 9 – Usos de *Nada* e Referência

A cada enunciação - ato de colocar a língua em funcionamento, que é sempre individual -, um enunciado se apresenta e é único, singular, não-repetível porque é manifestação do sujeito que refere uma situação e a sua atitude. Tendo o enunciado tal característica, as palavras que o constituem também expressam esta singularidade e esta impossibilidade de o seu sentido repetir-se em outra situação. Daí porque se atualizam a cada situação enunciativa, e esta atualização corresponde ao sentido que expressam. Referência e sentido, pois, se confundem.

Certos *indefinidos*, numa teoria que considera sujeito atribuindo referência e, portanto, sentido, atualizam-se, indicando que, na presente instância de discurso, *o não importa quem ou não importa o que* não tem referência. É o caso de *nada, ninguém, nenhum* que, em determinados enunciados, expressam este sentido que, apesar disto, não é só este porque, por se inter-relacionarem com outras palavras, indicam ausência de referência relativa à idéia que o enunciado manifesta.

Uma teoria que considera *atualização* não prevê, tal como as gramáticas, sentidos decorrentes de oposições. Estas, tomando por base signo, apresentam *tudo/nada, nenhum/todo, ninguém/alguém, nada/algo* e, considerando um membro do par como *indefinido*, atribuem ao outro o mesmo estatuto. *Nada, ninguém, nenhum* podem

indefinir ou expressar outros sentidos, dependendo das relações que mantêm com outras palavras no enunciado. Sua atualização é relativa à idéia que é manifestada pelo locutor no enunciado.

3 Estas palavras, ao expressarem determinado sentido, conservam a significação que têm na língua, ainda que seja parte do conceito (Cf. Quadro 10).

6.8.1	definido	a <i>totalidade</i> dos elementos de um conjunto é destacada já que o conjunto expressa totalidade
6.8.2	definido	a <i>totalidade</i> dos elementos de um conjunto
	indefinido	uma parte do conjunto não é determinada
6.8.3	definido	a <i>totalidade</i> dos elementos de um conjunto
6.8.4	definido	<i>totalidade</i> : a <i>não-pessoa</i> inclui as <i>pessoas</i> = <i>todos nós</i>
6.8.5	definido	a <i>totalidade</i> de um conjunto determinado pelo contexto apresentado
6.8.6	definido	<i>totalidade</i> relativa a genérico
6.8.7	indefinido	<i>totalidade</i> das pessoas
6.8.8	indefinido	<i>totalidade</i> que se expressa em freqüência e regularidade

Quadro 10 – Sentidos de *Todo*

Enunciação é língua em funcionamento. Então é língua que permite co-referência; então é língua em uso que permite co-referir em relação a *eu-tu-aqui-agora*, *a presente instância de discurso*. Língua e língua em uso, didaticamente separadas, são uma só: virtualidade e materialização, apropriação e atualização. Língua em uso não é signo, mas é também signo, é signo que se atualiza, é palavra.

Isto as análises revelam. Em cada conjunto de enunciados, um determinado sentido é sempre atribuído às ocorrências por locutor e interlocutor. *Todo* indica *totalidade*, *alguém é uma pessoa qualquer*, *muito* indica *grande quantidade*, etc., sentidos correspondentes à significação, conceito ou parte dele que é mantido quando as palavras *significam* no uso da língua, mas que, porque *significam* em determinada situação, criam referência única. Têm algo em comum porque possibilidade de língua, mas se distinguem porque uso da língua.

Isto também permite perceber que para as gramáticas, que atribuem sentido único para cada *indefinido*, os *indefinidos* são signos. As gramáticas, assim, se ocupam da língua pois a língua possibilita paradigmas; o uso da língua, não,

4 Em cada enunciado, manifestação individual da língua em uso, o sentido destas palavras é único e singular porque expressa referência única e singular relativa a uma situação enunciativa (cf. Quadros 11 e 12).

6.13.1	indefinição: grande quantidade de elementos de um conjunto
6.13.2	indefinição: grande quantidade relativa ao tempo transcorrido
6.13.3	intensificação na qual o locutor está implicado, atribuindo valor.

Quadro 11 – *Tanto*: Sentidos

6.15.1	definição parcial: uma ocasião não determinada no passado
6.15.2	definição parcial: elemento não determinado de um conjunto
6.15.3	indefinição: não atribui ao que é referido o conceito que expressa

Quadro 12 – *Certo*: Sentidos

O sentido único e singular é noção que se pauta desde o começo destas considerações. Mas em que medida "o que isto quer dizer?" extrapola este limite e passa a interferir em todos sentidos previamente estipulados? Esta unicidade e esta singularidade geram conseqüências em outros cantos, não ficam restritas aos *indefinidos* apenas.

Em várias passagens do trabalho, afirmamos que a classificação das palavras em estudo não nos interessava. Agora se evidencia que este desinteresse que demonstrávamos não deriva da negação a um procedimento, mas da impossibilidade de sua adoção.

Em (6.13.1) e (6.13.2), se estabelece para *tanto* um princípio de classificação – *indefinição* –, entretanto a primeira é relativa a *grande quantidade de elementos de um conjunto*, e a segunda, a *grande quantidade de tempo transcorrido*. Só isto basta para desinstalar a classificação proposta pelos estudos tradicionais, porém ainda não é o

suficiente porque seria usado o argumento de que, em ambos os sintagmas, há uma composição semelhante – *tantos + nome*. Em (6.13.3), entretanto, *tanto + nome* constitui o sintagma, mas não há *indefinição* expressa por *tanto*, nem mesmo o que a ela se opõe – *definição* –; há *intensificação* do nome, e *intensificador* tradicionalmente não se relaciona a nome.

Em (6.15.3) em que há ocorrência de *certo*, o uso desta palavra no sintagma e o *nome* com o qual se relaciona passam a referir sentido diverso do qual tal nome expressa. Usando os termos da teoria gramatical, *certo* impede que o *nome* *design*e o que isoladamente *designa*.

O que as análises dos enunciados demonstram - não só estes apresentados nos quadros, os quais servem apenas como exemplos – é que *expressar referência única e singular* ultrapassa qualquer parâmetro através do qual se tente explicar os mecanismos utilizados pelo sujeito para a atribuição de sentido. Aliás, estes mecanismos são próprios do sujeito que, ao referir, promove uma organização que *refere*. Há uma situação que se caracteriza por *eu-tu-aqui-agora*, há um locutor que a refere e nesta atribuição de referência se inclui. As palavras e a maneira como se organizam – uma *convivência* com o que o enunciado manifesta – servem apenas para isto: para a expressão de uma certa idéia que é do sujeito e é sobre o sujeito, relativa a uma situação. Daí porque expressam sentidos, o que significa dizer, se atualizam.

5 O sentido destas palavras se estabelece por meio de inter-relações sintático-semânticas promovidas pelo locutor, de modo a referir sua atitude ou o contexto (Quadros 13 e 14).

A exemplificação implica retomada de análises realizadas. Apresentamos procedimentos clássicos por intermédio dos quais demonstramos que é o locutor que, para expressar uma idéia, dispõe as palavras de uma certa maneira no enunciado.

Em grande parte das análises, adotamos o critério *nuclear/periférico* com o qual Moura Neves (2000, p. 535-6) classifica os *indefinidos* no sintagma. *Nuclear/periférico* corresponde, grosso modo, ao que outras gramáticas opõem ao tratarem *pronomes indefinidos*, classificando-os como *substantivos/adjetivos*. A cada análise, no início,

assim classificamos a ocorrência das palavras em estudo. Eis o que se verifica em relação a *todo*:

6.8.1	periférico	definido
6.8.2	nuclear	definido/indefinido
6.8.3	periférico	definido
6.8.4	nuclear	definido
6.8.5	nuclear	definido
6.8.6	periférico	definido
6.8.7	nuclear	indefinido
6.8.8	periférico	indefinido

Quadro 13 – Nuclear/Periférico e Indefinição

Também a restrição⁵³, normalmente apresentada pelos estudos gramaticais como estabelecendo determinação de sentido, não desempenha, sob a perspectiva da enunciação, este papel.

6.2.1	definido	a restrição promove a retomada do discurso do outro
6.2.2	indefinido	restrição
6.2.3	indefinido	restrição promove inclusão de sentidos
	definido	efeitos de sentido já provocados
6.2.4	parcialmente definido	restrição
6.2.5	definido	restrição
6.2.6	indefinido	restrição
6.2.7	definido	restrição
6.2.8	indefinido	restrição

Quadro 14 – *Algo*: Sentido e Restrição

⁵³ A realização das análises nos possibilitou algumas observações sobre restrição. Não se apresentam apenas como *restritivos* expressões estipuladas pelas gramáticas para exercer esta função; outras, às quais não é atribuído tal papel, se apresentam como tal.

Mesmo que tentemos inúmeras relações para demonstrar que a sintaxe é determinante do sentido, todas tentativas resultarão inócuas, pois as análises já apontaram que ora o sentido do enunciado requer os *indefinidos* estabelecendo inter-relações no sintagma; ora, com outro sintagma; ora escapam do que as gramáticas denominam frase, se associando a palavras que constituem outras frases; outras vezes, se relacionam com todo enunciado. Não há fórmulas que o expliquem, é ele que obriga o locutor a *arranjar* o enunciado a cada vez.

6 Estas palavras podem exercer, na sintaxe da língua, papel de substitutos abreviativos expressando *definição* ou *indefinição*. Esta substituição não se restringe a termos lexicais, podendo ocorrer em relação a expressões que assim não se caracterizam (cf. Quadro 15).

6.2.2	algo	definição	retomada do discurso citado e retomada do discurso do locutor
6.3.4	tudo	definição	retomada do dito para expressão de causa
6.3.7	tudo	definição	co-referência relativa a outra palavra que já expressa retomada, para atribuição de valor
6.5.1	ninguém	definição	resumitivo relativo à enumeração
		indefinição	destaque ao sentido de indefinição que esta palavra expressa
6.16.2	vários	definição	relação com elementos de um conjunto, possibilitando dito
6.17.1	uns	definição	retomada de um específico

Quadro 15 – Substitutos Abreviativos

Entende-se por substituto abreviativo a *não-pessoa* retomando palavra ou expressão presente no enunciado, ou seja, atribuindo referência ao já referido. Assim certos indefinidos que se apresentam no enunciado, exercem função na sintaxe da língua, mas não é apenas este papel que muitos deles desempenham.

Como o locutor manifesta por meio do enunciado uma idéia relativa à situação e à sua atitude, para expressar esta idéia promove um *arranjo* de palavras. Estes *indefinidos* assim figuram no enunciado, expressando, junto com as demais palavras, esta idéia e, assim, não só substituem pois, ao substituírem, também se atualizam: ao tomarem lugar de palavra ou expressão, promovem um sentido porque têm na língua um

conceito – são o que outros não são – e, no uso da língua, passam a significar o que a palavra que é retomada não significa.

Assim, como substitutos abreviativos, também participam da sintaxe do enunciado, expressando um sentido singular, próprio à idéia que é expressa e, então, não se comportam como meros substitutos: não só representam aquela palavra, mas, ainda, promovem um sentido.

Também porque a idéia que é expressa assim exige, verifica-se nas análises que os *indefinidos*, no *arranjo* que é realizado pelo locutor, retomam expressões várias, presentes no enunciado, não apenas termos lexicais. No uso da língua, portanto, o conceito gramatical que prevê os indefinidos relacionados exclusivamente a substantivos, em determinadas situações representando-os, não tem sustentação.

7 Estas palavras, nas situações de enunciação analisadas não se submetem a nenhum princípio de classificação⁵⁴, nem mesmo ao que foi proposto a partir da leitura da teoria pois não se situam apenas na categoria de *não-pessoa*, podendo figurar na de *espaço-tempo* (cf. Quadro 16).

6.8.8	todo	indefine, expressando frequência e regularidade
6.9.5	muitas	indefine, expressando frequência
6.10.3	poucos	indefine, expressando espaço-tempo sob a ótica do locutor
6.12.1	qualquer	indefine, expressando espaço-tempo posterior à enunciação

Quadro 16 – Categoria Espaço-Tempo

O conjunto das análises demonstra, porque a enunciação é considerada, que os *indefinidos* como tal não existem, mas que há palavras as quais expressam este sentido em determinada situação em que a idéia que o sujeito expressa requer não definir.

⁵⁴ Expressões nas quais há ocorrências de *indefinidos* sugerem a inserção do sujeito no enunciado. A partir delas, o locutor expressa atribuição de valor. É o caso, por exemplo, de (6.2.5) e (6.3.3). Como este assunto extrapola o objetivo deste trabalho, apresentamos esta observação como sugestão para outras pesquisas.

Uma teoria tal como a que sustenta nossas análises, que não considera a relação língua-mundo, tendo por base o intralingüístico e que, assim, toma a língua como virtualidade, possibilidade de língua e, portanto, ausência de referência, interdita qualquer relação *a priori*. É a partir de um ato individual que a língua é posta em funcionamento, dando existência ao mundo que não é outro que o da presente instância de discurso.

Ingenuamente e porque todos nós estamos tão acostumados a estabelecer implicações e, com base nisto, indicar semelhanças, promovendo classificações, consideramos os *indefinidos* como pertencentes, exclusivamente, à categoria de *não-pessoa*. Isto não se confirma nas análises porque *indefinidos* são tomados pelo locutor para indicar relações na categoria espaço-tempo. Estas ocorrências destas palavras mereceriam, na nossa opinião, estudo aprofundado e, portanto, podem constituir uma outra pesquisa; por ora, estamos apenas constatando o fenômeno e não nos consideramos em condições, devido à insuficiência de dados, de tecer maiores comentários sobre o assunto.

Este trabalho não visa, como tantas vezes afirmamos, refutar teorias ou propor reformulações. Confirmando hipótese, mostra que o uso da língua é outra coisa: não é um *uso* que é dito padrão, também não são *usos* que se acrescentam a este apontado pelas gramáticas e que são *usos* porque infringem este padrão. Uso da língua é um: é um ato individual que visa à referência única. É referência única que se manifesta em um enunciado que, por isto, é único. É um sentido da palavra a cada vez que o signo se atualiza em palavra. Por ser sempre um, os sentidos são vários; por ser sempre um, jamais idênticos. São sempre um porque não têm sentido só seu, expressam-se em solidariedade com outros. Nem língua, nem uso, mas uso da língua, unidade que é variedade porque língua submetida a *eu-tu-aquí-agora*.

Invalidar o que as gramáticas apresentam, na tentativa de substituição, é demonstrar não-entendimento do lugar em que se colocam. As gramáticas lidam com o *coletivo*, com a língua enquanto conceitos que garantem *reconhecimento*, daí porque nelas não identificamos aspectos relativos à enunciação, apenas menção sobre as *pessoas do discurso*. Sendo este seu propósito, nela muitos *indefinidos* são mesmo indefinidos pois, no *semiótico*, a referência inexistente, e a indefinição é prevista.

Apesar de aceitarmos os paradigmas apresentados pelas gramáticas relativos às classes de palavras, não validamos o que dizem sobre *empregos*. Neste aspecto, as gramáticas confundem seu limite e ingressam num outro campo do qual não dão conta pois, alegando tratarem do *uso padrão*, do *bom uso*, determinam sentidos, impondo o *coletivo* da língua como *individual*.

É neste aspecto que as Teorias da Enunciação podem contribuir. Primeiramente, esclarecendo diferenças de tratamento dos fenômenos lingüísticos, ou seja, apontando os limites da teoria gramatical e, em decorrência disto, acrescentando ao que as gramáticas fazem o que elas não têm possibilidade de fazer: o *semiótico* é para ser *reconhecido*, o *semântico*, a língua em uso, é para *ser compreendido*, pois há um *eu-tu-aqui- agora* que cria *referência*, daí a multiplicidade de sentidos que não admitem controle, ou melhor, que o impossibilitam. É apenas isto que desejávamos acrescentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS E ARTIGOS

- 1 ARNAULD, LANCELOT. *Gramática de Port-Royal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- 2 ALONSO, Amado, UREÑA, Pedro Henriquez. *Gramática Castellana*. Buenos Aires: Losada, 1943.
- 3 BECHARA, Evanildo. *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?* São Paulo: Ática, 1985.
- 4 _____. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional, 1961.
- 5 _____. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- 6 BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- 7 _____. A linguagem e a experiência humana. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- 8 _____. A natureza dos pronomes. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- 9 _____. Da subjetividade na linguagem. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- 10 _____. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- 11 _____. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- 12 _____. Os níveis da análise lingüística. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

- 13 _____. Semiologia da língua. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- 14 _____. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da lingüística. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- 15 BORBA, Francisco da Silva (coord.). *Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil*. São Paulo, Ed. UNESP, 1991.
- 16 BOUQUET, Simon. Benveniste et la représentation du sens: de l'arbitraire du signe à l'objet extra-linguistique. In: ARRIVÉ, Michel, NORMAND, Claudine (dir.). *Émile Benveniste Vingt Ans Après*. Paris: CRL-Université Paris X, 1997.
- 17 CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- 18 CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. Demonstrativo, anáfora e pressuposição. *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 11, p. 157-80, jan.-jun. 1995.
- 19 CASTILHO, Célia M. M. de. Quantificadores indefinidos: observações para uma abordagem sintática. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). *Gramática do Português falado*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1996. v.3.
- 20 CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional, 1970.
- 21 CUNHA, Celso Ferreira da, CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- 22 CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, FENAME, 1972.
- 23 DUCROT, Oswald. Os Indefinidos e a Enunciação. In: _____. *Provar e Dizer: leis lógicas e argumentativas*. São Paulo: Global, 1981.
- 24 FIORIN, José Luís. *As Astúcias da Enunciação: as Categorias de Pessoa, Espaço e Tempo*. São Paulo: Ática, 1999.
- 25 GNERRE, Maurizio. *Linguagem, Escrita e Poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- 26 GUIMARÃES, Eduardo. *Os Limites do Sentido: um Estudo Histórico e Enunciativo da Linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- 27 ILARI, Rodolfo. Sobre os Advérbios Aspectuais. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). *Gramática do Português Falado*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1996. v.2
- 28 LAHUD, Michel. *A Propósito da Noção de Dêixis*. São Paulo: Ática, 1979.

- 29 LALANDE, André. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- 30 LUFT, Celso Pedro. *Língua e Liberdade: por uma nova concepção de língua*. Porto Alegre, L&PM, 1985.
- 31 _____. *Moderna Gramática Brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1979.
- 32 MACAMBIRA, José Rebouças. *A Estrutura Morfo-Sintática do Português: aplicação do estruturalismo lingüístico*. São Paulo, Pioneira, 1997.
- 33 MARTINS, Eleni. *Enunciação e Diálogo*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.
- 34 MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989.
- 35 MILNER, Jean-Claude. *O Amor da Língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- 36 NEVES, Maria Helena de Moura. A questão da ordem na gramática tradicional. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). *Gramática do Português Falado*. Campinas: Ed. da UNICAMP, FARESP, 1990, v.1.
- 37 _____. *A Vertente Grega da Gramática Tradicional*. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- 38 _____. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo, UNESP, 2000.
- 39 NORMAND, Claudine. Emile Benveniste: quelle sémantique? *LINX*, Du dire et du discours, Hommage à Denise Maldidier. Paris, n.8, p. 221-38, 1996.
- 40 _____. Os Termos da Enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S.L., PARLATO, E.M., RABELLO, S (org.). *O Falar da Linguagem*. São Paulo: Lovise, 1996.
- 41 PERINI, Mário A. *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 1996.
- 42 ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- 43 SAID ALI, M. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- 44 SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. Pref. Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Cultrix, 1969.
- 45 _____. *Cours de Linguistique Générale*. Édition Critique par Tullio de Mauro. Paris: Payot, 1992.
- 46 SILVA, Rosa Virgínia de Mattos e. *Tradição Gramatical e Gramática Tradicional*. São Paulo: Contexto, 1989.
- 47 SUASSUNA, Livia. *Ensino da Língua Portuguesa: uma abordagem pragmática*. Campinas: Papirus, 1995.

48 TEIXEIRA, Marlene. *Análise do Discurso e Psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

49 TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TEXTOS UTILIZADOS PARA AS ANÁLISES

1 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. As teles, a mídia e a democracia. *Veja*, São Paulo, n. 1553, p. 22, jul. 1998.

2 _____. Os monstros e o crash. *Veja*, São Paulo, n.1565, p.21, set. 1998.

3 _____. Um dia de cão. *Veja*, São Paulo, n. 1640, p. 21, mar. 2000.

4 BRAUN, Susana. Os desafios da prevenção. *Zero Hora*, Porto Alegre, 18 maio 2000.

5 BROSSARD, Paulo. Os mármores do Partenon. *Zero Hora*, Porto Alegre, 15 maio 2000.

6 CAMPOS, Roberto. As angústias da governança. *Veja*, São Paulo, n.1554, p. 23, jul. 1998.

7 _____. É difícil amar o próximo. *Veja*, São Paulo, n. 1558, p. 23, ago. 1998.

8 CASTRO, Claudio de Moura. O custo da incivilidade. *Veja*, São Paulo, n. 1618, p. 20, out. 1999.

9 CHEUICHE, Alcy. Os cegos podem ler. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 maio 2000.

10 CHIARELLI, Carlos Alberto. Hora de mudar. *Zero Hora*, Porto Alegre, 20 maio 2000.

11 CIVITA, Roberto. A tarefa de moldar o futuro não é só dos governos, mas de todos nós. *Veja*, São Paulo, n. 1623, p. 226, nov. 1999.

12 FACCIONI, Victor. Marcos de nossa civilização. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 16 abr. 2000.

13 _____. 500 anos de caldeamento. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 2 abr. 2000.

14 FALCÃO, Paulo Roberto. Homenagem. *Zero Hora*, Porto Alegre, 18 abr. 2000.

15 FRANCO, Sérgio da Costa. Poder fiscalizador. *Zero Hora*, Porto Alegre, 21 jan. 2001.

16 GASTAL, Manoel Braga. Legislativo/Executivo. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 15 maio 2000.

- 17 GOMES, Flávio Alcaraz. O céu é o limite. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 abr. 2000.
- 18 _____. Os alcalóides. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 maio 2000.
- 19 KANITZ, Stephen. A canoa furada dos impostos. *Veja*, São Paulo, n. 1604, p. 21, jun. 1999.
- 20 _____. O fim do contrato social. *Veja*, São Paulo, n. 1623, p. 23, nov. 1999.
- 21 _____. Pé direito, pessoal. *Veja*, São Paulo, n. 1628, p.20, dez. 1999.
- 22 LEMOS, Ana Amélia. Pressão política. *Zero Hora*, Porto Alegre, 20 maio 2000.
- 23 LIMA, João Gabriel de. O balcão da águia baiana. *Veja*, São Paulo, n. 1665, p. 154, set. 2000.
- 24 LINDNER, Fernando. Eu não sou intocável. *Zero Hora*, Porto Alegre, 26 mar. 2000.
- 25 MARIANI, Júlio. A voz do anjo. *Zero Hora*, Porto Alegre, 19 jan. 2001.
- 26 _____. O dólar e o euro. *Zero Hora*, Porto Alegre, 12 maio 2000.
- 27 MEDEIROS, Martha. Impunidade parlamentar. *Zero Hora*, Porto Alegre, 24 nov. 1999.
- 28 _____. Vestibular para adultos. *Zero Hora, Donna*, Porto Alegre, 28 nov. 1999.
- 29 MELLO, Hélio Campos. Os procuradores. *ISTOÉ*, São Paulo, n. 1586, p. 19, fev. 2000.
- 30 MORAES, José Carlos Sturza de. Covarde violência. *Zero Hora*, Porto Alegre, 18 maio 2000.
- 31 MUNDELL, Walter. Com as barbas de molho. *America Economia, Especial Fundos*. São Paulo, p. 9, ago. 2000.
- 32 NETTO, Ernesto Silveira. Quinhentos anos de amor. *Zero Hora*, Porto Alegre, 20 abr. 2000.
- 33 NUNES, Augusto. Escrever bem é fundamental. *Época*, São Paulo, n.101, p. 19, mar. 2000.
- 34 OLIVEIRA, Rosane de. Sem vencedores. *Zero Hora*, Porto Alegre, 3 abr. 2000.
- 35 O'REILLY, Alejandro Koffmann, SCHWARZ, Deborah. Os 200 maiores exportadores e os 100 maiores importadores. *America Economia*. São Paulo, n. 190, p. 51, ago. 2000.
- 36 OSTERMANN, Rui Carlos. A versão. *Zero Hora*, Porto Alegre, 18 abr. 2000.

- 37 OYAMA, Thais. Aquilo é o inferno. *Veja*, São Paulo, n. 1618, p. 11, out. 1999.
- 38 PIMENTA, Paulo. Sociedade e crime organizado. *Zero Hora*, Porto Alegre, 29 abr. 2000.
- 39 PINTO, Maria Hilda Marsiaj. O Brasil quer a impunidade? *Zero Hora*, Porto Alegre, 19 abr. 2000.
- 40 PORTILHO, Edson. Nada a comemorar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 21 maio 2000.
- 41 PUGGINA, Percival. Golpe de mestre. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16 mar. 2000.
- 42 _____. Outros 500. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28 abr. 2000.
- 43 _____. Pretensão e água benta. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25 maio 2000.
- 44 _____. Protesto. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 abr. 2000.
- 45 ROHTER, Larry. A paixão pelas novelas brasileiras. *Seleções*, Rio de Janeiro, n. 710, p. 100, mar. 2001.
- 46 SANT'ANA, Paulo. A resistência de Covas. *Zero Hora*, Porto Alegre, 22 jan. 2001.
- 47 _____. A sabedoria. *Zero Hora*, Porto Alegre, 7 maio 2000.
- 48 _____. Dida, o morcego. *Zero Hora*, Porto Alegre, 29 nov. 1999.
- 49 _____. Isto é a vida. *Zero Hora*, Porto Alegre, 18 abr. 2000.
- 50 _____. Maioria esmagadora. *Zero Hora*, Porto Alegre, 21 mar. 2000.
- 51 _____. Momentos. *Zero Hora*, Porto Alegre, 15 maio 2000.
- 52 _____. O celular. *Zero Hora*, Porto Alegre, 6 maio 2000.
- 53 _____. O funil do vestibular. *Zero Hora*, Porto Alegre, 15 nov. 1999.
- 54 _____. O lamento das vítimas. *Zero Hora*, Porto Alegre, 7 abr. 2000.
- 55 _____. O parceiro rico. *Zero Hora*, Porto Alegre, 16 dez. 1999.
- 56 _____. Um cálculo simples. *Zero Hora*, Porto Alegre, 18 nov. 1999.
- 57 _____. Um justo acordo. *Zero Hora*, Porto Alegre, 14 abr. 2000.
- 58 SCHILLING, A lenda Brasil. *Zero Hora*, Porto Alegre, 26 mar. 2000.
- 59 _____. O Novo Mundo do Padre Vieira. *Zero Hora*, Porto Alegre, 9 maio 2000.

- 60 SEHBE, Kalil. Crédito educativo ágil. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29 mar. 2000.
- 61 SOMPRÉ, José Urubatan. Um grito preso há 500 anos. *Zero Hora*, Porto Alegre, 20 abr. 2000.
- 62 SONDERMANN, Ricardo. Comércio livre. *Zero Hora*, Porto Alegre, 15 abr. 2000.
- 63 STERNICK, Paulo. Excesso de intimidade do casal atrapalha a vida sexual. *Caras*. São Paulo, n. 361, p. 80, out. 2000.
- 64 TAVARES, Luís Felipe. Comércio aos domingos. *Zero Hora*, Porto Alegre, 19 jan. 2001.
- 65 THORMANN, Nora Jane. Adoção, uma boa solução. *Zero Hora*, Porto Alegre, 2 mar. 2000.
- 66 TOLEDO, Roberto Pompeu de. A Mega-Sena aqui e na Babilônia. *Veja*, São Paulo, n. 1619, p. 154, out. 1999.
- 67 _____. Da América deles para a Nuestra. *Veja*, São Paulo, n. 1678, p. 190, dez. 2000.
- 68 _____. Doutor Vicentinho, sem medo de ser feliz. *Veja*, São Paulo, n. 1578, p. 98, dez. 1998.
- 69 _____. Duas histórias de mulheres. *Veja*, São Paulo, n. 1558, p. 162, ago. 1998.
- 70 _____. Eymael, João de Deus, Enéas e o resto da turma. *Veja*, São Paulo, n. 1565, p. 154, set. 1998.
- 71 _____. Figueiredo e o cabaré de Aldir Blanc. *Veja*, São Paulo, n. 1631, p. 150, jan. 2000.
- 72 _____. Mulheres no poder: o que isso muda? *Veja*, São Paulo, n. 1553, p. 170, jul. 1998.
- 73 _____. Nem sempre o que falta é dinheiro. *Veja*, São Paulo, n. 1623, p. 141, nov. 1999.
- 74 WEINMANN, Amadeu de Almeida. Polícia e criminalidade. *Zero Hora*, Porto Alegre, 27 mar. 2000.